



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

Relatório Anual 2012





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL

2012

RELATÓRIO ANUAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – 2012

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Rejane Corrêa – Secretária-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Maria Letícia Möllmann
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Gobhardt Martins
REVISÃO FINAL	Maura Ferreira Fischer – Chefe de Gabinete
IMAGEM – capa	Inácio do Canto Rocha Filho
PROJETO - capa	Camila Dotto
PROJETO GRÁFICO – registro fotográfico	Daniel Aguiar Dedavid
FOTOS	Daniel Aguiar Dedavid Daniele Reis Duarte Gabriel Pereira Borges Fortes Neto Inácio do Canto Rocha Filho Josileia Kieling (estagiária)

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .

Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3. Relatório do TRT 4ª R – 2012.

CDU 347.998.72R4(047)

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Av. Praia de Belas, 1100 – Menino Deus – PORTO ALEGRE - RS
CEP 90110-903 Tel. (51) 3255-2000 – www.trt4.jus.br

ADMINISTRAÇÃO

Gestão 2011/2013

Posse em 09 de dezembro de 2011

Maria Helena Mallmann
Presidente

Rosane Serafini Casa Nova
Vice-Presidente

Cleusa Regina Halfen
Corregedora Regional

Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo
Vice-Corregedora Regional

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao inciso XXVII do artigo 39 do Regimento Interno, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região referente ao ano de 2012.

Porto Alegre, 29 de abril de 2013.

Maria Helena Mallmann
Presidente do TRT da 4ª Região

SUMÁRIO

PRESIDENTES DO TRT DA 4ª REGIÃO	08
REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	09
ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO	23
2º GRAU.....	23
TRIBUNAL PLENO	23
ÓRGÃO ESPECIAL	25
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS	26
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	27
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	28
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO	29
1ª TURMA.....	30
2ª TURMA.....	30
3ª TURMA.....	30
4ª TURMA.....	30
5ª TURMA.....	31
6ª TURMA.....	31
7ª TURMA	31
8ª TURMA	32
9ª TURMA	32
10ª TURMA	32
11ª TURMA	32
1º GRAU.....	33
JUÍZES TITULARES	33
JUÍZES SUBSTITUTOS	36
POSSES, PROMOÇÕES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS	39
COMISSÕES	43
DIREÇÃO, ASSESSORIA E SECRETARIAS.....	47
PRESIDÊNCIA.....	50
SECRETARIA-GERAL.....	64
ASSESSORIA JURÍDICA	65
ASSESSORIA DE JUÍZES	65
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA.....	69
CERIMONIAL.....	73
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	75
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.....	77
ASSESSORIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INTERNAS.....	93

VICE-PRESIDÊNCIA	95
CORREGEDORIA REGIONAL.....	99
VICE-CORREGEDORIA.....	109
OUIDORIA.....	116
ESCOLA JUDICIAL	119
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA	130
MEMORIAL.....	135
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO	150
PROJETO CONCILIAÇÃO.....	154
MOVIMENTO JUDICIÁRIO 2º GRAU	157
TRIBUNAL PLENO	158
ÓRGÃO ESPECIAL	159
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....	161
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	162
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	163
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....	164
TURMAS	165
MOVIMENTO JUDICIÁRIO 1º GRAU.....	170
VARAS DO TRABALHO	170
PRODUÇÃO DOS JUÍZES.....	174
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA	181
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS	182
SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	183
SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	183
SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....	184
SECRETARIAS DAS TURMAS.....	185
ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA	185
SECRETARIA PROCESSUAL.....	186
DIRETORIA-GERAL	199
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	203
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS	213
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	229
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO	233
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	248
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	264
COORDENADORIA DE SAÚDE.....	266

PRESIDENTES DO TRT DA 4ª REGIÃO

1941 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA
1947 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO
1951 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX
1955 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO
1961 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX
1965 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA
1971 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO SILVA
1989 – 1991	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES
1993 <i>(julho a dezembro)</i>	CARLOS EDMUNDO BLAUTH
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho



Relatório Anual

2012

Registro Fotográfico



19. 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul realizou sua primeira audiência.



19. Administração do TRT-RS recebeu visita da diretoria eleita da Associação dos Juízes do RS (Ajuris).



25. Administração do TRT-RS recebeu visita de lideranças da Agetra.



26. Justiça do Trabalho foi a escolas e orientou as crianças sobre os direitos dos cidadãos.



31. Justiça do Trabalho esteve presente na posse da mesa diretora da Assembleia Legislativa gaúcha.



1. Justiça do Trabalho gaúcha esteve na posse da nova administração da Ajuris.



8. Presidente prestigiou posse da Administração 2012-13 do TJM-RS. Na foto, ao lado do Presidente empossado, Coronel João Vanderlan.



10. Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, coordenador acadêmico da Escola Judicial do TRT-RS, foi reeleito para a presidência do Conematra para o ano de 2012.



24. Vice-Corregedora do TRT-RS, Desa. Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, participou da posse de Jorge Antonio Maurique como Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).



27. Vice-Corregedora do TRT-RS, Desa. Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, participou da posse da Juíza Miriam Andréa da Graça Tondo Fernandes (esq.) como Desembargadora do TJ-RS.



29. Sessão inaugural de julgamentos na 11ª Turma



29. Presidente do TRT-RS toma posse no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



01 a 03. Primeira edição de 2012 do Integrar-te, programa de ambientação que recebe e treina de novos servidores



01. Desembargadora Maria Helena Mallmann foi recebida pelo Presidente do STF, Carlos Ayres Britto, e participou de reuniões no Ministério da Justiça e na Casa Civil.



09. Desembargador Flavio Portinho Sirangelo descerrou retrato na Galeria de Diretores da Escola Judicial.



12. Núcleo de Conciliação do TRT-RS reuniu-se com a Direção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA).



13. Desembargadora Maria Helena Mallmann reuniu-se com o Presidente do STF, Carlos Ayres Britto.



14. Digitalização de processos do TRT-RS foi considerada modelo para uma iniciativa análoga no Conselho de Medicina paulista.



14. Presidente recebe visita do Superintendente Regional do Trabalho, Heron de Oliveira.



19. Presidente visitou o Governador do Estado, Tasso Fragoso, para tratar da nomeação de Desembargadores para as 12 vagas existentes na JT gaúcha.



21. Servidores da Justiça Federal conheceram as práticas de gestão estratégica do TRT-RS.



22. Exposição sobre o Viaduto da Borges de Medeiros esteve em cartaz no Foro Trabalhista de Porto Alegre de 22 de março a 25 de maio.



26. TRT da 4ª Região estreou novo Plenário.



27. Corregedora Regional, Cleusa Regina Halfen, representou o TRT-RS na posse da nova Administração do TRT da 10ª Região.



27. Gestores de unidades judiciárias da região sul receberam treinamento sobre Comunicação, Gestão de Conflitos e da Diversidade, no Foro Trabalhista de Pelotas



27. Sindicatos entram em acordo e vigilantes encerram a greve em razão da mediação conduzida pela Desembargadora-Vice-Presidente, Rosane Serafini Casa Nova.



28. Presidente em audiência com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo



29. Fórum dos Operadores da Justiça do Trabalho realizou a primeira reunião na Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre.



30. Seminário colheu subsídios para uniformização de jurisprudência na área da execução trabalhista.



30. Presidente apresentou as perspectivas da Justiça do Trabalho gaúcha a advogados, em reunião promovida pela Satergs e pela Agetra.



02. Juízes do Trabalho Substitutos removidos Eduardo Batista Vargas (TRT da 16ª Região - Maranhão) e Ana Paula Keppeler Fraga (TRT da 9ª Região - Paraná) tomaram posse no TRT da 4ª Região.



03. TRT-RS participou da criação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Estado.



11. Justiça do Trabalho gaúcha organizou mutirão para finalizar o cadastramento de processos no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho (BNDT).



12. Vice-Presidente, Des. Rosane Serafini Casa Nova, participou da homenagem da Assembleia Legislativa aos 240 Anos de Porto Alegre.



17. Seção Especializada em Execução realizou sessão inaugural.



20. Conferência de Marie-France Hirigoyen, uma das principais especialistas do mundo em assédio moral, lotou o Plenário do TRT-RS.



27. TRT-RS e outras instituições gaúchas assinaram Protocolo de Cooperação Técnica para promover a prevenção de acidentes de trabalho.



10. Justiça Trabalhista esteve presente na homenagem da Assembleia Legislativa ao Dia Internacional das Vítimas de Acidentes de Trabalho.



21. Ministro Vieira de Mello defendeu uniformização da jurisprudência dos tribunais em palestra na Escola Judicial.



24. TRT-RS recebeu medalha pela implantação do e-Gestão no segundo grau de jurisdição.



25. Caravana da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) realizou simpósio no Auditório Ruy Cirne Lima do TRT4.



28. Dez Desembargadores tomaram posse em gabinete.



28. Magistrados do TRT-RS conheceram de perto o dia-a-dia do trabalho portuário, em visita realizada na cidade de Rio Grande, que sedia o segundo maior porto do país.



29. TRT-RS participou do 1º Encontro Nacional de Conciliação Trabalhista, realizado no TRT da 9ª Região, em Curitiba/PR.



30. Corregedora Regional, Cleusa Regina Halfen, representou o TRT-RS em evento do Prêmio Innovare.



01. Reunião do Fórum de Relações Institucionais traçou panorama da Justiça do Trabalho gaúcha.



13. Sessão de julgamento da 2ª Turma no auditório da Faculdade de Direito da PUCRS



19. Juiz Auxiliar da Presidência, Roberto Teixeira Siegmann, participou de simpósio sobre trabalho, saúde e meio ambiente no Congresso da ISMA Brasil (*International Stress Management Association*).



22. Corregedor-geral reconheceu o esforço do TRT-RS na prestação jurisdicional, durante a Correição Ordinária, realizada no Tribunal de 18 a 22 de junho.



25. Décima edição do Integrar-te capacitou 24 novos servidores.



27. CSJT premiou a VT de Estância Velha pelo alto índice de conciliação na Unidade.



29. TRT-RS promoveu evento de capacitação de servidores para a implantação de escritório de projetos.



02. TRT-RS criou o Fórum de Relações Administrativas.



02. TRT-RS e Amatra IV participaram de programa do CNJ para a valorização da magistratura.



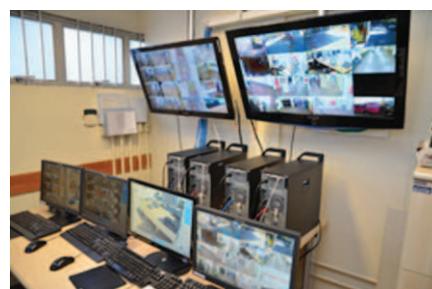
09. Desembargador João Pedro Silvestrin palestrou sobre a regulamentação da profissão de motorista em evento na Fieggs.



10. Sessão de autógrafos do livro "Trabalho e Igualdade – Tipos de Discriminação no Ambiente de Trabalho", coordenado pela Juíza Luciane Cardoso Barzotto



11. Ao celebrar 80 anos, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (Sindec) destacou a atuação do TRT-RS na sociedade.



16. Tecnologia e capacitação ampliaram a segurança do público do Foro Trabalhista de Porto Alegre.



23. Juiz Marcelo Bergmann Hentschke participou do I Fórum da Semana Estadual de Conscientização dos Direitos dos Precatoristas no Rio Grande do Sul.



27. TRT-RS cumpriu a meta de análise de processos para alimentação do BNDT.



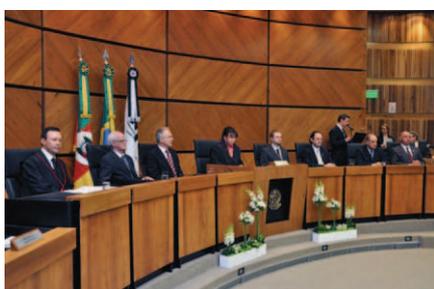
06. Advogada norte-americana Rebecca Polcz visitou o Tribunal para conhecer o funcionamento da Justiça do Trabalho.



09. TRT-RS recebeu a visita da Juíza do Trabalho argentina Claudia Elena Salvatierra.



10. Satergs promoveu o 1º Congresso de Advogados Trabalhistas de Empresas do RS



10. Sessão solene de posse dos novos desembargadores do TRT-RS reuniu dezenas de autoridades no novo Plenário.



11. Justiça do Trabalho prestigiou Sessão Magna em homenagem ao Dia do Advogado, ocorrida no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa.



16. Observatório Contra a Homofobia contou com a participação do desembargador Clóvis Fernando Schuch Santos.



25. Justiça do Trabalho lançou a Cartilha do Empregado e do Empregador Rural na 35ª Expointer.



27. Oito juízes foram promovidos a titulares de Varas do Trabalho da 4ª Região.



27. TRT-RS participou da abertura da Casa do Judiciário, na 35ª Expointer



31. Magistrados da 4ª Região Trabalhista participaram do programa 'Conhecendo a Indústria' em empresas de Dois Irmãos.



31. Quinta edição do Fórum de Relações Institucionais apresentou ações da Secretaria-Geral Judiciária e metas da Secretaria de Comunicação Social.



3. Jurista argentino Carlos Cárcova palestrou sobre judiciário e sociedade no século XXI em Fim de Tarde na Escola Judicial.



14. Desembargadora Beatriz Renck representou a Justiça do Trabalho em evento sobre ouvidorias públicas promovido pelo TRF da 4ª Região.



14. Plenária do Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS, realizado entre 12 e 15 de setembro, em Bento Gonçalves.



19. Grupo de Auditoria e Apoio em visita ao Foro de Esteio



21. Vice-Presidente apresentou o programa Integrar-te aos participantes do II Encontro de TRTs do Norte e Nordeste.



24. Arena do Grêmio sediou o Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção Civil.



24. TRT-RS inaugurou, em Caxias do Sul, a primeira Vara do Trabalho no Brasil que une a tramitação eletrônica de processos com a especialização em acidentes de trabalho.



25. TRT-RS instalou o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no segundo grau de jurisdição.



26. Delegação da 4ª Região na XI Olimpíada da Justiça do Trabalho apresentou resultados à Administração.



28. TRT-RS assinou convênio com a Procuradoria Regional da União na 4ª região durante a sexta reunião do Fórum de Relações Institucionais.



05. Jurista Ada Pellegrini Grinover palestrou sobre a reforma do Código de Processo Civil em evento na Escola Judicial.



15. Lucia Ehrenbrink e Tânia Reckziegel tomaram posse em gabinete como Desembargadoras do TRT4.



17. Desembargador Juraci Galvão Júnior recebeu da Satergs o título de "Jurista Eminente".



18. TRT-RS foi representado em reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário.



19. Relação entre Código Civil e Direito do Trabalho foi tema de seminário na Escola Judicial.



19. Evento de capacitação sobre o PJe-JT instruiu advogados e peritos sobre o funcionamento do sistema.



26. TRT4 e OAB ofereceram treinamento para advogados de Santa Rosa sobre o uso do PJe-JT.



29. Estande da Justiça do Trabalho na Feira do Livro registrou grande movimento nos primeiros dias.



31. TRT-RS recebeu a visita do novo Procurador-Geral da União, Paulo Henrique Kuhn.



06. Magistrados autografaram obras jurídicas durante a 58ª Feira do Livro.



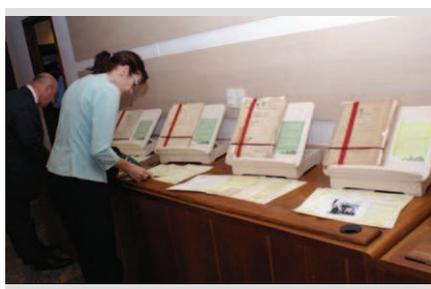
09. Seminário Internacional sobre Direito Comparado do Trabalho na Escola Judicial



09. Em inauguração de exposição em homenagem ao jurista Arnaldo Süssekind, TRT-RS entregou placa a Marisa Süssekind, filha do homenageado.



14. Faculdade de Direito da PUCRS sediou sessão extraordinária da 3ª Turma do TRT-RS.



16. Desembargadora do Trabalho aposentada Denise Maria de Barros, do Memorial da Justiça do Trabalho no RS, prestigiou a solenidade de criação do Memorial da Justiça Federal.



22. Núcleo Regional do Programa Trabalho Seguro promoveu discussão sobre acidentes na construção civil.



22. TRT-RS foi representado no Encontro Nacional de Gerenciamento de Projetos no Setor Público.



23. Juiz Auxiliar do TST, Marcos Neves Fava, palestrou durante o 4º Encontro Nacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho, sediado na 4ª Região.



23. Magistrados Rosane Serafini Casa Nova, Alexandre Corrêa da Cruz (na foto, à direita) e Raul Zoratto Sanvicente participaram do Seminário Jurídico 2012 da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIARS).



26. Presidente participou do VI Congresso Estadual do Sintrajufe/RS.



27. TRT-RS propôs ação conjunta a federações e centrais sindicais pela redução dos acidentes de trabalho.



29. Projeto Auditoria e Apoio Administrativos passou por municípios das regiões Noroeste e da Campanha. Na foto, em visita a Frederico Westphalen.



06. Construção civil norteou a segunda edição dos 'Diálogos para o Trabalho Seguro'.



07. Ministro do TST Ives Gandra da Silva Martins visitou o TRT-RS.



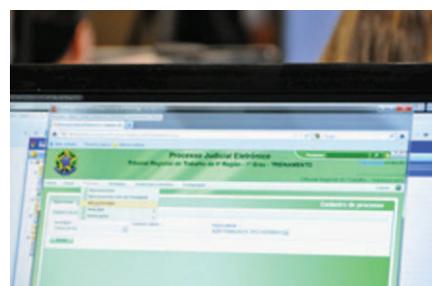
11. Reunião do Conselho Consultivo do Memorial abordou parcerias com universidades.



11. TRT-RS empossou 21 novos servidores durante Programa de Ambientação Integrar-te.



13. Assinatura de convênio com o Cartório de Registro de Imóveis, o que deve agilizar processos de execução.



14. TRT4 cumpriu a Meta 16 do CNJ para a Justiça do Trabalho, com a implantação do PJe-JT nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande.



19. 27 novos Juízes do Trabalho Substitutos foram empossados no Plenário do TRT-RS.



19. Seção Especializada em Execução aprovou 17 novas Orientações Jurisprudenciais.

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

2º GRAU

TRIBUNAL PLENO

Composição em 31 de dezembro de 2012:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente
CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora-Regional
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA MACIEL DE SOUZA
LEONARDO MEURER BRASIL
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
BEATRIZ RENCK
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESKA
HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Integraram, ainda, o Tribunal, no exercício de 2012, os Exmos. Desembargadores Carlos Alberto Robinson (aposentadoria em 17.07.12), Milton Varela Dutra (falecimento em 24.08.12), Maria Inês Cunha Dornelles (aposentadoria em 17.07.12) e Hugo Carlos Scheuermann (posse no cargo de Ministro do TST em 16.07.12).

Tomaram posse no Tribunal, no ano de 2012, os Exmos. Desembargadores:

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
WILSON CARVALHO DIAS, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
REJANE SOUZA PEDRA, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
MARIA HELENA LISOT, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
LUCIA EHRENBRINK, em 10.10.2012, em vaga decorrente da aposentadoria da Exma. Desembargadora Ione Salin Gonçalves;
IRIS LIMA DE MORAES, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
MARIA MADALENA TELESKA, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
HERBERT PAULO BECK, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
GEORGE ACHUTTI, em 28.05.2012, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL, em 10.10.2012, em vaga destinada a advogado criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011.

Juízes de 1º grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2012:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
LENIR HEINEN
ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN
RICARDO FIOREZE
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
RAUL ZORATTO SANVICENTE
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MANUEL CID JARDÓN
REJANE SOUZA PEDRA (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
MARIA HELENA LISOT (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
IRIS LIMA DE MORAES (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
MARIA MADALENA TELESKA (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
HERBERT PAULO BECK (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
WILSON CARVALHO DIAS (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)
LÚCIA EHRENBRINK (Posse no cargo de Desembargador em 15.10.2012)
GEORGE ACHUTTI (Posse no cargo de Desembargador em 28.05.2012)

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno, compareceram os Procuradores Ivan Sérgio Camargo dos Santos e Adriane Arnt Herbst.

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição em 31 de dezembro de 2012:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente
CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora-Regional
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
BEATRIZ RENCK
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO

Suplentes:

BERENICE MESSIAS CORRÊA
JOSÉ FELIPE LEDUR
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
REJANE SOUZA PEDRA

Integraram, ainda, o Órgão Especial, no exercício de 2012, os Desembargadores Carlos Alberto Robinson (aposentadoria em 17.07.2012) e, na condição de suplente, o Desembargador Milton Varela Dutra (falecimento em 24.08.2012).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Órgão Especial, compareceram os Procuradores Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Adriane Arnt Herbst e André Luis Spies.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Composição em 31 de dezembro de 2012:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JURACI GALVÃO JUNIOR
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA MACIEL DE SOUZA
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN – a contar de 26.07.12
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARIA MADALENA TELESCA

Integraram também a Seção de Dissídios Coletivos no ano de 2012:

Desembargador:

CARLOS ALBERTO ROBINSON (aposentadoria em 17.07.2012).

Juízes Convocados – Titulares de Varas do Trabalho:

ÂNGELA ROSI DE ALMEIDA CHAPPER (cadeira do Exmo. Des. Denis Marcelo de Lima Molarinho)

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos, compareceram os Procuradores Beatriz de Holleben Junqueira Fialho, Paulo Eduardo Pinto de Queiroz e Gilson Luiz Laydner de Azevedo.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2012:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente
MILTON VARELA DUTRA
MARIA INÊS CUNHA DORNELLES
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
MARIA HELENA LISOT
HERBERT PAULO BECK
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

Integraram também a 1ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2012:

Juízes de 1º Grau, Titulares de Vara do Trabalho:

RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
LENIR HEINEN

Desembargadores Vinculados:

TÂNIA MACIEL DE SOUZA
BEATRIZ RENCK
VANIA CUNHA MATTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da 1ª Seção de Dissídios Individuais, compareceram os Procuradores Victor Hugo Laitano, Silvana Ribeiro Martins, Paulo Borges da Fonseca Seger, Luiz Fernando Mathias Vilar, Leandro Araújo, Maria Cristina Sanchez Gomes Ferreira, André Luis Spies, Paulo Eduardo Pinto de Queiroz, Ana Luiza Alves Gomes, André Luis Spies.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2012:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente
LEONARDO MEURER BRASIL
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
IRIS LIMA DE MORAES

Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2012:

Desembargadores:

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO, porque vinculada a processos;
GEORGE ACHUTTI, porque vinculado a processos;
HUGO CARLOS SCHEUERMANN, empossado como Ministro do TST em 16.07.2012;
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA, Juiz Titular de Vara do Trabalho (na época) convocado na cadeira de Desembargador.

Juízes Convocados – Titulares de Varas do Trabalho:

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MANUEL CID JARDON

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da 2ª Seção de Dissídios Individuais, compareceram os Procuradores Adriane Arnt Herbst, Ana Luiza Alves Gomes, André Luís Spies, Denise Maria Schellemberger, Gilson Luiz Laydner de Azevedo, Luiz Fernando Mathias Vilar, Paulo Borges da Fonseca Seger, Silvana Ribeiro Martins e Zulma Hertzog Fernandes Veloz.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Composição em 31 de dezembro de 2012:

JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
BEATRIZ RENCK
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
GEORGE ACHUTTI
LUCIA EHRENBRINK

Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2012:

Juiz Convocado – Titulares de Varas do Trabalho:
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

Desembargador vinculado:
JOÃO PEDRO SILVESTRIN

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da 2ª Seção de Dissídios Individuais, compareceram os Procuradores Adriane Arnt Herbst, Ana Luiza Alves Gomes, André Luís Spies, Denise Maria Schelleberger, Gilson Luiz Laydner de Azevedo, Luiz Fernando Mathias Vilar, Paulo Borges da Fonseca Seger, Silvana Ribeiro Martins e Zulma Hertzog Fernandes Veloz.

1ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente
IRIS LIMA DE MORAES
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI – convocada
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA – convocado

Integraram também a 1ª Turma, no ano de 2012:

Desembargadores:
JOSÉ FELIPE LEDUR
GEORGE ACHUTTI

2ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

TÂNIA MACIEL DE SOUZA – Presidente
VANIA CUNHA MATTOS
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
RAUL ZORATTO SANVICENTE – Juiz convocado

3ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
MARIA MADALENA TELESCA

Integraram também a 3ª Turma no ano de 2012:

Desembargador:
CARLOS ALBERTO ROBINSON, como Presidente, até 16.07.2012

Juiz de 1º Grau Titular de Vara do Trabalho, convocado para atuar no Tribunal:
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

4ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

Desembargadores:
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING – Presidente
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
GEORGE ACHUTTI

Integraram também a 4ª Turma em 2011:

Juízes de 1º Grau Titular de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal:

LENIR HEINEN

LAIS HELENA JAEGER NICOTTI

5ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente

LEONARDO MEURER BRASIL

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

REJANE SOUZA PEDRA

6ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente

BEATRIZ RENCK

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

MARIA HELENA LISOT

Integraram também a 4ª Turma em 2011:

Desembargadora:

MARIA INÊS CUNHA DORNELLES, como Presidente, até 17.07.2012

Juízes de 1º Grau Titular de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal:

JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

7ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Integraram também a 7ª Turma em 2012:

Desembargadores:

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Juiz Titular de Vara do Trabalho, convocado para atuar no Tribunal:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

8ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

JURACI GALVÃO JÚNIOR – Presidente
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
LUCIA EHRENBRINK

Juíza Titular de Vara do Trabalho, convocada para atuar no Tribunal:
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

9ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
CARMEN GONZALEZ
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

Integraram também a 9ª Turma no ano de 2012:

Desembargadoras:
MARIA MADALENA TELESCA
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Juízes Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal:
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
MANUEL CID JARDON

10ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

MILTON VARELA DUTRA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO
WILSON CARVALHO DIAS

Integrou também a 10ª Turma, em 2012, o Juiz LUIZ FERNANDO DE MOURA CASSAL, convocado.

11ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2012:

JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente
FLÁVIA LORENA PACHECO
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
HERBERT PAULO BECK

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

1º GRAU

JUIZES TITULARES

Em 31 de dezembro de 2012 (por ordem de antiguidade)

1. LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
2. RAUL ZORATTO SANVICENTE
3. ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
4. BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS
5. KARINA SARAIVA CUNHA
6. JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
7. JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
8. ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
9. JANNEY CAMARGO BINA
10. MARCOS FAGUNDES SALOMÃO
11. JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
12. NEURI GABE
13. MANUEL CID JARDÓN
14. JOÃO CARLOS FRANCKINI
15. FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
16. LENIR HEINEN
17. SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
18. BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
19. MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
20. CARLOS ALBERTO MAY
21. LUIS CARLOS PINTO GASTAL
22. ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
23. ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN
24. VANDA IARA MAIA MÜLLER
25. LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
26. NOÊMIA SALTZ GENSAS
27. ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
28. JOE ERNANDO DESZUTA
29. MAURICIO SCHMIDT BASTOS
30. FREDERICO RUSSOMANO
31. ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH
32. VALERIA HEINICKE DO NASCIMENTO
33. ENY ONDINA COSTA DA SILVA
34. ROSEMARIE TEIXEIRA SIEGMANN
35. SÔNIA MARIA FRAGA DA SILVA
36. CLAUDIO SCANDOLARA
37. ANITA JOB LÜBBE
38. EDSON PECIS LERRER
39. CLÁUDIO ROBERTO OST

40. JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI
41. CARLOS HENRIQUE SELBACH
42. LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
43. CERES BATISTA DA ROSA PAIVA
44. ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
45. HORISMAR CARVALHO DIAS
46. EDUARDO DE CAMARGO
47. LUIZ ANTONIO COLUSSI
48. ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI
49. JOSÉ RENATO STANGLER
50. MIRIAM ZANCAN
51. PAULO LUIZ SCHMIDT
52. EDSON MOREIRA RODRIGUES
53. THEMIS PEREIRA DE ABREU
54. CACILDA RIBEIRO ISAACSSON
55. ARY FARIA MARIMON FILHO
56. MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
57. RICARDO FIOREZE
58. RUI FERREIRA DOS SANTOS
59. RENATO WALMOR MEDINA GUEDES
60. MARCELO SILVA PORTO
61. CELSO FERNANDO KARSBURG
62. ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
63. LUIS FETTERMANN BOSAK
64. SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
65. JORGE ALBERTO ARAUJO
66. MÁRCIA CARVALHO BARRILI
67. PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
68. ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
69. NEUSA LÍBERA LODI
70. GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
71. LILA PAULA FLORES FRANÇA
72. LAURA ANTUNES DE SOUZA
73. LUIS ANTÔNIO MECCA
74. DANIEL DE SOUSA VOLTAN
75. RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
76. MARILENE SOBROSA FRIEDL
77. CLOCEMAR LEMES SILVA
78. BERNARDA NUBIA TOLDO
79. ELISABETE SANTOS MARQUES
80. DANIEL SOUZA DE NONOHAY
81. ANDRÉ IBANOS PEREIRA
82. MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
83. ADRIANO SANTOS WILHELMS
84. SIMONE SILVA RUAS
85. ROSANE MARLENE DE LEMOS
86. CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
87. LEANDRO KREBS GONÇALVES

88. ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
89. MARCELO CAON PEREIRA
90. RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
91. PATRICIA HERINGER
92. ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN
93. MAURÍCIO MACHADO MARCA
94. ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
95. FERNANDO FORMOLO
96. MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
97. LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
98. VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
99. JARBAS MARCELO REINICKE
100. IVANILDO VIAN
101. SILVIONEI DO CARMO
102. FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
103. MÁRCIO LIMA DO AMARAL
104. TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
105. CARLA SANVICENTE VIEIRA
106. JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
107. INGRID LOUREIRO IRION
108. FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA
109. PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
110. ADRIANA FREIRES
111. SIMONE OLIVEIRA PAESE
112. VALDETE SOUTO SEVERO
113. MARISTELA BERTEI ZANETTI
114. ANA JULIA FAZENDA NUNES
115. RAFAEL DA SILVA MARQUES
116. CINARA ROSA FIGUEIRÓ
117. GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
118. LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
119. EDUARDO DUARTE ELYSEU
120. RENATO BARROS FAGUNDES
121. CANDICE VON REISSWITZ
122. ODETE CARLIN
123. LUCIANA BÖHM STAHNKE
124. CINTIA EDLER BITENCOURT
125. CRISTIANE BUENO MARINHO
126. CRISTINA BASTIANI
127. JOSÉ CARLOS DAL RI

JUIZES SUBSTITUTOS

Em 31 de dezembro de 2012 (por ordem de antiguidade)

1. SONIA MARIA POZZER
2. ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
3. ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
4. PAULO ERNESTO DORN
5. RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
6. RAQUEL NENÊ SANTOS
7. CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA
8. JULIETA PINHEIRO NETA
9. LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
10. DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI
11. LINA GORCZEWSKI
12. PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
13. ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
14. FABIANA GALLON
15. GILBERTO DESTRO
16. FERNANDA PROBST MARCA
17. RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
18. ADRIANA MOURA FONTOURA
19. PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
20. SÉRGIO GIACOMINI
21. CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES
22. DEISE ANNE HEROLD
23. LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
24. DIOGO SOUZA
25. ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO
26. BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA
27. RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
28. MARCELO BERGMANN HENTSCHE
29. ROZI ENGELKE
30. ELIANE COVOLO MELGAREJO
31. GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
32. PAULA SILVA ROVANI WEILER
33. MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
34. LENARA AITA BOZZETTO
35. JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
36. MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
37. LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE
38. RITA VOLPATO BISCHOFF
39. FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
40. EDUARDO VIANNA XAVIER
41. CAROLINA HOSTYIN GRALHA BECK
42. ADRIANA SEELIG GONÇALVES
43. ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
44. ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA

45. PAULO CEZAR HERBST
46. ELIZABETH BACIN HERMES
47. MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
48. LUCIANA KRUSE
49. RAFAELA DUARTE COSTA
50. DANIELA ELISA PASTÓRIO
51. DENILSON DA SILVA MROGINSKI
52. JULIANA OLIVEIRA
53. GRACIELA MAFFEI
54. RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
55. MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
56. ADRIANA KUNRATH
57. GUSTAVO JAQUES
58. RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
59. CESAR ZUCATTI PRITSCH
60. MAX CARRION BRUECKNER
61. LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
62. GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA
63. NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
64. RODRIGO DE ALMEIDA TONON
65. VINÍCIUS DANIEL PETRY
66. ALINE VEIGA BORGES
67. GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
68. TIAGO MALLMANN SULZBACH
69. JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
70. LUCIANA CARINGI XAVIER
71. ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
72. LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
73. FABIANE MARTINS
74. EDENILSON ORDOQUE AMARAL
75. OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
76. LUÍSA RUMI STEINBRUCH
77. DANIELA FLOSS
78. CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
79. RAQUEL GONÇALVES SEARA
80. VALTAIR NOSCHANG
81. ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO
82. FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
83. MARCELLO DIBI ERCOLANI
84. GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
85. NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA
86. EDUARDO BATISTA VARGAS
87. ANA PAULA KEPPELER FRAGA
88. SOFIA FONTES REGUEIRA
89. MARCIA PADULA MUCENIC
90. MATHEUS BRANDÃO MORAES
91. CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
92. BRUNO MARCOS GUARNIERI

93. LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
94. CHARLES LOPES KUHN
95. CAUÊ BRAMBILLA DA SILVA
96. DANIELA MEISTER PEREIRA
97. THIAGO BOLDT DE SOUZA
98. CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
99. ANA PAULA SARTORELLI BRANCACCIO
100. INÁCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA
101. MILENA ODY
102. RODRIGO MACHADO JAHN
103. ANDREA RENZO BRODY
104. FELIPE LOPES SOARES
105. BRAULIO AFFONSO COSTA
106. VICTOR PEDROTI MORAES
107. PATRICIA ZEILMANN COSTA
108. LUCIANO MORAES SILVA
109. EVANDRO LUÍS URNAU
110. IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
111. JULIANE PENTEADO DE CARVALHO BERNARDI
112. KELEN PATRÍCIA BAGETTI
113. GIANI GABRIEL CARDOZO
114. NELSIENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN
115. MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO

POSSES, PROMOÇÕES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS em 2012

POSSES

Tomaram posse no Tribunal no ano de 2012:

No cargo de Juiz do Tribunal:

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

WILSON CARVALHO DIAS, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

REJANE SOUZA PEDRA, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

MARIA HELENA LISOT, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

LUCIA EHRENBRINK, em 10 de outubro, em vaga decorrente da aposentadoria da Exma. Desembargadora Ione Salin Gonçalves;

IRIS LIMA DE MORAES, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

MARIA MADALENA TELESKA, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

HERBERT PAULO BECK, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

GEORGE ACHUTTI, em 28 de maio, em vaga criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL, em 10 de outubro, em vaga destinada a advogado criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011.

No cargo de Juiz do Trabalho Substituto:

EDUARDO BATISTA VARGAS, em 02 de abril (remoção – TRT da 16ª Região);

ANA PAULA KEPPELER FRAGA, em 02 de abril (remoção – TRT da 9ª Região);

SOFIA FONTES REGUEIRA, em 05 de julho (remoção – TRT da 1ª Região);

MARCIA PADULA MUCENIC, em 19 de dezembro;

MATHEUS BRANDÃO MORAES, em 19 de dezembro;

CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO, em 19 de dezembro;

BRUNO MARCOS GUARNIERI, em 19 de dezembro;

LUCIA RODRIGUES DE MATOS, em 19 de dezembro;

CHARLES LOPES KUHN, em 19 de dezembro;

CAUÊ BRAMBILLA DA SILVA, em 19 de dezembro;

DANIELA MEISTER PEREIRA, em 19 de dezembro;

THIAGO BOLDT DE SOUZA, em 19 de dezembro;

CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA, em 19 de dezembro;

ANA PAULA SARTORELLI BRANCACCIO, em 19 de dezembro;

INÁCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, em 19 de dezembro;

MILENA ODY, em 19 de dezembro;

RODRIGO MACHADO JAHN, em 19 de dezembro;

ANDREA RENZO BRODY, em 19 de dezembro;
FELIPE LOPES SOARES, em 19 de dezembro;
BRAULIO AFFONSO COSTA, em 19 de dezembro;
VICTOR PEDROTI MORAES, em 19 de dezembro;
PATRICIA ZEILMANN COSTA, em 19 de dezembro;
LUCIANO MORAES SILVA, em 19 de dezembro;
EVANDRO LUÍS URNAU, em 19 de dezembro;
IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS, em 19 de dezembro;
JULIANE PENTEADO DE CARVALHO BERNARDI, em 19 de dezembro;
KELEN PATRÍCIA BAGETTI, em 19 de dezembro;
GIANI GABRIEL CARDOZO, em 19 de dezembro;
NELSILENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN, em 19 de dezembro;
MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO, em 19 de dezembro;

PROMOÇÕES PARA O CARGO DE JUIZ DO TRABALHO TITULAR

IVANILDO VIAN, em 02 de abril, para a VT de Palmeira das Missões;
SILVIONEI DO CARMO, em 02 de abril, para a VT de Cruz Alta;
FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE, em 02 de abril, para a 3ª VT de de Passo Fundo;
MÁRCIO LIMA DO AMARAL, em 02 de abril, para a VT de São Borja;
TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM, em 02 de abril, para a VT de Santana do Livramento;
CARLA SANVICENTE VIEIRA, em 02 de abril, para a 1ª VT de de Bagé;
JANAÍNA SARAIVA DA SILVA, em 02 de abril, para a 4ª VT de de Passo Fundo;
INGRID LOUREIRO IRION, em 02 de abril, para a 2ª VT de de Uruguaiana;
FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, em 13 de julho, para a 2ª VT de de Uruguaiana;
PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI, em 13 de julho, para a VT de Frederico Westphalen;
ADRIANA FREIRES, em 13 de julho, para a VT de São Borja;
SIMONE OLIVEIRA PAESE, em 10 de setembro, para a 1ª VT de Passo Fundo;
VALDETE SOUTO SEVERO, em 10 de setembro, para a 1ª VT de de Erechim;
MARISTELA BERTEI ZANETTI, em 10 de setembro, para a VT de Cruz Alta;
ANA JULIA FAZENDA NUNES, em 10 de setembro, para a VT de Frederico Westphalen;
RAFAEL DA SILVA MARQUES, em 10 de setembro, para a VT de 1ª de Bagé;
CINARA ROSA FIGUEIRÓ, em 10 de setembro, para a 2ª VT de Rio Grande;
GLÓRIA VALÉRIO BANGEL, em 10 de setembro, para a VT de Alegrete;
LUCIANO RICARDO CEMBRANEL, em 10 de setembro, para a 2ª VT de de Bagé;
EDUARDO DUARTE ELYSEU, em 12 de novembro, para a VT de Palmeira das Missões;
RENATO BARROS FAGUNDES, em 12 de novembro, para a 2ª VT de de Bagé;
CANDICE VON REISSWITZ, em 12 de novembro, para a 2ª VT de de Santa Rosa;
ODETE CARLIN, em 12 de novembro, para a 1ª VT de de Bagé;
LUCIANA BÖHM STAHNKE, em 12 de dezembro, para a 3ª VT de Rio Grande;
CINTIA EDLER BITENCOURT, em 12 de dezembro, para a VT de São Borja;
CRISTIANE BUENO MARINHO, em 12 de dezembro, para a VT de 4ª de Rio Grande;
CRISTINA BASTIANI, em 12 de dezembro, para a 2ª VT de de Bagé;
JOSÉ CARLOS DAL RI, em 12 de dezembro, para a 1ª VT de de Bagé.

REMOÇÕES

MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO, em 27 de janeiro, para a 2ª VT de Santa Maria;
ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES, em 30 de janeiro, para a 2ª VT de Passo Fundo;
CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI, em 31 de janeiro, para a VT Triunfo;
FERNANDO FORMOLO, em 31 de janeiro, para a VT Santiago;
LEANDRO KREBS GONÇALVES, em 31 de janeiro, para a 3ª VT de Caxias do Sul;
MARCELO CAON PEREIRA, em 31 de janeiro, para a 1ª VT de Passo Fundo;
NEUSA LIBERA LODI, em 31 de janeiro, para a 1ª VT de Sapiranga;
ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN, em 31 de janeiro, para a 2ª VT de Santa Cruz do Sul;
ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH, em 15 de fevereiro, para a VT Camaquã;
LAURA ANTUNES DE SOUZA, em 15 de fevereiro, para a 1ª VT de Uruguaiana;
LUCIA EHRENBRINK, em 15 de fevereiro, para a VT São Gabriel;
LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI, em 15 de fevereiro, para a VT Ijuí;
MAURÍCIO MACHADO MARCA, em 15 de fevereiro, para a 2ª VT de Lajeado;
RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR, em 15 de fevereiro, para a 2ª VT de Caxias do Sul;
VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER, em 5 de fevereiro, para a 2ª VT de Rio Grande;
LEANDRO KREBS GONÇALVES, em 28 de fevereiro, para a VT Estância Velha;
CERES BATISTA DA ROSA PAIVA, em 05 de março, para a 23ªVT de Porto Alegre;
JARBAS MARCELO REINICKE, em 05 de março, para a VT Alegrete;
MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA, em 05 de março, para a 2ª VT de Gravataí;
MARCELO SILVA PORTO, em 19 de março, para a 3ª VT de Caxias do Sul;
LEANDRO KREBS GONÇALVES, em 21 de março, para a 5ª VT de Novo Hamburgo;
ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA, em 23 de março, para a 1ª VT de Canoas;
MARCELO CAON PEREIRA, em 09 de abril, para a VT Lagoa Vermelha;
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, em 09 de abril, para a 1ª VT de Passo Fundo;
LEANDRO KREBS GONÇALVES, em 17 de abril, para a 2ªVT de Canoas;
RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR, em 17 de abril, para a VT Estância Velha;
SILVIONEI DO CARMO, em 17 de abril, para a 1ª VT de Erechim;
INGRID LOUREIRO IRION, em 24 de abril, para a 2ª VT de Bagé;
MÁRCIO LIMA DO AMARAL, em 12 de maio, para a VT Cruz Alta;
MAURÍCIO MACHADO MARCA, em 12 de maio, para a 2ª VT de Caxias do Sul;
PATRÍCIA HERINGER, em 12 de maio, para a 5ª VT de Novo Hamburgo;
VALÉRIA HEINICKE DO NASCIMENTO, em 31 de maio, para a 25ª VT de Porto Alegre;
ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES, em 04 de junho, para a 2ª VT de Lajeado;
ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN, em 20 de junho, para a 1ª VT de Gramado;
EDSON PECIS LERRER, em 20 de junho, para a 22ª VT de Porto Alegre;
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL, em 20 de junho, para a 15ª VT de Porto Alegre;
HORISMAR CARVALHO DIAS, em 20 de junho, para a 16ª VT de Porto Alegre;
RICARDO FIOREZE, em 20 de junho, para a 2ª VT de Gramado;
RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR, em 20 de junho, para a 4ª VT de Novo Hamburgo;
ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI, em 25 de junho, para a 26ª VT de Porto Alegre;
CARLOS ALBERTO MAY, em 25 de junho, para a VT Alvorada;
LUIZ ANTONIO COLUSSI, em 25 de junho, para a 10ª VT de Porto Alegre;
RUI FERREIRA DOS SANTOS, em 25 de junho, para a VT Farroupilha;
ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH, em 19 de julho, para a VT Encantado;
BERNARDA NUBIA TOLDO, em 19 de julho, para a 1ª VT de Sapucaia do Sul;
CARLA SANVICENTE VIEIRA, em 19 de julho, para a VT Guaíba;
JARBAS MARCELO REINICKE, em 19 de julho, para a VT Estância Velha;

MÁRCIO LIMA DO AMARAL, em 19 de julho, para a 5ª VT de Canoas;
NEUSA LÍBERA LODI, em 19 de julho, para a 2ª VT de Sapucaia do Sul;
PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI, em 19 de julho, para a 2ª VT de Passo Fundo;
SILVIONEI DO CARMO, em 19 de julho, para a 4ª VT de Caxias do Sul;
VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER, em 19 de julho, para a 3ª VT de Novo Hamburgo;
INGRID LOUREIRO IRION, em 19 de julho, para a 4ª VT de Canoas;
PAULO LUIZ SCHMIDT, em 19 de julho, para a 20ª VT de Porto Alegre;
CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI, em 13 de agosto, para a 1ª VT de Sapiranga;
IVANILDO VIAN, em 13 de agosto, para a VT Três Passos;
JANAÍNA SARAIVA DA SILVA, em 13 de agosto, para a 2ª VT de São Leopoldo;
RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO, em 13 de agosto, para a VT Rosário do Sul;
PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI, em 05 de setembro, para a 3ª VT de Sapiranga;
MARCELO SILVA PORTO, em 24 de setembro, para a 6ª VT de Caxias do Sul;
LUCIANO RICARDO CEMBRANEL, em 25 de setembro, para a 2ª VT de Passo Fundo;
RAFAEL DA SILVA MARQUES, em 25 de setembro, para a 4ª VT de Passo Fundo;
SIMONE OLIVEIRA PAESE, em 25 de setembro, para a VT Triunfo;
ANA JULIA FAZENDA NUNES, em 09 de outubro, para a 3ª VT de Caxias do Sul;
RAFAEL DA SILVA MARQUES, em 09 de outubro, para a 1ª VT de Passo Fundo;
VALDETE SOUTO SEVERO, em 03 de outubro, para a 3ª VT de Erechim;
CLÁUDIO ROBERTO OST, em 06 de outubro, para a VT Frederico Westphalen;
ADRIANA FREIRES, em 09 de outubro, para a VT São Gabriel;
ODETE CARLIN, em 19 de outubro, para a 1ª VT de Santa Rosa;
RENATO BARROS FAGUNDES, em 19 de novembro, para a 4ª VT de Passo Fundo;
KARINA SARAIVA CUNHA, em 04 de dezembro, para a 2ª VT de Esteio;
CANDICE VON REISSWITZ, em 05 de dezembro, para a 1ª VT de Erechim;
THEMIS PEREIRA DE ABREU, em 05 de dezembro, para a 19ª VT de Porto Alegre;
JARBAS MARCELO REINICKE, em 06 de dezembro, para a 4ª VT de São Leopoldo;
ADRIANA FREIRES, em 20 de dezembro, para a VT Montenegro;
ARY FARIA MARIMON FILHO, em 20 de dezembro, para a 28ª VT de Porto Alegre;
VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER, em 21 de dezembro, para a VT Estância Velha.

APOSENTADORIAS DE JUÍZES

MAGÁLI MASCARENHAS AZEVEDO, em 18 de janeiro;
GERSON ANTONIO PAVINATO, em 08 de fevereiro;
INAJA OLIVEIRA DE BORBA, em 11 de maio;
ROSANE CAVALHEIRO GUSMÃO, em 12 de novembro.

APOSENTADORIAS DE DESEMBARGADORES

CARLOS ALBERTO ROBINSON, em 17 de julho;
MARIA INÊS CUNHA DORNELLES, em 17 de julho.

COMISSÕES

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Composição em 31.12.2012:

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE
Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Composição em 31.12.2012:

Desembargadora BEATRIZ RENCK – Presidente
Desembargador ALEXANDRE CORREA DA CRUZ
Desembargador MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Juiz JORGE ALBERTO ARAUJO
Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES

ESCOLA JUDICIAL

Composição em 31.12.2012:

Desembargador DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Diretor

Conselho Consultivo:

Desembargadora aposentada IONE SALIN GONÇALVES
Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO
Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA
Desembargadora CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Juiz RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
Juíza LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
Juiz CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA
Juíza CAROLINA HOSTYIN GRALHA BECK

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Composição em 31.12.2012:

Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente
Desembargadora VANIA CUNHA MATTOS
Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Juiz MAURÍCIO SCHMIDT BASTOS
Servidor THOMAZ DA COSTA FARIAS
Servidor LUCAS ANDRE GUARNIER RODHE

REPRESENTANTES DO TRIBUNAL JUNTO À FUNDAÇÃO ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL – FEMARGS

Composição em 31.12.2012:

Desembargador MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN

COMISSÃO DO MEMORIAL

Composição em 31.12.2012:

Titulares:

Desembargadora aposentada MARIA GUILHERMINA MIRANDA
Desembargadora aposentada MAGDA BARROS BIAVASCHI
Desembargadora aposentada DENISE MARIA DE BARROS

Suplentes:

Desembargador RICARDO CARVALHO DE FRAGA
Juíza ANITA JOB LÜBBE
Juiz ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN

COMISSÃO PERMANENTE DE INFORMÁTICA

Composição em 31.12.2012:

Desembargador RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING – Presidente
Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN
Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
Juíza MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
Juíza JULIETA PINHEIRO NETA

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Composição em 31.12.2012:

Desembargador LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Presidente
Desembargadora VANIA CUNHA MATTOS
Desembargador CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Composição em 31.12.2012:

Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Supervisora
Servidora REJANE TEREZINHA ESCARRONE CORREA – Secretária-Geral da Presidência
Servidora SORAIA BOHN – Secretária da Corregedoria
Servidor LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO – Diretor-Geral
Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS – Secretário-Geral Judiciário
Servidor ISNARD PEIXOTO NETO – Diretor da Secretaria Processual

Servidora CINTYA ROLIM DREGER – Assistente-Chefe da Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PPDs DO TRT DA 4ª REGIÃO

Composição em 31.12.2012:

Servidor ARI ANTONIO HECK – Coordenador
Servidora CÉLIA ROSANE DIAS AZAMBUJA
Servidora MARIA ESTER FONSECA VIEIRA
Servidora PATRICIA SIQUEIRA RODRIGUES
Servidor MÁRCIO ANTONIO HORNOS STEFFENS
Servidor JOÃO LUIZ CAVALIERI MACHADO
Servidor PEDRO IVO SIQUEIRA DE BELLI
Servidora MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA BRITO
Servidora DÉBORA BECKER

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Composição em 31.12.2012:

Titulares:

Servidor CIRO LUIZ STEPHANINI – Presidente
Servidor ALEXANDRE GOETTEMS ZORATTO
Servidor JOSÉ VALIM BEMFICA FILHO

Suplentes:

Servidor EUNICE CONCEIÇÃO CEZAR
Servidora ROSAURA PEREIRA GONÇALVES
Servidora SILVANA ROCHA

COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL DE VALOR SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NO ARTIGO 23 DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.1993

Composição em 31.12.2012:

Servidor SANDRO SCHIAVON
Servidor LUCIANA KARST PASSOS
Servidora SILVANA KOSLOWSKI PIRES
Servidor TIAGO RIGON PEDRINI
Servidor VLADIMIR MASCARENHAS DE SOUZA
Servidor LUCIANO CIPRIANI
Servidor MARCIA LINS MULLER
Servidor ALEXANDRE GOMES NUNES
Servidor GUSTAVO GROHS
Servidor CHRISTIAN LIMBACHER
Servidor LUIZ FERNANDO PONTELLO
Servidor KATSUO TAKEUCHI
Servidor FELIPE CHITES VIEIRA

Servidor DENIS ARMANDO ERTL PETRY
Servidor LUÍS ANTONIO SILVA
Servidor ALEXANDRE DE ALMEIDA BARCELOS
Servidor PAULO RICARDO PEREIRA
Servidor ÁLVARO FELIPE SALOMÃO FERREIRA
Servidor MANOEL JOSE SILVA DA COSTA
Servidor EDSON CAMPONOGARA BARBOSA
Servidor LUIZ CARLOS SCOTTI DA FONTOURA
Servidor MARZO BOBSIN DOS SANTOS
Servidor JOÃO LUIZ PEIXOTO DA SILVA
Servidor GEORGE JEFFERSON DE OLIVEIRA FELICIO
Servidor ALBERTO DANIEL MÜLLER
Servidor DENILSON RIBEIRO DE QUADROS
Servidor VOLNEI CESAR SUSIN
Servidor PAULO MENDES RIBEIRO JÚNIOR
Servidor DANIEL LAZZAROTTO
Servidor ERNANI SOARES KERN

COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

Composição em 31.12.2012:

Juiz ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN (Coordenador)
Juíza ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI
ANA LUISA JOHANN LEAL
DENISE UMANN LADEIRA
MARGUIT RENATE SCHNEIDER
MARIA CLARA LUCENA ADAMS
MAURICIO OLIVEIRA AGLIARDI
NADIR DA COSTA JARDIM
RENE CHABAR KAPITANSKY
SANDRO DA SILVA LIMA
THAIS FERREIRA JARDIM

COMISSÃO DE CULTURA

Composição em 31.12.2012:

Desembargadora VANIA CUNHA MATTOS – Coordenadora
Desembargadora MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
Juíza CRISTINA BASTIANI DE ARAÚJO

DIREÇÃO, ASSESSORIAS E SECRETARIAS

Em 31 de dezembro de 2012

Secretária-Geral da Presidência

Rejane Terezinha Escarrone Corrêa

Secretário-Geral Judiciário

Onélio Luís Soares dos Santos

Diretor-Geral

Luiz Fernando Taborda Celestino

Assessor Jurídico da Presidência

Paulo de Assis Bergman (até 06.03.2012)

Fernando Freitas de Souza (a contar de 07.03.2012)

Assessor de Juízes

João Carlos Giroto

Assessora de Gestão Estratégica

Dalva Stracke Ferreira

Diretora da Secretaria de Controle Interno

Tânia Mara de Araújo Borges

Assessor de Comunicação Social

Ari da Silva Teixeira (a contar de 20.06.2012)

Coordenador do Memorial

Elton Luiz Decker (até 07.02.2012)

Alexandre Veiga (a contar de 08.02.2012)

Assessora do Juízo Auxiliar de Conciliação

Márcia Jaqueline Leal Vargas

Secretária Executiva da Escola Judicial

Carmen Rosane Carvalho Dorfmann

Coordenadora de Documentação e Pesquisa

Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira

Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento

Camila Frigo

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Natacha Moraes de Oliveira

Coordenador de Planejamento e Projetos

Alberto Daniel Muller

Coordenadora de Atendimento a Usuários

Therezinha Schaab

Coordenador de Infraestrutura Tecnológica

Paulo Mendes Ribeiro Junior

Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas

André Soares Farias

Secretária da Corregedoria

Soraia Bohn

Assessora de Informática da Secretaria da Corregedoria

Janine Scharlau Stoever

Assessor da Secretaria-Geral Judiciária

Aldo da Silva Jardim

Assessor do Gabinete da Direção-Geral

Antônio Carlos Lantmann

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos

Cláudia Regina Schröder

Diretor da Secretaria Processual

Isnard Peixoto Neto

Assessoria de Recurso de Revista

Tatiana Kraemer Leal

Roberta Zoratto Gastaldo

Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais

Ialdari Maria Benvenuti Santin

Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais

Mauren Reinoldi da Silva

Secretária da 1ª Turma

Elizete de Fátima de Freitas Machado

Secretária da 2ª Turma

Ceci Dal Mass Coser

Secretária da 3ª Turma

Ivone da Costa Weege (até 06.03.2012)

Paulo de Assis Bergman (a contar de 07.03.2012)

Secretária da 4ª Turma

Luciane Ramos Barros

Secretário da 5ª Turma

Guilherme Augusto Schander de Almeida

Secretário da 6ª Turma

Rubmar Fanni Adami

Secretária da 7ª Turma

Marguit Elisa Landmeier

Secretária da 8ª Turma

Rejane Fátima Scandolara Rubio

Secretária da 9ª Turma

Marcia Lamberti Doval

Secretário da 10ª Turma

Geraldo Cruz Teixeira

Secretário da 11ª Turma

Paulo Eduardo Vieira Correa

Coordenadora de Cadastramento Processual

Silvia Regina de Oliveira Sieczkowski

Coordenador de Recursos

José Leopoldo Tiecher Bronfmann

Coordenadora de Agravos e Certidões

Ana Cândida Costa Carvalho

Coordenadora de Precatórios

Rejane Teresinha Kohlrausch dos Santos

Diretor da Secretaria de Comunicação Social

Gabriel Pereira Borges Fortes Neto

Coordenador de Saúde

Pedro Ivo Siqueira de Belli

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas

Mauro Baltar Grillo

Coordenadora de Informações Funcionais

Fátima Mesquita

Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas

Paulo Ricardo Barreto Ferreira

Diretor da Secretaria de Administração

Carlos Aita

Coordenador de Contabilidade

Eder Giovane Scherer Oliveira

Coordenador de Planejamento

André Luis de Assis

Coordenadora de Licitações e Contratos

Daniela Vaz dos Santos

Coordenador de Material e Logística

Sandro Schiavon

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Fernando Sodré

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Tatiana Pedragosa Severo

Coordenador de Pagamento

Cesar Augusto Collatto

Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo

Beny Stewson Siqueira da Fontoura

Coordenador de Segurança Institucional

João Luiz Peixoto da Silva

Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos

Débora Becker

Coordenador de Projetos e Execução de Obras e Serviços

Marcos Aurélio da Rosa Silva

Coordenador de Manutenção e Instalações Prediais

Luis Fernando Pontello

PRESIDÊNCIA

A Desembargadora-Presidente, Maria Helena Mallmann, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2012.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos regimentais de competência do Órgão Especial	65
Precatórios	71
Recursos ordinários*	32
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao primeiro grau e ao Arquivo)	399

*Andamento RECO (NovaJus4) relativo aos locais Pleno e SDC.

Da extensa agenda cumprida pela Desembargadora-Presidente, destacam-se:

Janeiro	
Dia 17	Reunião com o Des. Denis Marcelo de Lima Molarinho, da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 18	Reunião com a Procuradora-Chefe em exercício da PRT4, Adriane Arnt Herbst, e com a Coordenadora do 2º Grau, Maria Cristina Sanches Gomes Ferreira. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Visita do Presidente da AJURIS/RS, Dr. João Ricardo dos Santos Costa, e a nova Diretoria eleita (Dr. Pio Giovani Dresch – Presidente; Dr. Eugênio Couto Terra – Vice-Presidente Administrativo, e Dr. Ronaldo Barão – Vice-Diretor eleito). Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Reunião com o Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, Coordenador Acadêmico da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 20	Visita da Ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, do Supremo Tribunal Federal. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 20	Reunião com a Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Pelotas. Local: Gabinete da Presidente
Dia 23	Visita à Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais – Arquivo-Geral, na Rua João Telles
Dia 25	Visita da Diretoria da AGETRA e da ABRAT. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 27	1ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno
Dia 30	Reunião com o Dr. Guilherme Lampert, Procurador da Caixa Econômica Federal. Local: Gabinete da Presidente
Dia 30	Reunião com a Comissão do Memorial. Local: Gabinete da Presidente

Fevereiro	
Dia 02	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: TST – Brasília/DF
Dia 06	Visita dos Juízes Geraldo Anastácio Brandeburski e João Vanderlan Rodrigues Vieira, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Local: Gabinete da Presidente
Dia 07	Reunião com o Presidente da Subseção da OAB de Bagé, adv. Roberto Heck Jr. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião sobre a Semana Nacional da Execução e Certidões Negativas, com o Juiz Marcelo Bergmann Hentschke e a Corregedoria Regional. Local: Salão Nobre da Presidência

Fevereiro	
Dia 08	Posse dos Juízes Eleitos para a Administração do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Local: TJM – RS
Dia 09	Reunião com representantes do Sintrajufe. Local: Gabinete da Presidente
Dia 14	Reunião com o Presidente da Seção Especializada em Execução, Des. João Ghisleni Filho. Local: Gabinete da Presidente
Dia 16	Reunião com Juízes de Caxias do Sul. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com o Núcleo de Conciliação e a Diretora do Foro de Porto Alegre. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com os juízes convocados e indicados à promoção ao TRT. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Reunião de Mediação – Processo 0000931-50.2012.5.04.0000. Local: Sala 1.003, no prédio-sede
Dia 27	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com o advogado João Cláudio da Silva, Presidente da Subseção São Leopoldo da OAB/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com o advogado Cláudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente da OAB/RS. Local: OAB/RS
Dia 28	Reunião com o Ministro Ermes Pedrassini. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com a advogada Lidia Woida. Local: Gabinete da Presidente
Dia 29	Reunião no Gabinete da Presidência do CSJT. Local: TST – Brasília – DF
	1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília – DF
	Reunião com Secretário da Reforma do Judiciário, Dr. Flávio Croce Caetano. Local: Palácio da Justiça – Ministério da Justiça – Brasília – DF

Março	
Dia 01	Reunião com o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Dr. Ivo da Mota Azevedo Correa. Local: Brasília – DF
	Reunião com o Ministro Cezar Peluso, Presidente do STF, e com o Ministro Ricardo Lewandowski, do STF. Local: Brasília – DF
Dia 02	Reunião com Diretor da Escola Judicial, Des. Denis Molarinho, e com o Coordenador Acadêmico da Escola Judicial, Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Dr. Ivan Camargo dos Santos, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho – 4ª Região, e Dr. Gilberto Souza dos Santos, Procurador do Trabalho da Unidade Pelotas. Local: Gabinete da Presidente
Dia 05	Reunião com a Comissão do Memorial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 07	Reunião com o Deputado Adão Villaverde. Local: Assembleia Legislativa do Estado do RS
	Reunião com Centrais Sindicais. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 08	Almoço com o Ministro Ermes Pedrassani. Local: Dado Garden Grill – Shopping Praia de Belas
Dia 09	Reunião com Luiz Fernando Mainardi, Secretário da Agricultura. Local: Salão Nobre da Presidência
	Aposição do Retrato do Des. Flavio Portinho Sirangelo na Galeria de Diretores da Escola Judicial do TRT da 4ª Região. Local: Escola Judicial
Dia 12	Visita do Presidente da Satergs, advogado Gustavo Juchem; do Vice-Presidente, advogado Eduardo Raupp, e do Diretor, advogado Tomas Vieira. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Desembargadores e Juízes Convocados. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 13	Reunião com Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação no RS. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com o advogado Cláudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente da OAB/RS. Local: Sede da OAB/RS
Dia 14	Reunião com o Núcleo Regional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com o Dr. Heron de Oliveira, Superintendente do Ministério do Trabalho. Local: Gabinete da Presidente

Março	
Dia 19	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com Juiz Paulo André de França Cordovil, Diretor do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Tarso Genro, Governador do Estado. Local: Palácio Piratini
Dia 21	Reunião com o Ministro Renato de Lacerda Paiva, TST, Conselheiro do CSJT. Local: Brasília – DF
	Reunião com a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do TST. Local: TST – Brasília – DF
	Reunião com o Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e Conselheiro do CSJT. Local: Brasília – DF
	Reunião com o Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa, Conselheiro do CSJT. Local: Brasília – DF
Dia 22	Reunião com o Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST e Conselheiro do CSJT. Local: TST – Brasília – DF
	Reunião com o Ministro do TST Emmanoel Pereira, Conselheiro do CSJT. Local: Brasília – DF
Dia 23	Reunião do Gabinete do Presidente do CSJT. Local: Brasília – DF
	2ª Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília – DF
Dia 26	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno
	2ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno
Dia 27	Reunião com Núcleo de Conciliação. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com o Procurador Regional da União na 4ª Região, Luiz Antonio Alcoba de Freitas. Local: Gabinete da Presidente
Dia 28	Reunião com o Des. José Lúcio Munhoz, Conselheiro do CNJ. Local: CNJ – Brasília
	Reunião com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Local: Brasília – DF
Dia 29	Reunião com o Dr. Heron de Oliveira, Superintendente do Ministério do Trabalho. Local: Superintendência do Ministério Público do Trabalho
	Visita ao Prefeito de Osório. Local: Osório – RS
Dia 30	Reunião-almoço da SATERGS e AGETRA. Local: FEDERASUL
	Reunião com Des. Denis Marcelo de Lima Molarinho, Diretor da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente

Abril	
Dia 02	Reunião com Núcleo de Conciliação, Escola Judicial, OAB, SATERGS, AGETRA e ABRAT. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com o Dr. Luiz Eduardo Amaro Pellizzer, Conselheiro e Coordenador das Subseções da OAB. Local: Gabinete da Presidente
	Posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Eduardo Batista Vargas (TRT da 16ª Região – Maranhão) e Ana Paula Keppeler Fraga (TRT da 9ª Região – Paraná). Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 03	Visita ao Prefeito de Estrela, Sr. Celso Bronstrup. Local: Prefeitura Municipal de Estrela – RS
Dia 09	Visita ao Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS. Local: Sintrajufe
Dia 10	Visita ao Prefeito do Município de Nova Prata, Sr. Vitor Pletsch. Local: Prefeitura Municipal de Nova Prata
	Visita ao Prefeito do Município de São Sebastião do Caí, Sr. Darci José Lauermann. Local: Prefeitura de São Sebastião do Caí
Dia 11	Grande Expediente Especial em Homenagem aos 80 anos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul. Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, Assembleia Legislativa
	Cerimônia de Abertura da VI Conferência Estadual dos Advogados, em comemoração aos 80 anos de criação da OAB no Rio Grande do Sul. Local: Teatro Dante Barone, Assembleia Legislativa
Dia 13	Reunião com o Grupo das Boas Práticas. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com integrantes da subseção da OAB e Comunidade Jurídica de Carazinho, e com o Juiz Ben-Hur Silveira Claus, Titular da Vara do Trabalho de Carazinho. Local: Salão Nobre da Presidência

Abril	
	Reunião com advogados da subseção de Novo Hamburgo – Coordenadora Dra. Regina Abel. Local: Gabinete da Presidente
Dia 16	Visita ao Prefeito do Município de Capão da Canoa/RS, Sr. Amauri Magnus Germano. Local: Prefeitura Municipal de Capão da Canoa
	Visita ao Prefeito do Município de Tramandaí – RS, Sr. Anderson José Tomiello Hoffmeister. Local: Prefeitura Municipal de Tramandaí
Dia 17	Reunião com Instituto dos Advogados do RS. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com a Juíza Elisabete Santos Marques, Titular da Vara do Trabalho de Viamão. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Carlos Alberto Carvalho, Presidente do Conselho Gestor da UniTV. Local: Gabinete da Presidente
Dia 19	Sessão Solene de Posse dos Ministros Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa como Presidente e Vice-Presidente do STF e do CNJ, respectivamente. Local: STF – Brasília – DF
	Cerimônia de Abertura do XVII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho. Local: Centro de Eventos e Convenções do Hotel Brasil 21 – Brasília – DF
	Coquetel em Homenagem aos Ministros Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa por ocasião de suas posses nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente do STF. Local: Brasília – DF
Dia 20	Reunião do Gabinete do Presidente do CSJT. Local: TST – Brasília – DF
	3ª Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília – DF
Dias 24 e 25	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: Brasília – DF
Dia 26	Reunião com Elaine Lorenzon, Procuradora de Justiça da MPE/RS. Local: Gabinete da Presidente
Dia 27	3ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o TRT da 4ª Região, a Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/RS, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho IV Região – AMATRA IV. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião do Fórum de Relações Institucionais da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência

Maio	
Dia 02	Entrevista para o Jornal Correio do Povo, sobre o Fórum de Relações Institucionais. Local: Gabinete da Presidente.
Dia 03	Reunião com adv. Cesar Vergara de Almeida Martins Costa, Vice-Presidente do IARGS. Local: Gabinete da Presidente
	Visita Institucional à Faculdade de Direito da PUC-RS (Professor Gilberto Stürmer). Local: PUC-RS
Dia 04	Visita institucional à Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul – Federasul
	Visita do Deputado Nelson da Silva e da adv. Lidia Woida. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com a Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Magistrados de Caxias do Sul (Juízes Marilene Sobrosa Friedl, Marcelo Silva Porto, Tiago Mallmann Sulzbach e Ana Julia Fazenda Nunes). Local: Gabinete da Presidente.
	Reunião com a adv. Maria Helena Cunha Dornelles, Secretária-Geral Adjunta da OAB/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 07	Reunião com o Presidente da Subseção da OAB de São Leopoldo, adv. João Claudio da Silva. Local: Gabinete da Presidente
	Visita de integrantes da ABRAT e da AGETRA. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com a Gerente Jurídico da Macrorregião 04 (RS, SC, PR) da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, Dra. Virginia Darsie de Oliveira. Local: Gabinete da Presidente
Dia 08	Reunião de Mediação – Processo 0003154-73.2012.5.04.0000. Local: Sala 1.005, prédio-sede
Dia 09	Visita Institucional à União Geral dos Trabalhadores

Maio	
Dia 10	Visita Institucional à Força Sindical
	Visita Institucional à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul
	Grande Expediente referente ao Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho. Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, na Assembleia Legislativa do Estado do RS
	Visita Institucional ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS, Sr. Alexandre Postal. Local: Assembleia Legislativa do Estado do RS
Dia 14	Visita Institucional ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
	Visita Institucional ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região
	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs. Local: Femargs
Dia 15	Reunião com a Comissão do Concurso para Juiz Substituto. Local: Gabinete da Presidente
Dia 17	Reunião com adv. José Bueno Trindade, Presidente da Subseção da OAB – Três Passos. Local: Gabinete da Presidente
	Renovação do convênio com a UniTV. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Palestra "O Sistema Recursal Trabalhista e a Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais". Ministrante: Luiz Phillippe Vieira de Mello Filho, Ministro do TST. Local: Escola Judicial
Dia 21	Visita institucional ao Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. Local: Praça Montevideo, Porto Alegre.
Dia 22	Reunião com o Juiz Marcos Fagundes Salomão, Presidente da AMATRA IV; o Coordenador da Justiça do Trabalho da AMB, Plínio Bolivar de Almeida; e o Juiz Daniel Souza de Nonohay. Local: Gabinete da Presidente
Dias 23 e 24	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: Brasília – DF
Dia 24	Solenidade de Entrega da medalha "Mérito Funcional" pela conclusão do e-Gestão, concedida pela CGJT. Local: Auditório Ministro Mozart Victor Russomano – TST – Brasília – DF
Dia 25	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília – DF
Dia 28	Posse dos desembargadores Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Wilson Carvalho Dias, Rejane Souza Pedra, Francisco Rossal de Araújo, Marcelo Gonçalves de Oliveira, Maria Helena Lisot, Iris Lima de Moraes, Maria Madalena Telesca, Herbert Paulo Beck e George Achutti. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com os novos Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 28	4ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Reunião com os novos Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 29	Reunião com o Conselheiro Bruno Dantas. Local: CNJ – Brasília – DF
	Reunião com a Corregedora Eliana Calmon. Local: CNJ – Brasília – DF
Dia 30	Lançamento da Pedra Fundamental do Foro Trabalhista de Estrela. Local: Estrela – RS
Dia 31	Reunião com representantes da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidência.

Junho	
Dia 01	A Presidente, Maria Helena Mallmann, palestrou sobre "Unicidade, Liberdade e Autonomia Sindical" em evento promovido pela Fecosul. Local: Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião do Fórum de Relações Institucionais da Justiça do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com o Procurador do Trabalho Gilberto Souza dos Santos. Local: Gabinete da Presidente
Dia 04	Reunião com o Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira. Local: CNJ – Brasília – DF
	Reunião com o conselheiro Gilberto Valente Martins. Local: CNJ – Brasília – DF
Dia 05	Acompanhamento de sessão do CNJ. Local: Brasília – DF
Dia 11	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno.
	Reunião Extraordinária da Femargs. Local: Amatra IV
Dia 12	Visita ao Prefeito de Rio Grande. Local: Rio Grande – RS
Dia 13	Visita ao Prefeito de Arroio Grande. Local: Arroio Grande – RS
	Visita ao Prefeito de Jaguarão. Local: Jaguarão – RS

Junho	
Dia 14	Reunião-visita ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
	Reunião com o Diretor-Presidente do Grupo CEEE, Sr. Sérgio Souza Dias. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 15	Posse da nova Diretoria da Amatra IV. Local: Amatra IV
	Seminário Conciliação no Processo do Trabalho: Dimensões e Técnicas. Local: Auditório Ruy Cirne Lima – Escola Judicial
	Jantar de posse da nova Diretoria da Amatra IV. Local: Sociedade Libanesa
Dia 18	Recepção ao Ministro Corregedor-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, Antônio José de Barros Levenhagen. Local: Gabinete da Presidente
Dias 18 a 22	Correição Ordinária e Auditoria no TRT da 4ª Região
Dia 22	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	5ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Reunião com Silvio Torves, Assessor Jurídico do Banco do Brasil. Local: Gabinete da Presidente
Dia 25	Reunião com representantes do Banco do Brasil: Adriano Mendonça, Gerente Geral da Agência de Setor Público, e Alucir Biasi, Superintendente do Governo. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com representantes do Sintrajufe. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Presidente da Amatra IV. Local: Gabinete da Presidente
Dia 27	Entrevista para o Programa Justiça do Trabalho. Local: Gabinete da Presidente
	Entrega do Prêmio Excelência 2011 pelo CSJT. Local: TST – Brasília – DF
Dia 28	Reunião com representante da ULBRA, Dr. Jonas Osmar Diedrich. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 29	Reunião no Gabinete da Presidência do CSJT. Local: TST – Brasília – DF
	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília – DF

Julho	
Dia 02	Fórum de Relações Administrativas. Local: Salão Nobre da Presidência
	Assinatura da Portaria nº 4.174/12, que cria o Fórum de Relações Administrativas. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 04	Reunião com a Comissão de Informática. Local: Gabinete da Presidência
Dia 05	Posse da Juíza Substituta Sofia Fontes Regueira. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião da Administração. Local: Gabinete da Presidente
Dia 06	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	Reunião com Assessoria Extraordinária de Relações Internas. Local: Gabinete da Presidente
Dia 10	Reunião com Assessoria Extraordinária de Relações Internas. Local: Gabinete da Presidente
	Coquetel em Comemoração aos 80 anos do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre e Solenidade de Entrega do Troféu Semear. Local: Sogipa
Dia 11	Visita do Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Ouvidor do TRF4. Local: Gabinete da Presidente
Dia 12	Reunião com Presidente da Subseção da OAB de Caxias do Sul, advogado Marcelo Graziotin. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com Conselheiro e Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, Dr. Raimar Machado. Local: Gabinete da Presidente
Dia 16	Posse em Gabinete do Des. Hugo Carlos Scheuermann como Ministro do TST. Local: TST – Brasília – DF
Dia 17	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 20	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 24	Reunião com Gerente Regional da Caixa Econômica Federal, Almirante Glashorester. Local: Gabinete da Presidente
Dia 25	Reunião sobre o Prêmio Inovare 2012. Local: Gabinete da Presidente
Dia 27	6ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno – Prédio Anexo

Julho	
	4ª Reunião do Fórum de Relações Institucionais. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 31	Reunião com representantes da Caixa Econômica Federal. Local: Gabinete da Presidência

Agosto	
Dia 01	Reunião com Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. Local: Gabinete da Presidente
	Visita do Diretor da Femargs, Des. José Fernando Heller de Moura. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com representantes da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 03	2ª Reunião com Diretores da Área Administrativa do Tribunal. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião da Administração. Local: Gabinete da Presidente
Dia 07	Solenidade de Abertura do Seminário Direito do Trabalho e Dignidade Humana. Local: Hotel Plaza São Rafael – Porto Alegre – RS
	Reunião com a Associação dos Procuradores do Estado. Local: Gabinete da Presidência
Dia 09	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores - Coleprecior. Local: Brasília – DF
Dia 10	Sessão Solene de Ratificação de Posse dos 10 Desembargadores empossados em 28 de maio de 2012. Local: Plenário do TRT
Dia 13	Reunião da Administração. Local: Gabinete da Presidente
Dia 14	Reunião com a Comissão de Informática. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com CODITRA. Local: Gabinete da Presidente
Dia 15	Visita da Des. Denise Oliveira Cezar, do Tribunal de Justiça do RS, e do Dr. Alberto Delgado Neto, Diretor da Escola Superior da Magistratura. Local: Gabinete da Presidente
	Visita do Diretor da Fiergs, Leo Iolovitch. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com representantes da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Procuradora-Geral Adjunta, Dra. Simone Somensi, e Secretário do Planejamento, Dr. Ricardo Goethe.
Dia 16	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	1ª Reunião do Fórum de Relações Administrativas. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com Assessoria Extraordinária de Relações Internas. Local: Gabinete da Presidente.
Dia 20	Reunião com a Comissão de Comunicação e Relações Institucionais. Local: Gabinete da Presidente
Dia 21	Reunião com representantes da Microsoft Brasil. Local: Gabinete da Presidente
Dia 22	Audiência com o Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do TST. Local: TST – Brasília – DF
	Sessão Solene de Posse Ministro do TST Hugo Carlos Scheuermann. Local: TST – Brasília – DF
Dia 27	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	7ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT

Setembro	
Dia 10	Reunião com Des. Denis Molarinho e Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidência
	Reunião com o Grupo de Estudo sobre Regime de Lotação. Local: Salão Nobre da Presidência
Dias 12 a 15	Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho da 4ª Região. Local: Hotel Dall'Onder, em Bento Gonçalves – DF
Dia 12	Reunião com o Prefeito de Pelotas, Sr. Adolfo Antonio Fetter Junior. Local: Gabinete da Presidente
Dia 17	Visita ao Foro de Caxias
Dia 18	Visita à Vara do Trabalho de Esteio, com o Grupo de Auditoria e Apoio. Apresentação do trabalho realizado pela consultoria Santo de Casa. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Abertura do Treinamento sobre o Sistema Nacional de Processo Eletrônico, ministrado pelo Des. Cláudio Brandão, do TRT da 5ª Região. Local: Escola Judicial
	Abertura da Sessão da 3ª Turma. Local: Sala 904
Dia 24	Ato Público pelo Trabalho Seguro na Construção Civil. Local: Arena do Grêmio – Porto Alegre – RS
	Instalação da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul e implantação do PJe. Local: Foro Trabalhista de Caxias do Sul

Setembro	
Dia 25	Solenidade de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no 2º grau de jurisdição do TRT da 4ª Região. Local: Plenário do TRT
Dia 26	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: TST – Brasília – DF
	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST - Brasília – DF
	Aposição das fotos dos Ministros João Oreste Dalazen e Carlos Alberto Reis na Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça do Trabalho. Local: TST - Brasília – DF
Dia 28	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	8ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	6ª Reunião do Fórum de Relações Institucionais. Local: Salão Nobre da Presidência
	Assinatura do Convênio TRT 82/2012 com a PRU4, para intimação dos acórdãos e despachos. Local: Salão Nobre da Presidência

Outubro	
Dia 02	Evento de Lançamento da Pedra Fundamental da Vara do Trabalho de Arroio Grande. Local: Arroio Grande
Dia 04	Reunião com Dr. Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho e Procuradora Maria Cristina Sanches Gomes Ferreira. Local: Gabinete da Presidente
	Visita do Presidente da Amatra, Daniel Souza de Nonohay. Local: Gabinete da Presidente
Dia 15	Posse em gabinete, como Desembargadoras do Tribunal, da Juíza do Trabalho Lucia Ehrenbrink e da advogada Tânia Regina Silva Reckziegel. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 16	Lançamento da Pedra Fundamental do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo
Dia 17	Audiência com Min. João Oreste Dalazen. Local: TST – Brasília – DF
Dia 18	Solenidade de Abertura do 15º Encontro de Gestores – "Construindo Equipes, liderando diversidades." Local: Dallonder Grand Hotel, Bento Gonçalves – RS
Dia 19	15º Encontro de Gestores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Local: Hotel Dall'Onder, em Bento Gonçalves – RS
Dia 23	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília – DF
Dia 26	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	9ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Entrega da Revista Proteção. Local: Gabinete da Presidente
Dia 29	Evento de Lançamento da Pedra Fundamental da Vara do Trabalho de Santo Ângelo. Local: Santo Ângelo – RS
Dia 30	Inauguração da 2ª VT de Santa Rosa. Local: Santa Rosa – RS

Novembro	
Dia 06	Sessão de Autógrafos da Revista do TRT4 e dos Cadernos da Amatra IV. Local: Memorial do Rio Grande do Sul
Dia 09	Visita do Superintendente Estadual do Banco do Brasil no RGS, Sr. Tarcísio Hubne, e o Gerente de Negócios, Sr. Luiz Carlos Bicca. Local: Gabinete da Presidente
	Lançamento da exposição em homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind. Local: <i>Lounge</i> da Escola Judicial.
Dia 12	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
Dia 13	Inauguração da 3ª Vara do Trabalho de Erechim. Local: Erechim – RS
	Jantar em comemoração à Inauguração da 3ª VT de Erechim. Local: Clube Caixeiral – Erechim – RS
Dia 19	Reunião com Desembargadores e Juízes Convocados. Local: Sala Multiúso
Dia 20	Visita do Deputado Estadual, Prefeito eleito de Rio Grande, Alexandre Linder Mayer. Local: Gabinete da Presidente
Dia 21	9ª Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília – DF
Dias 21 e 22	Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: TST - Brasília – DF
	Posse da nova Administração do STF. Local: STF – Brasília – DF

Novembro	
Dia 23	Encerramento do 4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho. Local: Escola Judicial
Dia 24	VI Congresso Estadual do Sintrajufe – RS. Local: Hotel Embaixador – Porto Alegre – RS
Dia 26	Reunião da Administração. Local: Gabinete da Presidente
Dia 27	Fórum de Relações Institucionais – "Acidentes do Trabalho, diagnóstico das causas e prevenção". Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 29	Reunião com representantes da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 30	Sessão Solene de Ratificação de Posse das Desembargadoras Lucia Ehrenbrink e Tânia Regina Silva Reckziegel. Local: Plenário do TRT

Dezembro	
Dia 03	Foto Oficial dos Desembargadores. Local: Plenário do TRT
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	10ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 04	Inauguração da 2ª Vara do Trabalho de Esteio. Local: Esteio – RS
Dia 06	Visita do Prefeito eleito de Estrela, Carlos Rafael Mallmann, e do Presidente da Subseção da OAB de Estrela, Daniel Horn. Local: Gabinete da Presidente
	Inauguração da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo. Local: São Leopoldo – RS
Dia 07	Fórum de Relações Administrativas. Local: Amatra IV
	Visita do Ministro Ives Gandra da Silva Martins. Local: Gabinete da Presidente
Dia 08	Solenidade de inauguração da Arena do Grêmio
Dia 10	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial. Local: Sala de reuniões do Memorial
Dia 12	Visita da advogada Lidia Coelho Herzberg. Local: Gabinete da Presidente
	Visita do advogado Paulo Roberto Crespo Cavalheiro. Local: Gabinete da Presidente
Dia 13	Visita da Diretoria da Agetra. Local: Salão Nobre da Presidência
	Assinatura de Convênio com o Registro de Imóveis. Local: Salão Nobre da Presidência
	Visita da advogada Denise Pires Fincato. Local: Salão Nobre da Presidência
	Abertura do II Festival de Arte e Cultura da Fase – Evento de encerramento do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania – TJC. Local: Sociedade Recreativa Beneficente Imperadores do Samba
	Reunião dos Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 14	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	11ª Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 17	Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Palmeira de Missões. Local: Palmeira das Missões – RS
Dia 19	Posse dos Juízes Substitutos. Local: Plenário do TRT
Dia 20	Reunião com o Sr. Romildo Bolzan Júnior, Prefeito Municipal de Osório. Local: Gabinete da Presidente

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho:

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos: servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Comissão de Gestão Ambiental: servidoras Ana Luísa Johann Leal, Assistente de Gabinete, e Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.

Comissão de Gestão Estratégica: Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente, e servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências: servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Fórum de Relações Administrativas: Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente.

Fórum de Relações Institucionais: Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente.

Núcleo Multidisciplinar de Capacitação para prospecção e proposições de ações de capacitação a serem implementadas e definição da competência para executar as ações do Plano de Capacitação: servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.

Grupo Gestor do ADM Eletrônico (Portaria 4.404/2010): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas (Portarias nºs 6.471/2012, 729/2010, 323/2010 e 3.172/08): servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.

Grupo de Trabalho responsável pela apresentação de estudo para elaboração de anteprojeto de lei que contemple as demandas relevantes e urgentes de ordem organizacional e pessoal, conforme Resolução 63/10, do CSJT (Portarias nºs 6.067/2012 e 6.470/2012): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo de Trabalho para elaboração de projeto visando à digitalização dos processos de competência da Seção Especializada em Execução (Portaria nº 4.175/2012): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo de Trabalho para organizar e acompanhar as atividades de lançamento de dados do Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT (Portaria nº 1.886/2012): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado a aprimorar o armazenamento dos processos arquivados (Portarias nºs 1.521/2012 e 2.343/2012): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado à formação e aperfeiçoamento de servidores (Portarias 973/2012 e 3.031/2012): servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.

Grupo de Trabalho para acompanhamento da tramitação de processos de interesse do TRT/RS (Portaria nº 218/2012): servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

Grupo de Trabalho para levantamento de requisitos funcionais a serem considerados no desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico (Portaria 298/2011): servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.

ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01, de 26 de janeiro de 2012 – Regulamenta, no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho, a prestação de serviço voluntário, com o objetivo de inclusão de devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02, de 25 de janeiro de 2012 – Dá novas providências aos regimes de lotação e de Juiz Auxiliar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 03, de 09 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para o trabalho relativo ao cadastro dos processos arquivados com dívida no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho.

Provimento Conjunto nº 04, de 12 de março de 2012 – Autoriza o Banco do Brasil S.A. a fazer uso de boleto bancário para realização de depósitos judiciais.

Provimento Conjunto nº 05, de 14 de maio de 2012 – Altera o procedimento de substituição de Juiz do Trabalho impedido ou suspeito em localidade com mais de uma unidade judiciária e em Vara do Trabalho dotada de regime de lotação ou auxílio.

Provimento Conjunto nº 06, de 15 de junho de 2012 – Disciplina, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a digitalização e a remessa de processos através de sistema eletrônico ao Tribunal Superior do Trabalho, bem assim o envio de autos físicos ao Depósito Centralizado, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 07, de 27 de junho de 2012 – Fixa período para suspensão dos prazos processuais e expedição de notificações nas Unidades Judiciárias de 1º grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região, bem como veda a realização de audiências, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 08, de 14 de agosto de 2012 – Estabelece procedimentos para o trabalho relativo ao saneamento das pendências identificadas pelos grupos formados para cadastrar os processos arquivados com dívida no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT.

Provimento Conjunto nº 09, de 15 de outubro de 2012 – Regulamenta o processo administrativo eletrônico de eliminação de documentos no âmbito da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 10, de 15 de outubro de 2012 – Fixa a data do término da paralisação dos empregados em estabelecimentos bancários para os fins previstos na Resolução Administrativa n. 09/2012.

Provimento Conjunto nº 11, de 29 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a lotação e o zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 12, de 14 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instituição de modelo de requisição e procedimentos para pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

PRINCIPAIS PORTARIAS

Portaria nº 218, de 17 de janeiro de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para acompanhamento da tramitação de processos de interesse do TRT/RS

Portaria nº 219, de 17 de janeiro de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudo sobre a reestruturação da área de Engenharia e Arquitetura do TRT/RS, bem assim a sua atual posição na estrutura administrativa do Órgão.

Portaria nº 344, de 25 de janeiro de 2012 – Implantação do processamento eletrônico na Vara do Trabalho de Guaíba

Portaria nº 767, de 07 de fevereiro de 2012 – Prorroga o prazo da Comissão de Segurança Institucional para apresentação da proposta de normatização da Política de Segurança Institucional do Tribunal, estabelecido na Portaria nº 5.755, de 29.11.11, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 840, de 10 de fevereiro de 2012 – Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho montado para apresentação de projeto de equacionamento do resíduo de primeiro grau e estabelecimento de rotinas/procedimentos objetivando evitar formação de novo resíduo, estabelecido na Portaria Conjunta nº 6.685, de 22.11.11, da Presidência e da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 906, de 16 de fevereiro de 2012 – Altera a composição do Grupo Gestor Regional do sistema e-Gestão.

Portaria nº 973, de 16 de fevereiro de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado à formação e aperfeiçoamento de servidores.

Portaria nº 981, de 16 de fevereiro de 2012 – Indica magistrados para atuar como gestores das Metas do Judiciário brasileiro do ano de 2012, tanto gerais quanto específicas da Justiça do Trabalho.

Portaria nº 1.508, de 12 de março de 2012 – Indica os membros natos para compor o Núcleo de Apoio à Execução, estabelecido na Resolução Administrativa nº 24, de 29.12.2011, do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.521, de 12 de março de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado a aprimorar o armazenamento dos processos arquivados.

Portaria nº 1.614, de 16 de março de 2012 – Dispõe sobre a criação da figura do Juiz de Cooperação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.615, de 16 de março de 2012 – Cria o Fórum de Relações Institucionais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Portaria nº 1.886, de 29 de março de 2012 – Cria Grupo de trabalho para organizar e acompanhar as atividades de lançamento de dados no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT, bem como designa seus membros.

Portaria nº 2.000, de 30 de março de 2012 – Altera a composição da Comissão de Gestão Ambiental – Cogeam constante do Anexo Único da Portaria nº 1.669, de 13.04.2010.

Portaria nº 2.343, de 18 de abril de 2012 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado a aprimorar o armazenamento dos processos arquivados, estabelecido na Portaria nº 1.521, de 12 de março de 2012, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.521, de 26 de abril de 2012 – Prorroga o prazo da Comissão de Segurança Institucional, criada pela Portaria nº 5.755, de 29.11.11, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para apresentação da proposta de normatização da Política de Segurança Institucional do Tribunal.

Portaria nº 2.691, de 03 de maio de 2012 – Revoga o artigo 3º e o Anexo Único da Portaria nº 4.388, de 12.09.11, da Presidência do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, que criou o Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.937, de 14 de maio de 2012 – Institui o Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela coordenação e execução das ações de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Portaria nº 3.031, de 18 de maio de 2012 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho constituído para elaborar projeto destinado ao treinamento de servidores, em ambiente no qual deverão ser reproduzidas, na prática, as rotinas de Secretaria de Vara do Trabalho pela Portaria nº 973, de 16 de fevereiro de 2012, da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.409, de 01 de junho de 2012 – Cria a Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 3.764, de 15 de junho de 2012 – Institui o Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências do TRT da 4ª Região e designa os respectivos integrantes.

Portaria nº 4.088, de 26 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região e nomeia a respectiva Comissão de Negociação.

Portaria nº 4.089, de 26 de junho de 2012 – Cria a Assessoria Extraordinária de Relações Internas da Justiça do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 4.174, de 02 de julho de 2012 – Cria o Fórum de Relações Administrativas e dá outras providências.

Portaria nº 4.175, de 02 de julho de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de projeto visando a digitalização dos processos de competência da Seção Especializada em Execução e designa os respectivos integrantes.

Portaria nº 4.244, de 06 de julho de 2012 – Aprova e implanta o macroprocesso da fase de planejamento das contratações de soluções de tecnologia da informação, no âmbito do TRT 4ª Região.

Portaria nº 4.245, de 06 de julho de 2012 – Cria Comitê Administrativo para atuar na fase de planejamento de contratações de soluções de tecnologia da informação e dá outras providências.

Portaria nº 4.843, de 24 de julho de 2012 – Altera a denominação e a composição do Núcleo Regional do Programa do Trabalho Seguro.

Portaria nº 4.844, de 24 de julho de 2012 – Institui o Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela organização e apoio ao Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção.

Portaria nº 4.975, de 31 de Julho de 2012 – Institui metodologia de gestão do portfólio de projetos e de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação e comunicações.

Portaria nº 4.989, de 01 de agosto de 2012 – Cria a Secretaria de Manutenção e Projetos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.991, de 01 de agosto de 2012 – Designa Magistrado para integrar o Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela organização e apoio ao Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção.

Portaria nº 5.095, de 07 de agosto de 2012 – Designa Magistrado para integrar a Comissão de Gestão Ambiental – Cogeam.

Portaria nº 5.326, de 15 de agosto de 2012 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região e nomeia a respectiva Comissão de Negociação.

Portaria nº 5.370, de 16 de agosto de 2012 – Cria o Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 5.371, de 16 de agosto de 2012 – Institui Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela coordenação e execução das ações de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT e dá outras providências.

Portaria nº 6.129, de 19 de setembro de 2012 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em face do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.154, de 21 de setembro de 2012 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT na 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, a partir de 24 de setembro de 2012, e, para as ações de mandado de segurança, na 1ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, a partir de 25 de setembro de 2012.

Portaria nº 6.470, de 05 de outubro de 2012 – Designa servidor para integrar o Grupo de Trabalho responsável pela apresentação de estudo para elaboração de anteprojeto de lei que contemple as demandas relevantes e urgentes de ordem organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.471, de 04 de outubro de 2012 – Designa integrantes do Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas.

Portaria nº 6.914, de 25 de outubro de 2012 – Institui o Processo de Desenvolvimento de Software no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 6.915, de 25 de outubro de 2012 – Designa servidores e magistrados para atuarem como Gestores dos Sistemas de Informação.

Portaria nº 7.230, de 08 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara do Trabalho de Erechim e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Erechim a partir de 13 de novembro de 2012.

Portaria nº 7.244, de 09 de novembro de 2012 – Altera a composição do Comitê de Segurança da Informação e dá outras providências.

Portaria nº 7.323, de 12 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Taquara.

Portaria Conjunta nº 7.633, de 23 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Gravataí.

Portaria nº 7.658, de 27 de novembro de 2012 – Altera artigo da Portaria nº 2.029, de 18 de maio de 2011, da Presidência do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, que cria o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 7.667, de 26 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Esteio e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Esteio, a partir de 04 de dezembro de 2012

Portaria Conjunta nº 7.668, de 26 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Caxias do Sul.

Portaria nº 7.730, de 28 de novembro de 2012 – Altera artigo da Portaria nº 2.029, de 18 de maio de 2011, da Presidência do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, que cria o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 7.862, de 03 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de São Leopoldo a partir de 06 de dezembro de 2012.

Portaria Conjunta nº 7.951, de 05 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Rio Grande a partir de 11 de dezembro de 2012.

Portaria nº 7.965, de 06 de dezembro de 2012 – Designa os Juizes do Trabalho Substitutos Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke para, de 20.12.2012 a 13.12.2013, atuar nas audiências de conciliação de que cogitam a Portaria nº 386, de 04 de fevereiro de 2003, e a Resolução Administrativa nº 15, de 27 de novembro de 2006, acrescida do art. 1-A pela Resolução Administrativa nº 16, de 26 de novembro de 2007.

Portaria nº 7.966, de 06 de dezembro de 2012 – Designa os Juizes do Trabalho Substitutos Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke para, de 20.12.2012 a 13.12.2013, atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública, de que tratam a Resolução Administrativa nº 08, de 27 de junho de 2003, e a Portaria nº 5.427, de 15 de dezembro de 2003.

Portaria Conjunta nº 8.011, de 06 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Passo Fundo.

Portaria Conjunta nº 8.048, de 07 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Canoas.

Portaria nº 8.051, de 07 de dezembro de 2012 – Institui equipes de apoio à implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 8.196, de 13 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de competência originária do segundo grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, a partir de 18 de dezembro de 2012.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- assessorou a Presidente e organizou sua agenda;
- encaminhou aos setores interessados as informações que vêm ao conhecimento da Presidência;
- preparou material relativo a viagens e reuniões da Presidente, bem como adotou as providências necessárias para que elas ocorram;
- preparou a pauta da Presidência, minutou votos e organizou o material para as sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;
- revisou as minutas das atas das sessões do Órgão Especial e do Tribunal Pleno para posterior assinatura pela Presidente;
- examinou expedientes administrativos e elaborou minutas de decisão;
- atuou nos expedientes de natureza reservada, preparando-os para decisão da Presidente;
- minutou votos e preparou material para as sessões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT;
- preparou material para as sessões do Colegió de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecor;
- acompanhou o trâmite de processo e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- respondeu e/ou encaminhou consultas e requerimentos recebidos;
- recebeu, registrou e acompanhou o trâmite das correspondências encaminhadas pelo Correio, Malote Digital, e-mail e telegrama, no âmbito da Secretaria;
- minutou os ofícios e demais correspondências subscritas pela Presidente;
- atendeu aos públicos interno e externo, fornecendo subsídios e informações;
- elaborou minuta de resposta para a coluna "Por dentro da Lei" do Caderno Empregos do Jornal Zero Hora;
- coordenou o trabalho do Grupo de Auditoria e Apoio Administrativos;
- promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo;
- requereu às diversas unidades do Tribunal informações e medidas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de apoio ao Gabinete da Presidência;
- comunicou a outros órgãos e setores os afastamentos do Presidente, quando ocorrerem;
- organizou e divulgou os plantões das áreas judiciária e administrativa nos feriados;
- organizou o Relatório de Atividades do Tribunal.

APOIO A COMISSÕES PERMANENTES

A Secretaria-Geral da Presidência prestou, ainda, assessoramento à Comissão de Jurisprudência, à Comissão de Regimento Interno e à Comissão de Gestão Ambiental.

No assessoramento à Comissão de Jurisprudência, foram realizadas pesquisas na jurisprudência para fundamentar propostas de edição, revisão e cancelamento de Súmulas do TRT da 4ª Região, bem como

para embasar manifestação da Comissão em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência. Na sessão de 28.09.2012, o Tribunal Pleno aprovou o cancelamento da Súmula nº 6, a alteração da Súmula nº 45 e a edição das Súmulas nºs 54 e 55. A Comissão de Jurisprudência realizou quatro reuniões no ano de 2012.

No assessoramento à Comissão de Regimento Interno, foram realizadas pesquisas na legislação e na jurisprudência, elaboradas propostas de redação de artigos e justificativas para alterações regimentais, além de acompanhamento de expedientes administrativos. O Tribunal Pleno aprovou, em 03.12.2012, o Assento Regimental nº 01/2012. A Comissão de Regimento Interno realizou duas reuniões durante o ano.

Além de secretariar a Comissão de Gestão Ambiental, houve a participação em reuniões junto ao Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA) – formado por treze instituições do judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, reunidas em acordo de cooperação –, promovendo a participação do TRT da 4ª Região na organização conjunta da “III Semana Interinstitucional do Meio Ambiente”, com o tema “Economia Verde”, realizado no dia 05.06.2012, no Plenário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e do “I Encontro Interinstitucional de Sustentabilidade – Diálogo Brasil-França”, realizado no dia 18.10.2012, no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades em 2012:

- elaboração de pareceres jurídicos em matérias diversas de interesse do Tribunal;
- assessoramento e elaboração de estudos sobre matérias de natureza jurídico-administrativa;
- prestação de informações e fornecimento de subsídios sobre assuntos de interesse do Tribunal e da Justiça do Trabalho, em geral;
- pareceres jurídicos em processos licitatórios e nos contratos administrativos neles originados, assim como em processos judiciais e administrativos de competência da Presidência;
- acompanhamento dos expedientes formados para a prestação de informações e fornecimento de subsídios aos órgãos da Advocacia Geral da União, bem como a outros órgãos da Administração Pública;
- assessoramento em matérias de natureza jurídico-administrativa à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral Judiciária;
- assessoramento à Comissão de Concurso Público para o Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho;
- elaboração de minutas de Portarias, Provimentos e Resoluções Administrativas;
- acompanhamento de processos em trâmite no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim dos atos administrativos emanados daqueles órgãos.

ASSESSORIA DE JUÍZES

Tratou a Assessoria de Juízes de:

- assuntos referentes aos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes Substitutos da 4ª Região, em especial o cumprimento às determinações da Exma. Corregedora Regional quanto às designações dos Juízes Substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região.
- elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se, principalmente, em relação a férias, remoções, promoções e pedidos de afastamento dos magistrados de primeiro grau, regimes de Juiz-Auxiliar nas diversas unidades judiciárias da Região;
- elaboração semestral da Escala de Férias dos magistrados de primeiro grau, a ser submetida à deliberação do Exmo. Corregedor Regional;
- elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de juízes substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, remoções, etc.);

- criação de Processos Administrativos Eletrônicos dentro do sistema ADMEletrônico com inclusão de pedidos, informações e portarias, relativamente a férias, remoção, diárias, redistribuição, designação e outros;

- lançamento no sistema informatizado das designações dos juízes substitutos, gerando o pagamento de substituição, das férias e de saldos de férias no sistema de folha de pagamento do SOF;

- lançamento e controle das substituições de magistrados nas diversas unidades judiciárias;

- serviço de apoio aos magistrados de primeiro grau na elaboração de ofícios, requerimentos, recebimento e expedição de processos, impressão de sentenças, etc.;

- outras atividades que podem ser resumidas nos seguintes dados:

Confecção de carteiras de identidade de magistrados	58
Correspondências expedidas	76
Correspondências recebidas	134
Propostas de concessão de diárias recebidas via e-mail	889
Informações em processos administrativos e administrativos eletrônicos	2.650
Portarias expedidas	8.615
Processos recebidos ou expedidos (Varas da Capital e do interior)	18.986

* As demais correspondências foram comunicadas via e-mail.

** Não computadas as recebidas via e-mail.

PROMOÇÕES DE JUÍZES SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ (A)
Palmeira das Missões	02.04.2012	IVANILDO VIAN
Cruz Alta	02.04.2012	SILVIONEI DO CARMO
3ª de Passo Fundo	02.04.2012	FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
São Borja	02.04.2012	MÁRCIO LIMA DO AMARAL
Santana do Livramento	02.04.2012	TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
1ª de Bagé	02.04.2012	CARLA SANVICENTE VIEIRA
4ª de Passo Fundo	02.04.2012	JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
2ª de Uruguaiana	02.04.2012	INGRID LOUREIRO IRION
2ª de Uruguaiana	13.07.2012	FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA
Frederico Westphalen	13.07.2012	PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
São Borja	13.07.2012	ADRIANA FREIRES
1ª Passo Fundo	10.09.2012	SIMONE OLIVEIRA PAESE
1ª de Erechim	10.09.2012	VALDETE SOUTO SEVERO
Cruz Alta	10.09.2012	MARISTELA BERTEI ZANETTI
Frederico Westphalen	10.09.2012	ANA JULIA FAZENDA NUNES
1ª de Bagé	10.09.2012	RAFAEL DA SILVA MARQUES
2ª de Rio Grande	10.09.2012	CINARA ROSA FIGUEIRÓ
Alegrete	10.09.2012	GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
2ª de Bagé	10.09.2012	LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
Palmeira das Missões	12.11.2012	EDUARDO DUARTE ELYSEU
2ª de Bagé	12.11.2012	RENATO BARROS FAGUNDES
2ª de Santa Rosa	12.11.2012	CANDICE VON REISSWITZ
1ª de Bagé	12.11.2012	ODETE CARLIN

PROMOÇÕES DE JUÍZES SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ (A)
3ª Rio Grande	12.12.2012	LUCIANA BÖHM STAHNKE
São Borja	12.12.2012	CINTIA EDLER BITENCOURT
4ª de Rio Grande	12.12.2012	CRISTIANE BUENO MARINHO
2ª de Bagé	12.12.2012	CRISTINA BASTIANI
1ª de Bagé	12.12.2012	JOSÉ CARLOS DAL RI

REMOÇÕES DE JUÍZES		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ (A)
2ª de Santa Maria	27.01.2012	MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
2ª de Passo Fundo	30.01.2012	ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
Triunfo	31.01.2012	CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
Santiago	31.01.2012	FERNANDO FORMOLO
3ª de Caxias do Sul	31.01.2012	LEANDRO KREBS GONÇALVES
1ª de Passo Fundo	31.01.2012	MARCELO CAON PEREIRA
1ª de Sapiranga	31.01.2012	NEUSA LIBERA LODI
2ª de Santa Cruz do Sul	31.01.2012	ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN
Camaquã	15.02.2012	ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
1ª de Uruguaiana	15.02.2012	LAURA ANTUNES DE SOUZA
São Gabriel	15.02.2012	LUCIA EHRENBRINK
Ijuí	15.02.2012	LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
2ª de Lajeado	15.02.2012	MAURÍCIO MACHADO MARCA
2ª de Caxias do Sul	15.02.2012	RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
2ª de Rio Grande	15.02.2012	VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
Estância Velha	28.02.2012	LEANDRO KREBS GONÇALVES
23ª de Porto Alegre	05.03.2012	CERES BATISTA DA ROSA PAIVA
Alegrete	05.03.2012	JARBAS MARCELO REINICKE
2ª de Gravataí	05.03.2012	MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
3ª de Caxias do Sul	19.03.2012	MARCELO SILVA PORTO
5ª de Novo Hamburgo	21.03.2012	LEANDRO KREBS GONÇALVES
1ª de Canoas	23.03.2012	ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA
Lagoa Vermelha	09.04.2012	MARCELO CAON PEREIRA
1ª de Passo Fundo	09.04.2012	MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
2ª de Canoas	17.04.2012	LEANDRO KREBS GONÇALVES
Estância Velha	17.04.2012	RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
1ª de Erechim	17.04.2012	SILVIONEI DO CARMO
2ª de Bagé	24.04.2012	INGRID LOUREIRO IRION
Cruz Alta	12.05.2012	MÁRCIO LIMA DO AMARAL
2ª de Caxias do Sul	12.05.2012	MAURÍCIO MACHADO MARCA
5ª de Novo Hamburgo	12.05.2012	PATRÍCIA HERINGER
25ª de Porto Alegre	31.05.2012	VALÉRIA HEINICKE DO NASCIMENTO
2ª de Lajeado	04.06.2012	ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES

REMOÇÕES DE JUÍZES		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ (A)
1ª de Gramado	20.06.2012	ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
22ª de Porto Alegre	20.06.2012	EDSON PECIS LERRER
15ª de Porto Alegre	20.06.2012	FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
16ª de Porto Alegre	20.06.2012	HORISMAR CARVALHO DIAS
2ª de Gramado	20.06.2012	RICARDO FIOREZE
4ª de Novo Hamburgo	20.06.2012	RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
26ª de Porto Alegre	25.06.2012	ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI
Alvorada	25.06.2012	CARLOS ALBERTO MAY
10ª de Porto Alegre	25.06.2012	LUIZ ANTONIO COLUSSI
Farroupilha	25.06.2012	RUI FERREIRA DOS SANTOS
Encantado	19.07.2012	ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH
1ª de Sapucaia do Sul	19.07.2012	BERNARDA NUBIA TOLDO
Guaíba	19.07.2012	CARLA SANVICENTE VIEIRA
Estância Velha	19.07.2012	JARBAS MARCELO REINICKE
5ª de Canoas	19.07.2012	MÁRCIO LIMA DO AMARAL
2ª de Sapucaia do Sul	19.07.2012	NEUSA LÍBERA LODI
2ª de Passo Fundo	19.07.2012	PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
4ª de Caxias do Sul	19.07.2012	SILVIONEI DO CARMO
3ª de Novo Hamburgo	19.07.2012	VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
4ª de Canoas	19.07.2012	INGRID LOUREIRO IRION
20ª de Porto Alegre	19.07.2012	PAULO LUIZ SCHMIDT
1ª de Sapiranga	13.08.2012	CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
Três Passos	13.08.2012	IVANILDO VIAN
2ª de São Leopoldo	13.08.2012	JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
Rosário do Sul	13.08.2012	RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
3ª de Sapiranga	05.09.2012	PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
6ª de Caxias do Sul	24.09.2012	MARCELO SILVA PORTO
2ª de Passo Fundo	25.09.2012	LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
4ª de Passo Fundo	25.09.2012	RAFAEL DA SILVA MARQUES
Triunfo	25.09.2012	SIMONE OLIVEIRA PAESE
3ª de Caxias do Sul	09.10.2012	ANA JULIA FAZENDA NUNES
1ª de Passo Fundo	09.10.2012	RAFAEL DA SILVA MARQUES
3ª de Erechim	03.11.2012	VALDETE SOUTO SEVERO
Frederico Westphalen	06.11.2012	CLÁUDIO ROBERTO OST
São Gabriel	09.11.2012	ADRIANA FREIRES
1ª de Santa Rosa	19.11.2012	ODETE CARLIN
4ª de Passo Fundo	19.11.2012	RENATO BARROS FAGUNDES
2ª de Esteio	04.12.2012	KARINA SARAIVA CUNHA
1ª de Erechim	05.12.2012	CANDICE VON REISSWITZ
19ª de Porto Alegre	05.12.2012	THEMIS PEREIRA DE ABREU
4ª de São Leopoldo	06.12.2012	JARBAS MARCELO REINICKE
Montenegro	20.12.2012	ADRIANA FREIRES

REMOÇÕES DE JUÍZES		
VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ (A)
28ª de Porto Alegre	20.12.2012	ARY FARIA MARIMON FILHO
Estância Velha	21.12.2012	VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

1. PROJETOS

1.2.1 Acompanhamento

A Assessoria de Gestão Estratégica, por meio de quatro monitores internos, acompanhou os seguintes projetos estratégicos, mediante a realização de reuniões com as equipes: Relações Internas, Consolidação do Escritório de Projetos, Desdobramento da Estratégia, Promoção da Saúde Ocupacional, Solução de análise associativa de dados, Ampliação de sistemas de comunicação, Atendimento ao Público, Sentença Líquida (antigo Calculista nas Varas), Melhoria da Qualidade de Vida, Melhoria da Comunicação Interna (antigo Endomarketing), Implementação de Boas Práticas, Justiça mais próxima (antigo Revisão das jurisdições), Plano de Comunicação Externa, Otimização das Rotinas, Reestruturação Organizacional e Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT.

1.2.2. Capacitação

Nos meses de novembro e dezembro de 2012 foram realizadas capacitações em gerenciamento de projetos para os gerentes de projetos em andamento e também para os que irão iniciar em 2013.

Também foi realizada uma oficina para os patrocinadores dos projetos estratégicos, com o objetivo de sensibilizá-los para a importância de sua participação no desenvolvimento dos projetos.

1.2.3 Manual de gerenciamento de projetos

A Assessoria de Gestão Estratégica deu início, no ano de 2012, à elaboração do Manual de Gerenciamento de Projetos, que tem por objetivo estabelecer os padrões mínimos para o gerenciamento de projetos estratégicos no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. O manual será utilizado para os projetos estratégicos, servindo de referência para outros setores do Tribunal que desenvolvem projetos nas suas áreas.

1.2.3 SIGEST

No segundo semestre de 2012, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho disponibilizou para todos os tribunais regionais um software para monitoramento do Plano Estratégico e dos projetos que dele decorrem. O software, denominado SIGEST, de uso obrigatório em todos os TRTs (Ato nº 419/2012 do CSJT), foi instalado no TRT4 em novembro de 2012, e, desde então, vem sendo alimentado com os dados necessários ao acompanhamento do Plano Estratégico. Foram realizados treinamentos para o uso do software, abrangendo diversos públicos que terão contato com a ferramenta, tais como: gerentes de projetos, patrocinadores e alimentadores de dados.

Com o SIGEST, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho irá acompanhar os Planos Estratégicos e projetos de todos os tribunais regionais do trabalho.

2. PROJETO "APOIO AO DESDOBRAMENTO E À IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA"

A Fundação-Escola de Engenharia da UFRGS foi contratada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para apoiar a implementação do Plano Estratégico. O projeto foi desdobrado nas seguintes etapas:

- Nivelamento conceitual dos servidores do TRT-RS direta ou indiretamente envolvidos com o projeto.
- Análise crítica do planejamento estratégico do TRT-RS, mapeamento dos processos e levantamento das atuais rotinas de trabalho da instituição.
- Estabelecimento de benchmarking com instituições afins e entre diferentes unidades do TRT-RS, com a consequente identificação de boas práticas e de métricas de avaliação para as rotinas de trabalho do TRT-RS.
- Redesenho dos principais processos, com o estabelecimento e a padronização das rotinas de trabalho.
- Revisão do organograma e proposta de nova estrutura organizacional.
- Redimensionamento do quadro de pessoal.

2.1. Benchmarking

Nos meses de janeiro e março de 2012, representantes da Assessoria de Gestão Estratégica e da Fundação-Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizaram visitas aos seguintes regionais: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina); Tribunal Regional da 23ª Região (Mato Grosso) e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais). Os objetivos destas visitas foram: a) conhecer a estrutura organizacional e os desdobramentos funcionais dos TRTs visitados; b) compreender o processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Planejamento Estratégico, bem como os procedimentos que estão sendo adotados para o cumprimento das metas do CNJ; c) identificar e avaliar criticamente os fluxos dos principais processos administrativos e judiciários; d) identificar e avaliar criticamente as práticas e rotinas adotadas pelos TSTs, com particular ênfase ao estabelecimento e acompanhamento de indicadores de desempenho.

2.2. Mapeamento de processos

No início do ano de 2012 começaram a ser efetuados, com o apoio da Fundação-Escola de Engenharia da UFRGS, os mapeamentos de processos (fluxos dos procedimentos). A partir dos mapeamentos é possível verificar oportunidades de melhorias nas rotinas.

Os mapeamentos foram desenvolvidos na área judiciária e em parte da área administrativa.

2.2.1. Área judiciária – Primeiro grau

O trabalho, desenvolvido em conjunto com alguns diretores de Vara, consistiu na elaboração de um fluxo básico do processo judicial e identificação das atividades realizadas em cada etapa. Posteriormente, dimensionou-se o volume e o tempo de execução das tarefas, o que possibilitou uma análise da carga de trabalho das unidades de primeiro grau.

2.2.2. Área judiciária – Segundo grau

Foram mapeados os seguintes processos: Recurso Ordinário, Mandado de Segurança, Ação Rescisória e Ação Cautelar. Foram mapeados também os processos de Dissídios Coletivos, divididos em "de Natureza Econômica", "de Natureza Jurídica", "de greve", "ação anulatória" e "Oposição e Protesto".

Foi elaborado também um fluxo geral dos processos judiciais de segundo grau, desde seu ingresso até o encerramento. Todo o trabalho foi desenvolvido em conjunto com a Secretaria Geral Judiciária.

2.2.3. Área Administrativa

Foram identificados os macroprocessos, processos e subprocessos de trabalho de toda a área administrativa. Dos 84 subprocessos identificados, foram mapeados - em conjunto com os gestores e equipes das áreas - os fluxos de atividades de 27, contemplando: Planejamento de Materiais e Serviços, Requisição de Materiais e Serviços, Aprovação e execução da contratação e Logística Interna (relacionados ao macroprocesso "Gestão de Suprimentos e Serviços"); Administração estratégica e Administração tática e operacional (relacionados ao macroprocesso "Planejamento e coordenação geral"); Informações funcionais (relacionado ao macroprocesso "Gestão de Pessoas").

Foram ainda realizadas análises críticas com relação ao tempo e recursos utilizados nas atividades e elaborados planos de melhoria para a implementação do redesenho de alguns dos fluxos.

3. PLANO ESTRATÉGICO

Revisão

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região foi aprovado em 2010 e teve sua execução iniciada em 2011. Em 2012, completados dois anos de sua aprovação, tornou-se necessária sua revisão, visando adequá-lo às novas necessidades da Justiça do Trabalho do RS. As alterações preliminares do Plano foram propostas pela equipe da Assessoria de Gestão Estratégica, com base em análise de ambiente, nas lições aprendidas no período de implementação e em demandas provenientes da atual Administração. As proposições foram apresentadas a um grupo de revisão, formado por parte dos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica, que pré-validou o material. Posteriormente, a nova versão foi submetida à Presidência para aprovação, o que ocorreu em 12.12.2012.

Foram revistos os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas, o que serviu de base para a decisão sobre o prosseguimento, o cancelamento e a inclusão de projetos estratégicos iniciados ou previstos na primeira versão do Plano.

O novo Mapa Estratégico do TRT4 contém 11 (onze) objetivos estratégicos, a partir dos quais se selecionou o novo rol de projetos estratégicos, composto por projetos em andamento e outros a serem iniciados em 2013. O novo rol de projetos consta no item 1.2.1.

4. ACOMPANHAMENTO DE OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO TRT4

Na revisão do Plano Estratégico, foi proposto e aprovado o acompanhamento de outras ações em andamento no Tribunal que, embora não estejam estruturadas como projetos, podem contribuir para que os objetivos estratégicos sejam alcançados. Algumas ações já começaram a ser acompanhadas em 2012 e outras começarão a ser acompanhadas em 2013. As ações, consideradas estratégicas, e que foram selecionadas para acompanhamento são: Núcleo de Apoio à Execução; Seção Especializada em Execução; Comissão de Gestão Ambiental; Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; Gabinete Extraordinário; Plano de Obras; Fórum de Relações Institucionais; Cenário prospectivo do TRT da 4ª Região; Juízo de Cooperação e Auditoria e Apoio Administrativo.

5. ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CNJ

Além das ações ligadas ao Plano Estratégico, a Assessoria de Gestão Estratégica acompanhou, junto com os juízes gestores, as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012, emitindo mensalmente relatórios que ficam disponíveis na internet e intranet.

6. ESTATÍSTICA

As atividades desenvolvidas pela Assessoria na área de Estatística consistiram na elaboração de relatórios periódicos, referentes tanto ao movimento processual da área judiciária, como a diversos dados da área administrativa do Tribunal, solicitados por diferentes esferas do judiciário. Além disso, foram executadas diversas tarefas extraordinárias solicitadas pela Administração do Tribunal, pelos Gabinetes dos Exmos. Desembargadores, bem como por setores do Tribunal e das Varas, além do público externo. Os relatórios periódicos são os seguintes, com suas respectivas frequências:

6.1 Mensal

6.1.2 Relatório encaminhado ao TST, de acordo com a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com a compilação de dados estatísticos, referentes ao 2º grau, dos Órgãos Julgadores do Tribunal, Precatórios, Assessoria Judiciária da Presidência, Serviço de Acórdãos, Traslados e Certidões, Protocolo, Ministério Público do Trabalho, Corregedoria-Regional, Serviço Processual e Secretaria Judiciária. Este relatório foi enviado até o mês de abril, já que, a partir do mês de maio, foi substituído pelo e-Gestão.

6.1.3 Informativo mensal do Tribunal, com informações referentes ao movimento processual do 2º grau. Este relatório, que consta na Intranet do Tribunal, é remetido para a Administração do Tribunal, assim como aos Gabinetes dos Exmos. Desembargadores, Assessores e Órgãos Julgadores do Tribunal. O informativo possibilita uma visão global da movimentação processual na área judiciária, possibilitando planejamento, gestão estratégica e tomadas de decisões que visem a melhorar e a agilizar a prestação jurisdicional.

6.1.4 Semestral

Relatório Justiça em Números, encaminhado ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com informações tanto da área judiciária como da área administrativa, abrangendo 1º e 2º graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos obtidos no final do período. Compilação de informações repassadas por diversos setores, tais como Corregedoria Regional, Órgãos Julgadores do Tribunal, Assessoria Judiciária da Presidência, Serviço de Acórdãos, Traslados e Certidões, Protocolo, Recursos Humanos, Secretaria Administrativa, dentre outros. Os indicadores obtidos por meio do Relatório, que é confeccionado por todos os Tribunais do País, permitem uma visão panorâmica do Judiciário Brasileiro.

6.2. Diversos

6.2.1. Compilação de dados e gráficos atualizados para subsidiar relatórios e apresentações efetuadas pela Administração.

6.2.2. Atendimento a inúmeras solicitações de levantamentos específicos para magistrados, servidores e ao público em geral.

6.2.3. Participação nas Metas Nacionais do CNJ, fornecendo diversos dados relativos às metas, auxiliando os gestores e alimentando o sistema de dados do CNJ;

6.2.4. Participação na elaboração e validação do e-Gestão (Sistema de Gerenciamento de Informações da Justiça do Trabalho), tanto no âmbito a nível regional quanto nacional. O e-Gestão substituiu, em 2012, o relatório mensal de 2º grau que mensalmente era enviado ao TST.

6.2.5 Colaboração nos estudos para a elaboração do projeto de lei que visa à criação de novas

Varas no Trabalho no âmbito da 4ª Região, bem como no apoio para a obtenção de diversos indicadores e dados para o planejamento estratégico do Tribunal.

6.2.6 Elaboração do estudo “Cenário Prospectivo do TRT4”, que analisa os dados econômicos e demográficos e relaciona com o número de processos recebidos em cada jurisdição.

6.2.7 Elaboração do estudo de Produtividade de Magistrados, que analisa os dados de produção, produtividade e presteza de cada magistrado, conforme os critérios estes estabelecidos na Resolução Nº 106 de 2010 do CNJ que trata da promoção por merecimento dos juízes.

CERIMONIAL

O Cerimonial, por meio de técnicas específicas da atividade e da área de Relações Públicas, foi responsável pelo planejamento, pela organização, pela realização e pelo acompanhamento das solenidades do Tribunal e de outros eventos diretamente ligados à Presidência, tratando dos assuntos relacionados à área de relações públicas, cerimonial e eventos. Também atuou na comunicação e nos relacionamentos da Instituição com seus públicos interno e externo.

Fazem parte das atividades do Cerimonial: recepcionar e acompanhar autoridades em visitas institucionais ao Tribunal; planejar e organizar visitas de acadêmicos e da comunidade ao Tribunal; fornecer ao Presidente subsídios relacionados às solenidades em que deva comparecer; gerenciar correspondências relativas a eventos; providenciar representação nos eventos em que o Presidente estiver impedido de comparecer.

Ainda, cumpre ao Cerimonial buscar o estreitamento das relações institucionais; sugerir eventos e fazer o levantamento anual de cerimônias; planejar, coordenar, operacionalizar e supervisionar solenidades e eventos institucionais de que o Presidente participe, ou por solicitação deste, como inauguração de novas instalações, solenidades de posse, de aposição de retratos, lançamento de pedras fundamentais, Ato Público pelo Trabalho Seguro na Construção Civil, Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJE-JT no 2º Grau de Jurisdição e Varas do 1º Grau, dentre outros.

Integram, também, as competências do Cerimonial preceder e acompanhar o Presidente ou representante indicado, em visitas, recepções, solenidades e eventos, colaborando, no que couber, na organização destes; promover cursos (Cerimonial e Protocolo) de capacitação e treinamento para público interno; elaborar, orientar e supervisionar a expedição de convites para solenidades e eventos em geral em que o Tribunal seja anfitrião; prestar esclarecimentos quanto ao uso adequado das regras de cerimonial e protocolo, desempenhar atividades protocolares e relacionadas ao Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região por determinação da Presidência e desenvolver projetos de estreitamento institucional, os quais facilitam o relacionamento entre os públicos da instituição, e possibilitam, dessa forma, a consecução da missão organizacional, sustentada na satisfação dos interesses de ambos.

Abaixo, segue planilha de atividades realizadas no ano de 2012, quando o Cerimonial esteve envolvido em 433 eventos, destacando-se a Recepção de Autoridades e Visitas Institucionais, o apoio em Eventos Diversos, realizados por unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e as Representações Oficiais e acompanhamentos em eventos externos. Verificou-se um crescimento anual de 45% em relação a 2011.

ATIVIDADES	Nº
Inauguração de Novas Instalações	08
Solenidade de Aposição de Retrato	01
Posse de Desembargador em Gabinete	01
Posse de Desembargador – Sessão Solene	01

ATIVIDADES	Nº
Posse Coletiva de 10 Desembargadores em Gabinete	01
Posse de Coletiva de 10 Desembargadores – Sessão Solene	01
Posse de Juízes Substitutos	03
Posse Coletiva de 27 Juízes do Trabalho Substitutos	01
Solenidade de Lançamento de Pedra Fundamental	04
Recepção/Visita de Autoridades	80
Visitas de Acadêmicos	17
Visitas Diversas	05
Apoio Cerimonial – Eventos Diversos	68
Aberturas e/ou Encerramentos – Eventos Diversos	12
Lançamento da Revista do Tribunal	01
Participação na 58ª Feira do Livro de Porto Alegre	01
Sessão Coletiva de Autógrafos	02
Visitas Institucionais	40
Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho	01
15º Encontro Anual de Gestores	01
Encontro Institucional de Diretores Substitutos	01
Fórum de Relações Institucionais	08
Assinatura de Convênios/Protocolos	05
Participação da Justiça do Trabalho da 4ª Região na Expointer	01
Inauguração de Exposições	04
Representações Oficiais – Acompanhamento	156
Datas Comemorativas	05
Coletiva de Imprensa	01
Homenagens	03
Total	433

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno desenvolveu suas atividades com o objetivo de realizar acompanhamento, levantamento, controle e auditoria na gestão de pessoal, contábil, financeira, patrimonial e operacional, bem como nos respectivos controles internos, visando a verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Na execução de suas atribuições, a SECONTI buscou zelar pela qualidade e pela independência dos trabalhos de auditoria, evitando a cogestão em suas atividades, em atendimento à Resolução do CNJ nº 86/2009, bem como às recomendações do TCU contidas no Acórdão nº 1074/2009, e às do CSJT expostas na Preliminar do Acórdão referente à Auditoria realizada no Tribunal em junho de 2012.

Foram realizadas pela SECONTI as seguintes auditorias de conformidade, operacional e de avaliação de controles internos:

AUDITORIAS

ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
Contrato nº 37/2011 Limpeza (Operacional)	0004357-70.2012.5.04.0000
Depósito de Bens Permanentes (Operacional)	0006983-62.2012.5.04.0000
Programa de Estágio de Estudantes (Conformidade)	0005600-49.2012.5.04.0000
TI–Acórdão 381/2011 – Plenário TCU (Conformidade)	0006933-36.2012.5.04.0000
Diárias PJe-JT (Conformidade)	0008968-66.2012.5.04.0000
Compras Diretas (Conformidade)	0009243-15.2012.5.04.0000
Suprimento de Fundos (Conformidade)	0009617-31.2012.5.04.0000
Certidões de Tempo de Serviço – Ofício TCU 0351/2012-Sefip-Circular (Conformidade)	0006463-05.2012.5.04.0000
Meta 18 do CNJ (Conformidade)	0006990-54.2012.5.04.0000

Cumprе ressaltar que, durante o exercício de 2012, foi realizado trabalho de monitoramento de Auditoria Operacional do Almoxarifado que resultou na Nota de Auditoria nº 3/2012, juntada aos autos do processo 0005609-45.2011.5.04.0000.

Quanto ao acompanhamento dos processos de compras e licitações, além das auditorias especificadas no quadro anterior, foram efetuados, ao longo do exercício de 2012, expedientes relacionados ao monitoramento das obras licitadas na modalidade Concorrência, que resultaram nos seguintes levantamentos e notas de auditoria:

EXPEDIENTES RELACIONADOS AO MONITORAMENTO DE OBRAS (CONCORRÊNCIAS)	QUANTIDADE
OBRA	PROCESSO
Obra do Prédio Anexo Administrativo – Fase 1* (Concorrência nº 02/07) - LEVANTAMENTO DE AUDITORIA	PA 03576-2007-000-04-00-1 (processo físico)
Obra do Prédio Anexo Administrativo – Fase 2* (Concorrência nº 06/09) - LEVANTAMENTO DE AUDITORIA	PA 000567-78.2012.5.04.0000
Obra de Construção do Prédio de Palmeira das Missões* (Concorrência nº 03/09) - LEVANTAMENTO DE AUDITORIA	PA 01277-2009-000-04-00-4 (processo físico)
Avaliação econômico-financeira – Retomada da obra de construção do Foro Trabalhista de Palmeira das Missões* (Concorrência nº 01/12) - NOTA DE AUDITORIA	PA 07306-04.2011.5.04.0000

* Expedientes realizados durante trabalho de monitoramento de Auditorias Operacionais efetuadas no exercício de 2011: Obra do Prédio Anexo (PA 0003464-16.2011.5.04.0000) e Obra de Palmeira das Missões (PA 0002007-46.2011.5.04.0000).

Ressalte-se, ainda, que, conforme disposto no art. 9º da Resolução CSJT nº 70/2010, a Unidade de Controle Interno emitiu parecer quanto ao atendimento das diretrizes e referenciais de área e à adequação aos sistemas de custos para as seguintes obras:

PARECERES EXPEDIDOS PARA ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CSJT Nº 70/2010	QUANTIDADE
OBRA	PROCESSO
Erechim: complementação de parecer expedido em 2011 para atender solicitação do Ofício CSJT.SG.ASCAUD nº 35/2012	PA 0007908-92.2011.5.04.0000
Uruguaiana	PA 0007597-67.2012.5.04.0000

Adicionalmente, para atender à solicitação de auditoria encaminhada pelo Ofício SA.LCC.CCAUD.SG/CSJT nº 35/2012, o qual questiona sobre a implantação das ações determinadas pela Resolução CSJT nº 103/2012 (Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau), essa unidade de Controle Interno elaborou a Nota de Auditoria que consta no PA 0006563-57.2012.5.04.0000.

Relativamente à auditoria na área de Tecnologia da Informação, cumpre ressaltar que esta unidade de Controle Interno desenvolveu o trabalho de auditoria de conformidade contida no PA 0006933-36.2012.5.04.0000, com o objetivo de avaliar ações de TI, nos termos do Acórdão 381/11 TCU-Plenário.

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo abaixo, os atos de admissão/desligamento de pessoal e de aposentadoria e pensão. Foram verificadas sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de exame e registro.

ATOS, CONCESSÕES E PROCESSOS DE PESSOAL	QUANTIDADE
Formulários de aposentadoria, cancelamento de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	394
Processos de novas aposentadorias conferidos	57
Processos de novas pensões conferidos	23
Diligências do TCU	15
TOTAL	489

Cabe mencionar, também, as seguintes atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno:

- acompanhamento da execução orçamentária e financeira mediante monitoramento do Sistema SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal);
- verificação da consistência dos dados dos Relatórios trimestrais de Gestão Fiscal;
- avaliação da conformidade com as normas do TCU das peças do Relatório de Gestão do exercício de 2011, encaminhado à Corte de Contas para exame;
- auditoria de avaliação da gestão com emissão de Parecer, com vistas a certificar a regularidade das contas no processo de Tomada de Contas de 2011, enviado ao TCU para julgamento;
- atendimento às diligências propostas pelo TCU e às determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC

O ano de 2012 foi marcado pela implantação do PJe-JT – Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, também no âmbito do TRT da 4ª Região. Entretanto, a atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações não ficou restrita a esse projeto. Diversas ações e projetos foram desenvolvidos pela SETIC, atendendo a demandas das áreas judiciária e administrativa do TRT.

1. Processo Judicial Eletrônico Regional (PJ4)

No final de 2011, o TRT implantou o sistema de processo eletrônico próprio (PJ4), na Vara do Trabalho de Encantado. Em janeiro de 2013, seguindo projeto aprovado pela Administração, o mesmo sistema foi instalado, ainda em caráter de homologação, na Vara do Trabalho de Guaíba. Em março, a implantação foi suspensa e o TRT passou a aguardar a disponibilização do PJe-JT – Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho. O suporte técnico e as manutenções necessárias foram mantidas, a fim de assegurar a adequada operação das Varas do Trabalho.

Atividades realizadas em 2012:

- Desenvolvimento e implantação do sistema PJ4 na Vara do Trabalho de Guaíba;
- Treinamento de magistrados, servidores e advogados para uso do sistema;
- Atendimento técnico durante a primeira semana de operação do novo sistema (operação assistida);
- Atendimento presencial na realização da primeira audiência de processo eletrônico;
- Contratação emergencial e instalação de *links* de comunicação provisórios (rádio ou ADSL) para as duas localidades, a fim de garantir a operação centralizada do sistema de processo eletrônico;
- Substituição dos monitores de 17 polegadas por outros de 23 polegadas, mais adequados ao uso do processo eletrônico.

2. Processos eletrônicos no 2º grau (PJ4)

Foi criada integração entre o Sistema Processo Judicial Eletrônico Regional (PJ4) e o Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau (NovaJus4, e-Jus2), de modo a permitir a tramitação dos processos eletrônicos apenas em meio digital, também no 2º Grau, sem o desenvolvimento de módulo específico.

3. Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)

No dia 24 de setembro, foi implantado o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho na 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, seguindo cronograma definido no Ato 128/2012, da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. A seguir, foram instaladas novas Varas em Santa Rosa, Erechim, Esteio, Rio Grande e São Leopoldo, o que ensejou a informatização dos referidos Foros, resultando na implantação do PJe-JT em 16 Varas do Trabalho no ano de 2012.

O PJe-JT vem sendo desenvolvido por técnicos de vários Tribunais, reunidos no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com o apoio da fábrica de *software* INFOX. A SETIC disponibilizou três servidores de seu quadro técnico para compor essa equipe. Dessa forma, não há acesso ao código-fonte do programa. A SETIC responde, nesse contexto, pela administração, implantação, análise e identificação de problemas, registro e monitoramento de demandas junto às equipes técnicas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, homologação técnica, atualização de versões e suporte especializado do PJe-JT, no âmbito do TRT da 4ª Região.

Atividades realizadas:

- Gerenciamento do projeto de implantação do PJe-JT na 4ª Região, com o objetivo de cumprir meta estabelecida pelo CNJ de instalação do sistema em pelo menos 10% das unidades judiciárias de 1º Grau e em todas as classes originárias no 2º Grau.
- Substituição dos equipamentos de microinformática por computadores que suportam duas saídas de vídeo, sendo disponibilizados, para cada um, dois monitores: um de 19 polegadas com rotação e um de 23 polegadas;
- Acréscimo de dois microcomputadores nas salas de audiência para uso com PJe-JT, ficando um para cada uma das partes, um para o magistrado e um para o secretário de audiências;
- Substituição dos microcomputadores dos quiosques digitais, que ficam à disposição dos advogados e partes;
- Contratação de *links* redundantes de comunicação (rádio e ADSL) para suprir o atraso na implantação da nova rede da Justiça do Trabalho por parte da empresa contratada OI/Brasil Telecom;
- Capacitação de magistrados, servidores, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, realizada em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, Escola Judicial, Grupo de Implantação do PJe-JT e equipe de apoio à implantação do processo eletrônico no 2º Grau;
- Instalação e configuração de servidores de rede tipo blade, fornecidos pelo CSJT, destinados ao PJe-JT;
- Instalação e configuração de novos equipamentos para armazenamento (*storages*) para uso com o PJe-JT;
- Instalação e configuração do banco de dados e servidor de aplicação para o PJe-JT, que ocorreu com o apoio do TRT da 5ª Região;
- Melhoria na instalação padrão do PJe-JT que envolveu a troca da solução de *backup* indicada, atualização automática e periódica das bases "bugfix", criação de CGIs (páginas *web*) para permitir reinicialização do PJe-JT por usuários autorizados;
- Parametrização, teste e homologação de versões do PJe-JT de 1º e 2º Graus;
- Registro de erros, problemas e sugestões nos sistemas de acompanhamento (JIRA) do CSJT e CNJ;
- Apoio técnico presencial na primeira semana de operação do PJe-JT, em todas as unidades contempladas com o novo sistema, bem como durante a primeira audiência de cada magistrado.

4. Instalação de novas Varas do Trabalho

Em 2012, foram instaladas seis novas Varas do Trabalho, algumas em novos prédios. Em virtude das instalações, a SETIC realizou as atividades que seguem:

- Preparação e instalação de microcomputadores, impressoras, digitalizadoras, equipamentos de rede (*switches*), servidores, centrais e ramais telefônicos;
- Instalação dos *links* de comunicação;
- Adequações no sistema Infor para criação das novas Varas e redistribuição de processos entre as unidades dos Foros.

5. Novo e-Sentença (Web)

Foi desenvolvido novo sistema para produção de sentenças por meio de editor próprio, dispensando o uso de editor externo (Word ou BrOffice), a ser utilizado em ambiente Web, não sendo necessário o uso do Gabinete Virtual para trabalho remoto. Ainda, permite a assinatura eletrônica das sentenças com o uso de

certificado digital ou usuário e senha do magistrado.

6. Desenvolvimento para Seção Especializada em Execução

Atendendo às Resoluções Administrativas nº 22/2011 e 23/2011, que tratam da criação da Seção Especializada em Execução e das novas regras na distribuição de processos, foram desenvolvidas novas funcionalidades no Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau (NovaJus4) para, dentre outras necessidades, possibilitar a distribuição de processos de classes diferentes, com equilíbrio entre os órgãos julgadores, considerando as novas regras de equivalência entre Agravos de Petição e Recursos Ordinários.

7. Acompanhamento de sentenças sob supervisão da Vice-Corregedoria

Desenvolvida ferramenta para gerenciamento e acompanhamento dos processos cujas minutas de sentença são produzidas sob supervisão da Vice-Corregedoria, possibilitando controle sobre a distribuição do trabalho entre os assistentes e a localização dos processos.

8. Aprimoramento do e-Jus² para Seção de Dissídios Coletivos

Desenvolvidas funcionalidades específicas para o trabalho realizado na Seção de Dissídios Coletivos, contemplando um editor inteligente de cláusulas.

9. Portabilidade e-Jus² – Viabilidade de cedência a outro órgão

O sistema e-Jus², concebido para a confecção de documentos e para o suporte às sessões de julgamento do TRT, teve sua implantação finalizada, no final de 2011, nas Turmas do Tribunal. Mediante a manifestação de interesse de outros regionais, tornou-se necessário o desacoplamento do e-Jus² em relação ao Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau (NovaJus4), para viabilizar sua instalação em outros Tribunais.

10. Publicação de Pautas de 2º Grau na Internet

Desenvolvida ferramenta para disponibilizar na Internet as pautas das sessões de julgamento de segundo grau, de forma análoga às pautas de audiências do primeiro grau, que já eram publicadas no *site* do Tribunal.

11. Projeto Estratégico Sentença Líquida (antigo Calculista nas Varas) – Integração do JurisCalc ao inFOR

O projeto estratégico "Sentença Líquida" (antigo Calculista nas Varas) tem como escopo a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença pelas Varas Trabalhistas com objetivo de reduzir o número de atos processuais (eliminação de vista aos cálculos a parte contrária e embargos) e suporte para publicação de sentenças líquidas, traduzindo-se em uma maior efetividade da Justiça. O projeto faz uso do sistema JurisCalc, cedido pelo TRT da 8ª Região, e, para sua implantação, foi necessário desenvolvimento de integração do serviço Consulta Processual da Internet de forma a apresentar os demonstrativos dos cálculos para ciência das partes.

12. Solução de apoio ao Concurso de Juízes Substituto

Desenvolvido sistema para suporte à Secretaria do Concurso, informatizando procedimentos desde a inscrição dos candidatos até a divulgação final dos resultados, conforme regra a Resolução CNJ nº 75/2009.

13. e-Gestão

Foi concluído o projeto e-Gestão, que trata do cálculo e envio ao TST de dados estatísticos de 1º e 2º Grau. A SETIC atuou na homologação dos cálculos para substituição dos boletins estatísticos de 1º e 2º graus, em conjunto com a Corregedoria Regional e Secretaria-Geral Judiciária, o que foi autorizado pelo TST em 2012. Ainda, foram criados diversos relatórios solicitados pela Assessoria de Gestão Estratégica, Secretaria-Geral Judiciária e Corregedoria Regional.

14. Melhorias do inFOR

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Comissão de Informática, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no 1º Grau, até que o sistema Infor seja completamente substituído pelo Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Melhorias entregues:

- Controle automatizado dos impedimentos no momento da distribuição dos processos, considerando os dados do PRECAD, PJ4 e dados das partes principais, revisados pelas Coordenadorias de Distribuição dos Feitos;
- Publicação automatizada dos Editais no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, nos mesmos moldes em que já era feita a publicação de notificações, tornando o procedimento transparente aos usuários de Vara do Trabalho;
- Carga de Processos Arquivados para o Arquivo de Porto Alegre, Coordenadoria de Distribuição dos Feitos do Interior e de Varas Isoladas;
- Registro de Carga Rápida de autos nas Varas;
- Atendimento ao Provimento Conjunto nº 02/2012, que altera o regime de lotação e juiz auxiliar.

15. Banco de Boas Práticas

Desenvolvimento de uma ferramenta para armazenar, selecionar e divulgar as boas práticas adotadas pelas unidades judiciárias e administrativas.

16. Banco Nacional de Débitos Trabalhistas – Depósito Centralizado

Desenvolvimento de programa inteligente para identificação de processos, alimentação automatizada de listas de localização para trabalho de revisão de processos, criação de relatórios específicos para auditoria e controle do trabalho realizado para inscrição de partes no Banco Nacional de Débitos Trabalhistas.

17. Aprimoramentos dos sistemas judiciários

Melhorias implementadas para registro e controle de recebimento de processos pela Portaria do Tribunal, ajustes no cálculo do prazo para suspensão de prazos processuais e notificações no período de 7 a 11 de janeiro de 2013, pesquisa contendo os maiores litigantes do Estado, aprimoramento do controle e registro de movimentação processual do 2º grau e ajustes na integração ao e-Rec para recursos de revista.

18. Pesquisa e produção de relatórios

Fornecimento de dados para planejamento estratégico, para o Tribunal Superior do Trabalho, metas do Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, distribuição de processos, além de diversos relatórios estatísticos solicitados pela Corregedoria.

19. Controle de Comunicações das Varas do Trabalho

Registro e controle das comunicações realizadas pela Corregedoria para as unidades judiciárias de 1º grau, por meio físico ou eletrônico.

20. Semana Nacional de Execução Trabalhista

Desenvolvimento de ferramentas de apoio para a semana nacional de execução trabalhista definida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

21. Página da Corregedoria na Intranet

Criação de página específica no Portal de Intranet.

22. Pesquisa de Sentenças via Extranet

Implementada a possibilidade de acesso via ambiente Extranet, viabilizando também o acesso remoto dessa funcionalidade integrada ao novo sistema e-Sentença.

23. Sustentação Oral à Distância

Instalação e testes da videoconferência entre Santa Maria, Santo Ângelo e a sala de sessões da Terceira Turma.

ÁREA ADMINISTRATIVA

Na área administrativa, as seguintes ações merecem destaque:

1. Melhorias no sistema de processos eletrônicos administrativos – ADMEletrônico

Alterado o sistema ADMEletrônico de modo a permitir a geração e edição de documentos através do próprio sistema, sem a necessidade de uso de editor de textos externo, racionalizando o procedimento de inclusão de documentos nos processos administrativos e diminuindo o tempo dessa operação. Também foi implementada a vinculação e o acesso a processos-filhos.

2. Avaliação de Bens Móveis

Desenvolvimento de módulo para realização de avaliação de bens do ativo permanente no Sistema de Patrimônio, com registro das informações de avaliação/reavaliação de bens e relatórios com dados a serem lançados no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, em atendimento à necessidade e ao cronograma estabelecidos pelo Manual Siafi Macrofunção 02.03.30 – item 16, páginas 104 e 105 do processo 0002154-09.2010.5.04.0000.

3. Perfil Funcional

Implantação de ferramenta para pesquisa de servidores com ênfase no perfil funcional, por meio de filtros como formação acadêmica, histórico de lotações e funções comissionadas exercidas.

4. Portal da Gestão Estratégica

Criação de portal específico para a gestão estratégica.

5. Folha de Pagamento

Melhorias implementadas no módulo de consignações, consulta ao pagamento de passivos, geração da DIRF, inclusive referentes a RRA (remuneração recebida acumuladamente), geração da RAIS, lançamento de férias, cálculo de suplementares, indenização de transportes, lista de credores, possibilidade de geração de dados para publicação do anexo VIII com as devidas limitações legais e conforme determinado pela Resolução nº 102 do CNJ, promoção e progressão funcional; sucessão legal, correção monetária, novo módulo de compensação de rubricas e geração de dados solicitados por órgãos como o CSJT e TCU.

6. Gestão de Pessoas

Melhorias implementadas para levantamento de informações necessárias à auditoria do CSJT, geração de dados de diárias de magistrados para pagamento retroativo, cadastro de sucessores, certidão de cursos, gestão de desempenho, quantitativo de funções por lotação, geração de arquivos para cálculo retroativo do plano de saúde, ajustes na carteira de magistrado, ressarcimento de despesas de deslocamento, eventos de capacitação da Escola Judicial e produção de relatórios específicos solicitados.

7. Compras

Melhorias implementadas para exportação de liquidações para SIAFI (novo formato DH), geração de indicador de planejamento estratégico, possibilidade de emissão de Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas de pessoas físicas, importação da Agenda Tributária 2012, criação de novas provas de regularidade, inclusão de Programa do Trabalho, possibilidade de exportação de dados nas principais telas do sistema e geração da DIRF.

8. Material e Patrimônio

Melhorias implementadas para automatização de alteração em lote de bens cadastrados sob outro nº de empenho, confecção de Termo de Baixa, relatório resumo de movimento, mudanças de classificação contábil, consulta/relatório por lotação de Termo de Responsabilidade Não Efetivado e ajustes no cálculo de depreciação.

8. Transparência

Produção de alterações necessárias no menu Transparência conforme solicitação no Processo Administrativo nº 450/2011, assim como a possibilidade de publicação de honorários periciais.

9. Informações Funcionais

Programa para recadastramento de servidores, segundo a resolução CNJ 156/2012 (Declaração para Exercício de Cargo em Comissão (CJ) ou Função Comissionada (FC).

10. Agenda para Outras Áreas

Por solicitação da Presidência, foram criadas novas agendas para outras áreas, de forma análoga às

agendas existentes da Administração, assim como o desenvolvimento de relatórios específicos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2012, a SETIC também atuou em parceria com a Secretaria de Comunicação Social, a fim de atualizar os meios de comunicação utilizados pelo TRT. Dentre as ações realizadas, cabe ressaltar:

1. Reformulação da página inicial do Portal de Internet

Modernizada a página inicial do Portal de Internet, alterando a organização das informações e permitindo interação com as redes sociais e acesso a novas mídias. Ainda, o acesso dos usuários à consulta processual e aos demais serviços disponibilizados foi otimizada.

2. Comunicação nos elevadores

Instalados monitores e computadores nos elevadores do prédio-sede e dos prédios do Foro de Porto Alegre para veiculação de informações institucionais.

AÇÕES DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO TRIBUNAL

1. Atualização para Banco de Dados Oracle 11g

A necessidade de atualização do banco de dados Oracle da versão 10g para 11g exigiu a realização de testes completos, ajustes e homologação técnica de todos os sistemas e serviços desenvolvidos pela equipe de TI. Durante o projeto de atualização dos bancos, foram renovados os equipamentos que compõem o *cluster* de servidores utilizados para processar as informações do Tribunal. Ainda, foram realizados ajustes para que o *cluster* fizesse uso do novo equipamento de armazenamento (*storage*).

2. Renovação da rede local, em Porto Alegre:

Instalados novos *switches* centrais nos datacenters principal e secundário de Porto Alegre. Substituídos os *switches* de borda em todos os prédios do complexo Praia de Belas. Durante o projeto, foram reorganizados os *shafts* de todos os andares do Complexo Praia de Belas, com o apoio da Secretaria de Manutenção e Projetos.



Antes



Depois

3. Estudo de novas tecnologias

Desenvolvimento de protótipo de virtualização de *desktops* para uso em salas de audiência e em substituição ao Gabinete Virtual. Testados os produtos VDI, XenApp e RH Spice.

4. Projeto Rede de Longa Distância

Elaboração de edital e licitação para contratação de rede redundante com o interior do Estado, a fim de garantir a operação de sistemas centralizados. Entretanto, a vencedora do certame foi a empresa OI/BrasilTelecom, mesma vencedora do Edital da rede da Justiça do Trabalho. A Comissão de Informática deliberou pela ampliação dos *links* no projeto nacional, pois, nesse caso, não haveria contingência de fato.

5. Otimização dos procedimentos de *backup*

A maior alteração nesse sentido foi a adoção do *backup* on-line do banco de dados Oracle, que permitiu a operação dos sistemas sem interrupção para realização das cópias de segurança semanais e mensais.

Ainda, foram reinstalados os clientes de backup para os servidores de arquivo específicos para a configuração em *cluster* e solucionado o problema que impedia o *backup* de arquivos com caracteres especiais, permitindo que 100% dos arquivos de usuário tenham cópias de segurança disponíveis.

6. Banco SQLServer

Centralizados diversos sistemas de TI (antivírus, virtualização, gerência de *desktops*), no bando de dados SQLServer, definido pelos respectivos fabricantes.

7. Otimização dos sistemas de prevenção e detecção de intrusão (ataques digitais)

Consolidados *logs* e alertas do serviço de aplicações (jboss, apache, bancos) em estrutura única. Segmentação lógica da nova rede, aumentando o nível de segurança em rede de comunicação. Foram instalados *sniffer* de tráfego de dados para análise de comportamento, bem como novo sistema de prevenção de instrusão (IPS), tendo sido esse último fornecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

8. Projeto otimizadores de rede

A equipe técnica do TRT gerenciou o projeto nacional de Otimização da Rede WAN. Nesse contexto, foram realizadas provas de conceito, teste e laboratórios com diversos produtos, o que orientou a elaboração das especificações e a realização de licitação para aquisição do sistema para todos os Tribunais que demonstraram interesse junto ao CSJT.

9. Mudanças e reformas de Varas do Trabalho

Foram reorganizados os *datacentes* dos Foros de Carazinho e Vacaria. Devido à alteração de endereço, foram reinstalados os *datacentes* de Palmeira das Missões e Esteio.

10. Atualizações tecnológicas em CPDs do interior

Substituídos equipamentos servidores por novos modelos em 20 localidades e instalados novos *nobreaks* em 55 unidades do Interior do Estado.

11. Projeto Comunicações Unificadas

O estudo de tecnologias para substituição do serviço de correio eletrônico ensejou pesquisa de mercado, demonstração das soluções e reuniões com principais fornecedores de serviço de colaboração em nuvem, em parceria com a Comissão de Informática. Desses estudos preliminares, deliberou a Comissão pela contratação do serviço em *cloud computing*, ou seja, no modelo em que a infraestrutura e sua respectiva manutenção são de responsabilidade da empresa contratada e operam fora das dependências do Tribunal. Nesse contexto, foi elaborado edital e realizada a contratação da empresa Google.

A implantação do novo serviço ensejou a padronização e sincronização das contas do diretório de usuários (AD) e a migração de todas as caixas postais para a nuvem, no Google Apps, em 2012.

O restante das aplicações será implementado em 2013.

12. Ampliação do *link* Internet

Substituído o *link* de internet provido pela OI/Brasil Telecom por *link* da GVT, com aumento para 100Mbps, totalizando 134 Mbps para acesso à internet a partir do centro da rede do Tribunal.

13. Outras ações relacionadas à infraestrutura tecnológica

- Atualizado o sistema de monitoramento de eventos Zabbix, incluindo os switches SAN (armazenamento) dentre os dispositivos monitorados;
- Atualizado o sistema de virtualização de servidores VMWare;
- Atualizado o sistema de filtro de conteúdo para Web Ironport WebProxy e adequação das regras de segurança;
- Atualizado o gerenciador do antivírus (EPO);
- Instalado novo *cluster* de serviço de arquivos (NAS) da capital;
- Implementado serviço de ativação de licenças Microsoft – KMS, para otimizar a preparação de microcomputadores;
- Atualizados os certificados digitais utilizados em serviços para a versão V2 da CAIXA / ICP-Brasil;
- Domínio do TRT integrado ao Domain Name Service (DNS) da redeJT.

PROJETOS INICIADOS EM 2012, EM ANDAMENTO EM 2013

1. Catálogo de Normas Coletivas

Desenvolvimento de ferramenta para pesquisa de acórdãos de dissídios coletivos, de forma que possam ser referenciados dentro de textos processuais, sem que haja necessidade de transcrição ou cópia de grande volume de páginas.

2. Sistema de Precatórios

O Sistema de Precatórios é uma aplicação desenvolvida desde 2011 para atender às demandas do Serviço de Precatórios e do Juízo Auxiliar de Conciliação, não contempladas pelo atual sistema em uso. Essas necessidades estão ligadas à manipulação de cálculos, atualização de valores, registro de pagamentos, emissão de certidões, importação de dados da origem, exportação de dados para outros órgãos, dentre outras. Concluída em 2012, a etapa de migração de dados do sistema atual, o novo sistema encontra-se desde novembro em fase de homologação pelas áreas usuárias envolvidas e a programação dos ajustes necessários. Planejado para entrar efetivamente em produção no primeiro trimestre de 2013.

3. Guias de Depósito Eletrônicas

Transferência de tecnologia e desenvolvimento das alterações necessárias do sistema e-Guia trazido do TRT da 18ª Região, para disponibilização on-line de guias de depósito, conforme rege a Instrução Normativa nº 33/2008. Desenvolvimento e testes concluídos – em fase de homologação pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com previsão de entrar em produção no primeiro trimestre de 2013.

4. Solução de Apoio à Tomada de Decisão (BI)

Aquisição e implantação de solução para exploração de dados armazenados em sistemas de 1º e 2º Graus e Administrativos, permitindo a integração de informações armazenadas também em arquivos e em novos sistemas a serem adotados pelo Tribunal. Concluídos os estudos técnicos preliminares, incluindo provas de conceito com infraestrutura real, e a contratação da solução, com implantação planejada para início de 2013. Esse projeto proverá informações gerenciais para apoio à tomada de decisão das unidades que compõem o Tribunal e, principalmente, da Administração.

PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA INICIADOS EM 2012, EM ANDAMENTO EM 2013

1. Projeto de atualização do filtro de conteúdo

Prospecção de soluções para substituição do sistema em uso.

2. Projeto novo Anel de Fibra Óptica

Supervisionada a passagem das novas fibras externas pelos caminhos redundantes (Praia de Belas e Baronesa do Gravataí) e a passagem das novas fibras internas por todo o Complexo Praia de Belas. Esse projeto visa a fornecer comunicação redundante, de modo a manter a operação dos sistemas em caso de rompimento de fibras de comunicação entre os *datacenters* principal e secundário. A operação depende da conclusão da obra do Prédio Administrativo, prevista para 2013.

3. Projeto Nova Rede Local – *Wireless*

Instalação dos novos controladores da rede *wireless* em todos os prédios da Capital. Previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2013.

4. Projeto rede de longa distância da Justiça do Trabalho

Em 2012, foram implantados novos circuitos da rede WAN em 18 (dezoito) localidades, e em 1 (um) dos circuitos centrais (Oi). O projeto continua em 2013 para atender todas as unidades da Justiça do Trabalho gaúcha.

LOCAL	VELOCIDADE DO CONTRATO EMBRATEL (KBPS)	VELOCIDADE DO NOVO CONTRATO – OI (MBPS)	AUMENTO CONTRATADO (VEZES)	NOVO LINK ATIVO DESDE
Alegrete	512	2	4	
Alvorada	512	4	8	14/02/12
Arroio Grande	512	2	4	05/12/12
Bagé	512	8	16	06/12/12
Bento Gonçalves	512	8	16	
Cachoeira do Sul	512	4	8	
Cachoeirinha	512	8	16	
Camaqua	512	4	8	
Canoas	1024	12	12	
Capão da Canoa	512	2	4	
Carazinho	512	4	8	
Caxias do Sul	1024	12	12	26/11/12
Cruz Alta	512	4	8	05/12/12
Dom Pedrito	512	2	4	
Encantado	512	2	4	
Erechim	512	8	16	12/11/12
Estancia Velha	512	6	12	
Esteio	512	8	16	
Estrela	512	8	16	
Farroupilha	512	4	8	
Frederico Westphalen	512	2	4	
Gramado	512	8	16	
Gravataí	512	8	16	07/12/12
Guaíba	512	4	8	20/11/12
Ijuí	512	4	8	
Itaqui	512	2	4	
Lagoa Vermelha	512	2	4	
Lajeado	512	8	16	19/12/12
Marau	512	2	4	
Montenegro	512	4	8	
Nova Prata	512	2	4	
Novo Hamburgo	1024	12	12	
Osório	512	6	12	19/12/12
Palmeira das Missões	512	4	8	
Panambi	512	2	4	
Passo Fundo II	sem link	8	NA	17/12/12
Pelotas	1024	8	8	21/11/12

LOCAL	VELOCIDADE DO CONTRATO EMBRATEL (KBPS)	VELOCIDADE DO NOVO CONTRATO – OI (MBPS)	AUMENTO CONTRATADO (VEZES)	NOVO LINK ATIVO DESDE
Porto Alegre – Almoarifado	1024	8	8	
Porto Alegre – Arquivo	1024	8	8	
Porto Alegre – Depósito Judicial	512	8	16	
Porto Alegre – TRT I (TRT)	32000	150	4.8	
Porto Alegre – TRT II (CPD2)	32000	150	4.8	01/11/12
Porto Alegre – Unidade Adm. I – Manutenção	1024	8	8	07/12/12
Porto Alegre – Unidade Adm. II – Cadastramento de Bens	sem link	8	NA	
Rio Grande I	512	8	16	27/11/12
Rio Grande II	sem link	8	NA	
Rosário do Sul	512	2	4	
Santa Cruz do Sul	1024	8	8	
Santa Maria	512	8	16	28/11/12
Santa Rosa	512	8	16	
Santa Vitória do Palmar	512	2	4	06/12/12
Santana do Livramento	512	2	4	
Santiago	512	2	4	
Santo Ângelo	512	6	12	
São Borja	512	4	8	
São Gabriel	512	2	4	
São Jerônimo	512	4	8	
São Leopoldo I	1024	8	8	20/11/12
São Leopoldo II	sem link	2	NA	
São Lourenço do Sul	512	2	4	
São Sebastião do Caí	512	2	4	11/12/12
Sapiranga	1024	8	8	
Sapucaia do Sul	512	8	16	
Soledade	512	4	8	
Taquara	1024	8	8	
Taquari	512	2	4	19/12/12
Torres	512	6	12	
Tramandaí	512	2	4	
Três Passos	512	2	4	
Triunfo	512	4	8	08/01/12
Uruguaiana	512	8	16	19/12/12
Vacaria	512	2	4	22/11/12
Viamão	512	4	8	

PARQUE DE EQUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA

Com relação à microinformática, foram preparados e entregues os equipamentos listados a seguir.

1. Para Magistrados:

- 244 notebooks HP;
- 45 equipamentos *docking-stations* HP;
- 40 novas linhas de acesso móvel à internet (modem 3G), totalizando 350 linhas contratadas.

2. Para assessores e secretários especializados:

- 92 notebooks Lenovo

3. Para unidades judiciárias e administrativas do TRT:

- 397 computadores instalados em adição;
- 546 computadores instalados em substituição;
- 21 impressoras instaladas em adição;
- 539 impressoras instaladas em substituição;
- 86 novos terminais de auto-atendimento;
- 6 *nobreaks* substituídos nas salas de sessão do TRT;
- 7 *nobreaks* instalados em adição nas salas de audiências;

EVENTOS

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações preparou a infraestrutura e prestou serviço de atendimento para os seguintes eventos:

- Sessão de Julgamento externa da 2ª Turma, ocorrida na PUC: instalados notebooks e montada estrutura de rede;
- Sessão de Julgamento externa da 3ª Turma ocorrida na ULBRA: instalados notebooks e montada estrutura de rede;
- Sessão de Julgamento externa da 3ª Turma ocorrida na PUC: instalados notebooks e montada estrutura de rede;
- Expointer: instalados computadores, terminal de autoatendimento, impressora e montada estrutura de rede no estande do TRT;
- Feira do Livro: instalados computadores, impressora e montada estrutura de rede no estande do TRT;
- Encontro da Magistratura: instalados computadores, impressoras e montada estrutura de rede para uso dos Magistrados e servidores da Escola Judicial e Comunicação Social durante a realização do Encontro da Magistratura realizado em Bento Gonçalves;
- Integrar-te: instalados *notebooks* e ambiente de treinamento no inFOR para o programa Integrar-te, da SEGESP;
- BNDT: instalados 36 computadores e montada estrutura de rede na sede da Provenzano para os lançamentos no inFOR, relativos ao cadastro dos processos arquivados com dívida no BNDT;
- Correição TST: instalados 6 notebooks e montada estrutura de rede para uso da equipe do TST, durante a Correição Ordinária.

ATENDIMENTOS

Em 2012, a SETIC buscou reforçar o ponto único de contato para atendimento dos usuários. Foi divulgada a possibilidade de abertura de chamados por meio da Central de Serviços, disponível na Intranet. O novo serviço permite que o próprio usuário registre a sua solicitação, sem a necessidade de fazer contato telefônico com a Coordenadoria de Atendimento a Usuários.

Foram atendidos, em 2012:

- 28.291 chamados, registrados na ferramenta de gerenciamento de incidentes;
- 4.000 solicitações de acesso a serviços e sistemas;
- 402 solicitações do serviço PUSH, respondidas por e-mail;
- 6.784 solicitações recebidas por meio da caixa-postal do serviço de atendimento (sti.atendimento@trt4.jus.br);
- 15 solicitações encaminhadas através do plantão aos Magistrados.

A SETIC atua também através de contratos de prestação de serviços, solicitados a partir de ordens de serviço. Durante o ano de 2012 foram resgistradas:

- 13.350 ordens de serviço para a empresa Constat, que realiza atendimentos em Porto Alegre, com acompanhamento e fiscalização feitos pela SETIC;
- 678 ordens de serviço para a empresa COMPUSERV, responsável pela instalação de equipamentos em Porto Alegre e no Interior.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam as solicitações de atendimento registradas e encerradas, mensalmente, a partir de março de 2012, quando o sistema de acompanhamento foi instalado.

Período	Registradas	Encerradas
Março de 2012	1260	1144
Abril de 2012	2315	2257
Mai de 2012	2973	3001
Junho de 2012	2551	2546
Julho de 2012	2446	2431
Agosto de 2012	2582	2571
Setembro de 2012	1855	1843
Outubro de 2012	3130	3063
Novembro de 2012	2389	2358



Outras ações relacionadas ao atendimento a usuários:

- Revisão diária do funcionamento dos terminais de autoatendimento do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Revisão diária do funcionamento do sistema de informação das pautas de audiência do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Revisão dos computadores instalados nas salas de sessão do TRT;
- Fiscalização da execução dos atendimentos realizados por empresas que prestam assistência técnica

pelos contratos de garantia dos equipamentos adquiridos (450 chamados em 2012);

- Controle do estoque e organização do depósito de equipamentos da SETIC;
- Controle da movimentação patrimonial dos equipamentos de informática;
- Manutenção e atualização da instalação padrão (imagem) dos sistemas presentes nos microcomputadores;
- Emissão dos certificados digitais para os servidores e magistrados do TRT e Interior do Estado.

GOVERNANÇA DE TIC

Durante o ano de 2012, a SETIC envidou esforços para cumprir determinações do Acórdão 381/2011, do Tribunal de Contas da União, relacionado à governança de TIC. Nesse contexto, foram definidos e aprimorados diversos processos de trabalho adotados, no sentido de prover mecanismos mais eficientes para a gestão e governança dessa área.

Dentre as ações mais importantes relacionadas à Governança de TIC, cabe ressaltar:

1. Revisão do Planejamento Estratégico de TIC

Realizada a revisão do PETI e definido novo mapa estratégico e conjunto de indicadores de desempenho para acompanhamento do desempenho.

2. Ferramenta de Gestão Estratégica (SIGEST)

A SETIC participou da implantação do *software* adquirido pelo CSJT para gestão estratégica (SIGEST), em conjunto com a Assessoria de Gestão Estratégica.

3. Padronização e formalização dos processos de trabalho e metodologias utilizadas:

- Revisada, ampliada e formalizada metodologia de gerenciamento de projetos de TIC;
- Definido e formalizado o processo de desenvolvimento de *software*, baseado no modelo de qualidade MPS.BR – nível G (processos de gerência de projetos e requisitos);
- Definido o processo de incidentes e mudanças, a partir de uma abordagem simplificada, baseada no modelo de qualidade ITIL. O processo ainda aguarda formalização;
- Definido, padronizado e formalizado o processo de contratação de TI, fase de planejamento, com base na IN 04/2010.

4. Processos de contratações

Em 2012, foram elaborados importantes processos de contratações de bens e serviços de TI, dentre os quais se destacam a aquisição de aceleradores de rede *wan*, o licenciamento ilimitado de banco de dados e a aquisição de *nobreaks* para estações de trabalho (2.000), destinados à melhoria da infraestrutura tecnológica que suporta os diversos serviços disponibilizados, considerando, especialmente, a implantação do processo eletrônico em toda a 4ª Região. Também merecem destaque a aquisição da solução integrada de colaboração e comunicação baseada em nuvem (que compreende, dentre outros, os serviços de correio eletrônico, comunicação instantânea e armazenamento de arquivos) e da solução de apoio à tomada de decisão (BI). Ao todo, foram gerenciados 19 processos de contratações por Pregão, 3 adesões a registros de preços, 17 aditivos contratuais e 72 dispensas de licitação.

5. Gestão de contratos:

Ao longo de 2012 foram gerenciados 170 contratos de diversas naturezas, relativos a fornecimentos de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, dentre outros. 91 contratos encontravam-se vigentes ao final do ano. Durante o exercício de 2012, foram conferidas e atestadas 512 faturas de produtos e serviços contratados, e realizadas 284 consultas de preços junto ao mercado.

5. Expansão do uso do *Software* de Gerenciamento de Projetos e Demandas TraceGP no TRT

O *software* TraceGP permite o registro e o gerenciamento de projetos e de demandas. Utilizado inicialmente apenas pela SETIC, em 2012 teve sua utilização expandida também para outras áreas do Tribunal. A SETIC auxiliou e acompanhou a implantação nas seguintes áreas:

- Central de Serviços da TI;
- Seção de Transportes;
- Seção de Manutenção de Viaturas;
- Seção de Artífices;
- Escritório de Projetos na Secretaria de Manutenção e Projetos;
- Coordenadoria de Segurança Institucional (em implementação).

7. Portfólio de projetos de TI

Durante o ano de 2012, o Escritório de Projetos acompanhou os projetos de TI em diversas fases de seu ciclo de vida (propostas, planejamento, execução ou encerramento). A atuação foi em forma de *coaching* aos gerentes na fase de planejamento, acompanhamento por meio da ferramenta TraceGP, encaminhamento de pontos de atenção identificados e disponibilização de relatórios e *dashboards* dos projetos para a Direção da SETIC e Comissão de Informática.

8. Revisão e Gestão da Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação foi revisada, considerando a contratação da solução integrada de colaboração e comunicação baseada em nuvem, e proposta de nova norma complementar regrando os procedimentos de *backup* e recuperação de dados, ambas aprovadas pelo Comitê de Segurança da Informação.

9. Análise de riscos

Foi realizada a análise de riscos sobre os ativos do TRT, tendo como foco principal o sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

11. Campanha de Sensibilização de Segurança da Informação

Foi dada continuidade à realização de palestras nos programas de ambientação para novos servidores, com distribuição da Cartilha de Segurança da Informação.

ASSESSORIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INTERNAS

A Assessoria Extraordinária de Relações Internas foi criada pela Portaria 4.089, de 26 de junho de 2012, com o objetivo de aproximar os servidores e a Administração do Tribunal, contribuindo para a melhoria do clima organizacional. O objetivo da Assessoria é facilitar a interlocução entre os integrantes da Instituição, recebendo demandas e diagnosticando as necessidades da instituição no que se refere à gestão e às relações e saúde no trabalho, acionando e assessorando os setores envolvidos para o planejamento e a execução de ações que supram essas necessidades.

AÇÕES REALIZADAS

Em de 2012, no período de agosto a dezembro, a Assessoria Extraordinária de Relações Internas realizou as atividades abaixo descritas, abrangendo cerca de 1150 pessoas:

* Projeto Auditoria e Apoio Administrativo

- Construção e coordenação do projeto;
- Acompanhamento do processo de trabalho pelo grupo de apoio;
- Coordenação das equipes nas visitas (Bagé, Cacheira do Sul, Cachoeirinha, Dom Pedrito, Esteio, Frederico Westphalen, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Santiago, Sapiranga, Santa Maria, Taquara, Três Passos).

* Assessoria à Direção do Foro

- Diagnóstico de problemas e necessidades em todas as unidades da Direção do Foro;
- Criação de espaço de discussão entre os gestores para troca de experiências e construção de soluções coletivas para demandas levantadas;
- Articulação entre o trabalho das unidades para a otimização de procedimentos;
- Reuniões com Diretores de Secretaria para aproximação das unidades da Direção do Foro com o trabalho das unidades judiciárias do 1º grau de POA (relações e implicações entre os trabalhos visando a aprimorar procedimentos).

* Participação em Encontros Institucionais

- Painel sobre Saúde no Trabalho no Encontro de Gestores;
- Construção da proposta e acompanhamento dos grupos temáticos no Encontro de Magistrados;
- Participação na Comissão que trata da implantação do PJe;
- Participação em equipes de Projetos Estratégicos (Vara-Escola, Atendimento ao Público);
- Participação das discussões do Núcleo de Trabalho Seguro, com início de ações em 2013: SIPAT

* Mediação de conflitos

* Assessoria a Programas Institucionais

- Integrar-te;
- Itinerários formativos.

* Assessoria na seleção e formação de magistrados ingressantes

- Apoio à Comissão de Concursos;
- Participação na formação dos magistrados na Escola Judicial.

* Desenvolvimento de equipes

- VT de Guaíba;
- SEMPRO;
- 10ª VT de POA;
- 12ª VT de POA;
- Escola Judicial.

* Ambientação para terceirizados

- Tentativa de articulação de setores para a construção de ambientação para os terceirizados.

VICE-PRESIDÊNCIA

A Exma. Desembargadora Vice-Presidente, Rosane Serafini Casa Nova, no exercício de sua competência exclusiva, conferida pelos incisos I e II do artigo 41 do Regimento Interno deste Tribunal, no ano de 2012, atuou:

- no exercício da Presidência, em substituição à Exma. Presidente, Desembargadora Maria Helena Mallmann, nos seguintes períodos: de 11 a 16.01 (férias); de 01 a 02.02 (Coleprecior – DF); de 29.02 a 01.03 (afastamento da jurisdição); de 21 a 23.03 (afastamento da jurisdição); 28.03 (afastamento da jurisdição); de 19 a 20.04 (afastamento da jurisdição); de 24 a 25.04 (Coleprecior – DF); de 23 a 25.05 (Coleprecior – DF); de 04 a 05.06 (afastamento da jurisdição); de 06 a 10.05 (férias); 13.07 e de 17 a 23.07 (férias); 09.08 (Coleprecior – DF); de 29.08 a 09.09 (férias); de 26 a 27.09 (Coleprecior – DF); 23.10 (CSJT); e de 21 a 22.11.2012 (Coleprecior – DF);

- como Relatora nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos de mesma natureza, cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares.

Foram recebidos no Gabinete da Vice-Presidência e relatados 53 (cinquenta e três) processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

- 16 Recursos Administrativos (RECADM), sendo todos julgados;
- 26 Processos Administrativos (PA), sendo todos julgados, restando saldo de 01 processo por julgar, de vez que havia saldo de 01 PA em 2011;
- 09 Agravos Regimentais (AGR), sendo todos julgados;
- 02 Embargos Declaratórios (ED), sendo todos julgados.

Por delegação da Presidente, nos termos do que preceituam os incisos III, e suas alíneas, e IV do artigo 41 do Regimento Interno, desempenhou as seguintes atividades:

- exerceu a Presidência da Seção de Dissídios Coletivos (SDC), tendo atuado em 08 sessões ordinárias, e relatado 02 Agravos Regimentais (AGR);

- presidiu 166 audiências, sendo 131 de instrução e 35 reuniões de mediação. Essas reuniões foram realizadas em relação a 21 processos (DC, PET, CAUINOM e DCG), todos com solução positiva, à exceção de apenas 1 (um) em que não houve possibilidade de prosseguimento da mediação.

- recebeu, por distribuição, 586 processos de Dissídios Coletivos, sendo 90 distribuídos ao Relator, 02 solucionados por julgamento, 424 solucionados por decisão monocrática, 10 solucionados por despacho;

- proferiu 2.816 despachos em processos de Dissídios Coletivos (AACC, DC, DCG, OPOSIC, PROTES), nas fases instrutória, de execução e recursos ordinários interpostos contra decisões da SDC;

- despachou 29.118 Recursos de Revista interpostos de decisões das Turmas, dos quais 8.440 foram admitidos, 20.556 tiveram denegado o seguimento, e 122 foram baixados por Acordo/Desistência/Fungibilidade;

- despachou 16.482 Agravos de Instrumento interpostos contra despachos que negaram seguimento a Recursos de Revista.

Ainda por delegação da Presidente, e na forma do previsto no inciso III, alínea "c", do artigo 41 do Regimento Interno deste Tribunal, exerceu a Presidência da Comissão de Concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 4ª Região, cuja abertura foi autorizada pela Resolução

Administrativa nº 05, de 27 de abril de 2012. Como tal, atuou diretamente na constituição das Comissões do Concurso, na contratação da Fundação Carlos Chagas para realização das inscrições preliminares e primeira etapa do certame, na elaboração do Edital, revisado, posteriormente, pela FCC, bem como em todos os demais eventos e demandas envolvendo o concurso, em todas as suas etapas, sobretudo as de realização das provas propriamente ditas, quais sejam:

- Prova Objetiva Seletiva, realizada em 22.07.2012;
- Prova Discursiva e Prova de Sentença, realizadas, respectivamente, nos dias 25.08.2012 e 26.08.2012;
- Prova Oral, cujo sorteio da ordem das arguições se deu em 26.11.2012, sendo realizada no período compreendido entre 27 e 30 de novembro de 2012;
- Avaliação dos Títulos, cujos resultados foram publicados no Edital 16/12 (Resultado da Avaliação dos Títulos – DOU 06.12.12 e DEJT 05.12.12) e Edital 17/12 (Resultado da Avaliação dos Títulos após recurso – DEJT 11.12.12);

No certame, houve 1.906 inscritos (inscrições regulares/deferidas), resultando, ao final, conforme publicação no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2012, 32 candidatos aprovados, cuja solenidade de posse se deu em 19 de dezembro de 2012, às 17 horas, no Plenário deste TRT.

Todos os registros e documentos da Secretaria do Concurso, conforme andamento do certame, estão lançados no expediente eletrônico 0006014-47.2012.5.04.0000 (PA), vinculado ao PA 0002896-63.2012.5.04.0000.

Ainda, a Desembargadora-Vice-Presidente desempenhou atividades de representação do Tribunal, na forma do que prevê o artigo 42 do Regimento Interno, comparecendo, dentre outros, aos seguintes eventos no decorrer de 2012:

Fevereiro	
Dia 01	No exercício da Presidência, compareceu à solenidade de Posse dos Exmos. Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para Administração no biênio 2012/2013.

Março	
Dias 07 e 08	Participou de Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: Brasília
Dia 09	Participou da solenidade de aposição do retrato do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo na Galeria de Diretores da Escola Judicial do TRT da 4ª Região. Local: Escola Judicial do TRT4

Abril	
Dia 12	Representou o TRT4 no Grande Expediente em Homenagem aos 240 anos do Município de Porto Alegre. Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, na Assembleia Legislativa

Maio	
Dias 01 a 03	Representou o TRT4 no XVI CONAMAT – Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Local: João Pessoa/PB
Dia 24	No exercício da Presidência, recepcionou o Presidente Nacional da ABRAT, Dr. Jeferson Calaça. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 25	No exercício da Presidência, representou o TRT4 na Abertura do 16º Simpósio da CARAVANA ABRAT. Local: Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre

Junho	
-------	--

Junho	
Dia 05	No exercício da Presidência, representou o TRT4 na cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação para troca de informações, promoção de ações conjuntas, estímulo e socialização de projetos voltados às ações socioambientais. Local: Plenário do TRF4
Dia 19	Participou da recepção ao Ministro Corregedor-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, Antônio José de Barros Levenhagen. Local: Gabinete da Presidente
Dia 29	Representou o TRT4 no Primeiro Encontro do Programa de Valorização da Magistratura. Local: Sede do TRT da 12ª Região – Florianópolis

Julho	
Dia 03	Representou o TRT4 na Sessão Plenária Especial comemorativa aos 77 anos do Tribunal de Contas. Local: Auditório Romildo Bolzan, TCE
Dia 19	No exercício da Presidência, representou o TRT4 em jantar com a Administração do Tribunal de Justiça. Local: Palácio da Justiça
Dia 20	No exercício da Presidência, realizou visita ao Prefeito de São Leopoldo, Sr. Ary José Vanazzi. Local: Prefeitura de São Leopoldo

Agosto	
Dia 10	Representou o TRT4 na Solenidade de Abertura do I Congresso dos Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul. Local: Salão Mercosul do Hotel Sheraton – Porto Alegre
Dia 22	Compareceu à Sessão Solene de Posse do Ministro do TST Hugo Carlos Scheuermann. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno do TST – Brasília – DF
Dia 31	No exercício da Presidência, compareceu à abertura do Seminário de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Local: Plenário do TRT

Setembro	
Dia 04	No exercício da Presidência, compareceu à Sessão Solene em homenagem à Semana da Pátria. Local: Câmara de Vereadores de Porto Alegre
Dia 07	No exercício da Presidência, compareceu à Solenidade de abertura da XI Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho. Local: Gramado – RS
Dias 12 a 14	Participou do VII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul. Local: Bento Gonçalves – RS
Dias 19 a 21	Representou o TRT no II Encontro dos TRTs do Norte/Nordeste. Local: TRT16 – São Luís – Maranhão
Dia 25	Participou da Solenidade de Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no Segundo Grau de Jurisdição do TRT da 4ª Região. Local: Plenário do TRT

Outubro	
Dias 23 a 25	Participou de Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores – Coleprecor. Local: Campinas – SP

Novembro	
Dia 21	Participou da solenidade de abertura do 4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 23	Proferiu palestra no Seminário Jurídico da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação no Estado do Rio Grande do Sul (FTIARS), tendo como tema "As soluções de conflitos no TRT". Local: Sede da FTIARS – Porto Alegre
Dia 29	Representou o TRT4 na Solenidade de Posse da nova Diretoria da Ajucla eleita para o Triênio 2012/2015 e jantar de confraternização. Local: Restaurante Clube do Comércio – Porto Alegre

Além disso, no decorrer do ano de 2012, participou, como representante da Administração do Tribunal, de inúmeras reuniões e eventos relativos à elaboração e estruturação do conteúdo de atividades concernentes ao Programa de Ambientação deste Tribunal, denominado "Integrar-te", que se dedica, sobretudo, ao acolhimento e treinamento dos novos servidores. Representando o TRT da 4ª Região, apresentou o mencionado projeto no II Encontro dos TRTs Norte e Nordeste, realizado em São Luis, Maranhão, em setembro de 2012.

Foi membro permanente do Comitê de Gestão Estratégica do TRT4, criado pela Portaria nº 2775, de 29 de junho de 2011.

Nos termos do que dispõe o artigo 213, inciso I, do Regimento Interno, presidiu a Comissão de Regimento Interno, integrada também pelos Desembargadores Milton Carlos Varela Dutra (até 23.08.2012, quando de seu falecimento), Ana Luíza Heineck Kruse e Ricardo Carvalho Fraga. A Comissão realizou duas reuniões no decorrer do ano de 2012, manifestou-se em diversos expedientes administrativos e apresentou propostas de alteração no Regimento Interno. Por meio destas propostas, foi aprovado pelo Tribunal Pleno o Assento Regimental nº 01/2012, publicado pela Resolução Administrativa nº 17/2012, destacando-se, dentre outras, as alterações concernentes à titulação dos Juízes do Tribunal para "Desembargador do Trabalho"; adaptação da expressão "reclamação correcional" para "correição parcial"; alteração do prazo de relatoria para sessenta dias corridos, contados do primeiro dia útil do mês subsequente ao recebimento dos processos; acréscimo de regra para que o Ministério Público do Trabalho não tenha acesso aos votos do Relator nos casos em que figurar como órgão agente; fixação do prazo de disponibilização dos acórdãos no órgão oficial no prazo de até dez dias corridos após a sessão de julgamento.

CORREGEDORIA REGIONAL

As Excelentíssimas Desembargadoras Cleusa Regina Halfen e Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo exerceram, na forma regimental, os cargos de Corregedora e Vice-Corregedora, respectivamente.

1. PORTARIAS E PROVIMENTOS

No desempenho de suas atribuições regimentais, expediram, no ano de 2012, 28 (vinte e oito) Portarias e 17 (dezessete) Provimentos, destes, 13 (treze) e 12 (doze), respectivamente, foram conjuntos com a Presidente.

1.1 – Portarias

Portaria Conjunta nº 344, de 25 de janeiro de 2012 – Implantação do processamento eletrônico na Vara do Trabalho de Guaíba.

Portaria nº 001, de 06 de fevereiro de 2012 – Divide em circunscrições a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região para fins de lotação, zoneamento e vinculação à Corregedoria Regional dos Juízes do Trabalho Substitutos.

Portaria Conjunta nº 840, de 10 de fevereiro de 2012 – Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho montado para apresentação de projeto de equacionamento do resíduo de primeiro grau e estabelecimento de rotinas/procedimentos objetivando evitar formação de novo resíduo, estabelecido na Portaria Conjunta nº 6.685, de 22.11.11, da Presidência e da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.100, de 27 de fevereiro de 2012 – Dispõe sobre a lotação e o zoneamento de Juízes nas circunscrições do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 003, de 28 de fevereiro de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para avaliar o Regime de Lotação, propondo alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do sistema.

Portaria nº 004, de 14 de março de 2012 – Institui Grupo de Trabalho para avaliar o Regime de Lotação, propondo alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do sistema.

Portaria nº 006, de 03 de abril de 2012 – Designa Comissão de Sindicância.

Portaria nº 007, de 13 de abril de 2012 – Altera o prazo previsto no art. 138, §2º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 008, de 18 de maio de 2012 – Prorroga o prazo previsto no art. 1º da Portaria nº 04, de 14 de março de 2012, que institui o Grupo de Trabalho para avaliar o Regime de Lotação.

Portaria nº 009, de 31 de maio de 2012 – Regula, excepcionalmente, no período de 11 a 20.6.2012, os horários de funcionamento e de atendimento externo no Posto Avançado de Itaquí.

Portaria nº 010, de 18 de junho de 2012 – Designa Comissão de Sindicância.

Portaria Conjunta nº 6.129, de 19 de setembro de 2012 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em face do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 011, de 28 de setembro de 2012 – Regulamenta os procedimentos a serem adotados em decorrência da alteração de jurisdição das Varas do Trabalho de Viamão e Osório.

Portaria nº 012, de 17 de outubro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Santa Rosa a partir de 30 de outubro de 2012.

Portaria Conjunta nº 7.230, de 08 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara do Trabalho de Erechim e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT

nas Varas do Trabalho de Erechim, a partir de 13 de novembro de 2012.

Portaria Conjunta nº 7.323, de 12 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Taquara.

Portaria Conjunta nº 7.633, de 23 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Gravataí.

Portaria Conjunta nº 7.667, de 26 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Esteio e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Esteio, a partir de 04 de dezembro de 2012.

Portaria Conjunta nº 7.668, de 26 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Caxias do Sul.

Portaria Conjunta nº 7.862, de 03 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de São Leopoldo, a partir de 06 de dezembro de 2012.

Portaria nº 013, de 04 de dezembro de 2012 – Redefine as circunscrições em que dividida a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região para fins de lotação e zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos.

Portaria Conjunta nº 7.951, de 05 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Rio Grande, a partir de 11 de dezembro de 2012.

Portaria Conjunta nº 7.966, de 06 de dezembro de 2012 – Designar os Juízes do Trabalho Substitutos Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke para, de 20.12.2012 a 13.12.2013, atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública, de que tratam a Resolução Administrativa nº 08, de 27 de junho de 2003, e a Portaria nº 5.427, de 15 de dezembro de 2003.

Portaria Conjunta nº 8.011, de 07 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Passo Fundo.

Portaria Conjunta nº 8.048, de 07 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a redistribuição de processos nas Varas do Trabalho de Canoas.

Portaria nº 014, de 07 de dezembro de 2012 – Louva servidores.

Portaria nº 015, de 11 de dezembro de 2012 – Regula, excepcionalmente, no período de 07.01.2013 a 28.02.2013, os horários de funcionamento e atendimento externo do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito.

Portaria nº 016, de 11 de dezembro de 2012 – Prorroga, na 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande, o termo final do período de suspensão do curso dos prazos determinada pela Portaria Conjunta nº 7.951, de 05 de dezembro de 2012.

1.2 – Provimentos

Provimento Conjunto nº 01, de 26 de janeiro de 2012 – Regulamenta, no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho, a prestação de serviço voluntário, com o objetivo de inclusão de devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02, de 25 de janeiro de 2012 – Dá novas providências aos regimes de lotação e de Juiz Auxiliar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 03, de 09 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para o trabalho relativo ao cadastro dos processos arquivados com dívida no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho.

Provimento Conjunto nº 04, de 12 de março de 2012 – Autoriza o Banco do Brasil S.A. a fazer uso de boleto bancário para realização de depósitos judiciais.

Provimento nº 237, de 14 de maio de 2012 – Revoga o § 1º do art. 38 e o art. 59-A da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 05, de 14 de maio de 2012 – Altera o procedimento de substituição de Juiz do Trabalho impedido ou suspeito em localidade com mais de uma unidade judiciária e em Vara do Trabalho dotada de regime de lotação ou auxílio.

Provimento nº 238, de 14 de junho de 2012 – Dispõe sobre o procedimento a ser adotado pelos Juízes do Trabalho, por ocasião da nomeação de depositário de dinheiro objeto de penhora no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Revogado. (vide Provimento nº 240)

Provimento Conjunto nº 06, de 15 de junho de 2012 – Disciplina, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a digitalização e a remessa de processos através de sistema eletrônico ao Tribunal Superior do Trabalho, bem assim o envio de autos físicos ao Depósito Centralizado, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 07, de 27 de junho de 2012 – Fixa período para suspensão dos prazos processuais e expedição de notificações nas Unidades Judiciárias de 1º grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região, bem como veda a realização de audiências, e dá outras providências.

Provimento nº 239, de 06 de agosto de 2012 – Confere nova redação ao art. 137 e revoga os §§ 3º e 4º do art. 138 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 08, de 14 de agosto de 2012 – Estabelece procedimentos para o trabalho relativo ao saneamento das pendências identificadas pelos grupos formados para cadastrar os processos arquivados com dívida no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT.

Provimento nº 240, de 12 de setembro de 2012 – Dispõe sobre o procedimento a ser adotado pelos Juízes do Trabalho, por ocasião da nomeação de depositário de dinheiro objeto de penhora, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 09, de 15 de outubro de 2012 – Regulamenta o processo administrativo eletrônico de eliminação de documentos no âmbito da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 10, de 15 de outubro de 2012 – Fixa a data do término da paralisação dos empregados em estabelecimentos bancários para os fins previstos na Resolução Administrativa nº 09/2012.

Provimento nº 241, de 10 de dezembro de 2012 – Altera a redação do art. 143 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que trata do regime de plantão nas unidades judiciárias de primeiro grau.

Provimento Conjunto nº 11, de 29 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a lotação e zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 12, de 14 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre a instituição de modelo de requisição e procedimentos para pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

2. GRUPOS DE TRABALHO

2.1 – Eliminação de Resíduo de Sentenças: Instituído grupo de trabalho com vistas à proposição de projeto para equacionar o resíduo do primeiro grau, bem como estabelecer rotinas/procedimentos a fim de evitar a formação de novo resíduo. Portaria Conjunta nº 6.685, de 22 de dezembro de 2011.

2.2 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT: Instituído grupo de trabalho para estudo e regulamentação, no âmbito da 4ª Região, dos procedimentos necessários à implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, instituída pela Lei nº 12.440/2011, na forma estabelecida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que resultou no Provimento Conjunto nº 11/2011.

2.3 – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT: o cadastro dos processos arquivados com dívida no BNDT e o saneamento das pendências identificadas foi orientado e supervisionado pela Diretora do Foro de Porto Alegre, Juíza Maria Silvana Rotta Tedesco, e pelo Juiz Auxiliar da Conciliação, Juiz Marcelo Bergmann Hentschke, Provimentos nºs 01 e 03 e 08/2012. Os trabalhos foram organizados e acompanhados por grupo de trabalho criado com esta finalidade (Portaria Conjunta nº 1886/2012).

2.4 – Regime de lotação: criado grupo de trabalho para acompanhar e avaliar o Regime de Lotação

implementado pelo Provimento Conjunto nº 02/2012, bem como para propor alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do regime. Portaria Conjunta nº 04/2012. Em acolhimento à proposta deste grupo de trabalho, a Administração do Tribunal decidiu que nas novas Varas instaladas haveria redistribuição equânime de processos e readequação do número de servidores dentro do Foro. Este procedimento já foi adotado na instalação das novas unidades judiciárias de Santa Rosa, Esteio, São Leopoldo e Rio Grande, bem como foi aplicado nas unidades instaladas anteriormente, de acordo com a Lei nº 12475/2011: Canoas, Gravataí, Passo Fundo e Taquara.

2.5 – NAE: criado em atendimento a Meta nº 5 do CNJ para 2011, o Núcleo de Apoio à Execução é composto por membros natos, conforme artigo 2º da Resolução Administrativa nº 24, de 29.12.2011, nomeados pela Portaria nº 1.508/2012.

Além destes, a Corregedoria Regional está ou esteve representada (pela Secretária da Corregedoria ou pela Assessora de Informática) nos seguintes grupos de trabalho:

Portaria nº 218, de 17 de janeiro de 2012 – Grupo de Trabalho para acompanhamento da tramitação de processos de interesse do TRT/RS.

Portaria nº 1.521, de 12 de março de 2012 – Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado a aprimorar o armazenamento dos processos arquivados.

Portaria nº 1.886, de 29 de março de 2012 – Grupo de trabalho para organizar e acompanhar as atividades de lançamento de dados no Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT.

Portaria nº 4.175, de 02 de julho de 2012 – Grupo de Trabalho para elaboração de projeto visando à digitalização dos processos de competência da Seção Especializada em Execução.

Portaria nº 4.844, de 24 de julho de 2012 – Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela organização e apoio ao Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção.

Portaria nº 5.371, de 16 de agosto de 2012 – Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela coordenação e execução das ações de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Portaria nº 6.067, de 17 de setembro de 2012 – Grupo de Trabalho responsável pela apresentação de estudo para elaboração de anteprojeto de lei que contemple as demandas relevantes e urgentes de ordem organizacional e de pessoal, formuladas por todas as unidades, administrativas e judiciárias, de primeira e segunda instâncias, da Justiça do Trabalho da 4ª Região, respeitado o estabelecido na Resolução nº 63/2010 do CSJT.

3. SINDICÂNCIAS e PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES:

Por determinação da Corregedoria Regional, foram instaurados três expedientes, a saber:

- 0006318-46.2012.5.04.0000 (PADSERV)
- 0008827-47.2012.5.04.0000 (SIND)
- 0009082-05.2012.5.04.0000 (SIND)

4. INFORMÁTICA

A Assessoria de Informática da Corregedoria, durante o ano de 2012, acompanhou e participou dos diversos Projetos na área de tecnologia da informação, relativos ao primeiro grau, e do desenvolvimento de novas funcionalidades e melhorias nos programas e sistemas disponibilizados aos usuários do primeiro grau da 4ª Região, bem como da implementação de mudanças necessárias nos sistemas, visando a facilitar a rotina de trabalho de Magistrados e servidores, bem como a atender as diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destacam-se:

1. Implantação do e-Gestão – No final de 2012, obteve-se a substituição dos boletins estatísticos do primeiro grau pelo sistema e-Gestão. Os dados para fins estatísticos passaram a ser computados a partir de

janeiro de 2013.

2. Processo Eletrônico – Durante o ano de 2012, atingiu-se a Meta 16 do CNJ, implementando-se o PJe-JT nas seguintes Unidades Judiciárias do Rio Grande Sul: 6ª VT de Caxias (Vara Especializada em Acidente de Trabalho), Foro de Santa Rosa, Foro de Erechim, Foro de Esteio, Foro de São Leopoldo e Foro de Rio Grande.

3. Aperfeiçoamento do sistema inFOR – Foram realizadas alterações corretivas e melhorias solicitadas, sendo disponibilizadas 09 novas versões do sistema no decorrer do ano.

4. Distribuição de Equipamentos – Acompanhamento da distribuição de novos equipamentos de informática em todas as Unidades Judiciárias e de substituição de equipamentos antigos, de acordo com o padrão definido pela Corregedoria.

5. Malote Digital – Cadastro de todas as unidades judiciárias de primeiro grau e de servidores para acesso ao Malote Digital, consoante recomendação do CNJ.

A Assessoria de Informática da Corregedoria atuou ainda no desenvolvimento das seguintes atividades:

- assessoramento da Corregedora-Regional e Vice-Corregedora Regional relativamente aos sistemas e serviços de tecnologia de informação;

- treinamento e acompanhamento (operação assistida) de servidores e magistrados na implantação do Processo Eletrônico – PJe-JT;

- repasse das definições necessárias às alterações dos sistemas à equipe de desenvolvimento da STI;

- resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;

- elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação do Corregedor Regional e que digam respeito aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de primeiro grau;

- compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da estatística da produtividade dos Magistrados de primeiro grau;

- elaboração do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);

- geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do primeiro grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e Justiça em Números;

- acompanhamento da Semana Nacional da Execução e repasse dos resultados (dados estatísticos);

- atendimento aos usuários das Unidades Judiciárias de primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre uso de andamentos, dúvidas sobre estatísticos, sistemas, convênios, orientações para ajustes do boletim de produção e estatístico das Varas);

- atendimento a usuários externos (em especial advogados) a respeito dos serviços e sistemas disponibilizados pelo TRT na área de tecnologia da informação;

- atendimento às solicitações de outros Tribunais do Trabalho, Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, relativamente aos sistemas e dados estatísticos de primeiro grau;

- atendimento às solicitações de advogados, outros Tribunais, Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abrangem toda a 4ª Região;

- atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no RENAJUD e HOD; encaminhamento junto ao SERPRO sobre problemas relatados pelos usuários;

- cadastro dos Desembargadores e Magistrados (novos) do primeiro grau no sistema INFOJUD (disponibilizado pela Receita Federal);

- cadastro dos usuários de primeiro grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;

- orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;

- solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS (JUCERGS) e

realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;

- publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria e aos sistemas disponíveis;
- encaminhamento diário das publicações de primeiro grau ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editais das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de primeiro grau para publicações de Editais no referido Diário;
- adaptação das regras de negócio do sistema e-Gestão aos procedimentos e registros nos sistemas informatizados da 4ª Região.

5.1 – Convênios e Sistemas de Informações – gerenciados pela Corregedoria ou direcionados à Corregedoria para os devidos encaminhamentos.

INFOJUD	<p>Origem: Convênio</p> <p>Acesso às informações da Receita Federal, restrito aos magistrados por meio do certificado digital (não há necessidade de renovação de senhas).</p> <p>Cadastro de novos Juízes realizado pela Assessoria de Informática da Corregedoria. O cadastro dos servidores que poderão fazer a solicitação é feito pelo próprio juiz no sistema e tem prazo de 60 dias.</p> <p>Administradores do sistema: Juízes Francisco Rossal de Araújo e Roberto Teixeira Siegmann. (alteração dos <i>Masters</i> via ofício da Presidência ao COTEC)</p>
RENAJUD	<p>Origem: Convênio</p> <p>Acesso aos dados do Renavan – permite consulta, inclusão e exclusão de restrição a veículos. Acesso concedido a Juízes, Diretores e Substitutos.</p> <p>As solicitações de cadastro e senhas são encaminhadas Assessoria de Informática da Corregedoria.</p> <p>Administradores do sistema: Cleonice Santos Condotta e Flávio César Giroto (indicados via ofício da Presidência ao Presidente do CNJ)</p>
JUCERGS	<p>Origem: Convênio</p> <p>Acesso aos dados da Junta Comercial – acesso aos Diretores de Secretaria e Assessores de Gabinetes. A solicitação de cadastro é feita via Assessoria de Informática da Corregedoria, mas o cadastro é realizado pela própria Junta Comercial, que encaminha e-mail aos usuários informando os dados para primeiro acesso. Na Assessoria de Informática da Corregedoria, há acesso ao sistema para efetuar consultas nos casos em que o usuário ainda não tem ou não consegue acesso ao sistema.</p>
CEEE	<p>Acesso às bases de dados dos clientes da CEEE – acesso concedido aos Juízes mediante assinatura de termo disponível na intranet, que deve ser enviado à Corregedoria Regional para o correspondente envio à CEEE. O expediente em que são mantidos arquivados os termos assinados está arquivado na Assessoria de Informática.</p>
INFOSEG	<p>Origem: Convênio</p> <p>Provimento 233/09 regra a matéria. A solicitação é feita por e-mail à Secretaria da Corregedoria, pelo Diretor de Secretaria ou da Central de Mandados, na forma do Provimento (dados e justificativas) e encaminhada à SEAPA – Setor de Inteligência e Tecnologia que tem acesso ao sistema e fornece as informações.</p>
HOD	<p>Origem: Convênio</p> <p>Acesso ao sistema da Receita Federal que possibilita a consulta aos dados de pessoas físicas e jurídicas cadastradas na Receita Federal.</p>
AES-SUL	<p>Acesso às bases de dados dos clientes da AES Sul. Serviço disponível aos Juízes e aos Servidores por eles autorizados.</p>
TRE	<p>Acesso ao Serviço de Informações Eleitorais – SIEL – Visa a atender, por meio eletrônico, às solicitações de dados constantes do Cadastro Eleitoral. Serviço disponível aos Juízes e aos Servidores por eles autorizados.</p>
e-CNJ	<p>Origem: CNJ – Sistema de Processo Eletrônico</p> <p>Acesso aos processos que tramitam no CNJ. Por intermédio deste sistema são recebidas</p>

	intimações e prestadas as informações solicitadas pelo CNJ, nos processos em que este Tribunal Regional é parte. Usuário e senha de acesso disponíveis na Secretaria da Corregedoria.
SAPRS	Origem: CNJ - Justiça Plena - Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social Acesso ao sistema para inclusão e acompanhamento dos processos indicados por este Tribunal Regional que apresentam relevância social. Usuário e senha de acesso na Secretaria da Corregedoria.
Malote Digital	Origem: CNJ – Resolução nº 100/2009 Meio de troca de comunicações oficiais eletrônicas entre o CNJ e o CJF, CSJT, STJ e os demais Tribunais integrantes das Justiças Federal, Estadual e Distrital, bem como das Justiças Especializadas e suas unidades judiciárias. Usuário e senha de acesso na Secretaria da Corregedoria.

6. INSPEÇÕES CORRECIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 131 (cento e trinta e uma) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 101 (cento e uma) no interior; 23 (vinte e três) Centrais de Mandados; 19 (dezenove) Coordenadorias de Distribuição de Feitos e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho, totalizando 179 (cento e setenta e nove) unidades judiciárias.

Durante o ano de 2012, foram realizadas 176 (cento e setenta e seis) inspeções correcionais em unidades da Capital e do interior, sendo 52 (cinquenta e duas) pela Desembargadora-Corregedora Regional e 124 (cento e vinte e quatro) pela Desembargadora-Vice-Corregedora Regional.

A Corregedora Regional inspecionou 38 (trinta e oito) Varas do Trabalho – 10 (dez) em Porto Alegre e 28 (vinte e oito) no Interior do Estado – 5 (cinco) Centrais de Mandados, 5 (cinco) Coordenadorias de Distribuição de Feitos e 4 (quatro) Postos Avançados da Justiça do Trabalho. A Vice-Corregedora Regional inspecionou 86 (oitenta e seis) Varas do Trabalho – 20 (vinte) em Porto Alegre e 66 (sessenta e seis) no Interior do Estado – 16 (dezesesseis) Centrais de Mandados, 16 (dezesesseis) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos e 6 (seis) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

6.1 Inspeções Correcionais realizadas pelo Corregedor Regional no ano de 2012:

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1. 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.03.2012
2. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul	02.04.2012
3. Vara do Trabalho de Camaquã	03.04.2012
4. Vara do Trabalho de Santana do Livramento	10.04.2012
5. Vara do Trabalho de Alegrete	11.04.2012
6. Vara do trabalho de Rosário do Sul	12.04.2012
7. Vara do Trabalho de São Gabriel	12.04.2012
8. 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	15.04.2012
9. 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	15.04.2012
10. Central de Mandados de Bento Gonçalves	15.04.2012
11. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Bento Gonçalves	15.04.2012
12. Vara do Trabalho de Viamão	11.05.2012
13. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	16.05.2012
14. Vara do Trabalho de Estância Velha	21.05.2012
15. Vara do Trabalho de Encantado	04.06.2012
16. 1ª Vara do Trabalho de Lajeado	05.06.2012

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
17. 2ª Vara do Trabalho de Lajeado	05.06.2012
18. Central de Mandados de Lajeado	05.06.2012
19. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Lajeado	05.06.2012
20. Vara do Trabalho de Estrela	06.06.2012
21. 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.06.2012
22. 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	06.08.2012
23. Vara do Trabalho Arroio Grande	14.08.2012
24. 1ª Vara do Trabalho de Pelotas	15.08.2012
25. 2ª Vara do Trabalho de Pelotas	15.08.2012
26. 3ª Vara do Trabalho de Pelotas	15.08.2012
27. 4ª Vara do Trabalho de Pelotas	15.08.2012
28. Central de Mandados de Pelotas	15.08.2012
29. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Pelotas	15.08.2012
30. 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	20.08.2012
31. 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.08.2012
32. 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	30.08.2012
33. 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiiana	02.10.2012
34. 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiiana	02.10.2012
35. Central de Mandados de Uruguaiiana	02.10.2012
36. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Uruguaiiana	02.10.2012
37. 12º Vara do Trabalho de Porto Alegre	16.10.2012
38. 16º Vara do Trabalho de Porto Alegre	17.10.2012
39. 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	22.10.2012
40. Vara do Trabalho de São Jerônimo	30.10.2012
41. 1ª Vara do Trabalho de Gramado	13.11.2012
42. 2ª Vara do Trabalho de Gramado	13.11.2012
43. Central de Mandados de Gramado	13.11.2012
44. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Gramado	13.11.2012
45. Vara do Trabalho de Osório	27.11.2012
46. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí	28.11.2012
47. Vara do Trabalho de Torres	28.11.2012
48. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa	29.11.2012
49. Vara do Trabalho de Cruz Alta	04.12.2012
50. Vara do Trabalho de Carazinho	05.12.2012
51. Vara do Trabalho de Soledade	06.12.2012
52. 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	11.12.2012

Considerando o levantamento efetuado pela Corregedoria Regional e pela Vice-Corregedoria Regional em suas inspeções, observou-se que as Unidades Judiciárias – Varas do Trabalho, Coordenadorias de Distribuição de Feitos, Centrais de Mandados e Postos Avançados da Justiça do Trabalho – integrantes desta 4ª Região, de modo geral, ressalvadas situações pontuais, vêm apresentando bom nível de aperfeiçoamento e capacitação.

A avaliação das unidades judiciárias ocorreu, essencialmente, com base nas metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Plano Estratégico Institucional do TRT. Em relação à capacitação de magistrados e servidores, foi verificada a frequência a cursos de formação, mormente quanto ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), conforme a Meta 15 do CNJ para o ano de 2012. No que se refere aos dados estatísticos das unidades judiciárias, destacam-se, quanto à fase de conhecimento, os seguintes aspectos analisados: a existência de processos pendentes de julgamento ajuizados até 2008; o quantitativo de reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas; o quantitativo de processos solucionados por conciliação; o prazo médio para realização das audiências; a média mensal de processos em pauta e dias com audiências; e o prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento. Quanto à fase de execução, foram analisados, principalmente: o quantitativo de execuções encerradas definitivamente frente ao número de execuções iniciadas no mesmo período; o tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução; o quantitativo de processos pendentes de execução; e a utilização dos principais convênios disponibilizados pelo TRT (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, TRE-RS).

As unidades judiciárias, de modo geral, tiveram regular desempenho nos quesitos avaliados, demonstrando as características e os problemas peculiares das regiões em que se situam, sobretudo quanto ao movimento processual frente ao número de servidores em atividade.

As Secretarias das Unidades seguem apresentando distintos graus do conhecimento técnico necessário ao desempenho das suas atribuições. Verificou-se bom domínio e correto uso do sistema eletrônico de informações (inFOR) por parte dos servidores, salvo em reduzido número de casos, em relação aos quais foram expedidas recomendações para atendimento do sistema informatizado, alertando-se sobre a importância do integral registro dos atos processuais no andamento dos processos nesse sistema. É importante destacar o enorme esforço envidado pelas unidades judiciárias para a composição do Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas (BNDT). As unidades judiciárias têm acompanhado a modernização dos sistemas eletrônicos implantados no âmbito da 4ª Região, buscando manter os servidores atualizados por meio dos cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal, inclusive por EAD.

Observou-se que as unidades judiciárias, quando expressamente advertidas em ata, procuram atender com presteza às determinações e aos provimentos expedidos por esta Corregedoria Regional. Uma vez constatada a existência de processos pendentes de decisão com atraso, nas Varas do Trabalho inspecionadas, foi solicitada dos magistrados a prolação das sentenças de modo a reduzir suas pendências com a maior brevidade possível.

A situação geral dos arquivos inspecionados é boa, tanto no que respeita à conservação do acervo, como no tocante à remessa de processos arquivados ao Depósito Centralizado. Observou-se, de modo geral, nas unidades judiciárias inspecionadas, no decorrer deste ano, o comprometimento de servidores e magistrados com a organização das rotinas cartoriais. Em algumas delas, constataram-se resultados extremamente satisfatórios, noutras se observaram algumas dificuldades, sendo que, em determinadas unidades, registraram-se prazos em muito excedidos e resíduos de processos para cumprimento. É de se salientar, porém, o empenho da maioria dos servidores na busca de soluções para as dificuldades detectadas durante as inspeções correcionais.

A metodologia utilizada na análise da tramitação dos processos englobou o exame do atendimento dos pressupostos e das rotinas cartoriais previstas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região, assim como a celeridade na certificação dos prazos processuais e no cumprimento dos atos cartoriais.

Finalmente, observou-se que as Unidades Judiciárias, em sua maioria, encontram-se instaladas em prédio próprio, enquanto outras ocupam prédios alugados, algumas aguardando a conclusão de obras iniciadas.

6. REGISTROS DOS ATOS RELATIVOS À FUNÇÃO CORRECIONAL

Procurando adequar a autuação dos expedientes encaminhados à Corregedoria à previsão contida nas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, procedeu-se, desde janeiro de 2011, à autuação das Correições Parciais (CORPAR) e das Reclamações Disciplinares (RCLDISC) junto ao Serviço de Cadastramento Processual pelo sistema NovaJus4. Os Pedidos de Providências utilizam o mesmo sistema, porém são autuados na Secretaria da Corregedoria e não são físicos. Afastamentos de Juízes, Expedientes Diversos, Expedientes Internos, Ocorrências, Portarias de Varas, Solicitações e Sugestões são feitos junto ao Sistema Administrativo Eletrônico na Secretaria da Corregedoria.

7.1 – Expedientes NovaJus

NATUREZA	REMANESCENTES	REGISTRADOS	CANCELADOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES
Correição Parcial (CORPAR)	01	54	06	38	11
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	02	14	02	11	03
Pedido de Providências	03 (ADM)	170	-	150	23
TOTAL	06	238	08	199	37

7.2 – Processos administrativos no sistema ADMEletrônico

NATUREZA	PENDENTES	REGISTRADOS	ENCERRADOS	SOBRESTADOS	EM TRAMITAÇÃO
Correg – Afastamento de Juiz	-	45	45	-	-
Correg – Diversos	79	64	104	-	39
Correg – Expedientes internos	27	44	26	-	45
Correg – Ocorrências	01	10	11	-	-
Correg – Pedido de Providências	03	-	03	-	-
Correg – Portarias Varas	01	94	94	-	01
Correg – SAT	-	27	-	-	27
Correg – Solicitação	-	06	06	-	-
Correg – Solicitação oriunda de unidade judiciária	26	15	28	01	12
Correg – Sugestão	03	06	04	-	05
TOTAL	140	311	321	01	129

7.3 - Movimento Geral

Documentos protocolizados na Secretaria da Corregedoria	1.440
Atualizações Legislativas	12
Informativos Mensais da Corregedoria – IMC	12

VICE-CORREGEDORIA

No ano de 2012, a Vice-Corregedoria realizou 124 Inspeções Correcionais Ordinárias em unidades da Justiça do Trabalho de todo o Estado, todas já contando com a publicação do Relatório de Inspeção Correcional. Os Relatórios estão disponibilizados no *site* do TRT, na aba "Consultas – Correições – Relatórios". Foram visitadas unidades da Capital e de 38 cidades do Interior do Estado.

Inspeções Correcionais realizadas pela Vice-Corregedora no ano de 2012

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1. 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.03.2012
2. Vara do Trabalho Cachoeira do Sul	16.04.2012
3. 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	17.04.2012
4. 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	17.04.2012
5. 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	17.04.2012
6. Central de Mandados de Santa Cruz do Sul	17.04.2012
7. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Cruz do Sul	17.04.2012
8. 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	24.04.2012
9. 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	24.04.2012
10. 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	24.04.2012
11. 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	24.04.2012
12. Central de Mandados de Passo Fundo	24.04.2012
13. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Passo Fundo	24.04.2012
14. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau	25.04.2012
15. 1ª Vara do Trabalho de Erechim	26.04.2012
16. 2ª Vara do Trabalho de Erechim	26.04.2012
17. Central de Mandados de Erechim	26.04.2012
18. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Erechim	26.04.2012
19. Vara do Trabalho de Esteio	02.05.2012
20. 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande	08.05.2012
21. 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande	08.05.2012
22. Central de Mandados de Rio Grande	08.05.2012
23. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Rio Grande	08.05.2012
24. Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar	09.05.2012
25. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí	22.05.2012
26. Vara do Trabalho de Montenegro	22.05.2012
27. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari	25.05.2012
28. Vara do Trabalho de Triunfo	25.05.2012
29. Vara do Trabalho de Santiago	29.05.2012
30. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui	30.05.2012
31. Vara do Trabalho de São Borja	30.05.2012
32. 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	04.06.2012
33. 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	04.06.2012
34. Central de Mandados de Cachoeirinha	04.06.2012
35. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Cachoeirinha	04.06.2012

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
36. Vara do Trabalho de Alvorada	06.06.2012
37. Central de Mandados de Porto Alegre	19.06.2012
38. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Porto Alegre	19.06.2012
39. 1ª Vara do Trabalho de Canoas	25.06.2012
40. 2ª Vara do Trabalho de Canoas	25.06.2012
41. 3ª Vara do Trabalho de Canoas	25.06.2012
42. 4ª Vara do Trabalho de Canoas	25.06.2012
43. 5ª Vara do Trabalho de Canoas	25.06.2012
44. Central de Mandados de Canoas	25.06.2012
45. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Canoas	25.06.2012
46. 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.07.2012
47. 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.07.2012
48. 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.07.2012
49. 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	11.07.2012
50. 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	16.07.2012
51. 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	18.07.2012
52. 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.08.2012
53. 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	29.08.2012
54. 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	31.08.2012
55. 1ª Vara do Trabalho de Gravataí	06.09.2012
56. 2ª Vara do Trabalho de Gravataí	06.09.2012
57. 3ª Vara do Trabalho de Gravataí	06.09.2012
58. 4ª Vara do Trabalho de Gravataí	06.09.2012
59. Central de Mandados de Gravataí	06.09.2012
60. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Gravataí	06.09.2012
61. 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.09.2012
62. 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga	18.09.2012
63. 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga	18.09.2012
64. 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga	18.09.2012
65. Central de Mandados de Sapiranga	18.09.2012
66. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Sapiranga	18.09.2012
67. Vara do Trabalho de Farroupilha	19.09.2012
68. 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	25.09.2012
69. 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	25.09.2012
70. Central de Mandados de Sapucaia do Sul	25.09.2012
71. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Sapucaia do Sul	25.09.2012
72. 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	28.09.2012
73. 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	28.09.2012
74. 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	28.09.2012
75. Central de Mandados de São Leopoldo	28.09.2012
76. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de São Leopoldo	28.09.2012
77. 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	02.10.2012
78. 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	02.10.2012
79. 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	02.10.2012
80. 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	02.10.2012
81. 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	02.10.2012

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
82. Central de Mandados de Caxias do Sul	02.10.2012
83. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Caxias do Sul	02.10.2012
84. 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.10.2012
85. Vara do Trabalho de Guaíba	05.10.2012
86. 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	08.10.2012
87. 1ª Vara do Trabalho de Taquara	15.10.2012
88. 2ª Vara do Trabalho de Taquara	15.10.2012
89. 3ª Vara do Trabalho de Taquara	15.10.2012
90. 4ª Vara do Trabalho de Taquara	15.10.2012
91. Central de Mandados de Taquara	15.10.2012
92. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Taquara	15.10.2012
93. 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	17.10.2012
94. 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	23.10.2012
95. 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	23.10.2012
96. 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	23.10.2012
97. 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	23.10.2012
98. 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	23.10.2012
99. Central de Mandados de Novo Hamburgo	23.10.2012
100. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Novo Hamburgo	23.10.2012
101. 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.10.2012
102. 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria	30.10.2012
103. 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria	30.10.2012
104. Central de Mandados de Santa Maria	30.10.2012
105. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Maria	30.10.2012
106. Vara do Trabalho de Frederico Westphalen	06.11.2012
107. Vara do Trabalho de Três Passos	07.11.2012
108. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi	08.11.2012
109. Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	08.11.2012
110. 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	12.11.2012
111. 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.11.2012
112. 1ª Vara do Trabalho de Bagé	20.11.2012
113. 2ª Vara do Trabalho de Bagé	20.11.2012
114. Central de Mandados de Bagé	20.11.2012
115. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Bagé	20.11.2012
116. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito	21.11.2012
117. 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.11.2012
118. 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.11.2012
119. 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	29.11.2012
120. Vara do Trabalho de Santa Rosa	05.12.2012
121. Vara do Trabalho de Santo Ângelo	06.12.2012
122. Vara do Trabalho de Ijuí	07.12.2012
123. Vara do Trabalho de Vacaria	11.12.2012
124. Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha	12.12.2012

As solicitações mais frequentes recebidas dos Diretores de Secretaria, durante as Inspeções Correicionais realizadas pela Desembargadora-Vice-Corregedora foram no sentido de ampliar o número de servidores. Nas varas de maior movimento processual, a principal necessidade destacada foi a de mais

juizes para nelas atuarem, mediante a solicitação de implantação de regime de lotação ou, até mesmo, da disponibilização de um juiz auxiliar, mesmo que partilhado por duas ou três varas.

Os Diretores de Secretaria também referiram a necessidade de ampliação das funcionalidades do inFOR, inclusive efetuando sugestões para desenvolvimento do sistema. Da mesma sorte, demonstraram preocupações em relação à segurança dos servidores, em determinadas Varas do Interior que não contam com serviços de vigilância durante todo o período de trabalho.

De um modo geral, também percebeu-se a preocupação dos Diretores de Secretaria e dos juizes das Varas, os afastamentos de servidores, tanto em razão da adesão a greves, quanto por motivo de doenças (muitas vezes doenças que perduram por muito tempo ou, até mesmo, doenças crônicas), situações que, somadas à fruição de férias anuais e a concessão de licenças-gestante, implicam na redução do quadro de pessoal da Vara, vez que estas não contam com grupo de servidores substitutos para servir de apoio, à exemplo do que ocorre com o segundo grau. Diante disso, foi solicitada a ampliação do grupo de apoio (SAT – Serviço de Apoio Temporário) para atendimento ao primeiro grau, proposta que se encontra em estudo.

Além disso, verificou-se que preocupa muito os Diretores de Secretaria e os Juizes a grande movimentação de servidores dentro dos quadros das Varas (especialmente em algumas que são consideradas “de passagem”, como as situadas próximas à Capital, a qual serve como polo de atração), e também a facilidade que hoje vigora no sentido da mobilidade que os servidores têm em virtude da possibilidade de remoção de uma vara para outra mediante a oferta de Função Comissionada. Destaca-se que isso está ocorrendo inclusive entre Varas do mesmo Foro, o que consiste em mais um fator que ocasiona a alta rotatividade de servidores.

Salienta-se também que houve o aumento do número de processos ajuizados em praticamente 95% das Varas inspecionadas (tanto na Capital quanto no Interior), durante o ano de 2012 até novembro, em relação a 2011 no mesmo período. Na Capital, o aumento percentual foi de 7,5%, e, no Estado, de 13%. O aumento parece modesto, porém impressiona nas Varas que detêm maior volume de processos.

No que tange aos Postos, constatou-se uma realidade à parte. Alguns apresentaram movimento inusitado, e inclusive fazem parte do Projeto de Lei para transformação em Varas (Capão, Marau, Nova Prata, São Sebastião e Tramandaí). Panambi, que está incluído no anteprojeto de lei aprovado na Sessão Extraordinária do Órgão Especial do dia 29 de novembro de 2012, por exemplo, também apresenta um grande incremento no número de processos ajuizados.

Outros Postos de menor movimento, também apresentaram dificuldades, inclusive em razão da distância em relação aos grandes centros e de se encontrarem situados em cidades pequenas que não têm atrativos a oferecer, o que ocasiona, inclusive, dificuldades em manter a lotação dos servidores.

Constatou-se que a situação do Assistente-Chefe de Posto também merece reflexão, pelo fato de o servidor atender a mesma quantidade de processos que tramitam em uma Vara de pequeno porte, e, no entanto, perceber uma Função Comissionada inferior à percebida por um Diretor de Secretaria.

Quanto ao problema das sentenças em atraso que aflige a nossa Região, este é, ao entender da Vice-Corregedoria, em parte, conjuntural. Em relação a alguns Juizes, verificou-se que estes encerram um número muito elevado de instruções, o que impede que estejam com as sentenças em dia. E, conforme a região (por exemplo, na Capital), as demandas estão cada vez mais complexas e apresentando um número muito grande de pedidos. Em relação à grande parte dos Juizes Substitutos, constatou-se que, em face da substituição intensa derivada da ausência de um número maior de Juizes Substitutos para atender às demandas, estes também se vêem obrigados a encerrar um número muito grande de instruções, o que os leva a aumentar o número de processos a serem julgados, incrementando o atraso nas prolações das sentenças. Antevê-se, porém, um panorama mais promissor que advirá da integração dos 27 Juizes Substitutos vitaliciandos, empossados em dezembro de 2012, na jurisdição plena.

Averiguou-se, também, um clima de grande expectativa e otimismo em relação à proximidade da implementação do processo eletrônico nas Varas. Já se está reformulando as rotinas para que mais servidores atuem na atividade-fim do processo, já que algumas atividades cartorárias se extinguirão.

Por fim, percebeu-se um alto grau de comprometimento de magistrados e servidores de 1º Grau, tanto na Capital, quanto no Interior do Estado.

No ano de 2012, apenas dois juízes substitutos estiveram em acompanhamento para fins de vitaliciamento, quais sejam, a Juíza Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo e a Juíza Raquel Gonçalves Seara. Em sessão do Órgão Especial deste Tribunal, no dia 27 de abril de 2012, foram acolhidos, por unanimidade, os pareceres da Vice-Corregedora, confirmando as magistradas no cargo de Juiz do Trabalho Substituto. O período de vitaliciamento de ambas as Juízas encerrou-se em 03 de agosto de 2012.

No dia 19 de dezembro de 2012, foram empossados 27 novos Juízes Substitutos, que passaram a ser acompanhados pela Vice-Corregedoria para fins de Vitaliciamento.

As rotinas do Vitaliciamento são assim descritas:

- Os juízes em processo de vitaliciamento, além do contato pessoal com a Corregedoria e com a Vice-Corregedoria, recebem acompanhamento mensal em relação aos processos nos quais presidiram audiência, proferiram sentenças e prolataram despachos fundamentados.

- São elaborados relatórios bimestrais, o expediente de vitaliciamento, o parecer parcial e o parecer final (art. 4º do Prov. Conj. nº 01/2009 da Corregedoria Regional e da Escola Judicial, art. 8º do Prov. Conj. nº 01/2009). Este último é submetido à aprovação do Órgão Especial (§1º do art. 7º do Prov. Conjunto acima referido).

Gabinete Extraordinário

O Gabinete Extraordinário foi criado pelo Provimento Conjunto nº 8, de 08 de agosto de 2011, para auxílio dos Juízes com elevado número de processos com sentenças a prolatar.

1. Números* (período de apuração 16/01 a 19/12/2012):

Processos recebidos	2.342
Processos baixados	2.105
Processos pendentes	237

** Os números são totais. Ou seja, abrangem processos redistribuídos (baixados com sentença do Juiz Roberto Teixeira Siegmann), processos de juízes auxiliados (baixados com minutas para revisão e publicação dos próprios Juízes), sentenças de embargos de declaração opostas contra decisões em processos redistribuídos (o mesmo processo, portanto, pode ser baixado mais de uma vez, a primeira com sentença da fase de conhecimento e, posteriormente, com sentença de embargos de declaração), e alguns baixados sem minuta de sentença (despachos, reabertura de instrução, etc.).*

2. Recursos humanos:

No decorrer do período de apuração, trabalharam no Gabinete Extraordinário 32 assistentes na elaboração de minutas de sentença. A média de servidores à disposição é bastante variável (de 5 a 13, aproximadamente), dependendo do período. Há grande rotatividade (pois, em regra, são servidores destacados temporariamente, em períodos de afastamento dos Juízes aos quais estão vinculados).

Além desses, foram destacados 3 (três) servidores da Vice-Corregedoria para auxiliar na elaboração de minutas de sentença, na revisão das minutas entregues, no gerenciamento da equipe, no controle de fluxo e na distribuição de processos, bem como no auxílio aos assistentes inexperientes destacados ao Gabinete Extraordinário.

3. Sentença Líquida:

O Gabinete Extraordinário, no ano de 2012, passou a fazer parte do projeto "Sentença Líquida" integrante do Plano de Gestão Estratégica do Tribunal.

Do total de processos baixados, 113 são de sentenças ou minutas de sentenças líquidas.

Atualmente, os servidores do Gabinete Extraordinário fazem a triagem das minutas de sentenças “liquidáveis” (condenações de menor complexidade, assim compreendidas as de curtos períodos contratuais, poucas parcelas, processos sumaríssimos, etc.).

As minutas são encaminhadas aos calculistas: servidor Cláudio Luiz Stuepp (atualmente vinculado à estrutura física da Vice-Corregedoria) ou à equipe da Seção de Cálculos chefiada pela servidora Sandra Mara Bom Nunes, que elaboram os cálculos com o sistema JurisCalc.

Com os cálculos prontos, as minutas são ajustadas pelos servidores da Vice-Corregedoria, com a inclusão dos valores e de critérios de juros, correção monetária, descontos fiscais e previdenciários, etc., e, depois de ajustadas, são encaminhadas aos juízes responsáveis.

Inicialmente, apenas estavam sendo liquidadas sentenças de processos redistribuídos, sentenciados pelo Juiz Roberto Teixeira Siegmann. Atualmente, também estão englobadas as sentenças de Juízes auxiliados.

4. Controle informatizado do fluxo de processos:

Foi desenvolvido junto à Informática do Tribunal um sistema informatizado de controle de fluxo de processos do Gabinete Extraordinário, utilizando a mesma plataforma do sistema NovaJus4, o qual entrou em operação em 19.03.2012 e vem sendo atualizado conforme as necessidades do setor.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD foi criada por meio da Resolução Administrativa nº 07/2003 deste Regional, estando sob a supervisão da Desembargadora-Vice-Corregedora.

1. Reuniões:

Em 2012, foram realizados cinco encontros em: 03.04.2012, 03.07.2012, 03.09.2012, 09.10.2012 e 26.11.2012

2. Principais tópicos abordados:

- Visita ao Arquivo Geral e ao Depósito Centralizado, realizada em fevereiro de 2012, pela Supervisora e pela equipe de servidores. Discussão quanto a formas de melhor conservar os autos de processos;

- Discussão e proposta de inclusão de um representante do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul como membro permanente da CPAD;

- Discussão e proposta de criação, nos quadros do Tribunal, dos cargos de Arquivista, conforme ata de correição do CSJT de 2010, bem como de Historiador, conforme a Recomendação n. 37 do CNJ;

- Exame do pedido de cedência de autos findos à URCAMP – Campus São Gabriel, formulado pela universidade, para implementação de projeto pedagógico na Faculdade de Direito;

- Discussão e aprovação do texto do Provimento Conjunto n. 09, de 15.10.2012, que regulamenta o trâmite dos pedidos de eliminação de documentos no âmbito da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;

- Aposição do selo histórico definitivo preto e branco em autos de processos. O tópico incluiu não apenas pedidos esparsos, mas também exame de proposta de levantamento, identificação, localização e aposição do selo histórico definitivo (preto e branco) de autos nos quais suscitados Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, bem como os quais serviram de base para a edição de súmulas e de orientações jurisprudenciais do TRT4;

- Discussão sobre a viabilidade de a CPAD acompanhar, por intermédio de um representante seu, o Projeto de Classificação de Informações realizado pelo Comitê de Segurança da Informação;

- Exame de pedidos de eliminação ou guarda de documentos oriundos de Unidades Judiciárias e Administrativas da Justiça do Trabalho da 4ª Região;
- Discussão sobre as repercussões da Recomendação n. 37 do CNJ e do Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus (do CSJT) na política de gestão documental do TRT da 4ª Região;
- Proposta de revisão, reformatação e aprimoramento da Tabela de Temporalidade aprovada em 25.10.2005 pelo Órgão Especial;
- Proposta de levantamento da quantidade de documentos sigilosos nas Unidades Judiciárias, com vistas à gestão da documentação.

Atualização Legislativa

Mensalmente é publicado relatório com a produção legislativa de interesse dos magistrados e das unidades judiciárias da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, enviado via comunicação eletrônica (e-mail) para todos os Magistrados e Assessores do Tribunal, bem como publicada na Intranet, na aba "Consultas – Atualização Legislativa".

OUVIDORIA

A Ouvidoria, órgão independente da administração da justiça (art. 227-D do Regimento Interno), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na administração pública.

O volume de manifestações ficou distribuído nas seguintes classes:

CLASSES DAS DEMANDAS	ANO							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Convite	16	15	24	31	18	28	18	17
Crítica			60	19	20	13	9	5
Crítica ou elogio ¹	10	38	-	-	-	-	-	-
Denúncia	4	3	8	8	7	8	13	6
Desdobramento de expediente	143	619	749	1.122	1.085	1.014	1.377	2.205
Elogio			11	32	22	40	29	67
Outros	82	261	481	1.139	1.146	1.332	1.921	1797
Pedido de acesso à informações ²	-	-	-	-	-	-	-	35
Pedido de informação	137	743	912	1.186	1.569	2.491	4.244	3670
Reclamação	87	210	287	214	227	284	683	824
Sugestão	17	29	33	30	42	39	49	30
Aguarda classificação ³	-	-	-	-	-	-	-	436
Total de manifestações recebidas	496	1.918	2.565	3.781	4.136	5.249	8.343	9.092
Total de expedientes formados	353	1.299	1.816	2.659	3.051	4.235	6.966	6.887

No que diz com o volume total de manifestações no exercício de 2012, destaca-se o acréscimo de 9%, aproximadamente, havido em relação ao ano anterior. Quanto à demanda mensal, o maior volume ocorreu em março, com a abertura de 780 expedientes, quantidade superior ao maior movimento registrado, em igual mês, desde a instituição da Ouvidoria.

A tabela que segue representa a demanda de 2012 em termos relativos:

CLASSE DO EXPEDIENTE	COMPOSIÇÃO RELATIVA (%)
Pedido de informação	53,29
Outros	26,09
Reclamação	11,96
Aguarda classificação	6,33
Elogio	0,97
Pedido de acesso a informações	0,51
Sugestão	0,44
Convite	0,25
Denúncia	0,09
Crítica	0,07

¹ Por força da Resolução Administrativa nº 16/2006, a classe denominada "Crítica ou elogio" foi desmembrada, a contar do exercício de 2007, em duas novas classes distintas.

² Classe criada no exercício de 2012 por força da Lei nº 12.527/2011.

³ Quantidade de expedientes cuja classificação depende do desfecho do assunto.

Na classe "Pedidos de Informação", que foi a mais expressiva em termos de volume (53,29%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais (na ordem de 59%), os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo "Outros" (26,09%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Nessa classe, revelaram-se significativos os assuntos de competência de outras entidades (37%) e as tentativas de consultas jurídicas (32%). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato foram esclarecidos acerca da entidade responsável pelo atendimento da sua demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-la.

A classe "Reclamações", que representou 9,8% do total dos expedientes do exercício de 2011, subiu para 12% em 2012. A demora no andamento dos processos continuou sendo o volume mais expressivo, constituindo 54% das reclamações. Nesse cálculo, foram mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores. Assim, não foram consideradas como reclamações as manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de agravos de instrumento naquele Tribunal. Também não se contaram os atrasos decorrentes do cumprimento de orientações administrativas que afetaram as unidades indistintamente. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças, as quais representaram 33% do total das reclamações. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 2,5% do volume total.

Na consecução da sua missão institucional, a Ouvidoria contou, em 21% dos expedientes de sua competência, com o apoio dos magistrados e das unidades judiciárias/administrativas, que, em geral, atenderam com presteza, fornecendo elementos que viabilizaram a apresentação de respostas aos interessados.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico disponível na página do Tribunal na internet (55% dos casos). O ingresso de manifestações por via telefônica representou 25% do total, e o terceiro modo mais utilizado pelos usuários foi o envio de mensagens eletrônicas (19%). Na composição do total da demanda, o comparecimento pessoal representou apenas 1% dos casos.

Outras Atividades

Em setembro de 2012, a Ouvidora, Desa. Beatriz Renck, proferiu palestra acerca de princípios constitucionais aplicáveis à atividade de ouvidoria, a pedido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região na "I Jornada de Ouvidores e Ouvidorias Públicas", realizada por aquele Tribunal. No mesmo mês, participou de debate acerca da Lei nº 12.527/2011 no programa "Esfera Pública" na Rádio Guaíba. Em ambos os casos, a participação teve por objetivo levar a conhecimento público a experiência da Justiça do Trabalho gaúcha no trato dessas matérias.

No final do exercício passado, com o apoio da Escola Judicial, a Ouvidoria realizou o 4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, que reuniu, durante três dias, representantes do Judiciário Trabalhista de 16 regiões, além do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, para a troca de experiências, qualificação e aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão. A pauta desse encontro foi construída ao longo do exercício de 2012 mediante a realização de videoconferências, ouvindo-se os partícipes acerca do que seria fundamental debater para buscar o aperfeiçoamento desse instituto no âmbito da Justiça do Trabalho. Valiosas foram as contribuições oferecidas, visto que colocaram em evidência questões que afligem a grande maioria das ouvidorias trabalhistas, e, possivelmente, as de outros segmentos da Administração Pública, os quais também foram convidados a participar dos ciclos e debates abertos. O tema predominante foi a transparência da Administração Pública em face da Lei nº 12.527/2011, que entrou em vigor no ano passado, bem como o estabelecimento de condições mínimas ao exercício da atividade de ouvidoria, de modo a garantir-lhe a efetividade esperada pelo cidadão que procura por esse serviço. O Encontro encerrou-se com a instituição do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (COLEOUV) e com a lavratura da Carta de Porto Alegre. Na oportunidade, a Desembargadora Ouvidora foi eleita para exercer o encargo de Vice-Coordenadora do referido Colégio, o qual tem sua primeira reunião marcada para o mês de março de 2013, em Brasília/DF.

ESCOLA JUDICIAL

A estrutura organizacional da Escola Judicial do TRT4 é composta pelo Diretor; pelo Conselho Consultivo; pelo Coordenador Acadêmico; pela Secretaria-Executiva, pela Coordenadoria de Documentação e Pesquisa e pela Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento. O Conselho Consultivo é composto pelo Diretor, que o preside, e por mais 8 (oito) Conselheiros, magistrados ativos ou inativos, de primeiro e segundo graus de jurisdição, que são eleitos pelo Tribunal Pleno para exercerem mandatos em período coincidente com o do Diretor, permitida a recondução, conforme previsto no art. 8º do seu Regulamento.

Em sessão plenária do TRT4, ocorrida no dia 07 de outubro de 2011, foi realizada votação para escolha dos novos membros da EJ. Na ocasião, foram eleitos o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho, o qual tomou posse no dia 09 de dezembro de 2011, e quatro novos membros do Conselho Consultivo: os Desembargadores Ione Salin Gonçalves (aposentada) e João Ghisleni Filho, e os Juízes Luciane Cardoso Barzotto e Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior. Reeleitos os Conselheiros Desembargadores Ricardo Carvalho Fraga e Carmen Izabel Centena Gonzalez, e os Juízes Carlos Alberto Zogbi Lontra e Carolina Hostyn Gralha Beck. Em 13 de dezembro, quando da primeira reunião do Conselho Consultivo, os novos Conselheiros tomaram posse e o Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra foi mantido como Coordenador Acadêmico. O mandato de todos os integrantes da administração da EJ estende-se até o final de 2013, quando haverá novas eleições no TRT-RS. Assim, a administração da Escola Judicial, em 2012, teve a seguinte composição:

1. COMPOSIÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL

Diretor

Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho

Coordenador Acadêmico

Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra

Conselho Consultivo

Desembargador Ione Salin Gonçalves (aposentada)

Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho

Desembargador João Ghisleni Filho

Desembargador Ricardo Carvalho Fraga

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Juiz Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior

Juiza Luciane Cardoso Barzotto

Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra

Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck

Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento

Camila Frigo – Assessora-Chefe

Glades Helena Ribeiro do Nascimento – Assistente Administrativo

Tamira Kiszewski Pacheco – Assistente Administrativo

Ane Denise Baptista – Assistente Administrativo

Tassia Nunes da Silva – Estagiária de Administração

Coordenadoria de Documentação e Pesquisa

Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira – Assessora-Chefe – Bibliotecária

Adriana Godoy da Silveira Sarmiento – Assistente – Bibliotecária
 Clarissa Pereira Viana – Secretária Especializada
 Eloísa Roveda Tschoepke - Secretária Especializada
 Nilva Kalikosk – Assistente
 Carla Teresinha Flores Torres – Bibliotecária
 Norah Burchardt Piccoli – Bibliotecária
 Rosemary de Vascolcellos Meissner – Técnico Judiciário – Área Administrativa
 Bela Marina Ramos Mallmann – Estagiária de Biblioteconomia
 Filipe Copetti – Estagiário de Biblioteconomia

Secretaria Executiva

Carmen Rosane Carvalho Dorfmann – Secretária-Executiva
 Rosangela Menchik – Assistente
 Karin Kazmierczak – Assistente
 Dênis Ricardo Schorr – Assistente
 Maria Luiza Beck Rad – Assistente
 Beatriz Teresinha Marcante Flores
 Leonardo Ferreira Covi – Estagiário de Comunicação Social (até nov/2012)
 Deborah Ullmann Volkind – Estagiária de Comunicação Social (a partir nov/2012)
 Yuri Pelegrini Mambrum – Estagiário de Administração

2. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL 2012

2.1 Ações de Formação Continuada de Magistrados

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	MAGISTRADOS
30.03	Seminário Temas da Execução e a Jurisprudência Regional	Desembargadores do TRT4, integrantes da SEEX	3	43
25.04 a 12.11	Curso de Altos Estudos Fronteiras do Pensamento 2012*	vários	20	3
25.05	Seminário Direito Portuário	Ronaldo Fleury	8	28
14 a 17.09	VII Encontro da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	Donald Schüler, Hique Gomez	20	163
18 e 19.09	Capacitação na Ferramenta do Sistema de PJe/JT para Magistrados da Vara Piloto e Multiplicadores	Cássio Meyer Barbuda	11	5
05.10	O Novo E-Sentença - Turma 1	Marcos Josué Nonnenmacher	2	25
09.11	Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/Enamat/CEJ-CJF*	Anne-Marie Morice e Catherine Grosjean	31	1
15, 22, 29.10 e 05.11	Comunicação Assertiva	Débora Meurer Brum	16	9
09.11	Capacitação Presencial dos Magistrados do PJe/JT - Erechim	Ricardo Fioreze	3,5	2
20.11	2º Seminário Temas da Execução e a Jurisprudência Regional	João Ghisleni Filho e Carlos Alberto Zogbi Lontra	6	6
23.11	Capacitação Para Juízes Orientadores	Acácia Zeneida Kuenzer	3	17
15 a 30.11	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral Do Juízo Conciliatório - Enamat - à distância*	Bruno de Carvalho Motejunas e outros	40	10
26.11 a 22.12	Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho – EAD – CSJT*	vários	20	4
30.11	Capacitação Presencial dos Magistrados do PJe/JT – Porto Alegre	Ricardo Fioreze	4	17

* atividades externas de treinamento

* atividades externas de treinamento

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	MAGISTRADOS
13.12	Treinamento do PJe para os Desembargadores da 2ª SDI – Turma 1	João Pedro Silvestrin, Marcela Sevaio Portillo e Maria Clara Lucena Adams	2	8
13.12	Treinamento do PJe para os Desembargadores da 2ª SDI – Turma 2	João Pedro Silvestrin, Marcela Sevaio Portillo e Maria Clara Lucena Adams	2	2

2.2 Ações de Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	MAG.	SERV.
05, 06, 07 e 08.03	Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	Raab Simões dos Santos	14	1	17
16.03.2012	Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia - Turma Santa Maria	Paulo Simões	6,6	2	24
16.03	Simpósio Direito do Trabalho na América Latina e no Mundo	Hugo Barreto e Mario Garmendia	3,3	9	37
22.03	24º Fim de Tarde na EJ: Lei 12551/2011: Análise e Críticas a Partir do Paradigma Português	Denise Pires Fincato	1,5	3	41
15.03 a 27.09	Curso de Língua Espanhola	Claudia Risso	2	3	3
			2	4	2
			2	4	1
			2	2	6
			2	-	4
			2	-	2
			2	2	2
			2	2	1
			2	2	1
12.04	25º Fim de Tarde Na EJ: A Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	Tais Ferraz	1,5	12	120
13.04	Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia - Turma Gramado	Paulo Simões	6,6	2	24
19.04	26º Fim de Tarde na EJ: Impropriedades Técnico-Linguísticas Recorrentes na Redação de Sentenças e Acórdãos	Adalberto José Kasparly	1,5	3	38
20.04	Assédio Moral no Trabalho: Diferenças entre o Verdadeiro e o Falso	Marie-France Hirigoyen	2	68	233
20.04	Saúde, Subjetividade e Trabalho na Empresa e na Instituição Judicial	Cristophe Dejours	2	44	126
27.04	Execução Efetiva: Aprendendo a Usar as Ferramentas Eletrônicas	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson K. da Cruz	4	7	40
02.12.2011 a 28.04.2012	Módulo Evolução do Pensamento Juslaboralista	Mario Garmendia	24	2	9
02.12.2011 a 28.04.2012	Módulo Teoria Geral do Direito do Trabalho	Hugo Barretto	24	3	9
07 e 14.05	Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia - Turma 2 – Porto Alegre	Paulo Simões	6,6	1	36
11.05	Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia - Turma Pelotas	Paulo Simões	6,6	6	30
11.05 a 18.08	Módulo Direito Internacional do Trabalho	Hector Babace	36	1	17
18.05	O Sistema Recursal Trabalhista e a Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	2	28	120
01.06	Português Contemporâneo Aplicado - Estrutura das Palavras/Radicais - Passo Fundo	Paulo Simões	6,6	1	18

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	MAG.	SERV.
01.06	Linguagem Jurídico-Administrativa - Turma 9 – Santana do Livramento	Adalberto José Kasparly	7	1	18
21.06	27º Fim de Tarde Na EJ: Vale A Pena Investir em Qualidade de Vida No Trabalho (QVT)?	Mario Cesar Ferreira	2	2	31
29.06	Simpósio: Direito Coletivo do Trabalho - Limites da Autonomia da Vontade e Representatividade em Direito Sindical	Jorge Rosenbaum e Hector Babace	3,3	6	22
06.07	Mandado de Segurança Contra Ato de Autoridade Administrativa	Cassio Scarpinella Bueno	3,5	8	30
16.08	28º Fim de Tarde Na EJ - A Judicialização das Demandas Sociais	Raul Henrique Rojo	1,5	2	22
17 e 18.08	Aula Aberta - Direito Internacional do Trabalho: Normas Internacionais e sua Aplicabilidade	Alvaro Rodriguez Azcue e Hugo Barretto	12	3	9
23.08	29º Fim De Tarde Na EJ: Ações Regressivas	Fernando Maciel	1,5	1	27
31.08	Seminário Prevenção de Acidentes de Trabalho	Maria Cecilia Binder, Alvaro Merlo, Luiz Alfred Scienza, Rodrigo Carelli e Sebastião Geraldo De Oliveira	7	19	82
27.08 a 08.10	Curso <i>On Line</i> de Teoria Geral do Processo Eletrônico - Turma 1	Ricardo Fioreze	30	26	20
05.10	Reforma do Processo Civil	Ada Pellegrini Grinover	3,5	30	101
15.10	O Novo E-Sentença - Turma 2	Marcos Josué Nonnenmacher	2	2	18
18.10	31º Fim de Tarde na EJ: Aspectos Destacados da Lei 12619/12	Marcelo D'ambroso	1,5	6	40
19.10	Seminário Os 10 Anos do Código Civil e sua Repercussão no Direito do Trabalho	Sergio Cavaliere Filho, Isabel Porto Borjes, Luciano Martinez, Fábio Siebeneichler de Andrade, Gerson Luiz Carlos Branco, Luiz Antonio Colussi, Rodrigo Trindade de Souza	5,5	12	69
26.10.12	Palestras A Relação Entre os Conceitos de Direitos Humanos, Segurança Humana Desenvolvimento Humano no Contexto da Proteção dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Exame Comparado do Regime de Terceirização no Mercosul	Juan Faroppa e Alejandro Castello	3	3	13
09 e 10.11	Seminário Internacional Sobre Direito Comparado do Trabalho - Homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind	Alfredo Villavicencio, Gilberto Stürmer, Guilherme Gianibelli e Hugo Barretto	12	12	13
31.08 a 10.11	Módulo Direito Comparado do Trabalho	Alejandro Castello	36	4	4
22.11	32º Fim de Tarde: Considerações Sobre Simulação Na Perícia Médica	João Alberto Maeso Montes	1,5	2	23
21, 22 e 23.11	4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho	Rubens Pinto Lyra, José Felipe Ledur, Pedrinho Guareschi, Beatriz Renck, Arion Mazurkevich, Gerson de Oliveira Costa Filho e Denise Pacheco	19,5	2	1
22.10 a 26.11	Curso <i>On Line</i> De Teoria Geral Do Processo Eletrônico - Turma 2	Ricardo Fioreze	30	4	26
23.11	Seminário Direito Processual do Trabalho	Hugo Fernandez e Rosina Rossi	8	7	22
24.11	Oficina de Direito Processual do Trabalho	Hugo Fernandez e Rosina Rossi	4	6	3
29 e 30.11	Currículo Permanente - Módulo V - Direito Constitucional - EJ/TRF4*	Paulo Brossard, Ada Pelegrini Grinover e outros	12	4	7
30.11	Seminário A Prova no Processo Judicial	José Roberto Bedaque,	7	12	67

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	MAG.	SERV.
	Contemporâneo	Homero Silva e Patrícia Peck Pinheiro			

* atividades externas de treinamento

2.3 Ações de Aperfeiçoamento de Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	SERVIDORES
23.01	Administração do Tempo (DVD)	Jaime Wagner	3,6	1
19.03	Linguagem Jurídico-Administrativa - Redação Oficial - Turma 08 – Porto Alegre	Adalberto José Kaspary	7	43
09, 10, 17 e 23.04	Comunicação Assertiva	Débora Meurer Brum	16	10
27.04	Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia - Turma Santo Ângelo	Paulo Simões	6,6	26
16 e 30.04	Linguagem Jurídico-Judiciária II - Turma 4	Adalberto José Kaspary	14	34
04.05	Relações Entre Saúde e Trabalho e o Impacto na Qualidade de Vida do Servidor	Alvaro Roberto Crespo Merlo, Carla Garcia Bottega, Alexandre Paz Garcia, Karine Vanessa Perez, Caroline Bertolino e Paula Goldmeier	6,5	38
16 e 23.05	Pensamento Sistêmico	Marcelo H. C. Moutinho Silva	8	10
21.05 e 04.06	Português Contemporâneo Aplicado - Estrutura das Palavras/Radicais – Porto Alegre	Paulo Simões	6,6	31
04.06	Avaliação - Novas Normas da Enamat	Acácia Zeneida Kuenzer	2	10
11,18 e 25.06	Português Contemporâneo Aplicado - Módulo de Verbos - Turma 2 – Porto Alegre	Paulo Simões	9,9	32
12, 19 e 26.06	Modelos Mentais	Marcelo H. C. Moutinho Silva	12	10
11.05 a 30.06	Módulo Direito Coletivo do Trabalho	Jorge Rosenbaum	24	12
02 e 09.07	Português Contemporâneo Aplicado - Módulo de Sintaxe - Turma 2 – Porto Alegre	Paulo Simões	9,9	27
05, 06, 12 e 13.07	Itinerário de Execução - Módulo Intermediário - Porto Alegre	Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz e Arthur Bork	28	37
05, 06, 12 e 13.07	Itinerário de Execução - Módulo Intermediário - Moodle I	Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz e Arthur Bork	4	6
05, 06, 12 e 13.07	Itinerário de Execução - Módulo Intermediário - Moodle II	Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz e Arthur Bork	8	22
06.08	Português Contemporâneo Aplicado - Módulo de Pronomes - Turma 2 – Porto Alegre	Paulo Simões	3,3	33
10.08	Português Contemporâneo Aplicado - Módulo Estrutura das Palavras - Turma 4 - Santa Cruz do Sul	Paulo Simões	6,6	18
14.08	Itinerário de Assistentes - Módulo Acidentes de Trabalho - Acidente de Trajeto	Nadia Beatriz Dadalt	3,5	16
20.08	Linguagem Jurídico-Administrativa - Turma 10 – Porto Alegre	Adalberto José Kaspary	7	23
28.08	Itinerário de Assistentes - Módulo Acidentes de Trabalho - Acidente Típico	Nadia Beatriz Dadalt	3,5	18

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE	H/A	SERVIDORES
30.08	30º Fim de Tarde Na EJ: Relação Judiciário e Sociedade no Século XXI	Carlos Maria Cárcova	1,5	14
16, 17, 30 e 31.08	Itinerário de Execução - Módulo Inicial - Santo Ângelo	Ben-Hur Silveira Claus, Adilson Kemmerich da Cruz e Arthur Bork	36	25
02.10	Itinerário de Assistentes - Módulo Acidentes de Trabalho - Doenças Osteomusculares	Nadia Beatriz Dadalt	3,5	15
05.10	Linguagem Jurídico-Administrativa - Turma 11 - Gramado	Adalberto José Kaspariy	7	13
23.10	Itinerário de Assistentes - Módulo Acidentes de Trabalho - Depressão	Nadia Beatriz Dadalt	3,5	12
26.10	Linguagem Jurídico-Administrativa - Turma 12 - Santa Maria	Adalberto José Kaspariy	7	28
31.08 a 27.10	Módulo Direitos Humanos e Direito do Trabalho	Juan Faroppa	24	2
08 e 22.11	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	29
09 e 23.11	Cálculos Trabalhistas	Arthur Rogério Bork	14	21
21 e 22.11	Ouvidorias Públicas: Ciclo de Palestras e Debates Abertos	Rubens Pinto Lyra, Pedrinho Guareschi e José Eduardo Romão	7	3

2.4 Número Total de Treinados e de Horas-aula

Total de participações de magistrados em 2012	731
Total de participações de servidores em 2012	2.248
Número total de treinados* em 2012 (magistrados e servidores)	2.979
Carga-Horária Total de Atividades Realizadas em 2012	865,3

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA EJ-TRT4

A implantação, a execução e a avaliação do Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 4ª Região conta com a assessoria da EPHISTHEME – Pesquisa e Planejamento em Educação, empresa essa com experiência em desenvolvimento de metodologias de identificação de necessidades de formação, soluções educacionais, acompanhamento e avaliação.

A sócia-gerente da empresa EPHISTHEME, Acácia Zeneida Kuenzer, Doutora em Educação, professora titular aposentada da Universidade Federal do Paraná, prestou, ao longo de 2012, suporte pedagógico ao Serviço de Formação e Aperfeiçoamento da EJ principalmente no desenvolvimento dos cursos e itinerários abaixo:

1. No Itinerário para servidores da Escola Judicial: em andamento. Realizados eventos de capacitação que priorizam competências necessárias para o desenvolvimento das atividades da EJ, totalizando 50 horas/aula em 2012.

2. No desenvolvimento do Itinerário de Diretores de Secretaria de Vara: em fase final de elaboração, com implementação em 2013.

* com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/200

3. No desenvolvimento do **Itinerário de Docentes**, com implementação em 2013.

4. Na preparação pedagógica de **juízes-orientadores** que acompanharão individualmente a capacitação dos juízes vitaliciandos.

5. Na elaboração do 4º **Módulo de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho** (07/01/13 a 01/03/13).

4. GRUPOS DE ESTUDO

Em 2012, foi dada continuidade à realização de Grupos de Estudos destinados aos magistrados do TRT da 4ª Região, visando à consolidação de conhecimentos dos participantes nas respectivas áreas para melhor prestarem a jurisdição. Os encontros desses grupos ocorreram às sextas-feiras, na sede da Escola Judicial (Direito Material, Direito Processual e O Juiz como Agente Político) e no Foro Trabalhista de Passo Fundo (Direito do Trabalho Contemporâneo).

GRUPOS DE ESTUDO		
Datas dos encontros realizados em 2012		
	Data	Duração
Direito Processual Coordenação: Juiz Ricardo Fioreze	16 de março	1,5h
	13 de abril	1,5h
	11 de maio	1,5h
	01 de junho	1,5h
	31 de agosto	1,5h
	05 de outubro	3,5h
	09 de novembro	1,5h
	14 de dezembro	1,5h
	O Juiz como Agente Político Coordenação: Prof. Dr. Carlos Alberto Molinaro	27 de abril
18 de maio		1,5h
Direito Material Coordenação: Desembargador Francisco Rossal de Araújo	09 de março	1,5h
	27 de abril	1,5h
	18 de maio	1,5h
	15 de junho	1,5h
	20 de julho	1,5h
	28 de setembro	2,5h
	19 de outubro	2,5h
	23 de novembro	2h
Direito do Trabalho Contemporâneo – Passo Fundo Coordenação: Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira	07 de dezembro	2h
	16 de março	3h
	14 de abril	3,5h
	04 de maio	3h
	20 de julho	3h
	31 de agosto	3h
	24 de novembro	6h

5. CONVÊNIO

5.1 Universidad de la República del Uruguay

Durante o ano de 2012, houve a continuidade do *Curso de Especialização em Direito do Trabalho - ênfase em Direito Internacional e em Direito Comparado* pelo convênio firmado em 2011 com a *Universidad de La República del Uruguay – UdelaR*. O *Curso de Especialização* oportuniza a participação dos juízes de 1º e 2º graus do TRT4 e conta com 18 (dezoito) inscritos, número esse já lançado no Relatório de Atividades de 2011.

Coordenado pelo Prof. Dr. Hugo Barretto, o curso teve início em 28 de outubro de 2011 - com aula

inaugural em Montevideu - e se estenderá até março de 2013, com a entrega dos trabalhos de conclusão de curso, tendo duração total de 250 horas. As aulas foram ministradas por professores da universidade uruguaia na área do Direito Comparado, e contou com a contribuição de convidados de outros países.

Os encontros, realizados na sede da Escola Judicial gaúcha, foram organizados em módulos e oferecidos como cursos de extensão aos demais magistrados, bem como aos servidores que exercem cargos e funções de assessores, chefes, Assistentes de Gabinetes de Desembargadores e Assistentes de Juizes de 1º Grau. Ademais, a organização deste Curso oportunizou a Escola Judicial oferecer, além dos módulos, simpósios com palestras extensivas ao restante dos servidores do TRT4, proferidas pelos professores da referida Universidade, bem como um Seminário Internacional sobre Direito Comparado do Trabalho.

6. PUBLICAÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL

6.1 Revista Impressa

A 40ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), de periodicidade anual e publicada pela HS Editora, foi lançada no dia 06/11/2012. Desde 2009, o periódico é lançado no Memorial do Rio Grande do Sul, dentro da programação da Feira do Livro de Porto Alegre.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica uma pequena parte da excelência do trabalho realizado pelos magistrados no Estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos de autoria de magistrados e juristas convidados, Súmulas, Precedentes Normativos, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Os exemplares tem distribuição dirigida e são também comercializados pela HS Editora.

6.2 Revista Eletrônica

As Edições Ordinárias da Revista Eletrônica são de circulação quinzenal, nos meses de março a novembro, e mensal, de dezembro a fevereiro. A Revista Eletrônica é elaborada pela Escola Judicial sob a coordenação da Comissão da Revista e Outras Publicações. Uma obra atualizada e sempre dedicada a temas relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do trabalho. O periódico publica decisões tanto de 2º grau (acórdãos) como de 1º grau (sentenças); artigos assinados não só por magistrados, mas por todos os operadores do direito; notícias do âmbito do Judiciário, com destaque para o Trabalhista; indicações de leitura e, ainda, a valiosa 'Dica' de Português Jurídico-Forense do Professor Adalberto José Kaspary.

Esse periódico tem sido uma referência que supera fronteiras, demonstrada pelo expressivo número de acessos nas 20 edições de janeiro a dezembro de 2012 (132ª a 151ª), que ultrapassaram 37.000 em diversos países, entre eles: Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Espanha, França, Canadá, Alemanha, e outros. Importante ressaltar que deste número, 31,66% foram de novas visitas e 68,34% foram de visitantes que retornaram em busca de mais informações, o que comprova a importância dessa Revista.

A Revista Eletrônica conta também com edições especiais, sem periodicidade definida, sendo sua 9ª Edição – Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução – em 11/07/2012.

7. INSTRUTORIA

7.1 Interna

Magistrados

Ana Luiza Heineck Kruse

Beatriz Renck

Ben-Hur Silveira Claus

Carlos Alberto Zogbi Lontra
Carolina Hostyn Gralha Beck
João Ghisleni Filho
João Pedro Silvestrin
José Felipe Ledur
Luiz Antonio Colussi
Ricardo Fioreze
Rodrigo Trindade de Souza

Servidores

Adilson Kemmerich da Cruz
Alexandre Paz Garcia
Caroline Bertolino
Marcela Sevaio Portillo
Marcos Josué Nonnenmacher
Maria Clara Lucena Adams
Nádia Beatriz Dadalt
Paula Goldmeier

7.2 Externa

Acácia Zeneida Kuenzer
Ada Pellegrini Grinover
Adalberto José Kaspary
Adriana Goulart de Sena
Alejandro Castello
Alvaro Roberto Crespo Merlo
Alvaro Rodriguez Azcue
Arion Mazurkevic
Arthur Rogério Bork
Carla Garcia Bottega
Carlos Cárcova
Cássio Meyer Barbuda
Cássio Scarpinella Bueno
Christophe Dejours
Claudia Risso
Débora Brum
Denise Fincato
Fábio Siebeneichler de Andrade
Fernando Maciel
Gerson Luiz Carlos Branco
Gerson de Oliveira Costa Filho
Hector Babace
Homero Batista Mateus da Silva
Hugo Barretto
Isabel Porto Borjes
Jorge Rosenbaum
João Alberto Maeso Montes
José Eduardo Elias Romão
José Roberto dos Santos Bedaque
Juan Faroppa
Karine Vanessa Perez
Luciano Martinez
Luis Carlos Moro

Luiz Alfredo Scienza
 Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
 Marcelo H. C. Moutinho Silva
 Marcelo José Ferlin D'Ambroso
 Maria Cecília Binder
 Marie-France Hirigoyen
 Mário César Ferreira
 Mario Garmendia
 Nilton Correia
 Patrícia Peck Pinheiro
 Paulo Simões
 Pedrinho Arcides Guareschi
 Raab Simões dos Santos
 Raúl Enrique Rojo
 Ricardo Teixeira do Valle Pereira
 Rodrigo Lacerda Carelli
 Ronaldo Fleury
 Rosina Rossi
 Rubens Pinto Lyra
 Sebastião Geraldo de Oliveira
 Sérgio Cavalieri Filho
 Taís Schilling Ferraz

8. AÇÕES DE FORMAÇÃO – QUADRO RESUMO (2012)

EVENTOS (internos e externos)	Nº de Turmas	Número de participantes*			Carga Horária**
		Magistrados	Servidores	Total	
Capacitação na Ferramenta do Sistema de PJe-JT para Magistrados da Vara Piloto e Multiplicadores	1	5	0	5	11
Capacitação para Juízes Orientadores	1	17	0	17	3
Capacitação Presencial dos Magistrados do PJe/JT (Turmas Erechim e Porto Alegre)	2	19	0	19	7,5
Comunicação Assertiva	1	9	0	9	16
Curso de Formação em Teoria Geral do Juízo Conciliatório - ENAMAT - à distância	1	10	0	10	40
Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-França/ENAMAT/CEJ-CJF	1	1	0	1	31
Curso de Altos Estudos Fronteiras do Pensamento 2012	1	3	0	3	20
Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho - EAD	1	4	0	4	20
Seminário Temas da Execução e a Jurisprudência Regional	1	43	0	43	3
2º Seminário Temas da Execução e a Jurisprudência Regional	1	6	0	6	6
Seminário Direito Portuário com Visita Técnica	1	28	0	28	8
Treinamento do PJe/JT para os Desembargadores da 2ª SDI	2	10	0	10	4
VII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS	1	163	0	163	20
4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho	1	2	1	3	19,5
24º Fim de Tarde na EJ - Lei 12551/2011: Análise e Críticas a Partir do Paradigma Português	1	3	41	44	1,5
25º Fim de Tarde na EJ - A Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	1	12	120	132	1,5
26º Fim de Tarde na EJ - Impropriedades Técnico-Linguísticas na Redação de Sentenças e Acórdãos	1	3	38	41	1,5
27º Fim de Tarde na EJ - Vale a Pena Investir em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)?	1	2	31	33	2
28º Fim de Tarde na EJ - A Judicialização das Demandas Sociais	1	2	22	24	1,5
29º Fim de Tarde na EJ: Ações Regressivas	1	1	27	28	1,5
31º Fim de Tarde na EJ: Aspectos Destacados da Lei 12619/12	1	6	40	46	1,5
32º Fim de Tarde na EJ: Considerações sobre Simulação na Perícia	1	2	23	25	1,5

EVENTOS (internos e externos)	Nº de Turmas	Número de participantes*			Carga Horária**
		Magistrados	Servidores	Total	
Médica					
Assédio Moral no Trabalho: Diferenças entre o Verdadeiro e o Falso	1	68	233	301	2
Aula Aberta - Direito Internacional do Trabalho: Normas Internacionais e sua Aplicabilidade	1	3	9	12	12
Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	1	1	17	18	14
Currículo Permanente - Módulo V - Direito Constitucional - EJ/TRF4	1	4	7	11	12
Curso de Língua Espanhola	10	21	22	43	20
Curso <i>On line</i> de Teoria Geral do Processo Eletrônico	2	30	46	76	60
Execução Efetiva: Aprendendo a Usar as Ferramentas Eletrônicas	1	7	40	47	4
Linguagem Jurídico-Administrativa (Turma Santana do Livramento)	1	1	18	19	7
Mandado de Segurança Contra Ato de Autoridade Administrativa	1	8	30	38	3,5
Módulo Direito Internacional do Trabalho	1	1	17	18	36
Módulo Evolução do Pensamento Juslaboralista	1	2	9	11	24
Módulo Teoria Geral do Direito do Trabalho	1	3	9	12	24
Módulo Direito Comparado do Trabalho	1	4	4	8	36
O Novo E-Sentença	2	27	18	45	4
O Sistema Recursal Trabalhista e a Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais	1	28	120	148	2
Oficina de Direito Processual do Trabalho	1	6	3	9	4
Palestras A Relação entre os Conceitos de Direitos Humanos, Segurança Humana Desenvolvimento Humano no Contexto da Proteção dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Exame Comparado do Regime de Terceirização no Mercosul	1	3	13	16	3
Português Contemporâneo Aplicado - Estrutura das Palavras/Uso dos Radicais (Turma Passo Fundo)	1	1	18	19	6,6
Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia (Turmas Santa Maria, Gramado, Porto Alegre e Pelotas)	4	11	114	125	6,6
Reforma do Processo Civil	1	30	101	131	3,5
Saúde, Subjetividade e Trabalho na Empresa e na Instituição Judicial - Cristophe Dejours	1	44	126	170	2
Seminário A Prova no Processo Judicial Contemporâneo	1	12	67	79	7
Seminário Direito Processual do Trabalho	1	7	22	29	8
Seminário Internacional sobre Direito Comparado do Trabalho - Homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind	1	12	13	25	12
Seminário Prevenção de Acidentes de Trabalho	1	19	82	101	7
Seminário Os 10 Anos do Código Civil e sua Repercussão no Direito do Trabalho	1	12	69	81	5,5
Simpósio Direito Coletivo do Trabalho - Limites da Autonomia da Vontade e Representatividade em Direito Sindical	1	6	22	28	3,3
Simpósio Direito do Trabalho na América Latina e no Mundo	1	9	37	46	3,3
30º Fim de Tarde na EJ: Relação Judiciário e Sociedade no Século XXI	1	0	14	14	1,5
Administração do Tempo	1	0	1	1	3,6
Avaliação: Novas Normas da Enamat	1	0	10	10	2
Cálculos Trabalhistas	1	0	21	21	14
Comunicação Assertiva	1	0	10	10	16
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução	1	0	29	29	18
Itinerário de Assistentes - Mód. Acidentes de Trabalho - Acidente de Trajeto	1	0	16	16	3,5
Itinerário de Assistentes - Mód. Acidentes de Trabalho - Acidente Típico	1	0	18	18	3,5
Itinerário de Assistentes - Mód. Acidentes de Trabalho - Depressão	1	0	12	12	3,5
Itinerário de Assistentes - Mód. Acidentes de Trabalho - Doenças Osteomusculares	1	0	15	15	3,5
Itinerário de Execução - Módulo Inicial (Turma Santo Ângelo)	1	0	25	25	36
Itinerário de Execução - Módulo Intermediário (Turma Porto Alegre)	1	0	37	37	28
Itinerário de Execução - Módulo Intermediário - Moodle I	1	0	6	6	4
Itinerário de Execução - Módulo Intermediário - Moodle II	1	0	22	22	8
Linguagem Jurídico Administrativa - Redação Oficial (Turmas Porto Alegre, Gramado e Santa Maria)	4	0	107	107	28

EVENTOS (internos e externos)	Nº de Turmas	Número de participantes*			Carga Horária**
		Magistrados	Servidores	Total	
Linguagem Jurídico-Judiciária II - Turma 4 - Porto Alegre	1	0	34	34	14
Modelos Mentais	1	0	10	10	12
Módulo Direito Coletivo do Trabalho	1	0	12	12	24
Módulo Direitos Humanos e Direito do Trabalho	1	0	2	2	24
Ouvidorias Públicas: Ciclo de Palestras e Debates Abertos	1	0	3	3	7
Pensamento Sistêmico	1	0	10	10	8
Português Contemporâneo Aplicado - Sintaxe (Turma Porto Alegre)	1	0	27	27	9,9
Português Contemporâneo Aplicado - Verbos (Turma Porto Alegre)	1	0	32	32	9,9
Português Contemporâneo Aplicado - Estrutura das Palavras/Usos dos Radicais - Turmas Porto Alegre e Santa Cruz do Sul	2	0	49	49	13,2
Português Contemporâneo Aplicado - Pronomes (Turma Porto Alegre)	1	0	33	33	3,3
Português Contemporâneo Aplicado - Ortografia (Turma Santo Ângelo)	1	0	26	26	6,6
Relações entre Saúde e Trabalho e o Impacto na Qualidade de Vida do Servidor	1	0	38	38	6,5
TOTAL	97	731	2248	2979	865,3

LEGENDA: PÚBLICO-ALVO
MAGISTRADOS
MAGISTRADOS e SERVIDORES
SERVIDORES

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

No ano de 2012, o Serviço de Documentação e Pesquisa teve sua denominação alterada para Coordenadoria de Documentação e Pesquisa, obedecendo à nova nomenclatura da estrutura administrativa dos Tribunais do Trabalho.

Em virtude de a livraria vencedora do pregão não conseguir nos fornecer bibliografia importada, não foram adquiridos, em 2012, livros estrangeiros.

Neste ano, um servidor desta Coordenadoria participou do Encontro dos Documentalistas da Justiça do Trabalho, no Rio de Janeiro, e dois servidores participaram do Seminário de Informação e Documentação Jurídica, em Brasília.

Durante este ano, foi firmado novo contrato com a empresa Informar para selecionar, catalogar, indexar e incluir na base de dados obras recebidas em doação de magistrados e familiares.

A – Funcionamento do Serviço	
Número de dias trabalhados	234
Horário de atendimento ao público externo	10 – 18 horas
Horário de atendimento ao público interno	8 – 19 horas
B – Resumo do acervo	
Livros	13.412 documentos
Periódicos	17.618 fascículos
Análíticas de artigo de periódico	38.019 artigos
Normas catalogadas	24.925 normas
Total cadastrado em base de dados	88.591 ítems
Coletânea de leis	59 volumes

Diário da Justiça da União, I	ano anterior
Diário da Justiça do Estado	1988-2004
Diário Oficial da União, I, (CD-Rom)	1990-
Diário Oficial da União, seção III	semestre corrente
Diário Oficial do Estado	semestre corrente
C – Resumo das atividades	
Total de documentos processados	10.502
Total de documentos consultados	12.085
Empréstimos via malote	1.469, aproximadamente
Empréstimos internos	6.605
Empréstimos reprografia	2.017
Total de documentos emprestados	10.144
Total de documentos circulados	22.229
Pesquisas realizadas na sala de leitura	5.640
Pesquisas realizadas na base de dados	314.083
Total de pesquisas realizadas	319.723
Total atendimentos no ano	341.312 usuários
Média atendimentos/dia	1.458,60 usuários/dia
Total acessos à página da Biblioteca*/ano	314.083
Média acessos/dia	1342,24

SERVIÇOS AO USUÁRIO

Conjunto de serviços para o atendimento das necessidades informacionais e documentais dos usuários, cujo objetivo é sua formação, informação e atualização.

Serviço de Empréstimo

Controle da circulação dos documentos (livros, revistas, diários oficiais, legislação esparsa, etc.), por usuários internos e externos, dentro e fora da sede, via documento, malote ou digital.

Atividades desenvolvidas:

- Empréstimo de documentos a prazo para usuários internos;
- Empréstimo provisório para usuários externos;
- Empréstimo inter-bibliotecário;
- Empréstimo para cópia reprográfica;
- Reserva de documentos emprestados por parte do usuário;
- Cobrança de documentos em atraso;
- Conferência de documentos emprestados.

Serviço de Atendimento e Pesquisa

Atividades que têm por objetivo atender às necessidades de informação dos usuários, detectando-as e

fornecendo-lhes, conforme o caso, as fontes e/ou os documentos.

Atividades desenvolvidas:

- Questões específicas solicitadas por e-mail ou telefone;
- Localização de livros, periódicos e outros documentos;
- Demanda de livros e periódicos no SR;
- Levantamentos bibliográficos correntes e retrospectivos;
- Pesquisas de Doutrina;
- Pesquisas de Legislação;
- Pesquisas de Jurisprudência;
- Pesquisas na Internet;
- Orientação aos alunos de Direito nos trabalhos de conclusão;
- Referência Legislativa e localização de legislação no acervo;
- Inclusão e atualização de Legislação e Doutrina na Biblioteca Virtual;
- Referência Jurisprudencial;
- Orientação à pesquisa de Jurisprudência;
- Orientação ao uso de Windows e Jus4;
- Pesquisas de Jurisprudência;
- Manutenção da legislação no acervo digital;
- Manutenção da página da internet.

Serviço de Notificação Corrente

Comunicação sobre novos livros, periódicos, legislação e jurisprudência de interesse dos usuários, na íntegra ou referencial, via papel, e-mail ou malote. Durante o ano de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades: envio de legislação, na íntegra, por e-mail ou malote; disponibilização de artigos de doutrina na Biblioteca Virtual e o disparo de comunicação aos usuários, via sistema.

SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÃO E ACERVO DOCUMENTAL

Elenco de atividades necessárias à formação, ao gerenciamento, ao desenvolvimento e à manutenção do acervo documental e do sistema de recuperação de informação.

Seleção, aquisição e registro

Atividade que tem a responsabilidade de planejar e gerenciar o desenvolvimento do acervo documental, por meio do recebimento de sugestões; da seleção de material documental a ser incorporado ao acervo; do envio dos pedidos de livros à livraria licitada; da solicitação do material a ser adquirido; da conferência do material recebido; do envio das notas para pagamento; do registro do material adquirido; elaboração e colocação de etiquetas para registro e localização, do preparo para circulação e da alimentação da bases de dados do SIABI.

Análise e indexação

Aplicação de técnicas que viabilizem a recuperação da informação contida nos documentos, por meio de leitura técnica, catalogação, classificação e indexação de documentos e do desenvolvimento e da aplicação de linguagem documentária específica em Direito do Trabalho, por meio das seguintes atividades:

- Leitura técnica de livros e periódicos;
- Leitura técnica de Diários Oficiais, edição papel e eletrônica;
- Seleção de atos e legislação pertinente para análise, classificação e indexação;
- Seleção de acórdãos para análise e indexação;
- Catalogação de documentos;
- Classificação de livros por assunto e autor;
- Indexação de material bibliográfico;
- Indexação de legislação;
- Indexação de acórdãos;
- Indexação de atos administrativos.

Sistema de recuperação de informação

Implantação, desenvolvimento e gerenciamento de sistemas automatizados de recuperação de informação, utilizando o SIABI. Durante o ano de 2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades: identificação de necessidade de alteração no sistema; solicitação de alterações no sistema; alimentação da base de dados do SIABI; alimentação da base de dados THES; manutenção de bases de dados; manutenção do Sistema de Empréstimo; manutenção e desenvolvimento de linguagem documentária através da base THES.

Biblioteca Virtual

Disponibilização de legislação, doutrina e jurisprudência no *site*, disponibilizando o acesso às informações nas dependências da JT e, remotamente, pela Internet. Dentre as atividades, destacam-se:

- Identificação de legislação, doutrina e jurisprudência a ser incluída na página;
- Busca por arquivo disponível na Internet;
- Elaboração de arquivo quando não encontrado na Internet ou sua digitalização;
- Atualização de legislação alterada e já incluída no *site*.

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Serviços de Secretaria

Dentre os serviços de Secretaria realizados, isto é, as tarefas diárias e correntes realizadas como rotina administrativa, incluem-se a elaboração de memorandos, o controle e arquivamento de memorandos, ofícios e correspondências, o atendimento de ligações telefônicas, a elaboração de e-mails, a elaboração de formulários, cartazes e manuais, o controle de material de consumo e as reuniões de equipe.

Manutenção da coleção

Para a manutenção das coleções, foram realizadas atividades de controle da integridade física do acervo documental, dentre as quais estão a identificação de documentos a serem reparados/encadernados, a realização

de reparos em livros e periódicos, a confecção de listagem para encadernador, a conferência de material recebido do encadernador, a identificação de etiquetas a serem repostas, a confecção de etiquetas, a organização e a guarda de material e o controle diário de temperatura e umidade.

MEMORIAL

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS foi criado pela Resolução Administrativa nº 22 de 2003. Seu funcionamento foi regulamentado pela Resolução Administrativa nº 05 de 2006 do TRT da 4ª Região. É constituído por Comissão Coordenadora, Coordenador e Equipe Técnica multidisciplinar. Tem como principais objetivos preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação da Justiça do Trabalho na 4ª Região, patrimônio de toda sociedade; a realização de pesquisas sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Brasil em suas articulações com o mundo do trabalho; e o desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação desse acervo e dessas pesquisas: cursos de capacitação, eventos científicos, exposições, publicações, entre outras.

Além de dar continuidade às políticas de preservação do acervo histórico da Justiça do Trabalho no RS, promovendo sua disponibilização a pesquisadores externos, participar de eventos e atividades internas e externas, o ano de 2012 teve como principal realização o envolvimento com a qualificação do acervo de processos arquivados e a realização de eventos de capacitação a servidores e magistrados.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MEMORIAL:

A Comissão Coordenadora do Memorial permaneceu inalterada em 2011, sendo reconduzidos para o período 2012/2013 em sua titularidade pelas Desembargadoras aposentadas Maria Guilhermina Miranda, Magda Barros Biavaschi e Denise Barros, e na suplência pelo Desembargador Ricardo Carvalho Fraga, Juíza Anita Job Lübbe e Juiz Artur Peixoto San Martin.

A partir de 08/02/2012, o Memorial passou a contar com a Coordenação do Arquivista e Historiador Alexandre Veiga, que anteriormente integrava o seu Conselho Consultivo, tendo sido cedido pelo Memorial do Rio Grande do Sul. Alexandre foi coordenador do Arquivo Judicial Centralizado da Justiça Estadual de 2006 a 2010, quando assumiu cargo no Memorial do Rio Grande do Sul, vinculado ao Governo do Estado, que o cede, agora, para o TRT-RS. O novo coordenador do Memorial também possui experiência em ensino, tendo atuado como professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição em que foi graduado como bacharel em História e Arquivologia e pós-graduado como mestre em Comunicação e Informação.

Em 2012, continuaram Integrando a Equipe Técnica do Memorial os seguintes servidores: Antonio Francisco Ransolin (Mestre em História), Elton Luiz Decker (Sociólogo), Katia Teixeira Kneipp (Bacharel em Direito, especialista em Educação e artista plástica), Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin (especialista em História Contemporânea) e Walter Oliveira (Bacharel em Direito e Administração de Empresas, doutorando em Ciência Política). Ingressou na equipe técnica, no final de 2012, o servidor Fernando Estanislau Bressani Allgayer, bacharel em artes visuais pela UFRGS, que já havia sido colaborador do setor em 2004.

Estagiaram no Memorial em 2012 os estudantes Cydne Rosa Lopes Losekann e Elisa dos Santos Dias, dos cursos de História e Museologia da UFRGS, respectivamente.

Em 2012, o Conselho Consultivo reuniu-se em duas oportunidades: em 27 de fevereiro e em 10 de dezembro. Na primeira, discutiram-se os projetos para o ano, sobre a sugestão de publicar uma revista digital e sobre problemas no prédio. Na segunda, foram apresentadas as atividades desenvolvidas no ano e os projetos em andamento.

O Conselho supra mencionado é composto por treze membros: professores universitários e profissionais vinculados às áreas do conhecimento relacionadas ao acervo, representantes das instituições de ensino e pesquisa parceiras, da Administração do TRT4, de sua Escola Judicial e do Memorial.



Imagem 1 – Reunião do Conselho Consultivo em 10/12/2012
Fonte: Secretaria de Comunicação Social

1. Atividades Internas de Organização

Neste item, são elencadas as atividades internas realizadas pelo Memorial voltadas para a organização de seu acervo e sua página da internet.

1.1. Acervo

O acervo histórico do Judiciário Trabalhista é patrimônio público e contém documentos fundamentais para o exercício da prestação jurisdicional, em especial para a constituição da prova, e para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Integram o acervo do Memorial processos trabalhistas, acórdãos, documentos administrativos, entrevistas, fotografias, objetos, além de bibliografia e coleções privadas.

1.2.1. Processos

Ao longo do ano, o Memorial continuou o trabalho de cadastramento no sistema informatizado disponibilizado pela Informática dos processos trabalhistas de Montenegro.

1.2.2. Objetos tridimensionais e documentos administrativos

Em 2012, a estagiária de Museologia Elisa dos Santos Dias trabalhou na higienização e catalogação do acervo tridimensional e livros oriundos de diversos setores do TRT4, contribuindo com informações sobre as metodologias próprias da museologia para o correto tratamento deste material.

1.3. Plano Museológico

Durante o ano de 2012, em atendimento a legislação específica, o Memorial deu continuidade ao estudo e aprimoramento de seu plano museológico.

A Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus, estabeleceu o prazo de 5 anos para que as instituições que possuem acervo museológico desenvolvam este plano museológico. Outra importante lei que regulamenta o tema é o Decreto nº 5.264/2004, que cria o Sistema Brasileiro de Museus, apontando para as características das instituições museológicas, dentre as quais se destaca o trabalho permanente com patrimônio cultural, seja ele material (documentos, objetos, fotos) ou imaterial (valores e costumes), e o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de acesso à cultura.

A tarefa contou com expressiva contribuição da estagiária Elisa dos Santos Dias, sob supervisão da servidora Katia Teixeira Kneipp.

1.4. Participação na Comissão Permanente de Gestão Documental (CPGD) do TRT4

Uma consequência do envolvimento do Memorial com a preservação do acervo Histórico da Justiça do Trabalho é sua participação na Comissão Permanente de Gestão Documental do TRT4 (CPGD).

Além de participar de suas reuniões, por meio dos integrantes da sua Comissão Coordenadora, Direção e Equipe Técnica, o Memorial emite pareceres sobre eliminação de documentos e processos, bem como sobre a relevância histórica de processos que recebem, por iniciativa de magistrados ou servidores, o selo acervo histórico, regulamentado pela Portaria nº 5.587, de 04 de outubro de 2007, da Presidência do TRT4. No ano de 2012, foram emitidos 25 pareceres pelo Memorial sobre estes temas.



Imagem 2 – Reunião da CPAD de 3/4/2012

Ao longo de 2012, foram realizadas 05 reuniões da CPAD, nos seguintes dias: 03 de abril, 03 de julho, 03 de setembro, 09 de outubro e 26 de novembro.

Foram destaque nas discussões da referida comissão, dentre outros assuntos, o "Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus", editado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no final de 2011, sendo debatidas também questões sobre os processos arquivados no Arquivo Geral e no Depósito Central de Porto Alegre.

1.5. Audiência com o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

As integrantes da Comissão Coordenadora do Memorial, Des. Denise Barros e Maria Guilhermina Miranda, e o seu Coordenador Alexandre Veiga foram recebidos em audiência pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, do TST, no dia 19 de junho de 2012. Na oportunidade apresentaram os projetos desenvolvidos visando a preservação e conservação do acervo histórico da Justiça do Trabalho.

2. Convênios e Parcerias

As parcerias com instituições voltadas à guarda e pesquisa em fontes documentais têm sido estimuladas pelo Memorial como meio de preservar os documentos do Judiciário Trabalhista e facilitar sua disponibilização à consulta pública.

Em 2012, o Memorial realizou visita a todas as instituições parceiras com o objetivo de inspecionar a situação dos acervos, verificar se os mesmos estão disponíveis à pesquisa, identificando eventuais necessidades a serem supridas.

Ocorreu a visita do Memorial aos municípios de Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande. Também foi realizada reunião com a FEEVALE, em Novo Hamburgo, tendo em vista o interesse daquela universidade nos processos trabalhistas da região.

Nestas visitas, foi verificado que a iniciativa do TRT4 de estabelecer parcerias proporciona o aumento da visibilidade e conhecimento sobre os documentos da Justiça do Trabalho, contribui para a realização de diversas pesquisas que desvelam capítulos inéditos ou pouco conhecidos de nossa história e, ainda, promove o conhecimento, a experimentação e o debate sobre novas práticas e técnicas de conservação, pesquisa e disponibilização destes documentos.

2.1. Sistemas Estadual e Nacional de Museus

O Memorial integra, desde 2010, a 1ª Região Museológica do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, sendo a servidora Katia Kneipp a representante que participa de suas reuniões. Desde 2011, integra também o Cadastro Nacional de Museus. Estas vinculações são importantes para que as exposições, cursos, seminários e atividades de educação patrimonial realizadas tenham maior divulgação e estejam articuladas a projetos mais abrangentes.

2.2. Estágios Curriculares

O Convênio TRT nº 11/2010 entre o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), celebrado em 05 de outubro de 2010, visa a realização, nas dependências do Memorial, de estágios curriculares obrigatórios por parte dos alunos de diversos cursos daquela instituição universitária.

Nesta condição, estagiaram no Memorial, em 2011 sob supervisão de estágio curricular dos cursos de História e Museologia da UFRGS, a seguinte estudante: Elisa dos Santos Dias – Museologia

2.3. Dissídios Coletivos

Em 30 de março de 2012 o TRT4 assinou convênio de cooperação com o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura/CECULT da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, que vem desenvolvendo desde 2007 o projeto "Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)" que investiga o modo como os trabalhadores (escravos ou livres; nacionais ou imigrantes; homens ou mulheres; brancos, negros ou índios) conferiram significados políticos a diferentes aspectos de seu cotidiano.

O projeto tem como objetivo principal examinar processos históricos nos quais os trabalhadores se constituíram como sujeitos políticos e como tal foram reconhecidos. Neste sentido, discute os usos que os trabalhadores fizeram de espaços simbólicos e pontos de vista "consagrados", ou de canais institucionais e mecanismos legais e jurídicos, para expressar seus pleitos, interpretar leis ou redimensionar espaços sociais em seu benefício.

Em 2012, foram identificados os processos que encontram-se cadastrados no sistema PDEP e que podem vir a ser a fonte para o trabalho de digitalização destes documentos e sua catalogação em um banco de dados nacional.

2.4. Fundação Universidade de Rio Grande (FURG)

Fez-se o levantamento dos processos por ano e por Unidade Judiciária resultando na apuração de 1.790 lotes, sendo 16.705 registros de processos da 1ª Vara ajuizados entre 1948 e 2004, bem como 14.479 da 2ª Vara, ajuizados entre 1989 e 2004, no total de 31.184 processos.

No final do ano, ocorreu visita à FURG, que resultou nos ajustes finais para a transferência dos processos findos oriundos do Foro trabalhista daquela cidade e que já estão separados no Depósito Centralizado.

2.5. Passo Fundo

Em Passo Fundo, no Arquivo Histórico Regional mantido pela Universidade de Passo Fundo, cerca de 30 mil processos findos no Foro Trabalhista de Passo Fundo estão guardados e servem de fonte para pesquisadores, partes e advogados. Além de constatar o correto armazenamento dos autos, a visita serviu para a ampliação dessa parceria.



Imagem 3 – Reunião no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

2.6. Soledade

O juiz titular da Vara Trabalhista (VT) de Soledade, José Renato Stangler, e o diretor de secretaria da VT, José Antônio Machado, na mesma ocasião da reunião realizada com a comissão de gestão documental,

entregaram simbolicamente um lote de processos findos na VT. Outros cinco mil processos arquivados pela VT de Soledade devem ser encaminhados ao Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo em breve, após ampliado o espaço físico do Arquivo Histórico.

2.7. Pelotas

Em Pelotas, são conservados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel aproximadamente 100.000 processos oriundos do foro trabalhista daquela cidade. Atualmente, uma equipe de 4 bolsistas trabalha na alimentação de banco de dados das reclamações ajuizadas nos primeiros anos, com diversos textos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado tendo como fonte estes documentos.

2.8. Santa Maria

Em Santa Maria, uma das mais importantes experiências de parceria, foi realizada reunião no Foro Trabalhista daquela cidade, na qual verificou-se que o acervo está organizado de forma exemplar, conservando os 75.001 processos referentes ao período de 1939 a 2011 em dois espaços, um para aqueles mais recentes (fase intermediária) e outro para os processos considerados de guarda permanente. Constatou-se, ainda, que se encontram separados dos processos findos os que têm pendências, o que facilita sobremaneira seu cadastramento no BNDT, que está sendo procedido pelas Unidades Judiciárias locais. Tendo em vista as condições excepcionais existentes na cidade, que conta com disponibilidade de espaço para a conservação dos processos e também curso de arquivologia com acúmulo de conhecimento acadêmico na área de conservação e preservação documental, este convênio pode contribuir para aprimorar o conhecimento sobre como conservar e disponibilizar o acervo histórico da Justiça do Trabalho. Em recente iniciativa, a universidade disponibilizou bolsistas para trabalhar no acondicionamento e disponibilização dos processos históricos.

No relatório encaminhado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), encontram-se elencadas as atividades referentes ao acervo do Centro de Memória Regional de Santa Maria:

descrição cronológica de aproximadamente 50 processos;

elaboração de três artigos por acadêmicos do Curso de História, que serão apresentados na VI Jornadas Mundos do Trabalho;

trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia tratando da descrição dos processos trabalhistas;

d) trabalho de Conclusão de Graduação em História, que utilizou os processos para trabalhar com os ferroviários em Santa Maria;

e) pesquisador de mestrado em História da UFRGS passou a estudar no acervo de processos trabalhistas de Santa Maria;

f) apresentação de Poster na 27 Jornada Acadêmica Integrada da UFSM;

g) publicação de artigo em Jornal da cidade;

h) aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Programa REUNI de Bolsas de Iniciação Científica elaborado pela Prof. Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad- ARQUIVOS, HISTÓRIA E DIREITO: ACERVOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA SANTA MARIA REPUBLICANA, com destinação de uma bolsa de estudos para trabalhar no acervo dos processos de Santa Maria.

3. Pesquisa:

Entre os objetivos do Memorial, consta o de promover pesquisas relativas aos seguintes temas: a) História da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul; b) Justiça, Direitos, relações de trabalho e de emprego; c) Memória(s) e patrimônio da Justiça do Trabalho. Neste item, serão elencadas as atividades envolvendo pesquisa no Memorial em 2012.

3.1. Pesquisas externas no Memorial em 2012

O Memorial manteve seu acervo disponível à pesquisa no horário das 10 às 18 horas, de segunda à sexta-feira, recebendo diversos pesquisadores de diferentes cursos e instituições de ensino, dentre os quais elencam-se os seguintes:

Tabela 1 - Pesquisas externas realizadas no Memorial

Nome	Instituição	Programa	Tema
Alisson Droppa	UNICAMP	Doutorado em História	Justiça do Trabalho de 1945 à 1963
Clarice Speranza	UFRGS	Doutorado em História	Mineiros
Deise Formolo	UFRGS	Museologia	Danúbio Gonçalves
Elisa Dias	UFRGS	Museologia	Danúbio Gonçalves
Giselda Schneider	UNIRITTER	História	Gênero (Mulheres)
Maria Karina F.	UFRGS	História	União Fabril
Paula Bianco	PUCRS	História	Não Informado
Tatiane Bartman	PUCRS	Mestrado em História	Empresas alemãs em Porto Alegre

Fonte: Livro de registro de pesquisadores do Memorial.

O grande destaque neste ano foi a conclusão, pela pesquisadora Clarice Gontarski Speranza, de tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS) alicerçada em documentos do acervo histórico da Justiça do Trabalho no RS. O trabalho tem o título "Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões das minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50".

A tese abrange o período entre 1941 e 1954. Para analisar os anos de 1941 a 1947, a pesquisadora utilizou a íntegra das ações trabalhistas ajuizadas na Junta de Conciliação e Julgamentos (atual Vara do Trabalho) de São Jerônimo, arquivadas no acervo do Memorial. Na descrição dos anos de 1948 a 1954, foram utilizadas atas de audiências e sentenças do ex-presidente do TRT4 e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Barata Silva. A família do magistrado doou o acervo ao Memorial em 2009.

Segundo Clarice, a pesquisa contextualiza as relações de trabalho da época e a influência das leis trabalhistas então recém criadas, como a própria Consolidação das Leis do Trabalho (de 1943) e a lei dos descansos semanais remunerados (de 1949). Na época, os municípios de Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão pertenciam a São Jerônimo e formavam a região carbonífera mais importante do Brasil, que viria sofrer concorrência de municípios catarinenses a partir de 1945.

Nessa região, conforme a pesquisadora, foram ajuizadas 5708 reclamações trabalhistas entre os anos de 1946 e 1954. Destas, 2709 propostas por trabalhadores e 2999 por empregadores. A historiadora afirma o que segue:

"O meu objetivo era verificar como a Justiça do Trabalho incorporava-se ao cotidiano dos trabalhadores. Eles começavam a perceber que, se trabalhassem mais em um dia, aquilo poderia ser chamado de hora extra. Eram os conceitos jurídicos entrando na vida dos empregados. As ações buscavam, principalmente, o cumprimento das novas leis que estavam sendo criadas no período. Trabalhadores analfabetos e pouco organizados do ponto de vista sindical começavam a entrar na Justiça em busca dos seus direitos."

De acordo com a pesquisadora, sua tese está em conformidade com uma tendência atual da historiografia, que se utiliza cada vez mais dos registros da Justiça do Trabalho para contextualizar e complexificar o entendimento sobre as relações sociais. "A Justiça do Trabalho está sendo vista como fonte para abordagens diferentes das clássicas no que diz respeito a dominados e dominadores", explica.

Para ela, uma das conclusões da pesquisa refere-se à importância da institucionalização da Justiça do Trabalho para a formação da identidade do trabalhador nas minas do Rio Grande do Sul nas décadas de 40 e 50. "O recurso à Justiça do Trabalho foi se tornando cada vez mais frequente pelos mineiros no período analisado.

Esse fenômeno levou a um aprendizado, por parte dos trabalhadores e também do patronato, da utilização dos instrumentos legais, fazendo com que categorias e noções estruturadoras do Judiciário Trabalhista e do Direito do Trabalho fossem componentes importantes na formação da consciência dos mineiros", avalia a historiadora, que ressalta a importância do envolvimento da equipe do Memorial da Justiça do Trabalho gaúcha na concretização da pesquisa. "Sem esse apoio o trabalho não seria possível", afirma.

Merece destaque também a presença constante do pesquisador Alisson Droppa, da UNICAMP/SP, que investiga o funcionamento do Poder Normativo da Justiça do Trabalho no período de 1958 a 1964, estudando como os diversos atores (juizes, advogados, servidores, empregados e empregadores) com suas experiências contribuíram para a envolverem questões ligadas à remuneração dos trabalhadores, com o intuito de analisar como eram encaminhados e julgados os dissídios coletivos. Desta forma, será possível perceber, segundo esclarece o pesquisador, as discussões travadas no âmbito dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) sobre as possibilidades e os limites do poder de cada um em regulamentar as questões do trabalho. No curso deste ano, o pesquisador coletou no Memorial as informações relativas aos dissídios coletivos ajuizados no TRT4 e para 2013 está prevista a análise destes materiais.

Por intermédio do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade de Pelotas, as bolsistas Lóren Nunes da Rocha e Mariele Agosta Vasconcellos, fizeram pesquisas no acervo histórico de processos trabalhistas de Pelotas disponibilizado por meio da parceria realizada com o TRT4.

3.2. Pesquisas internas do Memorial em 2012

3.2.1. Arnaldo Sussekind

Com vistas a realização do vídeo, painéis e demais materiais exibidos na exposição em homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind, o Memorial realizou pesquisa sobre sua biografia, visando traçar uma linha do tempo de sua trajetória pela Justiça e Direito do Trabalho no Brasil.

Para tanto, foi realizada consulta a materiais de seu acervo em que Arnaldo Sussekind está referenciado (processos, entrevistas, palestras), e pesquisa em obras do autor e também em bibliografia especializada sobre o tema.

3.2.2. História e Memória da Justiça do Trabalho

A Equipe do Memorial envolveu-se na pesquisa do temário e dos cinco (05) módulos do curso que terá como tema "História e Memória da Justiça do Trabalho", a ser ministrado pelo TRT4 por meio dos recursos da educação à distância. Cada módulo contará, no mínimo, com 03 unidades.

O Módulo 01 versará sobre a História da Justiça Do Trabalho, o 02 sobre os Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, o 03 sobre a Estrutura da Justiça do Trabalho. Atualidade, o 04 sobre a Pesquisa e o 05 sobre Gestão Documental e Memória.

3.2.3. Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região:

Aprovado no contexto dos projetos que envolveram as comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil, o Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região será feito com dados biográficos de todos os magistrados do trabalho que integraram o Judiciário Trabalhista da 4ª Região, desde a sua criação oficial em 1941 até nossos dias. Devido ao elevado número de informações e dificuldades no acesso as informações, optou-se em dividir a organização da publicação em dois momentos distintos: juizes que fizeram parte da magistratura de 1941 a 1976 e um segundo volume com aqueles que atuaram a partir de 1977 até os dias atuais. Em 2012, o trabalho contou com o apoio do estagiário Cydne Rosa Lopes Losekann.

Até o momento foram executadas as seguintes atividades:

- digitação de termo de poses de juizes classistas – conforme lista da assessoria de juizes;
- solicitação de materiais do Ministro Russomano;
- localização das pastas funcionais dos juizes togados;
- contato com todas as Varas do Trabalho do interior do Rio Grande do Sul instaladas anteriormente a 1976;

- visitas a Associação dos Juizes Classistas – AJUCLA;
- contato com o Tribunal regional da 12ª Região, verificando a existência de materiais das antigas JCJ que pertenciam ao TRT4.

O projeto prosseguirá com a coleta de dados, alimentação do banco de dados, e elaboração dos verbetes. Como este trabalho envolve o exame de aproximadamente 500 pastas contendo as informações dos magistrados para a produção dos verbetes, necessita grande volume de trabalho continuado. Depois da coleta dos dados, será necessário a elaboração de cada um dos verbetes envolvendo classistas e togados.

3.2.4. Diagnóstico da Justiça do Trabalho no RS

O Memorial envolveu-se em 2012 no estudo da quantidade, volume e características do acervo de processos arquivados na Justiça do Trabalho do RS. Realizou também estudos sobre diferentes estratégias de preservação e disponibilização de documentos.

3.2.5. Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais

Trata-se de pesquisa coordenada pela integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, Dra. Magda Biavaschi, e com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), propondo-se a analisar o papel da Justiça do Trabalho brasileira nas décadas 1980 e 1990 diante do fenômeno da Terceirização, com foco no setor papel e celulose, no recorte temporal dado pelas Súmulas 256 e 331 do Tribunal Superior do Trabalho. A fonte primária prevalente foram os processos trabalhistas julgados naquele período; os que tramitaram na então Junta de Conciliação, JCJ, de Guaíba/RS, na 4ª Região, Rio Grande do Sul, e nas da 15ª Região, Campinas, São Paulo, ajuizados contra a RIOCELL e a KLABIN e os que tramitaram, no mesmo período, na JCJ de Telêmaco Borba, 9ª Região, Paraná, ajuizados contra a empresa KLABIN, igualmente tendo como objeto a Terceirização, valendo-se ainda de entrevistas com atores importantes nos processos estudados ou no setor objeto de análise.

4. Exposições e Eventos:

4.1. Exposições

As exposições são realizadas visando dar visibilidade a um tema considerado relevante para o momento, buscando ancorar-se em materiais do acervo, em pesquisa e em diferentes metodologias para sensibilizar o público.

4.1.1. 70 Anos da Instalação Oficial da Justiça do Trabalho no Brasil: recortes da história (Itinerâncias)

Teve continuidade em 2012 a itinerância da exposição comemorativa aos 70 anos da Justiça do Trabalho. Organizada pelo Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, a exposição conta a história da justiça trabalhista gaúcha por meio de painéis ilustrativos, fotos, recortes e objetos antigos. A mostra itinerou pelas cidades de Bagé, Passo Fundo e Soledade.

70 ANOS DA INSTALAÇÃO OFICIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO



recortes da história

Imagem 4 – Arte da Exposição comemorativa dos 70 anos da JT no Brasil
Fonte: Memorial

Desde o final de 2011, a mostra foi instalada no saguão do Foro Trabalhista de Bagé.



Imagem 5 – Inauguração da Exposição Itinerante em Bagé
Fonte: Memorial

Saindo de Bagé, a exposição transferiu-se em 14 de junho de 2012 para a Faculdade de Direito da UPF. A mostra permaneceu no saguão de entrada no prédio para visitação, até o mês de setembro. No local há grande circulação de acadêmicos da área do direito, que demonstraram significativo interesse no tema.



Imagem 6 - Faculdade de Direito da UPF

Para o bom andamento da mostra que comemorou a passagem dos 70 anos de instalação oficial da Justiça do Trabalho no Brasil pelos diversos locais da capital e do interior, fez-se necessário a colaboração da

Equipe Técnica, de diversos setores do TRT4, especialmente o setor de Transporte de Artífices, de Material e Patrimônio, além do apoio da Direção do Foro de cada local.

4.1.2. Arnaldo Sussekind: fui levado e fui levando



Imagem 7 – Foto do Ministro Arnaldo Sussekind

O TRT da 4ª Região, por meio da Escola Judicial em parceria com o Memorial, realizaram exposição em homenagem ao jurista Arnaldo Süsssekind, grande ícone do Direito do Trabalho brasileiro e um dos criadores da CLT, falecido em julho deste ano.

A mostra aconteceu no lounge da Escola Judicial, no Prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre. A exposição apresentou painéis informativos, obras e objetos pessoais que ilustram a vida e a carreira do jurista. O evento integrou a programação do Seminário Internacional sobre Direito Comparado do Trabalho, realizado em homenagem a Süsssekind. A solenidade de inauguração contou com a presença de Marisa Süsssekind, filha do homenageado.



Imagem 8 - Marisa Sussekind, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Artur Peixoto San Martin e Maria Helena Mallmann na inauguração da exposição

4.2. Representação em entidades ligadas à pesquisa e preservação da Memória

Neste item, são relacionadas as atividades em entidades ou instituições ligadas à pesquisa e preservação da Memória nas quais o Memorial se fez representar.

4.2.1. VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho

As experiências de atuação do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região serão apresentadas a outros TRTs no dia 18 de outubro, durante o VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. O evento foi realizado entre os dias 17 e 19, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC) em Porto Velho, com o objetivo de incentivar ações de resgate, preservação e divulgação da memória da Justiça do Trabalho no Brasil.

Na ocasião, o coordenador da equipe técnica, Alexandre Veiga, e o servidor Walter Oliveira, falaram sobre as atividades já desenvolvidas e sobre os planos de atuação futura da instituição.

O Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho ocorre a cada dois anos e tem como sede um dos 24 TRTs.

4.2.2. Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho

O Coordenador do Memorial, Alexandre Veiga e a desembargadora Denise Maria de Barros, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, representaram a instituição na reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – MEMOJUTRA, promovida pelo TRT da 7a. Região, Fortaleza, no dias 17 e 18 de maio.

4.2.3. 1ª Região Museológica

A servidora Kátia Teixeira Kneipp participou de reunião da 1ª Região Museológica no dia 17/4/2012, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS).

4.2.4. Corredor Cultural do Bom Fim

Os servidores Kátia Teixeira Kneipp e Walter Oliveira participaram de reuniões do Corredor Cultural do Bom Fim, realizadas nos dias 11/4/2012 e 26/6/2012.

4.3. Oficinas, Cursos e Seminários

4.3.1. Seminário Direito, Justiça e Gestão Documental

Nos dias 08, 09 e 10 de maio, na Sala Multiuso do Memorial, foi realizado o Seminário Direito, Justiça e Gestão Documental, ministrado pelo Mestre em História, Alisson Droppa. Esta atividade de capacitação, coordenada pelo servidor Walter Oliveira, da Equipe Técnica do Memorial, teve como público alvo os servidores e magistrados do TRT4, teve como objetivo a construção de conhecimento sobre a importância de preservar, conservar, disponibilizar informações e a gestão documental dos autos de processos judiciais findos da Justiça do Trabalho e à efetivação da cidadania.

A programação do evento, distribuído em 3 unidades de 3 horas, foi a que segue:

- Unidade 1 - História dos Direitos e da Justiça do Trabalho: a) Evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul (aspectos históricos, políticos e sociais); b) Relatórios anuais de atividades da Justiça do Trabalho no RS (análise de indicadores).

- Unidade 2 - Gestão Documental e Memória: c) Preservação, Conservação e Disponibilização do Acervo; d) Bens Culturais e Patrimônio Público; e) Memória, Informação, Representações e Identidades.

- Unidade 3 - f) Os autos de processos judiciais findos como fontes de pesquisa; g) Metodologia de pesquisa; h) Exemplos de pesquisa (apresentação).

4.3.2. Seminário Direito, Justiça e Gestão Documental

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS realizou, em 10 de outubro, o seminário "Dissídios: Trabalhadores e Justiça do Trabalho", ministrado pelo Prof. Dr. Samuel Fernando de Souza, vinculado ao Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da UNICAMP. O seminário integra um projeto que está sendo desenvolvido pelo Memorial de construção de um banco de dados de dissídios coletivos no âmbito do TRT4. Participaram do seminário servidores, a vice-presidente do TRT4, desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, estagiários do Memorial e representantes das universidades parceiras do Memorial (Universidade de Passo Fundo-UPF e Universidade Federal de Pelotas - UFPEL).



Imagem 9 - Prof. Samuel Souza apresenta o banco de dados dos dissídios coletivos aos participantes do curso, realizado na sala multiuso do Memorial

O evento de capacitação, coordenado por Walter Oliveira, integrante da Equipe Técnica, foi realizado na sala multiuso do Memorial, e subdividido em 2 unidades:

- Unidade 1 - O projeto "Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)": a) O projeto: justificativas e objetivos; b) Instituições envolvidas c) Expectativas e frustrações.

- Unidade 2 - O Banco de Dados de Dissídios Coletivos: d) Concepções teóricas e metodológicas; e) Dificuldades e avanços; f) Os primeiros resultados do projeto; g) Perspectivas para o futuro.

4.3.3. Ciclo de Cinema e Debate: Histórias do Trabalho

O Ciclo de Cinema e Debate: Histórias do Trabalho foi um evento destinado a servidores e magistrados, envolvendo a exibição de dez filmes com temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, seguida de palestras proferidas por especialistas nos assuntos abordados em cada obra cinematográfica.

A atividade teve como objetivo possibilitar uma leitura diferenciada sobre o mundo do trabalho e dos trabalhadores, através do uso do meio cinematográfico, debatendo os diferentes temas que emergem destas obras e aprimorando a sua compreensão sobre a identidade e a história dos trabalhadores, bem como sobre as mudanças e continuidades na organização do trabalho e as relações de produção, dialogando com a realidade brasileira.



Imagem 10 – Intensa participação de servidores e magistrados

Com essa estratégia, pretende-se qualificar a atividade dos operadores do direito, na medida em que poderão estabelecer novas perspectivas de compreensão dos usuários da Justiça do Trabalho, percebendo as nuances decorrentes dessa relação complexa que se estabelece entre os diversos componentes dos litígios na área trabalhista.



Imagem 11 – Des. Denise Barros e Prof. Henrique Serra Padrós, no encerramento do Ciclo

Coordenado pelos servidores Elton Decker e Paulo Guadagnin, da Equipe técnica do Memorial, o evento, realizado no auditório das varas trabalhistas, contou com a seguinte programação:

- 02.08 – “Metrópolis” Sinopse: No ano de 2026 a cidade de Metrópolis funciona graças a uma cidade subterrânea onde ficam os trabalhadores que a mantêm (Alemanha/1927). Palestrantes: Naira Lapis e Nilo Piana Tema: O trabalho como categoria central para explicação do mundo social.

- 09.08 – “Gaijin – Caminhos da Liberdade” - Sinopse: Filme sobre a situação dos imigrantes japoneses no Brasil trabalhando em uma fazenda de café (Brasil/1980) - Palestrante: José Vicente Tavares - Tema: A herança escravista constitutiva do mundo do trabalho no Brasil.

- 16.08 – “Daens – Um Grito de Justiça” - Sinopse: Padre se sensibiliza com a situação dos trabalhadores no sec. XIX na Bélgica e passa a ser um pioneiro na luta pelos direitos dos trabalhadores (Bélgica/1993) - Palestrante: Luiz Dario Teixeira Ribeiro - Tema: A Revolução Industrial.

- 23.08 – “A classe operária vai ao paraíso” - Sinopse: Trabalhador exemplar, com sonhos de consumo, é criticado por seus colegas em uma conjuntura de protestos e reivindicações (Itália/1971) - Palestrantes: Clarisse Speranza e Alisson Droppa - Tema: Disciplina do trabalho e subjetividade do trabalhador

- 30.08 – “Eles não usam Black Tie” - Sinopse: Pai e filho são colocados em lados opostos de um movimento paredista (Brasil/1981) - Palestrantes: Ananda Simões Fernandes e Tiago Maciel - Tema: Conflitos do Capital versus Trabalho.

- 13.09 – “Terra Fria” - Sinopse: Mãe solteira começa a trabalhar em um mina onde entra com um processo sobre assédio sexual contra a empresa (EUA/2005) - Palestrantes: Fabíola Rohden e Silvana Beatriz Klein. Tema: Questões de gênero no universo do trabalho

- 27.09 – “Beijo 2348/72” - Sinopse: Operário é demitido após ser flagrado beijando uma colega no serviço (Brasil/1990) - Palestrantes: Benito Bisso Schmidt e des. Denis Marcelo de Lima Molarinho - Tema: O Papel da Justiça do Trabalho



Imagem 12 – Diretor da Escola Judicial participa do Ciclo em palestra sobre o papel da Justiça do Trabalho, dividindo a mesa com o professor de história da UFRGS, Benito Schmidt

- 04/10 – “China Blue” - Sinopse: Documentário sobre as condições de trabalho em uma fábrica de jeans na China (EUA/2005). Palestrante: Luciano Barbian - Tema: A Indústria Hoje

- 09.10 – “Inside Job” - Sinopse: Documentário sobre a crise econômica de 2008 (EUA/2010) -

Palestrante: Antônio David Catanni - Tema: A Globalização e o Domínio do Capital Financeiro.

- 18.10 - "Coração de Fogo" - Sinopse: Três senhores e um menino sequestram uma locomotiva do século 19 que foi comprada por estúdio de Hollywood para fazer um filme (Argentina/Espanha/Uruguai/2002) - Palestrante: Enrique Serra Padrós - Tema: O Trabalho enquanto Construção da Identidade Social.

4.3.4. Oficina sobre Preservação, Conservação e Restauro

A estagiária do curso de Museologia da UFRGS, Elisa dos Santos Dias, ministrou duas oficinas sobre Preservação, Conservação e Restauro: nos dias 24/09/2012 e 27/09/2012, na sala multiuso do Memorial e no auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre, respectivamente. Estes eventos integram a programação nacional da Primavera dos Museus.

4.3.5. Curso Direito, Justiça e Preservação Documental da Justiça do Trabalho no RS (EAD)

O projeto de realização do curso sobre Direito, Justiça e Preservação Documental da Justiça do Trabalho no RS, no formato de ensino à distância, com realização estimada para 2012, teve seu lançamento adiado para o ano de 2013.

Durante o ano de 2012, o setor de Educação à Distância da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4 desenvolveu os módulos da apresentação do curso a partir do conteúdo produzido pelo Memorial gravando o respectivo áudio. As inscrições da primeira turma do curso estão previstas para o primeiro semestre de 2013.

4.4 Participação de pesquisadores do Memorial em eventos científicos e culturais

O servidor do Memorial e doutorando em Ciência Política pela UFRGS Walter Oliveira, e o doutorando em História e pesquisador da FAPESP Alisson Droppa enviaram, nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2012, do 6º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, na cidade de Quito, no Equador, apresentação de artigo acadêmico sobre os aspectos históricos e políticos do papel da Justiça do Trabalho no caso da terceirização de mão de obra no Brasil. As fontes da pesquisa são os autos de processos judiciais findos da Justiça do Trabalho gaúcha, nos quais discutidos os limites da responsabilidade das empresas prestadoras e tomadoras de serviços.

Os servidores Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin e Antonio Francisco Ransolin participaram do XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, realizado na Universidade Federal de Rio Grande dos dias 23 a 27 de julho, tendo por tema HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO;

A desembargadora federal do Trabalho aposentada Magda Barros Biavaschi, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, participou como palestrante no evento "Mundo do Trabalho e Crise Capitalista – em busca da justiça social", promovido pela Associação Latino-americana de Advogados Trabalhistas em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS), em Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de janeiro, na sede da OAB/RS, integrando a programação do Fórum Social Temático 2012. O tema de sua palestra foi "A Terceirização e o Mundo do Trabalho".

O coordenador do Memorial, Alexandre Veiga, representou o Memorial em evento realizado em 14/05/2012, no Centro Histórico da Santa Casa.

O Memorial esteve presente na banca de defesa de tese de doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendida pela pesquisadora Clarice Gontarski Speranza.

O coordenador do Memorial, Alexandre Veiga, participou como palestrante do XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA do Rio de Janeiro, realizado nos dias 23 a 27 de julho, tendo por tema o OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA.

A desembargadora Magda Barros Biavaschi, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e coordenador do Memorial, Alexandre Veiga, representaram o TRT4 no 1º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário, realizado nos dias 27 e 28 de agosto pelo Museu da Justiça do TJRJ, no Antigo Palácio da Justiça, no Centro do Rio.

A Des. Denise Barros e a servidora Kátia Teixeira Kneipp representaram o Memorial na solenidade de assinatura da ata de descerramento da placa comemorativa à criação do Memorial da Justiça Federal no RS, realizado em 07.11.2012.

5. Publicações e Material de Divulgação

Entre os objetivos do Memorial está o de desenvolver atividades – como eventos científicos, exposições e publicações - que promovam a reflexão sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho e das relações de trabalho no Brasil. São enumerados no itens a seguir as atividades voltadas para a produção de publicações do Memorial no ano de 2012

5.1 Livro dos 70 anos JT

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lançou em 2012 o livro sobre a história da Justiça do Trabalho, em comemoração aos 70 anos da Instituição.

O objetivo da publicação foi envolver todos os Regionais, convidando os TRTs, por meio dos seus Memoriais e Escolas, a colaborarem na produção do livro, fornecendo informações históricas da justiça trabalhista em seus Estados, para que a obra represente uma multiplicidade de olhares.

O gerenciamento da produção ficou a cargo do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul que, além de elaborar o capítulo referente à 4a Região que integra a referida publicação, procedeu na assessoria técnica do livro, auxiliando na elaboração do projeto editorial, recolhendo o texto dos diferentes tribunais regionais, procedendo a revisão e adequação dos textos ao projeto, e a revisão da publicação junto à gráfica.

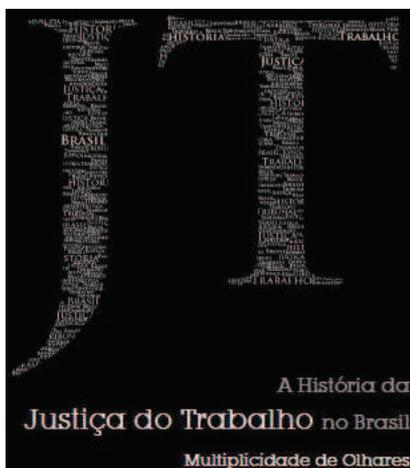


Imagem 12 – Arte da capa do livro

5.2 Página da Internet

O Memorial atualizou ao longo de 2012 sua página da internet, recebendo consultas de pesquisadores externos e atendendo-as.

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO

O Tribunal Regional da 4ª Região, pela Resolução nº 08/2003, implantou o Juízo Auxiliar de Conciliação, estruturado pela Portaria nº 5427/2003, a fim de enfrentar o passivo de precatórios pendentes de pagamentos. Os procedimentos adotados, bem como os resultados obtidos até o ano de 2012 estão detalhados a seguir.

Procedimentos

O Juízo iniciou suas atividades realizando um levantamento dos devedores e das respectivas dívidas, elegendo como estratégia inicial a verificação de dados atinentes às entidades municipais, utilizando como critério básico a reunião de informações em micro-regiões coincidentes com a área de jurisdição de cada uma das Varas do Trabalho.

As informações foram organizadas indicando o número de entidades devedoras por jurisdição, o número de precatórios pendentes de pagamento, o número de processos com acordo em andamento, a ocorrência, ou não, de preterição, o número de obrigações de pequeno valor consignadas em precatório, os valores totais devidos. Para cada uma das entidades devedoras foi aberta uma pasta de controle, equivalente aos autos de um processo, na qual são armazenadas todas as informações relevantes aos procedimentos negociais.

A partir da organização destas informações, foi possível a demarcação no mapa do Estado, permitindo uma melhor visualização da situação. Após, optou-se por definir regiões para iniciar o processo negocial com as entidades devedoras. Para essa escolha, adotou-se como critério as regiões definidas no Estado para a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDs), respeitada a jurisdição das Varas do Trabalho (VTs).

Realizados os estudos preliminares necessários para o início das atividades de negociação, passou-se a elaborar formas de convencer os representantes das entidades municipais devedoras a participarem do Juízo Auxiliar de Conciliação, bem como facilitar a quitação de suas dívidas, extrapolando-se o que era consignado como OPV (obrigações de Pequeno Valor), e incluindo-se todos precatórios vencidos. Nesse sentido, realizou-se a apuração da média dos valores repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e, a partir do levantamento dos custos gerados pela situação de pendência de cada uma das entidades devedoras (atualização mensal), fez-se um comparativo percentual sobre o quanto custava ao devedor a mera manutenção das dívidas, tendo como parâmetro os valores recebidos do FPM. De outra parte, efetuou-se um prognóstico envolvendo eventuais propostas a serem realizadas pelas entidades devedoras, considerando o quanto tais valores representariam percentualmente do montante dos valores repassados pelo FPM, o número de parcelas a serem pagas e o tempo necessário para a quitação integral da dívida. A proposta era de que a entidade devedora repassasse verbas mensais, destinadas a uma conta bancária judicial específica (no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), para, com os recursos financeiros ali depositados, enfrentar a dívida, ficando o Juízo responsável pela administração de tal conta, responsabilizando-se pela realização dos pagamentos que envolvem distintas e específicas atividades, pois além da correção e atualização das contas, com verificação das parcelas componentes da dívida, também se procedem às retenções fiscais e recolhimentos previdenciários. Os pagamentos são realizados em audiência, nas respectivas jurisdições.

Para o início das negociações, utilizou-se do contato via ligação telefônica visando a apresentação do Juízo, sua finalidade, além de relatar a situação das pendências, convidando os representantes das entidades devedoras para que comparecessem em audiências realizadas nas respectivas jurisdições, dando um caráter itinerante ao Juízo.

O Juízo, iniciou suas atividades externas no início de 2004 e, como já referido, empreendeu esforços exclusivamente às dívidas das entidades Municipais vencidas até o exercício de 2003. A partir do ano de 2005, a cada mudança de exercício, foram incluídos os precatórios vencidos no exercício anterior e, em alguns casos, os que iriam vencer em exercícios futuros. Também naquele ano foi firmado o primeiro acordo com o Estado do Rio Grande do Sul, viabilizando repasses mensais, para o pagamento de dívidas consignadas como pequeno valor, vencidas a partir de 1998. Em tópico próprio faremos relatório.

Em dezembro de 2009, por força da Emenda Constitucional 62/2009, foi instituído o Regime Especial, no qual Municípios e Estados que possuíssem dívidas vencidas na data da publicação da Emenda, 09/12/2009, fariam o pagamento dos seus precatórios mediante o Regime Especial. O Estado do Rio Grande do Sul, observando a nova regra constitucional, editou ato para opção de repasse de 1,5% de sua receita líquida, e o Decreto nº 47.470, de 13/10/2010, que autorizou o pagamento de precatórios pela ordem crescente de valores. Os valores são repassados ao Tribunal de Justiça deste Estado, responsável pelo gerenciamento das contas do Regime Especial. Além da Administração Estadual, vários Municípios estão efetuando repasses ao Tribunal de Justiça para liquidação de seus precatórios, que é realizada pelo Tribunal de origem, observada a ordem cronológica.

Resultados

Os demonstrativos a seguir apresentam números acumulados desde o início das atividades.

Entidades Municipais

Números Considerando as Entidades Devedoras (55 jurisdições envolvidas)		
Total de entidades municipais contatadas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação	296	-
Total de entidades quitadas após atuação do Juízo	215	72,64%
Entidades com dívidas que aderiram ao Juízo e efetuam repasses mensais ao TRT	40	49,38%
Entidades contatadas pelo Tribunal com prazo deferido para solução	41	50,62%

Dados Considerando o Número de Precatórios		
Total de precatórios administrados pelo Juízo, de responsabilidade de entidades municipais, suas fundações e autarquias	11.539	-
Total de precatórios liquidados após atuação do Juízo	9.945	86,19%
Total de precatórios vencidos pendentes de pagamento	1.594	-
Precatórios pendentes conciliados, com garantia de satisfação, por meio de repasses dos municípios	826	51,82%

Demonstrativos percentuais

Do total de precatórios trabalhados pelo Juízo 93,34% foram resolvidos (devolvidos + pendentes e já conciliados);

Das entidades devedoras 86,15% resolveram seus débitos por pagamento integral ou por adesão ao Juízo.

AUDIÊNCIAS REALIZADAS*	
Audiência de Negociação – Tratativas com a entidade devedora – Celebração de acordo de parcelamento	610
Audiências de conciliação – Para pagamento e liquidação dos precatórios – Entidades municipais	9.041
Total de audiências realizadas	9.651

Estado do Rio Grande do Sul, suas Fundações e Autarquias

A partir de 2005, após algumas reuniões e negociações com o Estado do Rio Grande do Sul, firmou-se acordo para pagamento de dívidas da Administração Estadual, suas autarquias e fundações, que consignam "obrigações de pequeno valor" vencidas a partir de 1998, totalizando 1.288 precatórios. O numerário disponibilizado, R\$ 1.800.000,00, possibilitou a quitação de 537 precatórios. Em 2008, o acordo foi renovado e o Estado disponibilizou verba para pagamento integral de todos os precatórios que consignavam "obrigações de pequeno valor". O repasse para quitação desses precatórios foi de R\$ 11.759.000,00.

Também em 2008, foi efetuado acordo para pagamento dos precatórios de responsabilidade da Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (nova denominação do DEPREC), do exercício de 1998, o mais antigo na ordem de autuação. O ajuste possibilitou a quitação de todos os 42 precatórios do exercício de 1998, satisfazendo 1.088 credores. A dívida bruta inscrita, de aproximadamente R\$ 42.000.000,00, foi paga com deságio de 27,5%, condição esta aceita pelos credores em audiências públicas realizadas anteriormente à assinatura do acordo. Por conta deste acordo a administração Estadual repassou ao TRT a quantia de R\$ 28.500.000,00.

No ano de 2009, pagaram-se todos os precatórios que consignavam “Obrigações de Pequeno Valor”, bem como aqueles de responsabilidade da Superintendência de Portos e Hidrovias, restando pendências relativas à regularização do polo ativo, bem como fornecimento de dados como CPF para que o pagamento se efetive.

Administração Estadual	
Total disponibilizado	R\$ 42.059.000,00
Total gasto	
Precatórios de pequeno valor	R\$ 4.209.250,92
Precatórios SPH 1998	R\$ 23.582.299,20
	R\$ 27.791.550,12

Com a edição da Emenda Constitucional nº 62/2009, o Estado foi incluído no Regime Especial para pagamento de seus precatórios, administração direta e indireta. Cumprindo a nova regra constitucional, passou a colocar à disposição do Tribunal de Justiça deste Estado, mensalmente, verba para satisfação de sua dívida. Esta Justiça Especializada está efetuando o pagamento dos créditos preferenciais, exequentes com idade superior a 60(sessenta) anos ou portadores de doença grave, bem como precatórios pela ordem crescente de valores. Para a satisfação destes valores, foram utilizados os saldos remanescentes provenientes dos acordos anteriores, no montante aproximado de R\$ 17.212.0000,00, bem como os recursos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça, cujo valor total, até dezembro, foi de R\$ 80.286.280,72. Os resultados obtidos até o exercício passado foram:

Ano	Audiências Realizadas	Precatórios Solucionados	Preferências Satisfeitas
Até 2007	537	471	-
2008	289	246	-
2009	490	611	-
2010	196	68	239
2011	407	157	850
2011	653	174	1.596
Total	2.572	1.727	2.685

Verbas Recebidas		
Ano	Repasse de Verba – Estado do RS	Valor
2010	Repassado pelo Tribunal de Justiça	R\$ 7.677.796,90
2010	Saldo judicial no TRT	R\$ 17.211.978,22
2011	Repassado pelo Tribunal de Justiça	R\$ 10.735.764,89
2012	Repassado pelo Tribunal de Justiça	R\$ 61.872.718,93
TOTAL		R\$ 97.498.258,94

Pagamentos Efetuados		
Ano	Credores	Valor
2010	241	R\$ 7.749.159,04
2011	850	R\$ 23.054.140,98
2012	1971	R\$ 37.197.654,70
TOTAL		R\$ 68.000.954,72

Atividades Desenvolvidas no Ano de 2012

No ano de 2012, o Juízo Auxiliar de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública deu continuidade ao pagamento dos precatórios das entidades municipais que celebraram acordo, com este JAC, para liquidação de sua dívida. Foram analisados 378 precatórios, com conseqüente atualização e pagamento, total ou parcial, satisfazendo 4.577 credores. Foram realizadas audiências na sede do Juízo e, considerando o caráter itinerante desta unidade judiciária, nas várias jurisdições das entidades envolvidas no pagamento.

Efetuaram-se, também, pagamentos de precatórios estaduais. Especial esforço foi empreendido para atender aos pedidos de pagamento preferencial. Registra-se que cerca de 3.400 benefícios foram deferidos nos 3 anos de vigência do Regime Especial. Encerrou-se o ano com 2.697 benefícios pagos. Estatística elaborada pelo Serviço de Precatório revela que no ano de 2012 foram encaminhadas a este Juízo 1.634 petições. Todas foram analisadas e resultaram em despachos, intimações, registros e lançamentos específicos no sistema informatizado, para fins de adequar a ordem cronológica de pagamento.

Em razão do novo regramento constitucional, que alterou significativamente a forma de pagamento dos precatórios, este Juízo foi demandado durante todo o ano pelo Tribunal de Justiça, responsável pelo recebimento dos valores e controle da ordem de pagamento, para fornecimento de dados, a citar: arquivos informatizados de cada entidade para fins de ordenação da lista; relação das preferências habilitadas e respectivo valor; informação do total de valores a serem repassados de cada entidade incluída no Regime Especial. Esses dados foram fornecidos mensalmente. Com a perspectiva de pagamento, anunciada pelo TJ, o Juízo determinou abertura de conta judicial específica, que é objeto de controle e conferência periódicos.

Reuniões e contatos foram feitos, ao longo do ano de 2012, entre o Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para a criação do Comitê Gestor previsto na Resolução 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, bem como para compartilhar experiências e definir meios para a eficácia e agilidade do sistema de pagamento, visando não prolongar mais a demora no pagamento dos créditos inscritos em precatórios.

Em 27 de junho de 2012 foi assinado, pelo Tribunais acima citados, o termo de convênio, que estabeleceu a forma de repasse das verbas disponibilizadas pelas entidades. Atualmente, são duas as possibilidades de rateio dos valores repassados pela entidades incluídas no regime especial: em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, o termo de convênio prevê a manutenção da lista em cada tribunal, com autonomia plena para controle da fila de pendências e o rateio da verba repassada de forma proporcional ao valor da dívida de cada instituição; para os Municípios ficou pactuado fila única de credores e a disponibilização de verba considerando a ordem cronológica geral.

Demanda menos onerosa, mas não de menos importância, foi o atendimento aos credores e procuradores. A ânsia pelo recebimento do seu direito, após anos de inércia, inundou, em 2012, a secretaria do Juízo Auxiliar de Conciliação de pessoas buscando informações sobre previsão de recebimento dos seus créditos. Também foi disponibilizado o atendimento por telefone, tendo em vista que boa parte dos credores residem no interior do Estado.

PROJETO CONCILIAÇÃO

A partir da Portaria nº 386/03, que instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação em 2º grau - ampliado pela Resolução Administrativa nº 15/06, esta alterada pelas Resoluções Administrativas nº 01/07 e 16/07-, iniciou-se nesta Unidade, localizado no 6º andar do Prédio 1 do Foro Trabalhista, um processo de tentativa de aproximar os litigantes, com o intuito de por fim à lide de forma harmoniosa. O procedimento adotado, bem como os resultados obtidos no ano de 2012 serão detalhados no breve relato a seguir.

1) PROCEDIMENTO

Com a interposição de recurso de revista por alguma das partes, é expedida nota de expediente, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Recursos deste TRT4, questionando sobre o interesse das mesmas na realização de audiência para tentativa de conciliação. Caso um dos litigantes se manifeste, os autos são remetidos ao Projeto Conciliação.

Ingressando o processo no Projeto Conciliação, faz-se uma primeira triagem, a fim de verificar da possibilidade de ajuste (note-se que, não raras vezes, em sede de recurso ordinário, a reclamada é absolvida da condenação imposta pela sentença, o autor interpõe recurso de revista e expressa interesse na conciliação), bem como localizar o prefixo telefônico e/ou endereço eletrônico pertinentes aos procuradores jurídicos.

Após, mantém-se contato telefônico, com a parte que não se pronunciou, para saber do seu efetivo interesse na realização de audiência para tentativa de conciliação. Caso positiva a resposta, designa-se data para a correspondente audiência e, logo a seguir, intima-se a outra parte, também por telefone. Quando do telefonema, os procuradores são advertidos para que tragam cálculos – ainda que estimativos – e uma objetiva e compatível proposta, na data da solenidade.

Em muitos casos, em razão da distância ou da conveniência, os próprios defensores jurídicos estabelecem tratativas diretamente entre si e elaboram petição conjunta de acordo, protocolando-a no Projeto Conciliação, ou por meio do sistema de petição eletrônico, junto ao protocolo geral do TRT4. Nessa situação, os autos e o acordo são analisados, a fim de verificar a compatibilidade dos termos do ajuste com a lide existente. Estando adequado, o acordo é homologado pelo juiz designado para atuar no Projeto, com expedição de eventuais alvarás (seguro desemprego, movimentação do FGTS ou liberação de depósitos recursais existentes e integrantes das condições de pagamento do quantum acordado) e a imediata intimação dos defensores jurídicos dos litigantes, via telefonemas e/ou por mensagem eletrônica.

Na hipótese de não ser viável a composição ou em não havendo interesse da parte contrária, os autos são remetidos à Coordenadoria de Recursos, para imediato exame de admissibilidade do recurso de revista interposto.

Sinale-se, também, que, previamente à realização da audiência, faz-se nova triagem nos autos, a fim de identificar dados como: a condenação imposta pela sentença, ou acórdão; o valor dos depósitos recursais, se houver; o período contratual; o salário percebido pelo autor; e outros que se revelem importantes. No caso de agravo de petição, solicita-se à Vara de origem certidão atualizada do débito.

Na específica audiência, o juiz conciliador questiona as partes sobre a proposta de cada uma, procurando orientá-las para que cheguem a um acordo. Havendo necessidade de consulta aos constituintes ou de realizar cálculos, defere-se prazo para as indispensáveis diligências, pelos defensores jurídicos, ou adia-se a audiência para data próxima. Muitas vezes, o acordo prospera em uma única audiência e, caso prevista a liberação de depósito recursal ou judicial, expede-se o correspondente alvará ao reclamante, na mesma oportunidade.

Exitosa a conciliação, remetem-se os autos à origem. Caso contrário, como já assinalado, os autos são remetidos à Coordenadoria de Recursos, para análise do recurso de revista; ou para a Secretaria da Turma a que se vincula o Desembargador-relator do recurso ordinário ou do agravo de petição correspondente.

2) INCREMENTO

Com o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça do Trabalho – criado nos moldes do art. 7º da Resolução 125/2010 do CNJ e implantado no primeiro semestre no TRT4, sob a coordenação da Desembargadora Denise Pacheco -, foram identificadas as empresa com o maior número de demandas, sendo que, a partir de encontros motivacionais, os representantes de algumas destas demandadas revelaram a intenção de suas constituintes em, efetivamente, participar do esforço nacional em conciliar, reduzindo seu passivo trabalhista, a destacar: WMS Supermercados do Brasil Ltda., Banco Santander – Brasil – S/A, Brasil Telecom S/A, Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, Grupo Hospitalar Conceição, Banco do Brasil S/A, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade Ltda. – ETE, entre outros.

A partir de reuniões mantidas com os Juizes Auxiliares de Conciliação, os defensores jurídicos de tais reclamadas passaram a apresentar listas, de forma gradual, com os processos passíveis de serem ajustados. Tais listagens, cada qual com suas peculiaridades, acarretam atividades extras, adequando-as às necessidades de acelerar os passos prévios às desejadas audiências: a) conformidade de formatação; b) checagem e complementação dos dados fornecidos (número integral do processo, nome completo do reclamante, identificação procurador jurídico da parte reclamante, prefixo telefônico e endereço eletrônico do advogado); c) identificação do andamento em que se encontra o respectivo feito; d) agrupamento de processos, por critérios mais relevantes (por escritórios profissionais dos defensores jurídicos da parte autora e, depois, por estágio em que se encontram as ações); etc. A organização de tais planilhas envolvem consultas aos sistemas de acompanhamento de processos no 1º e 2º graus deste TRT4, bem como aos cadastros da OAB/RS e, até, na Internet.

A etapa seguinte consiste em estabelecer os necessários e prévios contatos (telefônicos, prioritariamente, ou por “e-mail”) com os procuradores jurídicos dos reclamantes, nos moldes do já referido acima, a fim de obter a concordância dos mesmos com a realização de audiência conciliatória.

Havendo consonância do advogado da parte acionante, mantém-se contato, logo após, com a correspondente Vara do Trabalho – se os autos estiverem, fisicamente, no Juízo de origem - ou com a Assessoria do Gabinete do Desembargador-relator e, também, com a Secretaria da respectiva Turma, quando pendente de julgamento no TRT4, ou, ainda, com a Secretaria Judiciária do E. Regional.

Recebidos os autos do processo e com a aquiescência do procurador jurídico da parte reclamante, mediante novo telefonema, inclui-se o feito em um dos horários disponíveis na específica pauta – anteriormente designada e aceita pelos defensores da referida empresa.

Após, efetua-se a prévia análise dos autos, a partir das decisões já existentes e dos eventuais depósitos recursais ou judiciais, assim como dos outros dados pertinentes à contratualidade e aos pedidos, até então, deferidos.

Aponte-se, por não demasiado, que, em muitas vezes, são necessários vários contatos para obter-se uma resposta objetiva, quanto ao efetivo interesse da parte em ajustar o feito; bem como o fato de que, em se tratando de algumas demandadas, há uma multiplicidade de escritórios advocatícios a serem perquiridos, onde poucos detêm mais de uma ação em que a reclamada deseja conciliar.

Sinale-se, também, que, das dezenas e, até, centenas de processos indicados, poucos acabam sendo pautados. Os últimos dois anos, 2011 e 2012, foram significativos, nesse particular.

A empresa Brasil Telecom S/A, por exemplo, explanou, por meio da imprensa, seu intento de conciliar 300 feitos, apontando 124 ações (mediante três listagens distintas), das quais 23 foram realizadas audiências, resultando 22 conciliadas.

A companhia de energia “AES Sul”, via dois dos escritórios profissionais que a defendem, apontou 139 demandas, das quais 2 foram levadas à pauta e restaram ajustadas.

A sociedade bancária “Santander – Brasil” anunciou, via mídia, o interesse em compor 525 processos, dos quais 34 foram pautados e todos foram conciliados.

Da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, o êxito alcançou todos os 35 feitos mencionados.

O Banco do Brasil, S/A, por sua vez, listou 15 processos, ajustando - definitivamente – a integralidade dos 7 incluídos em pauta.

A empresa “WMS” esposou o intento em ajustar 700 reclamatórias, tendo apresentado sete listas,

num importe aproximado de 550 processos, dos quais 154 foram pautados (90, em 2011), onde 140 (dos quais, 79, em 2011) obtiveram sucesso, a despeito da multiplicidade de advogados de autores envolvidos.

A destacar, igualmente, os 63 acordos entabulados pela sociedade bancária Itaú Unibanco, no último biênio (34, em 2011, e 29, em 2012).

A partir de negociações iniciadas em maio, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, com a concordância da Procuradoria do Estado e dos representantes do Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul, consolidou acordo envolvendo a formação de um consórcio de credores pertinentes a 58 demandas trabalhistas.

Diversas reuniões foram realizadas, no segundo semestre de 2012, com a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo – CELSP, objetivando obter recursos, com a venda judicial de imóvel de enorme valor, localizado em Canoas, buscando suportar ou, ao menos, reduzir o montante (em torno de R\$ 70 milhões) das inúmeras execuções promovidas nas diversas Varas Trabalhistas do TRT4. Para isso, mostram-se de grande relevância as atuações dos Magistrados das Varas do Trabalho de Canoas (1ª e 3ª) e da Subseção da Justiça Federal comum de Canoas.

O Grupo Hospitalar Conceição, ao final do ano, retomou suas tratativas conciliatórias, depositando R\$ 77.631.969,16, entre 30 de novembro e 20 de dezembro, para um rol de 208 processos: 109 do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A; 54 do Hospital Cristo Redentor S/A; e 35 do Hospital Fêmina S/A.

3) RESULTADOS:

O ano de 2012 continuou a revelar resultados muito positivos.

Dos 1.678 processos inseridos no Projeto Conciliação, 773 foram incluídos em pauta, com 881 audiências realizadas e 633 restaram conciliados, correspondendo a 81,89% dos processos pautados. Nesse mesmo exercício, 1440 partes foram atendidas e R\$ 51.078.250,89 foi o valor pago neste Juízo.

Salientou-se o mês de maio, quando o índice de processos conciliados chegou a 84,04%, ou seja, 79 ajustes, em que foram atendidas 176 partes, maior patamar mensal, igualado somente em julho. Em maio, também, apurou-se o mais expressivo montante ajustado: R\$ 7.039.385,62.

Ressalte-se que, a partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, implantado neste TRT4, em 2011, foi expandida a atuação deste Projeto Conciliação. Assim, mediante a introdução de novos procedimentos e técnicas de trabalho, atinge-se, a cada ano, um número mais abrangente de ações e, de forma particular, a grupos de demandas trabalhistas, com matérias específicas, respondendo-se com evidente e necessária rapidez ao anseio de por término a contendas judiciais, especialmente àquelas reclamatórias ajuizadas por cidadãos com poucas condições financeiras, à míngua do que se constatou com as demandas pertinentes à empresa WMS. Rememore-se, por não demasiado, que, dos 154 processos incluídos nas várias pautas bimestrais, realizadas nos últimos dois anos, 140 obtiveram êxito na conciliação, perfazendo o índice de 90%.

4) PERSPECTIVAS:

A partir dos fatos relatados, além de outras estratégias a serem implementadas e, particularmente, com o incremento advindo do substancial aporte financeiro (R\$ 77 milhões) do considerável número de ações trabalhistas (208) pertinentes ao Grupo Hospitalar Conceição, o ano de 2013 desponta como promissor e alvissareiro.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO 2º GRAU

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2012, foram recebidos 56.481 processos, distribuídos 55.907 e julgados 65.102. Ficaram pendentes de julgamento 11.824 processos.

2º Grau		
Processos	Recebidos	56.481
	Distribuídos	55.907
	Julgados	65.102
	Pendentes de julgamento em 31.12.2012	11.824

Processos Recebidos, Distribuídos, Julgados e Saldo em Secretaria Aguardando Distribuição – Últimos 10 anos*

Ano	Recebidos	Distribuídos	Julgados	Aguardando Distribuição
2003	33.161	32.991	62.946	428
2004	35.334	34.608	42.497	617
2005	40.959	40.705	49.326	504
2006	37.618	38.143	44.069	652
2007	50.032	50.489	57.981	1.066
2008	65.914	66.872	71.508	522
2009	53.620	54.543	74.501	393
2010	47.350	48.039	62.262	573
2011	51.736	52.027	63.857	570
2012	56.481	55.907	65.102	520

* Em 2012, os dados estatísticos passaram a ser gerados, também, pelos sistemas E-gestão e PJe.

TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	0	13
	Extraordinárias	13	
Processos recebidos por distribuição			2
Processos recebidos por redistribuição			0
Processos solucionados	Órgão colegiado	4	4
	Decisão monocrática	0	
	Por despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	1	2
	Em diligência	1	
	Aguardando pauta	0	
	Saldo no MP	0	

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Resolução Administrativa nº 10/2012 – Altera a Súmula nº 45 do Tribunal

Resolução Administrativa nº 11/2012 – Cancela a Súmula Nº 6 do Tribunal

Resolução Administrativa nº 12/2012 – Aprova a edição da Súmula nº 54 do Tribunal

Resolução Administrativa nº 13/2012 – Aprova a edição da Súmula nº 55 do Tribunal

Resolução Administrativa nº 15/2012 – Limitação da distribuição de processos de Recurso Ordinário aos integrantes da Seção Especializada em Execução

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	IUJ *
TÂNIA MACIEL DE SOUZA	3
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	1
TOTAL	4

* Incidente de Uniformização Jurisprudencial

ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	11	17
	Extraordinárias	6	
Processos recebidos por distribuição			163
Processos recebidos por redistribuição			10
Processos solucionados	Órgão colegiado	147	184
	Decisão monocrática	27	
	Por despacho	10	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	2	8
	Em diligência	2	
	Aguardando pauta	4	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	ED	MS	REC ADM	PA	TOTAL
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	-	-	-	-	-	-
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO	-	-	-	-	-	-
BEATRIZ RENCK	2	-	1	-	-	3
CARLOS ALBERTO ROBINSON**	1	-	-	-	-	1
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA	-	-	1	-	-	1
CLEUSA REGINA HALFEN	10	-	-	-	-	10
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO	-	-	-	-	-	-
DENISE PACHECO	-	-	-	-	-	-
HUGO CARLOS SCHEUERMANN***	-	-	-	-	-	-
JOÃO ALFREDO BORGES A. DE MIRANDA	2	-	1	-	-	3
JOÃO GHISLENI FILHO	1	1	-	1	-	3
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	-	-	-	-	-	-
JURACI GALVÃO JÚNIOR	1	-	1	-	-	2
LUIZ ALBERTO DE VARGAS	1	-	3	1	-	5
MARIA HELENA MALLMANN	65	-	-	-	-	65
ROSANE SERAFINI CASA NOVA	9	2	-	16	26	53
VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS	1	-	-	-	-	1
TOTAIS	93	3	7	18	26	147

* AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); ED – Embargos Declaratórios; MS – Mandado de Segurança; REC ADM – Recurso Administrativo; PA – Processo Administrativo.

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL

Resolução Administrativa nº 01/2012 – Trata da designação para a função de Assistente de Gabinete.

Resolução Administrativa nº 02/2012 – Trata da convocação do Exmo. Juiz João Batista de Matos Danda para atuar na cadeira do Exmo. Des. Flavio Portinho Sirangelo

Resolução Administrativa nº 04/2012 – Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo a magistrados de primeiro grau para Varas do Trabalho de difícil provimento no âmbito da Justiça do Trabalho.

Resolução Administrativa nº 05/2012 – Autoriza abertura de concurso para provimento de cargos para Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 06/2012 – Designa a Comissão de Concurso e aprova as Comissões Examinadoras e a Comissão Multiprofissional do concurso para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 07/2012 – Altera, a partir de 03 de setembro de 2012, a jurisdição trabalhista da Vara do Trabalho de Viamão, retirando-lhe os Municípios de Capivari do Sul, Mostardas, Palmares do Sul e Tavares, que passarão a vincular-se à Vara do Trabalho de Osório.

Resolução Administrativa nº 08/2012 – Institui a 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, a partir de sua instalação, prevista para o dia 24 de setembro de 2012, como Vara especializada para as ações que versarem sobre acidente do trabalho, vedada a cumulação com pedidos de outra natureza.

Resolução Administrativa nº 09/2012 – Dispõe sobre a suspensão do prazo para recolhimento e comprovação dos depósitos recursais e custas processuais, em virtude da greve dos bancários.

Resolução Administrativa nº 14/2012 – Atribui competência aos Juízes Maria Silvana Rotta Tedesco e Marcelo Bergmann Hentschke para a prática de atos de execução em geral em processos arquivados com dívida que se encontram no Depósito Centralizado de Processos Arquivados do TRT da 4ª Região

Resolução Administrativa nº 16/2012 – Altera a competência funcional da 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre e dá outras providências

Resolução Administrativa nº 17/2012 – Alterações Regimentais

Resolução Administrativa nº 18/2012 – Dispõe sobre a prorrogação da convocação de que trata a Resolução Administrativa n. 25/2011

Resolução Administrativa nº 19/2012 – Prorroga a convocação do Juiz Roberto Teixeira Siegmann em regime de auxílio à Presidência do TRT da 4ª Região

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	8	8
	Extraordinárias	0	
Audiências de instrução e conciliação de Dissídios Coletivos			
Audiências de greve			
Audiências de mediação			
Processos recebidos por distribuição			712
Processos recebidos por redistribuição			48
Processos redistribuídos			138
Processos solucionados	Órgão colegiado	137	697
	Por decisão monocrática*	550	
	Por despacho	10	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	1	355
	Em diligência	335	
	Aguardando pauta	10	
	Saldo no MP	9	

* Extinção do processo pelo Relator e pelo Presidente da SDC sem julgamento do mérito.

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					TOTAL
	AACC	DC	DCG	ED	AGR	
Ângela Rosi de Almeida Chapper	-	6	-	-	-	6
Berenice Messias Corrêa	1	8	-	-	-	9
Carlos Alberto Robinson**	-	4	-	-	-	4
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	2	14	-	2	-	18
Flávia Lorena Pacheco	-	16	-	-	-	16
Francisco Rossal de Araújo	-	12	1	3	-	16
João Ghisleni Filho	-	-	-	1	-	1
João Pedro Silvestrin	-	4	-	1	-	5
José Cesário Figueiredo Teixeira	-	-	-	1	-	1
Juraci Galvão Júnior	-	11	-	-	-	11
Lenir Heinen	-	-	-	1	-	1
Maria Madalena Telesca	1	14	1	1	1	18
Ricardo Tavares Gehling	1	9	1	-	-	11
Rosane Serafini Casa Nova	-	-	-	-	2	2
Tania Maciel de Souza	3	12	-	3	-	18
TOTAIS	8	110	3	13	3	137

* AACC – Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; DC – Dissídio Coletivo; DCG – Dissídio Coletivo de Greve; ED – Embargos Declaratórios; AGR – Agravo Regimental.

** Aposentadoria em 17.07.2012

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	10	10
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			680
Processos recebidos por redistribuição			115
Processos solucionados	Órgão colegiado	479	821
	Decisão monocrática*	343	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	4	19
	Em diligência	12	
	Aguardando pauta	1	
	Saldo no MP	2	

* Processos extintos sem julgamento do mérito pelo relator

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	CC	ED	HC	MS	TOTAL
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ	7	2	5	1	36	71
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	12		1	0	47	60
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	15	0	1	0	48	64
BEATRIZ RENCK	1	1	1	1	5	9
DENISE PACHECO	10	1	2	0	45	58
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	9	1	4	0	51	65
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	3	0	2	0	17	22
HERBERT PAULO BECK	4	0	2	0	47	53
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	4	0	1	0	21	26
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA	3	0	3	0	6	12
LAIS HELENA JAEGER NICOTTI	6	0	1	0	21	28
LENIR HEINEN	16	0	3	0	56	75
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA	16	2	2	1	62	83
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	0	0	0	0	3	3
MARIA HELENA LISOT	14	0	3	0	24	41
MARIA INÊS CUNHA DORNELLES**	2	0	1	0	26	29
MILTON VARELA DUTRA***	9	0	1	1	24	35
RAUL ZORATTO SANVICENTE	12	0	2	0	50	64
TÂNIA MACIEL DE SOUZA	0	0	1	0	0	1
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	1	0	1	0	6	8
VANIA CUNHA MATTOS	0	0	0	0	1	1
TOTAL	144	7	37	4	616	808

* AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); CC – Conflito de Competência; ED – Embargos Declaratórios; HC – Habeas Corpus; MS – Mandado de Segurança.

** Aposentadoria em 17/07/12.

*** Falecimento em 24/08/2012.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	9	0
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			294
Processos recebidos por redistribuição			133
Processos solucionados	Órgão colegiado	252	322
	Decisão monocrática*	70	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	39	215
	Em diligência	136	
	Aguardando pauta	16	
	Saldo no MP	24	

*Processos extintos sem julgamento do mérito pelo relator

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*			
	AGR	AR	ED	TOTAL
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO	0	1	1	2
CARMEN GONZALEZ	1	7	1	9
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS	7	23	7	37
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	2	10	5	17
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO**	0	14	1	15
GEORGE ACHUTTI	0	0	1	1
HUGO CARLOS SCHEUERMANN***	1	3	1	5
IRIS LIMA DE MORAES	3	11	2	16
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	1	4	2	7
JOSÉ FELIPE LEDUR	1	19	1	21
LEONARDO MEURER BRASIL	4	14	3	21
MANUEL CID JARDON	1	1	0	2
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	1	16	6	23
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA	1	14	0	15
MARIA HELENA LISOT	1	11	2	14
RICARDO CARVALHO FRAGA	0	23	4	27
RICARDO H. DE ALMEIDA MARTINS COSTA	1	17	2	20
TOTAL	25	188	39	252

* AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AR – Ação Rescisória; ED – Embargos Declaratórios.

** Convocado para atuar no TST no período de 01.02.2012 a 30.06.2012.

*** Convocado para atuar no TST no período de 26.06.2012 a 15.07.2012. Empossado Ministro do TST em 16.07.2012.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	18	20
	Extraordinárias	2*	
Processos recebidos por distribuição			8.575
Processos recebidos por redistribuição			104
Processos solucionados	Órgão colegiado	6.738	7.122
	Decisão monocrática*	384	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2012	Com o relator para estudo	794	1.689
	Em diligência	105	
	Aguardando pauta	789	
	Saldo no MP	1	

* Para aprovação e edição de OJs

** Processos extintos sem julgamento do mérito pelo relator

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										TOTAL
	AG	AGR	AIAP	AP	CAU INO M	ED	EXC SUSP	PET	RO	RO/ REEN EC	
BEATRIZ RENCK	4	0	10	516	2	49	1	0	0	0	582
GEORGE ACHUTTI	2	0	10	615	0	40	0	0	0	0	667
JOÃO ALFREDO B. A. DE MIRANDA	5	0	8	615	0	44	0	1	0	0	673
JOÃO GHISLENI FILHO	2	0	9	610	0	46	0	1	1	0	669
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	0	1	6	408	0	34	0	0	0	0	449
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA	7	0	7	346	0	18	0	1	1	0	380
LUCIA EHRENBRINK	2	0	9	596	0	51	0	0	1	0	659
LUIZ ALBERTO DE VARGAS	2	0	10	596	1	46	0	1	0	0	656
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	7	0	8	469	0	30	0	1	0	0	515
REJANE SOUZA PEDRA	5	0	10	617	1	47	0	0	0	1	681
VANIA CUNHA MATTOS	1	0	9	572	2	37	0	0	1	0	622
WILSON CARVALHO DIAS	4	0	9	532	0	27	0	0	0	0	572
TOTAL	41	1	105	6.492	6	469	1	5	4	1	7.125

* AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AP – Agravo de Petição; AR – Ação Rescisória; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios.

TURMAS

NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	34	0	34
2ª	27	4	31
3ª	31	5	36
4ª	36	0	36
5ª	29	2	31
6ª	33	0	33
7ª	32	1	33
8ª	34	3	37
9ª	34	0	34
10ª	35	0	35
11º	30	0	30
TOTAL	355	15	370

MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	RECEBIDOS*	SOLUCIONADOS				SALDO POR JULGAR
		JULGADOS		DESPACHO	TOTAL	
		ÓRGÃO COLEGIADO	DECISÃO MONOCRÁTICA			
1ª	5.109	5.493	10	0	5.503	1.042
2ª	4.583	5.153	26	5	5.184	1.029
3ª	4.223	4.812	0	0	4.812	978
4ª	4.091	5.057	7	2	5.066	532
5ª	4.397	5.165	0	5	5.170	704
6ª	4.322	5.069	12	1	5.082	839
7ª	4.321	4.934	10	3	4.947	1.102
8ª	4.808	5.452	1	8	5.461	373
9ª	5.301	5.734	2	17	5.753	965
10ª	3.551	5.005	26	0	5.031	1.036
11ª	3.457	4.428	17	0	4.445	447
TOTAL	48.163	56.302	111	41	48.163	9.047

* Por distribuição e por redistribuição

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	1ª TURMA										
	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINO M	ED	EXC SUSP	REENEC	RO	REENEC /RO	TOTAL
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	3	1	9	61	2	215	1	2	865	6	1.165
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	0	0	0	2	1	44	0	0	63	1	111
GEORGE ACHUTTI	0	1	8	82	2	205	0	2	636	6	942
IRIS LIMA DE MORAES	2	0	9	29	1	177	0	1	799	6	1.024
JOSÉ CESÁRIO F. TEIXEIRA	0	0	7	11	0	80	0	0	324	2	424
JOSÉ FELIPE LEDUR	0	0	8	85	0	313	0	1	978	8	1.393
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI	1	0	4	0	1	58	0	1	367	2	434
TOTAL	6	2	45	270	7	1.092	1	7	4.032	31	5.493

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	2ª TURMA														
	CLASSES PROCESSUAIS*														
	AG	AGR	AIAP	AIRO	AIRR	AP	CAUI NOM	ED	EXCI MP	EXCS USP	PET	REE NEC	RO	RO/ REE NEC	TOTAL
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ	0	2	2	10	0	68	0	240	0	1	0	1	1.001	9	1.334
DENISE PACHECO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
RAUL ZORATTO SANVICENTE	0	3	0	11	0	50	2	286	0	1	0	3	1.151	9	1.516
TÂNIA MACIEL DE SOUZA	0	1	1	10	0	64	1	246	0	0	1		1.087	8	1.419
VANIA CUNHA MATTOS	6	0	0	10	0	33	0	195	0	0	1	1	632	4	882
TOTAL	6	6	3	41	0	215	3	967	0	2	2	5	3.873	30	5.153

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	3ª TURMA												
	CLASSES PROCESSUAIS*												
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUIN OM	ED	EXCSUS P	REENE C	RO	RO/REE NEC	PET	TOTAL	
CARLOS ALBERTO ROBINSON**	1	0	3	16	1	76	1	1	385	1	0	485	
CLÁUDIO A. CASSOU BARBOSA	1	1	9	26	1	196	0	1	950	8	0	1.193	
FLÁVIA LORENA PACHECO	0	0	1	7	0	55	0	0	21	0	0	84	
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	0	0	1	0	0	72	0	0	100	1	0	174	
JOÃO GHISLENI FILHO	0	0	0	7	0	34	0	0	22	1	0	64	
LUIZ ALBERTO DE VARGAS	1	0	10	41	3	275	0	0	785	8	0	1.122	
MARIA MADALENA TELESKA	0	0	4	0	0	37	0	0	229	0	1	271	
RICARDO CARVALHO FRAGA	0	1	9	65	0	304	0	0	1.030	12	0	1.419	
TOTAL	3	2	37	162	5	1.049	1	2	3.522	31	1	4.812	

* AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário.

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

4ª TURMA												
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINOM	ED	EXCSUSP	PET	RENEC	RO	RO/REENEC	TOTAL
FABIANO DE C. BERTOLUCCI	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	01
GEORGE ACHUTTI	01	0	03	0	0	10	0	0	0	94	02	110
HUGO CARLOS SCHEUERMANN	0	02	05	63	01	104	0	0	0	463	04	642
INAJÁ OLIVEIRA DE BORBA	0	0	1	15	0	08	0	0	0	69	0	93
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	01	0	09	33	01	246	01	01	01	892	05	1.190
LAIS HELENA JAEGER NICOTTI	0	0	0	0	0	30	0	0	0	02	0	32
LENIR HEINEN	0	0	12	50	01	235	0	01	0	1.143	09	1.451
RICARDO TAVARES GEHLING	01	0	14	46	01	282	01	01	02	1.190	07	1.545
TOTAL	03	02	44	208	04	915	02	03	03	3.853	27	5.064

5ª TURMA												
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINOM	ED	Exc Susp	REENEC	RO	RO/REENEC	TOTAL	
BERENICE MESSIAS CORRÊA	0	0	7	32	2	254	1	0	975	7	1.278	
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS	2	2	15	55	1	280	0	0	1.099	9	1.463	
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	0	1	2	11	1	89	0	0	62	1	167	
LEONARDO MEURER BRASIL	1	0	9	49	0	287	0	2	1.118	6	1.472	
REJANE SOUZA PEDRA	1	0	9	33	1	156	0	1	659	4	863	
TOTAL	4	3	42	180	5	1.066	1	3	3.913	27	5.243	

6ª TURMA													
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*												
	AG	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINOM	ED	EXCSUSP	PET	RENEC	RO	RO/REENEC	TOTAL
BEATRIZ RENCK	0	0	0	10	43	0	251	0	1	1	731	6	1.043
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
JOSÉ CESÁRIO F. TEIXEIRA	0	0	0	1	2	0	104	0	0	0	160	1	268
JOSÉ FELIPE LEDUR	0	0	0	2	0	0	16	0	0	0	137	2	157
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA	0	0	1	13	55	3	366	0	0	1	1.236	11	1.686
MARIA HELENA LISOT	0	1	2	8	31	1	220	0	0	1	958	7	1.229
MARIA INÊS CUNHA DORNELLES***	2	0	1	3	56	0	134	0	0	0	442	4	642
REJANE SOUZA PEDRA	0	0	0	0	1	0	48	0	0	0	5	0	54
ROSANE SERAFINI CASA NOVA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	2	1	4	37	188	4	1.141	0	1	3	3.669	31	5.081

* AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário
 *** Aposentadoria em 17.07.12.

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

7ª TURMA												
DESEMBARGADORES / JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											TOTAL
	AGR/A	AIAP	AIRO	AP	CAUIN OM	ED	EXCSU SP	PET	REENE C	RO	RO/RE ENEC	
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO	1	0	4	0	1	62	0	0	0	302	3	373
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	1	0	7	45	0	133	0	0	1	584	7	778
MARÇAL HENRI DOS S. FIGUEIREDO	1	2	8	43	1	248	0	0	0	1.004	7	1.314
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA	2	0	9	38	4	309	1	0	0	1.149	8	1.520
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	0	0	9	47	0	195	0	1	0	679	8	939
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	0	63
TOTAL	5	2	37	173	6	948	1	1	1	3.781	33	4.987

8ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										TOTAL
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINO M	ED	RENEC	RO	RO/REEN EC		
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO	0	0	0	8	0	41	0	49	1	99	
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER	0	1	11	58	3	361	1	1.325	11	1.771	
CLEUSA REGINA HALFEN	0	0	0	1	0	33	0	55	1	90	
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO	3	2	8	31	2	253	3	985	5	1.292	
JOSÉ CESÁRIO F. TEIXEIRA	0	0	0	0	0	51	0	17	0	68	
JURACI GALVÃO JÚNIOR	0	0	9	25	0	217	0	1.011	5	1.267	
LUCIA EHRENBRINK	0	1	8	16	1	184	0	690	9	909	
MARIA MADALENA TELESKA	0	0	0	0	0	10	0	0	0	10	
WILSON CARVALHO DIAS	0	0	0	0	1	42	0	24	0	67	
TOTAL	3	4	36	139	7	1.192	4	4.156	32	5.573	

9ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										TOTAL
	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINO M	ED	EXC SUSP	RENEC	RO	RO/REEN EC	
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	0	01	13	20	0	256	0	02	1.116	09	1.417
CARMEN GONZALEZ	0	0	03	0	0	01	0	01	134	04	143
CLÁUDIO A. CASSOU BARBOSA	0	0	03	28	0	83	0	0	162	02	278
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	1	2	10	62	01	273	0	02	917	09	1.277
JOÃO ALFREDO B. A. DE MIRANDA	0	0	09	52	01	233	0	02	773	16	1.086
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	0	0	02	30	0	34	0	0	178	03	247
MANUEL CID JARDON	0	0	02	0	01	25	0	0	142	0	170
MARIA MADALENA TELESKA	2	0	06	0	01	201	01	01	721	05	938
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	0	0	0	0	0	0	0	0	35	01	36
RICARDO H. DE A. MARTINS COSTA	0	0	0	0	0	27	0	0	0	0	27
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	0	0	01	0	01	05	0	0	108	0	115
TOTAL	03	03	49	192	5	1.138	01	08	4.286	49	5.734

* AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/RENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

10ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIAP	AIRO	AP	CAUINO M	ED	REENEC	RO	RO/REE NEC	TOTAL
DENISE PACHECO	4	2	0	11	30	2	177	0	1.025	7	1.258
EMILIO PAPALEO ZIN	0	2	0	13	38	2	306	0	1.274	7	1.640
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	0	0	0	4	2	0	159	0	543	2	711
MARIA MADALENA TELESKA	0	0	0	0	2	0	37	1	1	5	40
MILTON VARELA DUTRA**	3	0	1	5	26	0	142	0	589	4	772
WILSON CARVALHO DIAS	0	0	1	8	18	0	91	0	608	7	787
TOTAL	7	4	2	41	116	4	912	1	4.040	32	5.208

11ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIAP	AIRO	AP	ED	REENEC	RO	REENEC/ RO	CAUINO M	TOTAL	
FLÁVIA LORENA PACHECO	0	0	9	33	160	0	986	6	1	1.195	
HERBERT PAULO BECK	2	1	10	29	164	0	978	8	2	1.194	
JOÃO GHISLENI FILHO	0	0	9	30	128	1	620	4	1	793	
RICARDO H. DE A. MARTINS COSTA	2	0	10	30	201	0	1.015	5	0	1.263	
TOTAL	4	1	38	122	653	1	3.599	23	4	4.445	

* AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário

** Falecimento em 24.08.2012.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO

1º GRAU

No ano de 2012, foram recebidos nas Varas do Trabalho do Rio Grande do Sul 154.901 processos e solucionados 142.984. Ficaram pendentes de cognição para o ano de 2013 96.963 processos. Tramitam, ainda, na execução, 124.109 processos.

1º GRAU		
Processos	Recebidos	154.901
	Solucionados	142.984
	Cognição: pendentes em 31.12.2012	96.963
	Execução: em tramitação em 31.12.2012	124.109

VARAS DO TRABALHO – RESUMO DO MOVIMENTO PROCESSUAL

Vara do Trabalho	COGNIÇÃO								Processos em Execução
	Recebidos			Sentenças anuladas	Solucionados			Pendentes	
	Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		
Alegrete	315	84	399	3	351	102	453	186	647
Alvorada	797	153	950	10	586	128	714	531	416
Arroio Grande	165	85	250	3	210	84	294	116	460
Bagé (01ª)	931	174	1.105	9	1.080	170	1.250	690	799
Bagé (02ª)	955	170	1.125	8	1.059	167	1.226	676	1.242
Bento Gonçalves (01ª)	1.770	246	2.016	7	1.506	265	1.771	1.775	1.094
Bento Gonçalves (02ª)	1.757	253	2.010	9	1.644	272	1.916	1.278	1.441
Cachoeira do Sul	813	80	893	10	758	64	822	857	1.369
Cachoeirinha (01ª)	987	150	1.137	13	812	125	937	859	1.080
Cachoeirinha (02ª)	988	152	1.140	4	923	151	1.074	881	1.371
Camaquã	685	203	888	4	537	170	707	339	993
Canoas (01ª)	840	95	935	25	1.438	105	1.543	959	718
Canoas (02ª)	839	92	931	17	1.281	95	1.376	948	709
Canoas (03ª)	882	91	973	27	1.260	120	1.380	972	707
Canoas (04ª)	1.724	267	1.991	2	1.085	228	1.313	996	697
Canoas (05ª)	1.740	267	2.007	1	731	240	971	1.359	698
Carazinho	1.062	149	1.211	4	976	176	1.152	571	916
Caxias do Sul (01ª)	1.286	121	1.407	61	1.296	133	1.429	742	705
Caxias do Sul (02ª)	1.272	119	1.391	21	1.134	106	1.240	689	955
Caxias do Sul (03ª)	1.265	130	1.395	26	1.127	111	1.238	880	819
Caxias do Sul (04ª)	1.256	118	1.374	9	1.381	120	1.501	739	765
Caxias do Sul (05ª)	1.846	179	2.025	2	1.126	138	1.264	850	203
Caxias do Sul (06ª)	181	1	182	0	20	0	20	162	0
Cruz Alta	847	146	993	2	789	151	940	496	1.196
Encantado	525	78	603	2	378	66	444	263	313
Erechim (01ª)	658	90	748	9	901	120	1021	491	508

Vara do Trabalho	COGNIÇÃO							Pendentes	Processos em Execução
	Recebidos			Sentenças anuladas	Solucionados				
	Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		
Erechim (02ª)	647	91	738	7	824	88	912	583	550
Erechim (03ª)	190	9	199	0	11	0	11	188	470
Estância Velha	884	689	1.573	49	698	610	1308	784	704
Esteio (01ª)	1.146	176	1.322	8	678	115	793	1.062	1.173
Esteio (02ª)	557	58	615	0	22	3	25	590	589
Estrela	1.087	104	1.191	6	1154	101	1.255	460	917
Farroupilha	776	117	893	10	631	187	818	399	408
Frederico Westphalen	568	40	608	5	534	33	567	416	321
Gramado (01ª)	696	198	894	5	714	209	923	264	315
Gramado (02ª)	697	227	924	4	608	220	828	289	249
Gravataí (01ª)	422	18	440	24	1188	48	1.236	616	856
Gravataí (02ª)	635	30	665	32	997	35	1.032	689	880
Gravataí (03ª)	1.312	103	1.415	5	747	83	830	700	818
Gravataí (04ª)	1.291	103	1.394	16	784	84	868	663	802
Guaíba	1.239	158	1.397	5	799	158	957	1288	1.493
Ijuí	796	142	938	11	772	144	916	448	525
Lagoa Vermelha	408	69	477	6	472	74	546	217	546
Lajeado (01ª)	895	65	960	5	909	69	978	257	470
Lajeado (02ª)	894	68	962	9	875	69	944	297	461
Montenegro	833	203	1.036	39	802	157	959	845	815
Novo Hamburgo (01ª)	1.058	161	1.219	8	612	102	714	1.416	1.184
Novo Hamburgo (02ª)	1.070	171	1.241	30	851	170	1.021	782	1.150
Novo Hamburgo (03ª)	1.093	176	1.269	10	964	164	1.128	776	1.005
Novo Hamburgo (04ª)	1.068	163	1.231	19	999	162	1.161	677	987
Novo Hamburgo (05ª)	1.086	157	1.243	8	912	145	1.057	968	879
Osório	1.996	165	2.161	30	1.993	203	2.196	1.127	2.265
Palmeira das Missões	885	130	1.015	5	808	133	941	662	599
Passo Fundo (01ª)	389	71	460	38	1.108	87	1.195	461	751
Passo Fundo (02ª)	348	46	394	29	1.069	77	1.146	565	743
Passo Fundo (03ª)	1.591	237	1.828	0	677	187	864	1.037	549
Passo Fundo (04ª)	1.571	241	1.812	3	677	198	875	1.002	565
Pelotas (01ª)	816	328	1.144	0	718	276	994	520	2.123
Pelotas (02ª)	817	326	1.143	5	727	287	1.014	544	1.366
Pelotas (03ª)	796	312	1.108	5	774	280	1.054	401	1.570
Pelotas (04ª)	810	328	1.138	14	779	320	1.099	376	1.007
Porto Alegre (01ª)	1.262	199	1.461	19	1.182	187	1.369	1.109	1.286
Porto Alegre (02ª)	1.248	199	1.447	13	1.214	191	1.405	1.095	1.267
Porto Alegre (03ª)	1.256	201	1.457	14	998	190	1.188	1.671	727
Porto Alegre (04ª)	1.274	204	1.478	16	1.330	199	1.529	941	710
Porto Alegre (05ª)	1.294	207	1.501	24	1.124	223	1.347	832	1.145
Porto Alegre (06ª)	1.272	202	1.474	13	1.398	207	1.605	1.067	1.097
Porto Alegre (07ª)	1.258	200	1.458	5	1.046	172	1.218	1.116	1.363
Porto Alegre (08ª)	1.261	219	1.480	31	1.242	187	1.429	1.041	1.059
Porto Alegre (09ª)	1.260	197	1.457	21	1.320	186	1.506	1.110	1.285
Porto Alegre (10ª)	1.261	202	1.463	9	1.161	199	1.360	949	1.433
Porto Alegre (11ª)	1.270	195	1.465	18	1.287	199	1.486	1.011	877
Porto Alegre (12ª)	1.252	198	1.450	24	1.129	191	1.320	776	1.316
Porto Alegre (13ª)	1.260	200	1.460	21	1.247	206	1.453	1.007	1.164
Porto Alegre (14ª)	1.254	197	1.451	12	1.161	191	1.352	796	941
Porto Alegre (15ª)	1.244	200	1.444	16	1.260	191	1.451	945	863

Vara do Trabalho	COGNIÇÃO								Processos em Execução
	Recebidos			Sentenças anuladas	Solucionados			Pendentes	
	Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		
Porto Alegre (16ª)	1.264	200	1.464	29	1.286	206	1.492	971	581
Porto Alegre (17ª)	1.275	205	1.480	18	1.185	196	1.381	908	995
Porto Alegre (18ª)	380	0	380	105	729	0	729	781	6.088
Porto Alegre (19ª)	1.252	208	1.460	27	1.205	215	1.420	1.124	1.435
Porto Alegre (20ª)	1.302	258	1.560	17	1.297	202	1.499	1.339	1.280
Porto Alegre (21ª)	1.260	198	1.458	1	1.268	202	1.470	723	1.134
Porto Alegre (22ª)	1.260	204	1.464	24	1.195	197	1.392	958	1.163
Porto Alegre (23ª)	1.259	201	1.460	9	1.059	206	1.265	1.077	1.015
Porto Alegre (24ª)	1.261	197	1.458	34	1.591	199	1.790	951	1.044
Porto Alegre (25ª)	1.262	197	1.459	5	1.089	188	1.277	1.187	932
Porto Alegre (26ª)	1.264	200	1.464	5	1.286	211	1.497	1.133	1.408
Porto Alegre (27ª)	1.260	197	1.457	1	1.187	183	1.370	1.321	1.656
Porto Alegre (28ª)	1.247	195	1.442	6	1.073	184	1.257	1.375	1.876
Porto Alegre (29ª)	1.218	195	1.413	7	1.148	178	1.326	837	1.438
Porto Alegre (30ª)	1.864	23	1.887	5	1.361	19	1.380	1.979	935
Rio Grande (01ª)	1.408	183	1.591	10	1.746	259	2.005	600	1.810
Rio Grande (02ª)	1.406	181	1.587	22	1.797	191	1.988	621	962
Rio Grande (03ª)	564	33	597	0	30	10	40	557	918
Rio Grande (04ª)	547	27	574	0	19	1	20	554	845
Rosário do Sul	169	91	260	4	151	76	227	126	352
Santa Cruz do Sul (01ª)	877	112	989	15	766	104	870	517	999
Santa Cruz do Sul (02ª)	909	139	1.048	8	764	146	910	558	877
Santa Cruz do Sul (03ª)	858	111	969	20	765	108	873	461	966
Santa Maria (01ª)	809	376	1.185	17	566	370	936	1.133	1.555
Santa Maria (02ª)	783	362	1.145	18	485	264	749	1.032	1.002
Santa Rosa (01ª)	1.014	75	1.089	22	1.657	77	1.734	546	638
Santa Rosa (02ª)	1.500	56	1.556	3	57	11	68	519	650
Santa Vitória do Palmar	196	112	308	1	225	114	339	27	699
Santana do Livramento	516	151	667	7	537	157	694	201	864
Santiago	347	35	382	10	363	34	397	118	442
Santo Ângelo	1.195	143	1.338	14	1.095	135	1.230	737	1.335
São Borja	687	82	769	1	530	74	604	422	748
São Gabriel	416	82	498	10	432	101	533	243	241
São Jerônimo	847	83	930	9	444	87	531	1070	884
São Leopoldo (01ª)	1.758	311	2.069	20	1.891	311	2.202	605	734
São Leopoldo (02ª)	1.740	308	2.048	5	1.946	309	2.255	565	745
São Leopoldo (03ª)	1.745	316	2.061	6	1.512	274	1.786	692	756
São Leopoldo (04ª)	467	43	510	1	1	0	1	510	597
Sapiranga (01ª)	1.218	37	1.255	10	1.204	33	1.237	618	1.142
Sapiranga (02ª)	1.220	37	1.257	12	1.127	41	1.168	687	531
Sapiranga (03ª)	1.199	50	1.249	7	1.143	51	1.194	637	548
Sapucaia do Sul (01ª)	682	128	810	11	513	161	674	529	671
Sapucaia do Sul (02ª)	688	109	797	14	719	104	823	318	562
Soledade	764	26	790	16	724	23	747	285	431
Taquara (01ª)	1.108	35	1.143	35	1.246	37	1.283	878	530
Taquara (02ª)	1.118	41	1.159	26	1.133	41	1.174	1.029	650
Taquara (03ª)	1.134	38	1.172	30	1.331	36	1.367	611	582
Taquara (04ª)	2.075	65	2.140	1	1.399	60	1.459	912	549
Torres	1.321	164	1.485	15	1.215	156	1.371	725	1.344
Três Passos	1.037	13	1.050	3	982	11	993	194	303

Vara do Trabalho	COGNIÇÃO							Pendentes	Processos em Execução
	Recebidos			Sentenças anuladas	Solucionados				
	Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		Rito ordinário	Rito sumaríssimo	Total		
Triunfo	730	50	780	20	672	54	726	603	858
Uruguiana (01ª)	1.528	106	1.634	24	1.735	132	1.867	550	1.408
Uruguiana (02ª)	1.496	113	1.609	6	1.267	118	1.385	786	1.863
Vacaria	612	67	679	0	504	71	575	311	773
Viamão	1.190	154	1.344	21	1.071	154	1.225	1.072	1.306
Total	135.185	19.716	154.901	1.761	124.098	18.886	142.984	96.963	124.109

PROCESSOS RECEBIDOS, SOLUCIONADOS E PENDENTES
(COGNIÇÃO – ÚLTIMOS 10 ANOS)

ANO	PROCESSOS DE COGNIÇÃO		
	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES
2003	110.526	104.304	63.054
2004	104.628	113.172	55.173
2005	128.377	120.944	64.884
2006	122.658	114.402	73.387
2007	122.838	119.530	76.941
2008	129.420	131.165	69.623
2009	140.615	130.400	79.599
2010	125.455	124.592	81.069
2011	137.117	132.977	85.484
2012	154.901	142.984	96.963

**VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VALORES RECOLHIDOS EM 2012**

MÊS	INSS *	IMPOSTO DE RENDA *
Janeiro	17.254.452,67	8.402.760,63
Fevereiro	14.413.500,21	4.663.578,89
Março	20.970.782,36	7.504.773,51
Abril	19.255.127,54	7.096.799,51
Maio	20.793.228,48	6.044.575,16
Junho	19.033.603,46	5.924.307,11
Julho	21.164.978,28	6.730.531,28
Agosto	21.332.565,06	6.146.329,63
Setembro	20.648.980,09	4.696.810,73
Outubro	21.505.451,68	6.969.065,79
Novembro	17.283.465,12	5.863.900,89
Dezembro	10.226.859,40	3.448.895,16
TOTAL	17.254.452,67	8.402.760,63

* Valores em Reais.

PRODUÇÃO DOS JUÍZES

JUÍZES TITULARES

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Adriana Freires	1.491	733	400	272	73
Adriano Santos Wilhelms	1.722	994	319	504	1
Alcides Matté	0	0	0	0	0
Alcides Otto Flinkerbusch	1.186	701	378	278	64
Alexandre Schuh Lunardi	1.188	409	146	222	67
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.158	787	347	356	33
Ana Julia Fazenda Nunes	1.253	785	287	404	31
André Ibanos Pereira	940	539	320	199	85
André Luiz Schech	1.606	1.572	172	830	35
André Reverbel Fernandes	0	0	0	0	0
Andréa Saint Pastous Nocchi	982	610	294	247	44
Angela Rosi Almeida Chapper	0	39	39	0	3
Anita Job Lübbe	1.288	686	306	319	56
Artur Peixoto San Martin	2050	873	311	437	11
Ary Faria Marimon Filho	396	214	78	125	4
Ben-Hur Silveira Claus	1.441	891	282	515	97
Bernarda Núbia Toldo	986	522	180	297	27
Brígida Joaquina Charão Barcelos	1.276	614	298	261	112
Cacilda Ribeiro Isaacsson	401	294	171	109	18
Candice Von Reisswitz	1.305	775	386	264	88

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Carla Sanvicente Vieira	1.847	981	469	368	81
Carlos Alberto May	1.145	566	254	224	73
Carlos Henrique Selbach	1.351	729	255	315	60
Celso Fernando Karsburg	903	881	462	332	169
Ceres Batista da Rosa Paiva	1.167	698	294	277	103
Cinara Rosa Figueiró	1.363	622	342	218	86
Cíntia Edler Bitencourt	300	144	86	45	11
Cláudio Roberto Ost	1.146	631	359	235	42
Claudio Scandolaro	1.746	700	337	273	72
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	1.165	674	278	326	68
Clocemar Lemes Silva	1.128	721	228	440	23
Cristiane Bueno Marinho	777	489	328	147	301
Cristina Bastiani	1.318	650	231	343	42
Daniel de Sousa Voltan	459	359	191	138	35
Daniel Souza de Nonohay	368	327	201	110	54
Edson Moreira Rodrigues	1.641	1.109	474	466	80
Edson Pecis Lerrer	905	549	213	246	68
Eduardo de Camargo	1.970	990	202	689	144
Eduardo Duarte Elyseu	1340	675	344	266	110
Elisabete Santos Marques	1910	988	562	357	41
Eny Ondina Costa da Silva	1.318	757	435	251	83
Fabiane Rodrigues da Silveira	1.337	816	470	235	122
Fernando Formolo	567	419	216	181	36
Fernando Luiz de Moura Cassal	0	0	0	0	0
Flávia Cristina Padilha Vilande	1.458	560	185	294	6
Francisco Rossal de Araújo (a)	0	0	0	0	0
Frederico Russomano	1.147	683	445	189	74
George Achutti (a)	0	0	0	0	0
Gerson Antonio Pavinato (d)	0	2	2	0	1
Glória Valério Bangel	1.217	697	397	205	81
Gustavo Fontoura Vieira	1.146	654	297	271	64
Herbert Paulo Beck (a)	0	5	5	0	0
Horismar Carvalho Dias	1506	878	424	322	83
Inaja Oliveira de Borba (a)	261	111	60	40	34
Ingrid Loureiro Irion	1.697	828	339	338	119
Iris Lima de Moraes (a)	2	1	1	0	0
Ivanildo Vian	1.203	703	346	306	46
Janaína Saraiva da Silva	1.625	832	317	440	59
Janney Camargo Bina	1.396	613	116	320	7
Jarbas Marcelo Reinicke	1.400	830	356	388	54
João Batista de Matos Danda	190	98	0	81	0
João Batista S. M. Vianna	518	310	260	10	9
João Carlos Franckini	738	287	101	119	6
Joe Ernando Deszuta	1.442	864	317	456	99
Jorge Alberto Araujo	1.511	995	285	603	59
José Carlos Dal Ri	1.540	795	327	321	114

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
José Cesário Figueiredo Teixeira	593	305	152	109	43
José Luiz Dibe Vescovi	1.613	934	131	648	53
José Renato Stangler	1.042	744	217	382	59
Karina Saraiva Cunha	1.314	644	324	271	63
Laís Helena Jaeger Nicotti (b)	714	278	118	126	11
Laura Antunes de Souza	2.396	1.397	967	309	98
Leandro Krebs Gonçalves	862	503	235	207	46
Lenir Heinen	2	10	8	2	0
Lila Paula Flores França	1.272	513	174	270	84
Lucia Ehrenbrink (c)	1	0	0	0	0
Luciana Böhm Stahnke	1.345	529	196	240	35
Luciane Cardoso Barzotto	1.275	776	435	280	248
Luciano Ricardo Cembranel	939	548	363	161	157
Luis Antônio Mecca	1.224	669	374	272	45
Luís Carlos Pinto Gastal	1.640	769	444	247	37
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.373	834	312	426	76
Luis Fettermann Bosak	1.863	1.153	259	764	62
Luiz Antonio Colussi	1.787	797	339	324	29
Luiz Fernando Bonn Henzel	766	478	298	157	84
Magáli Mascarenhas Azevedo (f)	11	10	10	0	2
Manuel Cid Jardón	1441	598	271	253	96
Marcelo Caon Pereira	702	466	157	259	34
Marcelo Gonçalves de Oliveira (a)	0	0	0	0	0
Marcelo Papaléo de Souza	880	559	231	276	43
Marcelo Silva Porto	885	631	312	227	102
Márcia Carvalho Barrili	246	137	81	40	3
Márcio Lima do Amaral	1.811	876	294	471	48
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	1.055	644	400	185	71
Marcos Fagundes Salomão	803	310	145	125	86
Maria Helena Lisot (a)	0	0	0	0	0
Maria Madalena Telesca (a)	0	0	0	0	0
Maria Silvana Rotta Tedesco	15	73	69	4	30
Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira	616	459	254	164	94
Marilene Sobrosa Friedl	1.376	716	299	368	43
Maristela Bertei Zanetti	1.091	637	318	208	86
Maurício Machado Marca	1.292	639	195	361	19
Maurício Schmidt Bastos	1.035	543	292	177	13
Miriam Zancan	1.237	706	289	299	37
Neuri Gabe	1.399	844	285	438	39
Neusa Líbera Lodi	2.236	1.222	503	618	65
Noêmia Saltz Gensas	1.074	710	192	409	72
Odete Carlin	1.394	883	298	495	43
Patricia Dornelles Peressutti	1.350	817	413	316	79
Patrícia Heringer	1.423	767	280	339	24
Paulo André de França Cordovil	1.447	972	269	463	69
Paulo Luiz Schmidt	0	0	0	0	0

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Rafael da Silva Marques	1.525	735	335	291	26
Raul Zoratto Sanvicente	0	0	0	0	0
Rejane Souza Pedra (a)	0	0	0	0	0
Renato Barros Fagundes	1.181	601	305	206	85
Renato Walmor Medina Guedes	1.495	1.169	269	827	32
Ricardo Fioreze	0	22	22	0	136
Ricardo Hofmeister de A. M. Costa (a)	0	0	0	0	0
Rita de Cássia da Rocha Adão	1.475	806	281	452	29
Roberto Antonio Carvalho Zonta	1.197	587	263	268	111
Roberto Teixeira Siegmann	1	1.013	1.011	0	16
Rogério Donizete Fernandes	1.238	830	259	464	48
Rosane Cavalheiro Gusmão (g)	1.158	635	362	198	99
Rosane Marlene de Lemos	1.386	852	51	691	0
Rosâne Marly Silveira Assmann	1.399	920	407	383	146
Rosemarie Teixeira Siegmann	1.118	620	286	249	138
Rosiul de Freitas Azambuja	2.003	1.036	358	532	30
Rubens F. Clamer dos Santos Júnior	1.444	926	186	654	50
Rui Ferreira dos Santos	1.247	847	455	299	62
Silvana Martinez de Medeiros	1.647	851	296	440	81
Silvionei do Carmo	1.135	662	287	291	79
Simone Maria Nunes Kunrath	1.623	837	230	532	25
Simone Oliveira Paese	1.000	861	347	219	59
Simone Silva Ruas	1.184	675	389	193	54
Sônia Maria Fraga da Silva	1.317	621	347	224	85
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1.154	733	328	322	40
Themis Pereira de Abreu	1.116	581	223	313	29
Valdete Souto Severo	1.094	720	416	208	95
Valéria Heinicke do Nascimento	1.351	710	373	268	150
Vanda Iara Maia Müller	1.308	736	351	268	76
Volnei de Oliveira Mayer	1.757	832	234	488	53
Wilson Carvalho Dias (a)	0	0	0	0	0
Total - Juízes Titulares	148.230	84.777	36.399	37.794	7.930

Observações:

- a) Promovido(a) a Desembargador em 28.05.2012
- b) Promovida a Desembargadora em 31.12.2012
- c) Promovida a Desembargadora em 15.10.2012
- d) Aposentou-se em 08.02.2012
- e) Aposentou-se em 11.05.2012
- f) Aposentou-se em 18.01.2012
- g) Aposentou-se em 12.11.2012

JUÍZES SUBSTITUTOS

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Adair João Magnaguagno	1.526	753	323	315	45
Adriana Kunrath	1.200	612	321	239	62
Adriana Moura Fontoura	1.205	649	339	263	71
Adriana Seelig Gonçalves	1.058	642	369	236	67
Aline Doral Stefani Fagundes	1.217	684	311	310	117
Aline Veiga Borges	1.060	528	206	279	103
Almiro Eduardo de Almeida	1.191	719	403	243	72
Ana Carolina Schild Crespo	1.180	762	291	363	56
Ana Luiza Barros de Oliveira	603	324	162	126	58
Ana Paula Keppeler Fraga (a)	993	486	209	194	31
Ana Paula Kotlinsky Severino	1.524	824	253	454	46
Ana Paula Sartorelli Brancaccio (b)	0	0	0	0	0
André Vasconcellos Vieira	1.459	870	373	379	16
Andrea Renzo Brody (b)	0	0	0	0	0
Bárbara Schönhofen Garcia	753	598	390	178	118
Braulio Affonso Costa (b)	0	0	0	0	0
Bruno Marcos Guarneri (b)	0	0	0	0	0
Carlos Alberto Zogbi Lontra	0	6	0	6	0
Carlos Ernesto Maranhão Busatto (b)	0	0	0	0	0
Carolina Cauduro Dias de Paiva (b)	0	0	0	0	0
Carolina Hostyn Gralha Beck	1.625	800	359	353	123
Carolina Santos Costa de Moraes	603	337	175	128	30
Carolina Toaldo D. da Silva Firpo	624	460	271	117	26
Cauê Brambilla da Silva (b)	0	0	0	0	0
Cesar Zucatti Pritsch	1.185	546	258	256	29
Charles Lopes Kuhn (b)	0	0	0	0	0
Daniela Elisa Pastório	1.189	734	342	329	54
Daniela Floss	1.307	756	295	368	25
Daniela Meister Pereira (b)	0	0	0	0	0
Déborah Madruga Costa Lunardi	1.279	724	227	357	32
Deise Anne Herold	949	588	228	298	31
Denilson da Silva Mroginski	1.303	707	278	367	74
Diogo Souza	1.345	849	351	382	106
Edenilson Ordoque Amaral	1.238	753	490	189	62
Eduardo Batista Vargas (c)	1.206	731	233	411	94
Eduardo Vianna Xavier	1.123	678	345	250	72
Eliane Covolo Melgarejo	1.284	686	343	269	76
Elizabeth Bacin Hermes	980	570	332	174	45
Elson Rodrigues da Silva Junior	1370	717	359	262	71
Evandro Luís Urnau (b)	0	0	0	0	0
Fabiana Gallon	883	575	183	328	44
Fabiane Martins	1.272	718	400	242	81
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	1.177	516	304	137	29

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Fabício Luckmann	0	0	0	0	0
Felipe Lopes Soares (b)	0	0	0	0	0
Fernanda Guedes P. C. Woodhead	871	435	159	234	30
Fernanda Probst Marca	602	432	198	193	31
Giani Gabriel Cardozo (b)	0	0	0	0	0
Gilberto Destro	1.230	694	233	361	27
Giovani Martins de Oliveira	1.462	765	246	417	39
Glória Mariana da Silva Mota	1.366	628	304	228	54
Graciela Maffei	1.396	923	320	535	79
Guilherme da Rocha Zambrano	1.276	635	261	285	58
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.633	1027	601	355	48
Gustavo Jaques	1.346	750	363	329	102
Inácio André de Oliveira (b)	0	0	0	0	0
Ivanise Marilene Uhlig de Barros (b)	0	0	0	0	0
Jefferson Luiz Gaya de Goes	999	547	326	151	27
José Frederico Sanches Schulte	1.329	843	291	435	41
Juliana Oliveira	1.286	774	413	304	72
Juliane Penteado de C. Bernardi (b)	0	0	0	0	0
Julieta Pinheiro Neta	1.382	648	298	249	87
Kelen Patrícia Bagetti (b)	0	0	0	0	0
Laura Balbuena Valente Gabriel	870	382	153	180	32
Lenara Aita Bozzetto	1.318	699	351	276	58
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.194	684	243	357	69
Lina Gorczevski	1.314	810	190	541	44
Lúcia Rodrigues de Matos (b)	0	0	0	0	0
Luciana Caringi Xavier	1.045	476	298	105	30
Luciana Kruse	1.228	736	342	278	44
Luciano Moraes Silva (b)	0	0	0	0	0
Luís Fernando da Costa Bressan	1.378	777	340	352	69
Luís Henrique Bisso Tatsch	1.682	1090	302	689	25
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.267	703	347	250	84
Luísa Rumi Steinbruch	1.021	537	248	225	41
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	535	321	178	117	48
Marcello Dibi Ercolani	1.212	632	248	307	23
Marcelo Bergmann Hentschke	0	8	8	0	0
Marcia Padula Mucenic (b)	0	0	0	0	0
Marcos Rafael Pereira Piscino (b)	0	0	0	0	0
Maria Cristina Santos Perez	1.004	595	329	231	33
Mariana Roehe Flores Arancibia	581	409	249	127	74
Matheus Brandão Moraes (b)	0	0	0	0	0
Maurício de Moura Peçanha	1.512	946	453	402	64
Max Carrion Brueckner	1.299	703	353	297	65
Milena Ody (b)	0	0	0	0	0
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.728	1017	524	413	173
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (b)	0	0	0	0	0
Nivaldo de Souza Junior	1.239	653	339	232	38

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	1.414	792	260	429	24
Patrícia Helena Alves de Souza	2.248	1454	248	1.009	52
Patricia Iannini dos Santos	1.078	399	262	90	20
Patricia Zeilmann Costa (b)	0	0	0	0	0
Paula Silva Rovani Weiler	1.346	703	298	331	57
Paulo Cezar Herbst	1.479	935	245	565	72
Paulo Ernesto Dorn	281	323	304	4	483
Rachel de Souza Carneiro	1.305	497	186	240	59
Rafaela Duarte Costa	1.133	548	241	265	51
Raquel Gonçalves Seara	245	132	87	40	9
Raquel Hochmann de Freitas	910	811	542	173	113
Raquel Nenê Santos	1.004	641	296	264	43
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	1.270	700	369	255	95
Rita Volpato Bischoff	1.334	749	459	223	47
Rodrigo de Almeida Tonon	1.609	738	373	299	79
Rodrigo Machado Jahn (b)	0	0	0	0	0
Rodrigo Trindade de Souza	1.247	606	283	238	58
Rozi Engelke	1.339	859	418	343	65
Rubiane Solange Gassen Assis	1.273	771	273	391	27
Sérgio Giacomini	1.744	1.032	390	561	56
Sofia Fontes Regueira (d)	676	319	151	124	37
Sonia Maria Pozzer	1.414	738	453	219	91
Thiago Boldt de Souza (b)	0	0	0	0	0
Tiago Mallmann Sulzbach	1.037	690	335	295	47
Valtair Noschang	1.169	662	308	330	92
Victor Pedroti Moraes (b)	0	0	0	0	0
Vinícius Daniel Petry	1.378	696	224	369	135
Total - Juizes Substitutos	102.449	57.976	26.236	25.314	5.487
Total Geral	250.679	142.753	62.635	63.108	13.417

Observações:

- a) Posse em 02.04.2012
- b) Posse em 19.12.2012
- c) Posse em 02.04.2012
- d) Posse em 05.07.2012

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária, no exercício de 2012, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do Tribunal, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, das onze Turmas Julgadoras, da Seção Especializada em Execução e da Secretaria Processual (nova denominação da Secretaria Judiciária), bem como das seguintes Unidades Judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual (nova denominação do Serviço de Cadastramento Processual); Coordenadoria de Traslados e Certidões (nova denominação do Serviço de Acórdãos Traslados e Certidões); Coordenadoria de Precatórios (nova denominação do Serviço de Precatórios) e Coordenadoria de Recursos (nova denominação do Serviço Processual). Ainda, passou a coordenar as atividades da Assessoria de Recurso de Revista. Manteve a prática regular de realização de reuniões mensais com essas Unidades Judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos. Buscando dar maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária procede ao contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores exclusivamente dedicado a essa atividade, mormente no tocante às atividades de implementação do Processo Judicial Eletrônico – PJe. Exerceu, também, a coordenação das atividades do Serviço de Auxílio aos Gabinetes (SAGA), instituído pela Portaria nº 3.486/2009.

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho. Em colaboração à Secretaria de Recursos Humanos, participou do Programa de Ambientação de novos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região. No cumprimento das determinações emanadas pelo Gestor Regional das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, prestou auxílio no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em fevereiro de 2010 (01 – julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal; 02 – julgar todos os processos de conhecimento distribuídos em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007; e 04 – Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 [dez] dias após a sessão de julgamento). No tocante às metas definidas para 2011 durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 2010, a Secretaria-Geral Judiciária prestou auxílio ao cumprimento da Meta 03 (Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal), bem como continua trabalhando para cumprir as metas relativas aos anos anteriores (metas 02/2010, relativamente aos processos distribuídos até 31.12.2007, e 04/2010, quanto à publicação dos acórdãos em até 10 [dez] dias do julgamento). Quanto às metas definidas durante o V Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 17 e 18 de novembro de 2011 em Porto Alegre – RS, a Secretaria-Geral Judiciária forneceu os dados pertinentes à Meta 01 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

O Secretário-Geral Judiciário, sua assessoria e os demais integrantes do gabinete mantiveram-se designados membros das Comissões de Avaliação de Documentos, de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como do Comitê de Segurança da Informação e Comitê Gestor Regional do Sistema Unificado de Administração de Processos, tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda, integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que sofreram aperfeiçoamento ao longo do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico "e-Gestão". Seus integrantes atuaram, também, no grupo de requisitos do Processo Judicial Eletrônico do Tribunal.

A Secretaria-Geral Judiciária realizou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e do Malote Digital.

O Secretário-Geral Judiciário apresentou minutas de portarias, provimentos e resoluções administrativas, sugeriu alterações regimentais e elaborou propostas de despachos à Presidência, e, por delegação, deu andamento a processos judiciais e administrativos que tramitam no Tribunal, buscando dar suporte à

Administração, aos Magistrados e aos Servidores em relação à qualificação e à celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

Abaixo, a movimentação de processos no Gabinete da Secretaria-Geral Judiciária:

Movimentação Processual Total	
Saldo do ano anterior	0
Processos recebidos	1.837
Processos despachados	1.748
Analisados e devolvidos sem despacho	89
Saldo para 2013	0

Número de Despachos por Autoridade Prolatora	
Presidente	196
Vice-Presidente	297
Corregedora Regional	0
Vice-Corregedora Regional	9
Secretário-Geral Judiciário	1.246
Total	1.748

Movimentação Processual Exclusiva do Gabinete da SEGJUD	
Saldo do ano anterior	0
Processos Recebidos para despacho do Secretário	1.246
Processos Despachados pelo Secretário	1.246
Saldo para 2013	0

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos no ano de 2012:

- cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pela Exma. Desembargadora-Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, nas fases de instrução e execução dos processos de dissídios coletivos, e demais despachos exarados pelos Desembargadores integrantes da Seção, registrando no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos;

- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- organizou as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas e publicou os acórdãos julgados pelos respectivos órgãos;

- realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, pela expedição de notificações, publicação de despachos, juntada de petições e documentos, organização da pauta e prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;

- compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;

- encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (art. 17, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal);
- elaborou a estatística mensal do movimento processual do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, encaminhando-as para compilação e remessa ao Tribunal Superior do Trabalho;
- prestou atendimento às partes e aos procuradores;

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2012, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- organizou as pautas das sessões de julgamento;
- confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- cumpriu as decisões e determinações da Excelentíssima Desembargadora-Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e PJe, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos desembargadores que integram a Seção;
- providenciou a publicação das decisões, dos despachos e das pautas no Diário da Justiça Eletrônico;
- elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- elaborou boletins estatísticos mensais e relatório anual;
- prestou atendimento às partes e aos procuradores, entregou autos em carga e atendeu aos demais setores do Tribunal;
- expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;
- expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- encaminhou processos à consideração da Desembargadora-Presidente da Seção;
- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- cumpriu plantão e/ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e no recesso.

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2012, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- organizou as pautas das sessões de julgamento;
- confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- cumpriu as decisões e determinações da Exma. Desembargadora-Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- registrou, no sistema de acompanhamento processual, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos desembargadores que integram essa Seção;
- providenciou a publicação de decisões, despachos e pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- elaborou boletins estatísticos mensais e relatório anual;

- prestou atendimento às partes e aos procuradores, entregou autos em carga e atendeu aos demais setores do Tribunal;
- expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- encaminhou processos à consideração do Desembargador-Presidente da Seção, elaborando as propostas de despachos na fase de execução;
- encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução;

SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Em 2012, a Secretaria da Seção Especializada em Execução realizou as seguintes atividades:

- executou os procedimentos necessários ao recebimento e encaminhamento de processos aos Desembargadores, Juízes Convocados e demais Serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do primeiro grau, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- deu cumprimento aos despachos exarados pelos Relatores, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- conferiu os processos para inclusão em pauta;
- organizou as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação do seu Desembargador-Presidente, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- lançou os andamentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual, inclusive para fins de geração dos dados estatísticos no sistema e-Gestão, e elaboraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- registrou no sistema informatizado os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- elaborou e digitou as certidões de julgamento;
- registrou as decisões em ata;
- providenciou a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediu notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- imprimiu e juntou aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as respectivas certidões de publicações;
- ordenou e elaborou listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- registrou no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos magistrados que compõem o Órgão Julgador;
- recebeu petições e ofícios e os encaminhou aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- prestou atendimento aos procuradores e às partes e entregou autos em carga, bem como solicitou sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal.

SECRETARIAS DAS TURMAS

Em 2012, as Secretarias das Turmas realizaram as seguintes atividades:

- executaram os procedimentos necessários ao recebimento e encaminhamento de processos aos

Desembargadores, Juízes Convocados e demais Serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do primeiro grau, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;

- cumpriram despachos exarados pelos Desembargadores das Turmas, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- conferiram os processos para inclusão em pauta;
- organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Desembargadores-Presidentes, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- lançaram os andamentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- elaboraram e digitaram as certidões de julgamento;
- registraram as decisões em ata;
- providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;
- ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos desembargadores que compõem as Turmas;
- receberam petições e ofícios e os encaminharam aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;
- realizaram os lançamentos no sistema informatizado para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2012:

- assessoramento na análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista bem como do processamento dos agravos de instrumento e do exame de petições e demais incidentes processuais à Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente - por delegação - e às Excelentíssimas Desembargadoras Presidente e Vice-Corregedora, nos impedimentos;
- apresentação de propostas de despachos de admissibilidade em petições de recursos de revista, bem como de despachos para processamento de agravos de instrumento, além de diligências e atendimento de petições diversas;
- acompanhamento, para prestação de contas e apresentação de estatísticos e da produtividade do setor;
- inserção no sistema informatizado (programas Nova-Jus4 e e-Recurso) de dados relativos aos procedimentos adotados relativamente aos processos conclusos;
- coleta e aferição de dados necessários para a confecção de projeções estatísticas envolvendo o movimento semanal, mensal e anual dos processos que ingressaram no setor para despacho;
- realização de pesquisas junto a outros Tribunais Regionais do Trabalho e de Tribunais Superiores

para fins de atualização de posicionamentos e uniformização da jurisprudência relativamente às propostas de despachos apresentadas;

- divulgação do trabalho junto a outros setores do Tribunal, notadamente os gabinetes de Desembargadores Regionais;

- participação de reuniões e congressos envolvendo o processo eletrônico e inovações da área jurisdicional.

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA			
Recursos interpostos no ano			29.533
Processos conclusos para despacho			30.087
Propostas de despachos	Recebidos	8.440	29.118
	Denegados	20.556	
	Baixados	122	
Despachos pendentes no ano/suspensos e sobrestados			1.217

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM AGRAVOS DE INSTRUMENTO			
Petições interpostas no ano			16.482
Encaminhamentos			13.822
			26.590
			40.412

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS			
Pendentes do ano anterior			zero
Despachados			1.975
Pendentes no ano			zero

Obs.: informações obtidas pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4 e e-Recurso.

SECRETARIA PROCESSUAL

No ano de 2012, a Secretaria Processual atuou na condução dos serviços de suporte às atividades judiciárias do Tribunal, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

Dentre as atividades desenvolvidas, a Secretaria Processual submeteu processos e petições à apreciação da Exma. Presidente, por intermédio da Secretaria-Geral Judiciária. Encaminhou, ainda, processos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de conflitos de competência suscitados por Turmas do Tribunal e Juízos das Varas do Trabalho. Foi responsável pelo processamento e pelo envio da matéria judiciária do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como pelo envio das intimações eletrônicas ao INSS.

Ainda nesse ano, manteve a tarefa de cadastrar advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciárias. Atuou na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST-CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições providas do 1º e 2º graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho, utilizando-se do sistema e-Remessa.

Foi destinatária dos documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º grau, encaminhados de forma eletrônica à caixa de correio da Secretaria, em cumprimento ao Ofício-Circular SECOR nº 1250/2010, da Corregedoria-Regional.

Diante das atribuições concedidas à Secretaria Judiciária no Ofício-Circular SECOR nº 0302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo TST nos autos eletrônicos em tramitação naquele Tribunal.

Em atenção à solicitação formulada pelo Núcleo de Ações Prioritárias e Regressivas Acidentárias da Procuradoria Regional Federal, para fins de concessão de carga de 48 horas em feitos em que houve decisões condenatórias em ações indenizatórias envolvendo acidente de trabalho, formulou proposta de atendimento, no âmbito de suas Coordenadorias, como expresso no Processo Administrativo nº 0007731-94.2012.5.04.0000.

Participou dos ajustes de procedimentos para a operacionalização da carga semanal implantada pelo Convênio nº 82/2012 firmado entre este Tribunal e a Procuradoria Regional da União.

Passou a validar, no PJe, o cadastramento de advogados com inconsistências de informações perante a OAB e a Receita Federal.

O movimento processual está expresso nos quadros elaborados pelas Coordenadorias e Seções que compõem esta Secretaria.

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

A Coordenadoria de Cadastro Processual, com as Seções que a integram, é o órgão receptor de percentual extremamente significativo do movimento global de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT.

A Coordenadoria de Cadastro Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo, Seção de Apoio Processual, Seção de Classificação e Autuação, Seção de Distribuição e Seção de Triagem de Processos Arquivados.

Os dados a seguir, relativos às informações das atividades desenvolvidas em 2012 por Seção, foram retirados do sistema informatizado do segundo grau deste Tribunal (NovaJus4), à exceção dos referentes à Seção de Classificação e Autuação, os quais foram extraídos do sistema e-Gestão, e complementados pelas informações constantes do NovaJus4.

Seção de Distribuição

- procedeu à distribuição diária, por meio eletrônico de processamento de dados, dos processos de competência do Órgão Especial, da 1ª Seção de Dissídios Individuais, da Seção de Dissídios Coletivos, da 2ª Seção de Dissídios Individuais e das Turmas, aos Desembargadores do Tribunal e aos Juízes convocados;
- redistribuiu processos em cumprimento a despachos exarados pela Presidência do Tribunal;
- recebeu e conferiu o retorno de processos da Procuradoria Regional do Trabalho.

Seção de Protocolo

- prestou informações sobre o andamento de processos;
- recebeu, protocolou e encaminhou petições e expedientes, efetuando lançamentos no cadastro eletrônico quando pertinente, bem como requerimentos administrativos;
- recebeu os processos de competência originária do TRT.

MATÉRIA JUDICIÁRIA			
RECURSOS INTERPOSTOS PROTOCOLADOS	2010	2011	2012
Recursos ordinários ao TST	339	337	349
Recursos de Revista	25.612	27.470	28.399
Agravos de Instrumento ao TST	16.538	15.328	16.475

RECURSOS INTERPOSTOS PROTOCOLADOS	2010	2011		2012	
Recursos Adesivos a Recurso Ordinário e Recurso de Revista	423	RO	7	RO	11
		RR	456	RR	811
Embargos Declaratórios	12.991	12.957		13.112	
Recursos Extraordinários	16	15		21	
Total	55.919	56.570		59.178	

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2010	2011	2012
Contrarrazões a Agravo de Instrumento	10.510	8.747	10.048
Contrarrazões a Recurso Ordinário	236	181	194
Contrarrazões a Recurso de Revista	9.003	7.638	9.009
Contrarrazões a Recurso Adesivo	40	73	74
Outras	41.042	30.276	31.319
TOTAL	60.831	46.915	50.644

MATÉRIA ADMINISTRATIVA			
PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2010	2011	2012
	5.135	4.081	2.728

Seção de Apoio Processual

- recebeu os processos, com prazo recursal, das Turmas, da Coordenadoria Processual, da 1ª Seção de Dissídios Individuais, da 2ª Seção de Dissídios Individuais e da Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos;
- prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal e forneceu autos em carga;
- após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS COM PRAZO EM CURSO		2010	2011	2012
Acórdãos publicados	Turmas	60.186	63.074	56.437
	Seção Especializada em Execução	-	-	6.739
	Órgão Especial, SDC, 1ª SDI e 2ª SDI	978	922	979
Despachos	Recursos de Revista	27.596	25.786	26.323
	Recursos Ordinários	318	303	331
	Recursos Adesivos	426	441	748
	Retorno do TST	1	0	0
Outros despachos da Exma. Desembargadora-Presidente		816	799	977

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS COM PRAZO EM CURSO	2010	2011	2012
Total	90.321	91.325	92.534

ATENDIMENTO ÀS PARTES E AOS ADVOGADOS	2010	2011	2012
Atendimentos	27.989	13.795	12.618
Cargas	14.043	6.972	5.288
Cópias	20.724	13.930	14.595

Seção de Classificação e Autuação

- recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado processos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da capital e interior;
- autuou, classificou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal;
- separou e encaminhou os processos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho;
- efetuou retificações de autuação;
- recebeu os processos baixados do TST, lançou no sistema informatizado este retorno e efetuou a remessa aos locais de destino (unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho);
- cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor.

Os processos de competência da 1ª Seção de Dissídios Individuais foram autuados pela Seção até 24 de setembro e os de competência da 2ª Seção de Dissídios Individuais e da Seção de Dissídios Coletivos até 17 de dezembro.

Após as datas supracitadas as ações de competência destes órgãos julgadores passaram a tramitar de forma eletrônica (PJe).

PROCESSOS AUTUADOS	2010	2011	2012
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais (AA)	09	03	13
Ação Rescisória (AR)	210	212	263
Agravo (AG)	33	42	68
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	115	123	142
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	15.340	11.112	14.108
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário (AIRE)	00	00	00
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	397	678	459
Agravo de Petição (AP)	8.340	9.284	9.274
Agravo de Petição/Reexame Necessário (AP/REENEC)	00	00	01
Agravo Regimental (AGR)	274	336	324
Arresto (ARREST)	02	00	01
Atentado (ATENT)	00	00	00
Busca e Apreensão (BUSAPR)	00	00	00
Carta de Ordem (CARTORD)	01	01	00
Carta Precatória (CARTPREC)	02	06	04
Carta Rogatória (ROGATO)	07	21	10

PROCESSOS AUTUADOS	2010	2011	2012
Caução (CAUÇÃO)	00	00	00
Cautelar Inominada (CAUINOM)	79	95	105
Conflito de Competência (CC)	12	07	03
Consulta (CONS)	26	39	24
Contraprotesto Judicial (CPROT)	00	00	00
Correição Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)	00	32	52
Dissídio Coletivo (DC)	266	285	216
Dissídio Coletivo de Greve (DCG)	06	08	07
Exceção de Impedimento (EXCIMP)	00	01	01
Exceção de Incompetência (EXCINC)	00	00	00
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	57	38	10
Exibição (Exibic)	01	00	00
Habeas Corpus (HC)	18	13	01
Habeas Data (HD)	00	00	01
Impugnação ao Valor da Causa (IVC)	01	01	01
Incidente de Falsidade (INCFAL)	00	00	00
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)	06	03	05
Interpelação (INTER)	00	00	00
Justificação (JUSTIF)	00	00	00
Mandado de Segurança (MS)	575	657	543
Mandado de Segurança Coletivo (MSCOL)	00	00	00
Norificação (NOTIF)	00	00	00
Oposição (OPOSIC)	07	14	07
Pedido de Providências (PP)	00	00	00
Pedido de Revisão do Valor da Causa (PRVC)	01	00	00
Petição (PET)	351	535	624
Precatório (PRECAT)	932	1.294	1.428
Processo Administrativo (PA)	00	03	20
Produção Antecipada de Provas (PAP)	00	00	00
Protesto (PROTES)	332	333	335
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	00	06	14
Recurso Administrativo (RECADM)	22	14	20
Recurso de Multa (RM)	00	00	00
Recurso Ordinário (RO)	36.412	38.854	43.427
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	573	318	304
Reexame Necessário (REENEC)	29	49	24
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	235	232	249
Restauração de Autos (RESAUT)	00	01	00
Sequestro (SEQUES)	00	00	00
Sindicância (SIND)	00	00	01

PROCESSOS AUTUADOS	2010	2011	2012
Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT)	00	01	01
TOTAL	64.671	64.651	72.090

CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES	2010	2011	2012
TOTAL	52	171	122

RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES	2010	2011	2012
TOTAL	2.666	1.887	1.734

RETORNO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	2010	2011	2012
TOTAL	22.372	20.857	19.265

Seção de Triagem de Processos Arquivados

- recebeu e cadastrou processos enviados pelas diversas Varas do interior do Estado e pelo arquivo de Porto Alegre;

- prestou atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do interior do Estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos;

- recebeu os processos devolvidos pelas unidades supracitadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos;

- pesquisou, localizou e retirou dos lotes de origem para exame em face do BNDT aproximadamente 106.000 processos.

	ANO DE 2010	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Processos Cadastrados	113.737	150.451	66.806
Processos Conferidos	113.737	150.451	66.806

MOVIMENTAÇÃO	ANO DE 2010	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Pedidos de Vista	6.043	6.723	9.407
Pedidos de Desarquivamento	1.264	4.804	3.028
Retorno de Vista e Desarquivamento	5.547	5.625	5.057
Total	13.027	17.446	17.492

COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, possui duas seções: Seção de Controle e Movimentação e Seção de Publicação.

A Seção de Controle e Movimentação efetua a juntada das petições de recursos de revista, das contrarrazões e petições diversas com o consequente encaminhamento dos autos a outras Unidades e/ou Seções deste Regional.

Operacionaliza, também, o Projeto Conciliação no 2º Grau, intimando as partes para manifestarem interesse no acordo, juntando as manifestações e remetendo e recebendo os processos do Juízo Auxiliar de Conciliação do 2º grau.

A Seção de Publicação é responsável pela publicação, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, dos despachos exarados pela Excelentíssima Desembargadora-Vice-Presidente do Tribunal nos recursos de revista e, ainda, pela cobrança de custas em alguns processos originários deste Regional.

Abaixo seguem dados que refletem a movimentação de petições e processos na Unidade:

PETIÇÕES PROTOCOLIZADAS	ANO DE 2012
Recursos de Revista (recurso de revista e recurso adesivo ao recurso de revista)	29.210
Recursos Ordinários (recebidos nesta unidade)	13
Recursos Extraordinários	20
Contrarrazões (a Recurso de Revista e a Recurso Adesivo – enviadas à Coordenadoria Processual)	3.999
Petições diversas recebidas na unidade (PET3)	6.509
TOTAL	39.751

PUBLICAÇÕES	ANO DE 2012
Despachos de Recurso de Revista	29.187
Projeto Conciliação (ECON)	6.385
Publicação de outros despachos (DESP)	2.304
TOTAL	37.876

PROCESSOS REMETIDOS	ANO DE 2012
À Assessoria Judiciária da Presidência	26.096
À Seção de Digitalização	2.761
Às Varas do Trabalho	28
À Expedição para baixa à origem	154
Ao Juízo Auxiliar de Conciliação	1.345
Às Turmas	2.466
Ao Serviço de Acórdãos, Traslados e Certidões	430
Ao Apoio Processual	24.592
TOTAL	57.872

COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES

As atividades atinentes à Coordenadoria de Agravos e Certidões não sofreram relevantes alterações no decorrer do ano de 2012, tendo sido observada a Resolução Administrativa nº 1418/2010 do TST no processamento dos agravos de instrumento.

Incumbiu à Coordenadoria de Agravos e Certidões, entre outras, as seguintes atividades:

- orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento;
- receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento advindas da Seção de Protocolo;
- receber e organizar os processos com interposição de agravo de instrumento advindos da Seção de Apoio Processual e da Coordenadoria de Recursos;
- revisar os processos com as petições de agravo de instrumento já juntadas, para futura conclusão, certificando a respeito das guias (GRU e GFIP) com autenticação bancária problemática (baixa nitidez, ilegibilidade, sobreposição de texto ou código de barras, etc.);
- analisar petições e processos, certificando e encaminhando-os para despacho, quando necessário;
- expedir certidões narratórias.

Seção de Agravos de Instrumento

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- encaminhar os processos com agravos de instrumento à Assessoria de Recurso de Revista, para despacho;
- receber os processos despachados da Assessoria de Recurso de Revista, publicando de imediato aqueles que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhando os demais à Seção de Classificação e Autuação para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1418/2010 do TST);
- receber e publicar os processos autuados como agravo de instrumento, advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- atualizar o cadastro de procuradores;
- publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- expedir intimações;
- expedir Editais e Cartas de Ordens;
- revisar e organizar os processos publicados, para futura disponibilização aos interessados;
- receber, organizar, analisar e juntar petições.

Seção de Certidões e Conferências

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- fornecer ao público certidões sobre lançamentos constantes no sistema eletrônico de acompanhamento processual, certidões negativas/positivas e certidões de valores devidos em precatórios, assim como cópias de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos;
- conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT;
- disponibilizar processos publicados aos advogados, dando carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;
- calcular os emolumentos a cobrá-los quando do fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- juntar petições;

- revisar os processos com prazo vencido e remeter à Seção de Digitalização, certificando, quando necessário, inclusive a respeito das guias (GRU e GFIP) com autenticação bancária problemática (baixa nitidez, ilegibilidade, sobreposição de texto ou código de barras, etc.).

Seguem, por fim, os quadros abaixo com os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões como um todo, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

ATENDIMENTO	2011	2012
Emolumentos recolhidos	R\$ 16.708,70	R\$ 9.498,55
Autenticações	10.506	7.189
Certidões expedidas	1.549	1.203
Cópias	623	485
Cópias autenticadas	2.417	955
Cargas e Empréstimos	7.840	8.335

AGRAVOS DE INSTRUMENTO AUTUADOS EM APARTADO	2011	2012
Recebidos	0	1
Apensados	1	0
Remetidos à origem (acordos, desistências, etc.)	0	0
Remetidos à Seção de Digitalização	16	1

AGRAVOS DE INSTRUMENTO PROCESSADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1.418/2010 DO TST	2011	2012
Recebidos	15.328	16.475
Remetidos à origem (acordos, desistências, etc.)	28	41
Remetidos à Seção de Digitalização	13.264	14.342 processos (17.429 Agravos)

OUTROS PROCESSOS	2011	2012
Conclusões	12.629	16.052
Publicações de despacho e Intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem)	15.841	17.528
Remessas à origem	12	8
Apensados (AIRO, CAUINOM, PET e AGR)	25	21

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

A Coordenadoria de Precatórios desenvolveu as seguintes atividades durante o exercício de 2012:

- análise dos processos recebidos, para verificar se as contas homologadas conferiam com as decisões exaradas nos processos;
- inserção de valores nas planilhas de cálculo do sistema de precatórios, com individualização de todos os credores e respectivos CPFs;
- correção de valores, conforme diretrizes de cálculos do Provimento TRT4 nº 04/2008;
- expedição de ofícios às Varas, informando retificação de valores;

- ofícios requisitórios para as entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento dos precatórios;
- atualização de valores e expedição de guias para pagamento;
- atualização de valores para fornecer certidão às partes;
- informações à Presidência, sobre petições e ofícios apresentados pelas partes;
- cumprimento dos despachos proferidos pela Presidência do Tribunal;
- informações sobre precatórios, requisições de pequeno valor e requisições de pagamento de honorários periciais, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, procuradores, Juízos de 1º grau, Juízo Auxiliar de Conciliação e outros órgãos;
- repasse de recursos financeiros às unidades judiciárias dos valores devidos em precatórios e Requisição de Pequeno Valor da esfera federal;
- pedidos financeiros e suplementações junto ao CSJT e administração das verbas para pagamento de PREs e RPs da esfera federal;
- relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, a pedido das entidades devedoras;
- recebimento, análise e controle das Requisições de Pagamento de Honorários Periciais RPHP, observados os termos do Provimento TRT4 nº 012/2012;
- devolução das RPHP irregulares às Varas origem para correção e/ou complementação;
- formação de expediente mensal para encaminhamento das requisições regulares ao Serviço de Orçamento e Finanças para os procedimentos necessários ao pagamento das RPHP.

ATENDIMENTO	
Precatórios recebidos	1.477
RPVs recebidas	256
Precatórios formalizados	1.251
RPVs formalizadas	241
Precatórios irregulares	95
Precatórios requisitados para 2013	1.208
Ofícios expedidos	1.139
Precatórios devolvidos à origem por pagamento	384
Petições/ofícios protocolizados juntados nos autos	1.196
Informações e conclusões à Presidência	61
Cargas concedidas	119
Requisições de Pequeno Valor pagas	231
Valor total pago dos PREs esfera federal	R\$ 20.266.937,64
Valor total pago para RPs federais	R\$ 3.502.632,87
Requisições de Honorários Periciais regulares	17.439
Requisições de Honorários Periciais irregulares	846
Valor total das RPHP regulares	R\$ 12.001.110,73

QUADRO COMPARATIVO DOS DADOS DE 2011 E 2012

ATIVIDADES	ANO DE 2011	ANO DE 2012	VARIAÇÃO PERCENTUAL
PRE recebidos	1.336	1.477	(+) 10,5
PRE formalizados	1.305	1.251	(-) 0,42
RPVs recebidas	235	256	(+) 8,90
RPVs formalizadas	220	241	(+) 9,50
PRE irregulares/cancelados	109	95	(-) 12,9
PRE requisitados	1.188	1.208	(+) 0,16
PRE devolvidos à origem por pagamento	365	384	(+) 5,20
Informações e conclusões à Presidência	155	61	(-) 60,7
Petições e ofícios juntados nos processos	1.105	1.196	(+) 8,20
Ofícios expedidos pelo Serviço de Precatórios	1.330	1.139	(-) 14,4
Requisição de Pagamento de Honorários Periciais – RPHP recebidas	14.988	17439	(+) 16,35
Requisição de Pagamento de Honorários Periciais – RPHP irregulares	944	846	(-) 10,38

ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

Comparando-se os resultados relativos ao ano de 2012 com os do ano de 2011, verifica-se que houve um acréscimo nos números de:

- Precatórios recebidos;
- RPVs recebidas;
- RPVs formalizadas;
- Precatórios requisitados;
- PRE devolvidos à origem por pagamento;
- Petições e ofícios juntados nos processos;
- Requisições de Pagamento de Honorários Periciais recebidas.

Seção de Perícias

Em 2012, na Seção de Perícias, foram recebidos 1.141 processos e devolvidos às Varas Trabalhistas da Capital e do Interior ou ao Tribunal 1.037 processos, acompanhados do respectivo laudo ou parecer técnico, alcançando um total de 30.056 análises de cunho técnico-científico – 14.938 exames grafoscópicos (de escritas), 14.878 exames documentoscópicos (de documentos) e 240 exames datiloscópicos (de impressões digitais), conforme tabela em anexo. A Seção de Perícias encerrou o ano de 2012 com 174 processos aguardando pela concretização dos exames periciais.

Dentre os fatos relevantes ocorridos em 2012, cabe referir que a Seção de Perícias esteve presente no XII Seminário Nacional de Documentoscopia, ocorrido nos dias 04 a 06 de junho, na cidade de João Pessoa/PB, buscando a atualização e o aprimoramento dos conhecimentos técnico-científicos inerentes ao trabalho realizado pela Seção, o qual é relacionado à segurança de documentos e diretamente voltado à atividade-fim do Tribunal.

Registra-se, ainda, que a Seção de Perícias encerrou o ano de 2012 com seu quadro de servidores completo (sete servidores), condição alcançada no terceiro trimestre com a reposição de duas lotações que permaneciam em aberto. Cabe ressaltar, por fim, que, por sua importância e alinhamento com as metas da Instituição, neste mesmo período foram realizadas as primeiras análises periciais em processos tramitando por meio eletrônico, todos oriundos da Vara de Trabalho de Guaíba.

MOVIMENTO DE PROCESSOS	ANO DE 2012
Pendentes do exercício anterior	70
Recebidos	1.141
Expedidos	1.037
Em carga em 22.12.2012	174

EXAMES PERICIAIS REALIZADOS	ANO DE 2012
Exames documentoscópicos	14.878
Exames grafoscópicos	14.938
Exames datiloscópicos	240
TOTAL	30.056

Seção de Expedição

A Seção de Expedição tem por atribuição a movimentação de documentos e processos entre as diversas unidades do TRT, bem como destes com órgãos externos (Tribunal Superior do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, STF, STJ, etc.). As demandas, em sua maioria, são atendidas pelo serviço prestado pela ECT denominado "malote", em que os processos são remetidos ao TRT em grau de recurso, assim como baixam à origem quando julgados.

Além disso, a Seção realiza a preparação e postagem de todas as correspondências expedidas pelo 1º (Porto Alegre) e 2º Graus, assim como a fiscalização dos contratos com a ECT.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADES
Notificações TRT e 1º Grau – Remessa Local e Simples	209.552
Correspondências Registradas – TRT e 1º Grau	25.231
Malotes enviados para o Interior	14.104
Malotes enviados para o STJ	20
Malotes enviados para TRT 2ª Região	43
Processos expedidos por malote – TST	11
Processos expedidos Interior (REME)	24.604
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho (REME)	13.770
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho e ao Interior (REM2)	23.012
Processos expedidos para a Procuradoria	12.179

Seção de Digitalização

O serviço de digitalização dos autos é terceirizado, conforme contrato TRT nº 61/2011 com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. O serviço é prestado por uma intérprete e uma equipe composta por 18 digitalizadores (até 24.06.12 eram 16, número que foi alterado a partir de 25.06.2012 para 18 em virtude do aditivo 61/2011-03).

A Seção de Digitalização conta, também, com 06 (seis) funcionários do quadro de servidores deste Regional e, no ano de 2012, contou com o auxílio de um estagiário de Direito.

Cabe à Seção de Digitalização realizar as seguintes atividades:

- Recebimento de autos;
- Triagem, certidão;
- Digitalização dos autos;
- Conferência dos arquivos digitais;
- Remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- Remessa dos arquivos eletrônicos ao TST (via Gabinete Virtual/e-remessa).
- Envio/devolução para a Origem de autos físicos.

Número de digitalizações em 2012*	
REM2 (à Seção de Digitalização)	20.282 autos
RECE (recebidos na Seção)	20.400 autos
RETS – remessa eletrônica ao TST.	20.121 autos
TOTAL DE PÁGINAS DIGITALIZADAS: 20.774.251 (frente e verso dos originais) aproximadamente.	

** Dados extraídos do Sistema Nova Jus4: período de 09.01 a 21.12.2012*

DIRETORIA-GERAL

No âmbito de atuação da Diretoria-Geral, o ano de 2012 foi marcado por ações contínuas, objetivando a ampliação, modernização e adequação estrutural das condições materiais do Tribunal Regional do Trabalho, perseguindo o nível de excelência na prestação jurisdicional traçado pela Administração.

Na área de Material e Logística, foram realizadas diversas ações voltadas à continuidade do processo de modernização do mobiliário, conforme padrão instituído pela Resolução nº 54/2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, visando à melhoria das condições laborais nos ambientes de trabalho nas diversas unidades. Merecem destaque as ações de gestão de alguns serviços contratados, dentre os quais o transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal, o fornecimento de bilhetes de passagens aéreas, o fornecimento de água mineral para todas as unidades do TRT e de *coffee breaks* para os cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como a eventos diversos (congressos, seminários, palestras) promovidos pelo Tribunal.

Salienta-se, também, a preponderância das contratações decorrentes da realização de pregão eletrônico.

Em 2012, o pregão eletrônico foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de 36,1 milhões de reais, aproximadamente 87,70% dos valores decorrentes das licitações do Tribunal. Ressalta-se, também, a redução do prazo médio das contratações por meio de Pregão Eletrônico, de 75,45 dias em 2011 para 62,43 dias em 2012. Destaca-se, ainda, a crescente utilização do Sistema de Registro de Preços, por intermédio do qual é possível o Tribunal realizar contratações em decorrência de licitações realizadas por outros Órgãos. No exercício de 2012, o Sistema de Registro de Preços possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de 37,5 milhões de reais, sendo 28,36% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Na área de Engenharia e Arquitetura, destacaram-se as ações voltadas à elaboração de projetos, orçamentos e especificações técnicas para execução de vários serviços especializados de adaptação, ampliação, reforma, alteração de *layout* e construção de prédios no interior e na Capital do Estado, merecendo ênfase as seguintes ações: conclusão das obras do Prédio Administrativo e do Plenário; instalação de 07 (sete) novas Varas do Trabalho autorizadas pela Lei nº 12.475/2011: 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (24.09.2012), 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa (30.10.2012), 3ª Vara do Trabalho de Erechim (13.11.2012), 2ª Vara do Trabalho de Esteio (04.12.2012), 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo (06.12.2012) e 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande (11.12.2012); conclusão da nova sede da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões: elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de escritórios de projetos para a construção dos novos Foros de Uruguaiana, Estrela, São Leopoldo e Lajeado; reforma do prédio do Foro de Bagé, visando ao atendimento à NBR9050; reforma geral do prédio do Foro de Cachoeira do Sul; reformas gerais no prédio do Foro de Cachoeirinha; elaboração do projeto de ampliação do Foro de Canoas; fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação do Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Capão da Canoa; fiscalização de projeto para adequação do atual imóvel do Foro de Erechim para a instalação da 3ª Vara do Trabalho; adequação de imóvel locado na cidade de Esteio para a instalação de 02 (duas) Varas do Trabalho; contratação da demolição das construções existentes no terreno do futuro Foro de Estrela; fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação da Vara do Trabalho em Frederico Westphalen; Foro de Porto Alegre: projeto de *layout* para o Protocolo das Varas; 12ª Vara do Trabalho: *layout* para adequação de arquivos de processos; 23ª Vara do Trabalho: *layout* da secretaria; 24ª Vara do Trabalho: *layout* para inclusão de mais um servidor no gabinete; 29ª Vara do Trabalho: divisória na sala de audiências, alteração na posição da porta e *layout* para 02 (dois) novos servidores; 30ª Vara do Trabalho: ampliação; vestiário para ciclistas; Foro de Gramado: contratação dos serviços de adequação de acessibilidade; definição do posicionamento dos bicicletários; Foro de Gravataí: contratação da obra para instalação de 02 (duas) novas Varas, conforme projetos existentes; *layout* para a 1ª e 2ª Varas do Trabalho e Coordenadoria de Distribuição dos Feitos; Foro de Novo Hamburgo: contratação de projetos de arquitetura, projetos executivos e complementares; contratação da execução (solução) das

patologias do prédio; Foro de Pelotas: execução de reforço na base do muro pré-moldado, calçadas, telhado, infiltrações, rachaduras e outras demandas; Porto Alegre – Prédio Anexo: plataforma inclinada para PNE do Plenário; projeto da sala recepção de autoridades e reservado para juízes, com espaço para jardins; Porto Alegre – Prédio-Sede: 10º Pavimento: Reforma da sala de sessões do Pleno para 14 lugares; Asseplan (Gestão Estratégica): *layout* de mobiliário; Corregedoria: troca de carpete; Assessoria Jurídica: *layout* de mobiliário; Ouvidoria: Logotipo para porta de acesso; Precatórios: adequação de estantes em área do *hall*; SECONTI: *layout* de mobiliário; Precatórios: *layout* para colocação de estantes no fumódromo do 11º pavimento; Foro de Rio Grande: reforma de imóvel locado para instalação das 3ª e 4ª Varas; Foro de Santa Maria: Contratação de PPCI e SPDA para adequações do Foro; Separação da Secretaria da Coordenadoria de Distribuição de Feitos e Central de Mandados, pintura interna e melhor identificação do prédio; Foro de São Leopoldo: acesso coberto (incluído na contratação do projeto do novo prédio e reforma do atual); adequação do imóvel atual para a 4ª Vara do Trabalho; avaliação de dois imóveis para locação; adequação do imóvel locado para a Coordenadoria de Distribuição de Feitos e Arquivo; ampliação do gabinete da 2ª Vara do Trabalho.

Na área de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Segurança Institucional, responsável pela coordenação das unidades a ela subordinadas (Setor de Operações, Setor de Inteligência e Tecnologia e Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro de Porto Alegre e Seção de Transportes) planejou e organizou as demandas ligadas à segurança pessoal e patrimonial, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para a execução dos serviços. Dentre as atividades desempenhadas pelo Setor de Inteligência e Tecnologia, destacam-se o monitoramento por CFTV do prédio-sede e plenário do Tribunal, do depósito centralizado, dos prédios do Arquivo e do Memorial bem como dos estandes do Tribunal na Feira do Livro de Porto Alegre e na Expointer, além do monitoramento de alarmes de intrusão em 7 (sete) unidades administrativas e 62 (sessenta e duas) unidades judiciárias monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana. Importante referir, ainda, a instalação e configuração dos sistemas de CFTV em diversos prédios, bem como a instalação e manutenção de sistemas de alarme de intrusão em diversas unidades.

Na área de Gestão de Pessoas, destaca-se, por relevante, o Programa de Ambientação – INTEGRAR-TE, destinado a servidores recém-ingressos no quadro de pessoal da Justiça do Trabalho da 4ª Região. O Programa tem como objetivo proporcionar formação inicial aos novos integrantes desta Justiça Especializada, sensibilizando-os para o cumprimento da missão e visão previstos no Plano Estratégico, bem como os incentivando na prática dos valores institucionais. Busca, ainda, contribuir para a qualificação dos servidores ingressantes, para a efetividade e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Além disso, tem como conteúdo informações sobre a estrutura organizacional e a cultura da Instituição, além de treinamento técnico básico para o desempenho das atribuições nas diferentes unidades, abrangendo o fluxo do processo trabalhista e as principais atividades desenvolvidas nas Varas do Trabalho. Merece registro, também que o número de servidores que participaram de ações de capacitação presenciais totalizou 3.722 (considerando mais de uma participação por servidor), bem como que o número total de horas de treinamento na modalidade presencial foi de 48.310 (14,67 horas/servidor), ao passo que, na modalidade à distância, foi de 65.370 (19,85 horas/servidor). Incumbiu, ainda, à referida área o controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União; implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012, em especial o atendimento ao seu artigo 6º, que trata do cadastramento dos atuais ocupantes dos cargos em comissão ou função comissionada; administração do programa de estágios para estudantes (01 processo seletivo realizado), que teve média mensal de 105 estudantes; administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores (196 novos servidores e 67 desligamentos - vacâncias e exonerações); e a divulgação, na página do TRT na internet, dos dados referentes a concursos públicos e aos concursos internos de remoção.

Para finalizar, atendendo ao disposto no artigo 39, inciso XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMP/DOT
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.016.046.787,00	1.010.958.424,15	99,5%
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NACIONAL	559.177.607,00	559.177.607,00	100,0%
3190 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	119.509,89	119.509,89	100,0%
3190 11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	512.466.969,93	512.466.969,93	100,0%
3190 16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000.369,74	3.000.369,74	100,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	11.518.490,05	11.518.490,05	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.983.533,96	31.983.533,96	100,0%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	88.733,43	88.733,43	100,0%
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	103.183.139,00	98.114.148,51	95,1%
3191 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.068.990,49	0,00	0,0%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	98.114.148,51	98.114.148,51	100,0%
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	333.450.125,00	333.450.125,00	100,0%
3190 01 APOSENTADORIAS E REFORMAS	232.554.510,86	232.554.510,86	100,0%
3190 03 PENSÕES	59.548.687,29	59.548.687,29	100,0%
3190 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	377.140,06	377.140,06	100,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	2.419.041,28	2.419.041,28	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.550.745,51	38.550.745,51	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)	16.713.916,00	16.713.910,77	100,0%
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	5,23	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	16.713.910,77	16.713.910,77	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)	3.522.000,00	3.502.632,87	99,5%
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	19.367,13	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	3.502.632,87	3.502.632,87	100,0%
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	114.844.548,52	114.779.700,38	99,9%
APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	48.271.859,00	48.267.655,50	100,0%
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	4.203,50	0,00	0,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.414.226,87	1.414.226,87	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	2.754.770,75	2.754.770,75	100,0%
3390 32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.010,00	5.010,00	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	382.729,82	382.729,82	100,0%
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	821.891,22	821.891,22	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	1.514.178,07	1.514.178,07	100,0%
3390 37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	13.699.182,80	13.699.182,80	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	22.252.421,41	22.252.421,41	100,0%
3390 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	210.145,89	210.145,89	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	117.856,58	117.856,58	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.480.545,96	4.480.545,96	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	96.977,91	96.977,91	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	517.505,40	517.505,40	100,0%
3391 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	212,82	212,82	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)	50.394,00	50.394,00	100,0%
3390 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	50.394,00	50.394,00	100,0%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	12.935.040,00	12.935.040,00	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	12.935.040,00	12.935.040,00	100,0%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	31.293.020,00	31.293.020,00	100,0%
3390 46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	30.900.463,33	30.900.463,33	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	392.556,67	392.556,67	100,0%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	770.008,00	770.008,00	100,0%
3390 49 AUXÍLIO TRANSPORTE	770.008,00	770.008,00	100,0%
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	3.758.457,00	3.758.457,00	100,0%
3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.755.257,00	3.755.257,00	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.200,00	3.200,00	100,0%
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.530.000,00	2.530.000,00	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	593.476,05	593.476,05	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	12.497,70	12.497,70	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	199.447,22	199.447,22	100,0%
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	168.190,00	168.190,00	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	281.084,41	281.084,41	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.151.653,64	1.151.653,64	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.164,35	27.164,35	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	85.470,63	85.470,63	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	11.016,00	11.016,00	100,0%
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	320.000,00	260.075,25	81,3%
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	59.924,75	0,00	0,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	19.370,00	19.370,00	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	240.705,25	240.705,25	100,0%
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	12.761.923,00	12.761.203,11	100,0%
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	719,89	0,00	0,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	10.556.288,51	10.556.288,51	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	105.326,90	105.326,90	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.099.587,70	2.099.587,70	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	762.311,74	762.311,74	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	257.235,55	257.235,55	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	154.450,00	154.450,00	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	193.549,29	193.549,29	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	157.076,90	157.076,90	100,0%
MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	112.334,88	112.334,88	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	112.334,88	112.334,88	100,0%
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	600.344,75	600.344,75	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	600.344,75	600.344,75	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE VARAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	678.856,15	678.856,15	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	678.856,15	678.856,15	100,0%

AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMP/DOT
GND 4 - INVESTIMENTOS	33.514.016,10	21.029.753,19	62,7%
APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	11.692.320,00	11.692.204,56	100,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	115,44	0,00	0,0%
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.616.359,35	4.616.359,35	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	63.270,20	63.270,20	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.012.575,01	7.012.575,01	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	2.924.539,16	2.924.539,16	100,0%
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.628,43	26.628,43	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.897.910,73	2.897.910,73	100,0%
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	2.177.156,94	2.177.156,94	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.177.156,94	2.177.156,94	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO AO TRT DA 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	4.000.000,00	2.248.124,72	56,2%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.751.875,28	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	2.248.124,72	2.248.124,72	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VT DE PALMEIRA DAS MISSÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE URUGUAIANA	895.745,00	158.215,33	17,7%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	737.529,67	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	158.215,33	158.215,33	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTO ÂNGELO	744.860,00	84.020,88	11,3%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	660.839,12	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	84.020,88	84.020,88	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM	2.183.365,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	2.183.365,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE VIAMÃO	746.626,00	84.020,87	11,3%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	662.605,13	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	84.020,87	84.020,87	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE TRIUNFO	146.626,00	19.100,00	13,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	127.526,00	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	19.100,00	19.100,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA	525.750,00	272.852,85	51,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	252.897,15	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	272.852,85	272.852,85	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SÃO BORJA	146.626,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	146.626,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE OSÓRIO	146.626,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	146.626,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE CRUZ ALTA	146.626,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	146.626,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE SÃO LEOPOLDO	1.627.078,00	220.936,94	13,6%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.406.141,06	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	220.936,94	220.936,94	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE RIO GRANDE	460.061,00	13.300,00	2,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	446.761,00	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	13.300,00	13.300,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE ESTEIO	395.383,00	9.900,00	2,5%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	385.483,00	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	9.900,00	9.900,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE NOVO HAMBURGO	1.610.889,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.610.889,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE PASSO FUNDO	348.425,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	348.425,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE SANTA ROSA	496.931,00	0,00	0,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	496.931,00	0,00	0,0%
AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE LAJEADO	1.098.383,00	125.380,94	11,4%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	973.002,06	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	125.380,94	125.380,94	100,0%
TOTAL	1.164.405.351,62	1.146.767.877,72	98,5%

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Incumbe à Secretaria de Administração, em conformidade com as diretrizes da Diretoria-Geral, planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de Planejamento, Material e Logística, Licitações e Contratos e Contabilidade, além da responsabilidade pela ordenação de despesa, a fim de concretizar as metas e os objetivos traçados pela Administração do TRT da 4ª Região, focada no Planejamento Estratégico do Tribunal.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenadoria de Contabilidade é composta pela Seção de Tomada de Contas e Balancetes, Seção de Liquidação e pela Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos e, no ano de 2012, realizou o controle e a análise dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, visando à Conformidade Contábil (certificação dos demonstrativos contábeis).

Ainda, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, buscou a maior integração entre os sistemas corporativos e o SIAFI, por meio de compartilhamento de arquivos pelo processo *batch*.

No âmbito desta Coordenadoria também foram criadas rotinas contábeis necessárias à implementação da nova Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – CPASP, que ocorrerá em 2014.

Seção de Tomada de Contas e Balancetes

A Seção de Tomada de Contas e Balancetes realizou as seguintes atividades no exercício de 2012:

- análise e lançamentos no SIAFI de despesas realizadas através de Suprimento de Fundos pela utilização exclusiva do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- publicação bimensal na internet (Contas Públicas) do quadro de despesa pelos Suprimentos de Fundos, conforme exigência do artigo 12 do Ato CSJT.GP.SE nº 8/2009;
- controle complementar do limite de despesas realizadas através de saque pelo CPGF (de até 30%, segundo a Resolução nº 49/2008 do CSJT), com prioridade para a utilização da modalidade fatura, tendo sido sacados R\$ 16.604,77 no exercício de 2012 (27,03% do total das despesas com Suprimento de Fundos);
- organização e guarda de documentação e processos comprobatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial conforme prazos determinados pelo TCU;
- análise e encerramento dos processos dos anos de 2005 a 2008;
- inclusão de informações no SIAFI pertinente ao Rol de Responsáveis;
- análise dos processos de desfazimento de bens, após a verificação das relações de bens, termos e classificações, efetuando-se o registro de baixa de bens móveis no SIAFI, totalizando, em 2012, cento e cinquenta e um (151) termos de desfazimento;
- acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) através da análise e do confronto das informações geradas pelo sistema Almoxarifado com as apropriações da despesa no SIAFI, e realizando os registros contábeis dos recebimentos e das saídas de materiais de consumo;
- acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), através da análise e do confronto das informações geradas pelo sistema Patrimônio com as apropriações da despesa no SIAFI, e realizando os registros contábeis das aquisições de bens móveis (entradas) e dos desfazimentos de bens (saídas);
- cálculo dos valores referentes à depreciação dos bens móveis do TRT da 4ª Região, representados pela redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, e o conseqüente registro no SIAFI de acordo com a Macrofunção 02.03.30 da STN, totalizando o montante de R\$ 9.921.540,22 no final do exercício;
- reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como a mensuração e contabilização da amortização e das perdas de tais ativos totalizando R\$ 79.844,56;
- conferência e apropriação das despesas antecipadas, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas;

- inscrição e baixa de dívida ativa, conforme o Manual SIAFI 02.11.12 e Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN 564, de 27.10.2004;
- controle e registro contábil no SIAFI das garantias prestadas nas modalidades de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Caução, bem como atualização das cauções por meio de solicitação mensal dos valores atualizados à Caixa Econômica Federal (CEF);
- certificação "sem restrições", pela Conformidade de Registros de Gestão, da regularidade dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovaram tais operações, tendo sido esses documentos conferidos em 247 (duzentos e quarenta e sete) conformidades diárias no decorrer do exercício de 2012;
- análise de dados e elaboração de informações para atender às solicitações do CSJT e TCU;
- acompanhamento do registro dos imóveis através do SPIUNET – Sistema de Patrimônio da União;
- colaboração com a Coordenadoria de Planejamento – COORDPLAN com a organização dos processos de Tomada e de Prestação de Contas dos atos e fatos da gestão do exercício anterior;
- elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo de Restos a Pagar para compor o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre/2012;
- registro no SIAFI das liquidações pagas por convênio com os bancos, conforme orientação da DICON/TST, na mensagem SIAFI 2009/0110520;
- análise das despesas com diárias e passagens, através da verificação do registro no SIAFI e controle, de forma a distinguir nas contas de escrituração os valores pagos a servidores, membros de poder, além dos pagos a colaboradores eventuais, conforme orientação do STJ – Nota de Auditoria/TST nº 24/2009;
- conciliação das contas de contratos de aluguéis, bens e serviços, através da análise dos pagamentos de despesas e de controles auxiliares;
- registros contábeis dos valores referentes a precatórios pagos;
- análise e certificação dos processos de folhas de pagamento de pessoal, folhas de pagamento de aluguéis e portarias de atribuição de diárias;
- análise dos eventos gerados pela Seção de Liquidação através do registro no SIAFI das Notas de Sistema, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is) e GRU para pagamento a órgãos públicos federais, totalizando, em 2012, 4.955 processos de liquidação.

Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos

A Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos realizou as seguintes atividades no exercício de 2012:

- análise da documentação GFIP/SEFIP, de documentos de arrecadação das obrigações previdenciárias (GPS e GRF), folhas de pagamento e seus respectivos comprovantes referentes a 32 contratos;
- disponibilização de documentos requeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornecendo, entre outros, os comprovantes de recolhimento do FGTS e relação SEFIP, além de esclarecimentos úteis, totalizando o atendimento de 44 processos de reclamatória trabalhista;
- inclusão, no Sistema Compras, de informações de 1.496 certidões de regularidade fiscal e previdenciária, e de 717 certidões de regularidade com as obrigações trabalhistas dos fornecedores deste Tribunal;
- informações às Varas Trabalhistas, no momento do pagamento da despesa, sobre créditos disponíveis para penhora quando for verificada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas;
- assessoramento aos fiscais de contratos nas questões relativas à GFIP/SEFIP;
- apoio à Seção de Contratos por intermédio do lançamento de 89 contratos e 130 termos aditivos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, módulo SICON.

Seção de Liquidação

A Seção de Liquidação executou, no decorrer do exercício de 2012, a liquidação das despesas de custeio e de Capital realizadas pelo TRT da 4ª Região, exceto folha de pagamento e suprimento de fundos. Essa atividade envolveu os procedimentos a seguir:

- exame dos processos eletrônicos recebidos de outras áreas do TRT, protocolo dos documentos fiscais neles contidos e distribuição dos processos entre os servidores da Seção de Liquidação;

- conferência do documento fiscal quanto aos dados do fornecedor, quanto à descrição do serviço e/ou material especificados no empenho e em planilha de medição, dentre outros;
- identificação e análise do atestado de prestação do serviço ou da Nota de Entrada, quando for material;
- análise da despesa para enquadramento na legislação fiscal e identificação dos impostos e contribuições que devem ser retidos na fonte;
- identificação, conferência e análise dos documentos acessórios exigíveis para a liquidação, tais como declaração de opção pelo SIMPLES, declaração de entidade sem fins lucrativos, declaração de isenção de impostos municipais, comprovação de recolhimento de INSS sobre o teto da previdência, declaração de não incidência de INSS, GFIP, GPS e GRF de empresas que prestam serviços continuados mediante cessão de mão de obra;
- preenchimento de formulário eletrônico com resumo das informações necessárias à liquidação, que incluem dados do fornecedor, da nota de empenho, do documento fiscal entregue pelo fornecedor e das retenções cabíveis;
- inclusão, no Processo Eletrônico, do relatório da liquidação e de outros documentos exigíveis e que tenham sido encaminhados à Seção fora do Processo Eletrônico;
- conferência documental e assinatura dos documentos incluídos no Processo Eletrônico;
- geração de arquivo contendo os dados relativos às liquidações a serem realizadas no dia posterior;
- transferência de arquivo para o SIAFI, através de lançamento no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional;
- conferência e ajuste, no SIAFI, das informações contidas no arquivo gerado no dia anterior, o que envolve a complementação de informações e eventualmente o preenchimento de diferentes formulários eletrônicos que podem incluir a Ordem Bancária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária e DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is);
- inclusão de cópia da Nota de Sistema emitida pelo SIAFI no processo eletrônico;
- elaboração de planilhas de despesas com fornecimento de energia elétrica e encaminhamento dessas planilhas ao fornecedor, como forma de garantir a quitação do débito;
- elaboração de planilha de despesas com fornecimento de água e coleta de esgoto;
- acompanhamento de repactuações e aditivos a contratos envolvendo construção e reformas e elaboração de planilha de controle de saldos dos empenhos e dos contratos, especificando valores de material e mão de obra e discriminando verbas de orçamento e de convênios;
- acompanhamento de prazos de validade, repactuações e aditivos a contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, movimentação de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros. Essas atividades acessórias têm feito da Seção de Liquidação um ponto de controle da execução da despesa, o que contribui para reduzir a incidência de equívocos quanto aos prazos contratuais e aos valores a serem pagos ao fornecedor;
- recebimento, organização e conferência de comprovantes de postagem e relatórios de despesas postais recebidos das unidades judiciárias do interior do Estado.

Dados Estatísticos referentes a 2012:

Documentos fiscais recebidos	7494
Processos de liquidação	4955
Valores liquidados	R\$ 110.312.297,12

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento em 2012 foram:

- acompanhamento da execução orçamentária de "outras despesas correntes e de Capital";
- elaboração de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2013 e nos pedidos de suplementação do exercício de 2012;
- elaboração do Relatório de Gestão 2011 encaminhado ao TCU.

A Coordenadoria de Planejamento é composta pela Seção de Controle Orçamentário, pela Seção de Empenhos e pela Seção de Proposições e Análise.

Seção de Controle Orçamentário

As atividades desenvolvidas pela Seção de Controle Orçamentário em 2012 foram:

- acompanhamento diário do saldo orçamentário;
- elaboração do Demonstrativo de Impacto Orçamentário das despesas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- acompanhamento do recebimento dos sub-repasses financeiros nas ações orçamentárias de atividades, observando a utilização correta das respectivas fontes de receita;
- publicação dos dados orçamentários na página de Transparência do Portal TRT4 e na página do CNJ.

Seção de Empenhos

No decorrer de 2012 a Seção de Empenhos realizou:

- análise do preenchimento do empenho, classificação da despesa, referência da dispensa e consulta ao credor no SIAFI (CADIN), cadastrando quando necessário;
- emissão das notas de empenho no Sistema SIAFI relativas às contratações ou aquisições realizadas pelo Tribunal;
- lançamento dos valores relativos a contratos no SIAFI, por intermédio de notas de lançamento;
- encaminhamento dos empenhos (recibo) às empresas contratadas e às áreas interessadas nas contratações;
- cobrança do aceite do empenho junto às empresas contratadas, para contagem de prazo para a entrega do material ou conclusão do serviço;
- registro dos empenhos no Banco de Compras e controle destes saldos;
- informações às áreas requisitantes do TRT dos dados das contratadas (razão social, telefone e pessoa de contato), a fim de que as unidades interessadas possam acompanhar a execução das respectivas solicitações.

Saliente-se que, no exercício de 2012, como em anos anteriores, coube à Seção de Empenhos atuar, em conjunto com as demais áreas, para o sucesso e otimização da execução do orçamento disponível.

QUADRO DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2011

MÊS	EMPENHOS EMITIDOS	%
Janeiro	468	13,43%
Fevereiro	188	5,39%
Março	233	6,69%
Abril	206	5,91%

MÊS	EMPENHOS EMITIDOS	%
Maio	305	8,75%
Junho	178	5,11%
Julho	217	6,23%
Agosto	302	8,67%
Setembro	209	6,00%
Outubro	270	7,75%
Novembro	310	8,90%
Dezembro	599	17,19%
Total	3.485	100,00%

Seção de Proposições e Análise

A Seção de Proposições e Análise executou, no decorrer do exercício de 2012, as seguintes atividades:

- autuação de processos administrativos referentes à aquisição de bens e de contratação de prestação de serviços diversos;
- elaboração das proposições para compra de material de consumo, material permanente e prestação de serviços diversos;
- consulta aos preços de mercado e de aquisições realizadas por outros órgãos públicos, objetivando a elaboração dos termos de referência e das proposições acima referidos;
- encaminhamento da compra e realização de controle de assinaturas de periódicos diversos.

DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A 2012

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Processos autuados	158
Proposições	1.402

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Material e Logística – CLOG, no ano de 2012, deu continuidade às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução nº 54/2008 do CSJT, visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal.

A Seção de Cadastramento de Bens, que compõe a Coordenadoria, efetua também o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciais e administrativas do TRT, tanto quando da criação de novas unidades como nas situações onde há mudança de sede ou sala, na Capital e no interior do Estado, casos em que acompanha a entrega do mobiliário e a organização final do *layout*.

A CLOG, através da Seção de Bens Imóveis, atua como fiscal dos contratos de locação de 40 (quarenta) imóveis, dos quais 23 (vinte e três) também contemplam o pagamento de despesas acessórias (condomínio, IPTU, água e energia elétrica).

Merecem ênfase, ainda, as ações de gestão de alguns serviços contratados, dentre os quais destacam-se os seguintes:

- transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal;
- fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- fornecimento de água mineral;

- fornecimento de *coffee breaks* para os cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras);
- carregamento de mobiliário e afins.

A CLOG, no decorrer do exercício de 2012, com o apoio das Seções que a compõem, também atuou no desenvolvimento das atividades rotineiras pertinentes às suas atribuições, dentre as quais se elencam:

- previsão, especificação e controle de estoque e provisão de materiais de consumo e bens permanentes destinados a todas as unidades do Tribunal;
- elaboração dos relatórios físicos e estatísticos mensais dos materiais estocados na Seção de Almoarifado;
- recebimento, conferência, registro e distribuição de todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, bem como o controle do prazo de garantia;
- tramitação dos processos de desfazimento de bens, até a fase final, que culmina com a baixa dos mesmos no Sistema de Patrimônio do TRT;
- inspeções para conferência de inventários das unidades judiciárias;
- acompanhamento e registro de imóveis doados ao Tribunal junto à SPU – Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul;
- controles especiais sobre as faturas de diversos serviços, como energia elétrica, água e esgoto, transporte de carga e de mobiliário para todas as unidades judiciárias e administrativas, os quais visam a acompanhar a evolução das despesas e impedir que os serviços sofram descontinuidade, sempre buscando atender com eficiência às necessidades dos usuários;
- fornecimento de subsídios e informações para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- aperfeiçoamento constante das rotinas de trabalho nas Seções subordinadas à Coordenação de Material e Logística, em função da progressiva informatização das atividades e do crescente aumento do número de unidades a serem atendidas, tendo como objetivo aumentar a agilidade na sua execução.

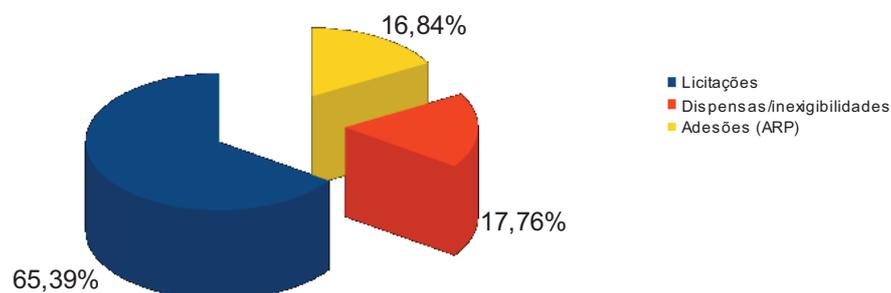
Em termos quantitativos, no exercício de 2012, foram gerados os documentos e atividades sintetizados no quadro a seguir:

ATIVIDADES / DOCUMENTOS GERADOS	QUANTIDADE
Termos de Referência / Projetos Básicos (p/ licitação/adesão a RP)	44
Notas de entrada de materiais de consumo e permanentes	991
Pedidos de materiais de consumo atendidos pelo Almoarifado	4.236
Bens permanentes incluídos no patrimônio do TRT	7.237
Bens permanentes tombados (distribuídos e/ou realocados)	27.882
Termos de Responsabilidade sobre bens permanentes emitidos	4.714
Número de unidades mobiliadas (instalação ou mudança)	13
Bens permanentes doados para outros órgãos/entidades	4.257
Entidades beneficiadas com doações de bens pelo TRT	95

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações e Contratos foi responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, cujo volume de recursos aplicados totalizou 63,05 milhões de reais, dentre os quais 41,25 milhões decorreram de licitações, 11,2 milhões foram utilizados mediante dispensas/inexigibilidades de licitação e 10,60 milhões em Adesões a Atas de Registro de Preços, referentes ao orçamento de 2012.

Processamento dos Recursos Orçamentários



O resultado concreto do desempenho desta Coordenadoria materializa-se na eficiência da aplicação de recursos por intermédio das licitações e compras diretas realizadas no exercício de 2012, dentre as quais:

- Projetos Básico, Executivo e Complementares da JT de Uruguaiana;
- Projetos Básico, Executivo e Complementares da JT de Estrela;
- Projetos Básico, Executivo e Complementares da JT de Lajeado e São Leopoldo;
- Projetos Básico, Executivo e Complementares da JT de Novo Hamburgo;
- Construção da nova sede do Foro de Erechim;
- Contratação de empresa para realização e organização de eventos do TRT da 4ª Região;
- Contratação de Solução Integrada de Colaboração e Comunicação Corporativa baseada em NUVEM.

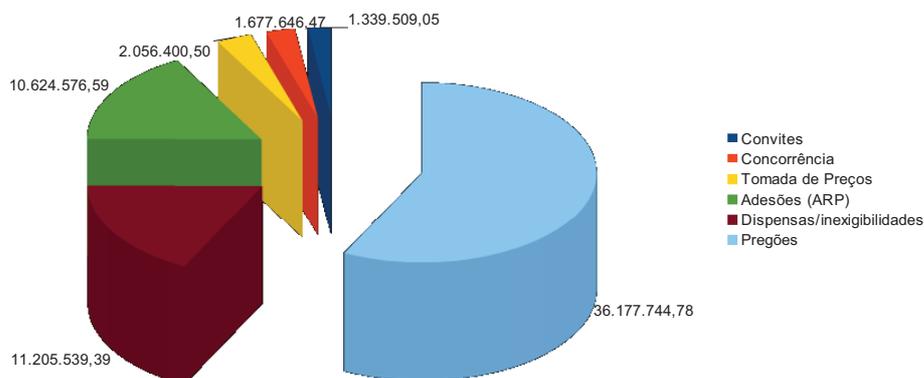
A utilização da internet para as contratações já é uma realidade no âmbito da Administração Pública, o que se reflete, em última análise, na preponderância das contratações decorrentes da realização de PREGÃO ELETRÔNICO.

A condução dos procedimentos ocorre sob a responsabilidade do Pregoeiro, devidamente assessorado pela Equipe de Apoio, a qual é composta por servidores lotados na Coordenadoria de Licitações e Contratos.

As vantagens da utilização do PREGÃO ELETRÔNICO aparecem, principalmente, sob dois aspectos: na economia gerada aos cofres públicos, em virtude da ampliação da competitividade (universalidade do acesso por parte das licitantes); e na transparência do procedimento, uma vez que as licitações do TRT podem ser acompanhadas por qualquer interessado, bastando acessar o endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

Esta modalidade foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de 36,1 milhões de reais, aproximadamente 87,70% dos valores aplicados nas licitações do Tribunal.

MODALIDADES x VOLUME DE R\$



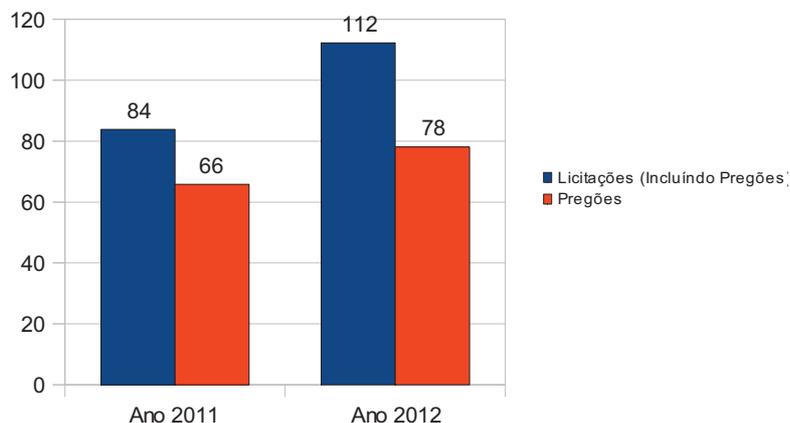
Salienta-se, também, a redução do prazo médio das contratações através de Pregão Eletrônico, de 75,45 dias em 2011 para 62,43 dias em 2012.

Impõe-se referir, ainda, a crescente utilização do Sistema de Registro de Preços, por intermédio do qual é possível realizar contratações em decorrência de licitações realizadas por outros órgãos. No exercício de 2012, o Sistema de Registro de Preços possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de 37,5 milhões de reais, sendo 28,36% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Esta importante ferramenta de gestão é utilizada para compras e contratações frequentes, a exemplo de materiais de expediente, suprimentos de informática, papéis, etc. O resultado prático é a redução do número de licitações e, em consequência, a economia processual, bem como o aumento na agilidade das contratações.

Nesse contexto, as demais modalidades licitatórias, como o CONVITE, a TOMADA DE PREÇOS e a CONCORRÊNCIA permaneceram em uso, porém restritas às contratações de obras e determinados serviços de engenharia de natureza mais complexa. Essas modalidades licitatórias são conduzidas pela Comissão Permanente de Licitações, composta por três membros efetivos e três substitutos.

O gráfico abaixo demonstra o significativo crescimento das licitações ao longo dos anos de 2011 e 2012, o que evidencia uma tendência para os próximos períodos.



Destaca-se, na Coordenadoria, o trabalho de apoio jurídico, prestado por dois servidores da unidade, cujas atribuições são a elaboração de minutas de contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, análise de impugnações aos editais e alguns processos de penalização. Além disso, referidos servidores são responsáveis pela elaboração de pesquisas que visam a solucionar dúvidas internas e externas, bem como subsidiar o planejamento das áreas requisitantes do Tribunal. No ano de 2012, foram realizadas 64 pesquisas.

Ainda, cumpre mencionar que a Coordenadoria de Licitações e Contratos tem se empenhado na padronização dos fluxos referentes às contratações, no intuito de facilitar a atividade da área requisitante. Nesta senda, foram criados dois formulários específicos para a prorrogação de contratos de serviços contínuos e prorrogação de prazo de entrega/execução do objeto contratual, ambos disponíveis na intranet, na aba solicitações/formulários CLC. Está em fase final de formatação um terceiro formulário para a requisição de bens ou serviços a serem adquiridos por dispensa/inexigibilidade de licitação.

A estrutura da Coordenadoria de Licitações e Contratos é composta por três Seções: Seção de Apoio a Licitações, Seção de Compras e Seção de Contratos, cuja síntese das atribuições serão relatadas a seguir.

Seção de Apoio a Licitações

A Seção de Apoio a Licitações realiza as diversas tarefas relativas à preparação e ao processamento das licitações, desde a elaboração dos Editais, sua publicação, divulgação e o esclarecimento de dúvidas quanto a seus termos, ao preparo das atas de registro de preços e a sua publicação, elaboração de minutas de contrato, etc.

No ano de 2012, foram elaborados Editais e realizados todos os demais procedimentos pertinentes, nas modalidades indicadas a seguir, nos seguintes quantitativos: Convite – 17; Tomada de Preços – 14; Concorrência – 02; Pregão presencial – 03; e Pregão eletrônico: 85.

Cabe à Seção de Apoio o controle das Atas de Registro de Preços (RP) próprias do TRT, que, em 2012, alcançaram o número de 43, bem assim as adesões a RP de outros órgãos, que totalizaram 31. Além desses, a Seção de Apoio a Licitações também é responsável pelo processamento dos pedidos de adesão formulados por outros órgãos da Administração Pública, interessados em aderir a Registros de Preços realizados pelo TRT 4ª Região.

O registro e a guarda dos documentos referentes aos assentamentos cadastrais das empresas que intentam fornecer materiais ou prestar serviços ao TRT também são atribuições da Seção, sendo que, no Banco de Compras, podem ser localizados registros de mais de 8.500 empresas. Além do registro e da guarda de documentos, a Seção de Apoio também emite Certificados de Registro Cadastral relativos à documentação depositada junto à Seção, os quais objetivam a inscrição ou renovação do cadastro de empresas interessadas em participar de licitações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência.

Cabe ressaltar, ainda, que a Seção é responsável pela emissão de atestados de capacidade técnica referentes às contratações estabelecidas com o TRT, os quais atingiram o número de 45 em 2012.

Seção de Compras

Na Seção de Compras, são realizados todos os procedimentos necessários ao processamento de aquisições e contratações de serviços nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, definidas de modo genérico como Compras Diretas. Nesta Seção são solicitados orçamentos aos fornecedores, classificação e lançamento das propostas apresentadas no Sistema de Compras, bem como a elaboração de informações necessárias à instrução de processos de inexigibilidade e dispensas de licitação e publicações no Diário Oficial da União, nos casos exigidos pela lei.

As contratações realizadas por esta modalidade ocorrem em virtude do valor da contratação, das particularidades do objeto a ser contratado, de características específicas por parte do prestador do serviço, ou, ainda, em casos de fornecedor exclusivo.

Dentre os procedimentos realizados por intermédio de compras diretas, podemos citar todas as contratações de serviços diversos e de manutenção a serem realizados nas Unidades Judiciárias, aquisição de materiais diversos para atendimentos das necessidades das diversas áreas, treinamentos visando à capacitação/especialização de servidores do TRT, contratações emergenciais, locações, convênios, solicitação da documentação necessária de acordo com a modalidade de contratação, negociação com fornecedores, comprovação do preço de mercado, publicação de extratos de inexigibilidade, convênios e dispensa de licitação no Diário Oficial da União, dentre outras.

No ano de 2012, foram processadas 1.127 compras diretas, sendo 1.043 dispensas de licitação e 84 processos de inexigibilidade de licitação/outras, cujo valor aplicado alcançou o montante de R\$ 11.205.539,39.

Seção de Contratos

A Seção de Contratos é responsável pela gestão administrativa dos contratos celebrados pelo Tribunal. Dentre as principais atividades executadas, destacam-se:

- formalizar convênios de colaboração com outros órgãos públicos;
- formalizar convênios com bancos públicos e privados para fins de inclusões de consignações em folha de pagamento;
- elaborar minutas de termos aditivos;
- analisar a possibilidade de acréscimos ou supressões quantitativas no objeto contratado;
- prorrogar a vigência dos contratos;
- elaborar apostilas com vistas à atualização de valores nos contratos em que há previsão de reajuste com base em índices oficiais do governo;
- rescindir contratos nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93;
- elaborar e encaminhar ofícios e cópias de processo para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional relativamente à aplicação de multas não liquidadas;

- prestar as informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União em processos que envolvam as relações contratuais do Tribunal;
- publicar os contratos e convênios no Diário Oficial da União;
- publicar no sítio do TRT a relação das empresas proibidas de licitar e contratar com o Tribunal;
- analisar as planilhas de repactuação solicitadas pelas contratadas em função de homologação de convenção coletiva de trabalho;
- negociar com os locadores eventuais valores requeridos acima dos índices oficiais como condição à prorrogação dos contratos de locação de imóvel;
- lançar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) todos os convênios e contratos onerosos celebrados de acordo com as orientações do TCU;
- instruir e oficiar as empresas que solicitam prorrogação de prazo de entrega de materiais ou execução de serviços;
- encaminhar o contrato para assinatura das partes;
- cobrar das empresas a prestação da Garantia Contratual na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Além disso, em 2012, com o advento da Resolução nº 87 do CSJT, que dispôs sobre a cessão dos espaços físicos no âmbito da Justiça do Trabalho, houve significativa participação da Seção de Contratos na discussão dos critérios e metodologia de cálculos para regularização de todas as cessões estabelecidas pelo Tribunal.

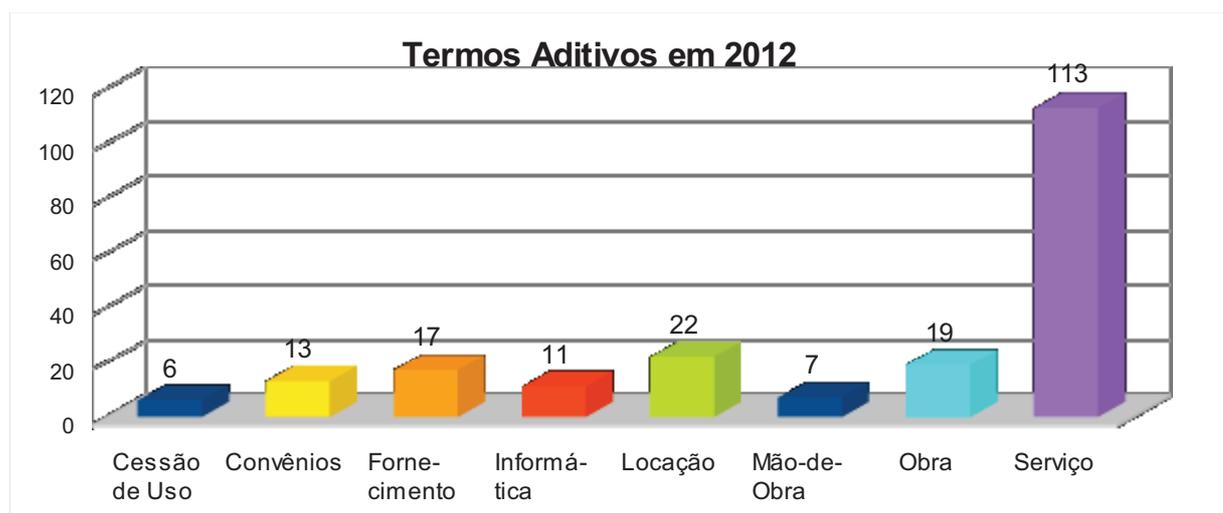
Também a Resolução nº 156 do CNJ, que estabeleceu a “ficha limpa” nas contratações públicas, ao vedar a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresas que tenham entre os seus empregados designados para o exercício de funções de chefia, pessoas que tenham sido demitidas ou exoneradas a bem do serviço público, demandou a revisão de grande parte dos contratos de prestação de serviço celebrados pelo Tribunal.

Sinale-se, ainda, que a Seção de Contratos instrui os processos de penalização nas contratações, inclusive nos casos em que não há instrumento contratual. Além do registro no Sistema de Compras, as sanções também estão sendo publicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o qual permite a visualização dos lançamentos por toda a Administração Pública.

Em 2012, foram aplicadas as seguintes punições:

- advertência: 10 empresas;
- proibição de licitar e contratar com o Tribunal: 8 empresas;
- multa: 58 empresas, no montante total de R\$ 822.269,73.

Quanto ao volume de trabalho, em 2012, foram celebrados 124 contratos, o que representa uma diminuição de 23,92% em relação ao exercício de 2011, quando foram formalizados 163 contratos.



No mesmo período, foram realizados 208 termos aditivos, o que representa um aumento de 29,19% em relação ao ano de 2011, quando foram formalizados 161 termos aditivos.

Importante frisar que a diminuição dos contratos celebrados e o aumento nos termos aditivos deve-se à mudança de entendimento sobre a vigência dos contratos de locação. Até o início de 2012, os contratos de locação eram celebrados anualmente. Atualmente, os contratos de locação preveem a possibilidade de prorrogação – celebrada por meio de aditivo contratual – evitando, assim, a tramitação de um novo contrato a cada ano.

Por fim, foram realizadas 319 publicações no Diário Oficial da União, o que representa um custo aproximado de R\$ 38.280,00 (trinta e oito mil duzentos e oitenta reais).

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

A Secretaria de Manutenção e Projetos – SEMPRO, área técnica da engenharia e arquitetura, criada em agosto de 2012, é responsável pela criação, materialização e manutenção das edificações do TRT, e visa à provisão de espaços adequados para as atividades desenvolvidas, atentando-se à sustentabilidade ambiental.

O fluxo do desenvolvimento dos serviços de engenharia e arquitetura desenvolvidos pela Secretaria de Manutenção e Projetos, que envolve a criação, materialização e manutenção dos espaços edificados, reflete a estrutura organizacional. Dessa forma, o Relatório de Atividades da Secretaria de Manutenção e Projetos é apresentado de acordo com sua estrutura, discriminando as atividades desenvolvidas no âmbito 1. da Seção de Planejamento; 2. da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – COPEX, e das respectivas Seções; e 3. Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – COMIP.

Seção de Planejamento

As ações da Seção de Planejamento englobam a implantação e coordenação do Sistema de Gerenciamento de Projetos e do Banco de Dados da Secretaria de Manutenção e Projetos, auxiliando a Direção da Secretaria no gerenciamento e controle das ações desenvolvidas, e no planejamento de metodologias de trabalho eficientes, eficazes e efetivas.

Compete, também, à Seção de Planejamento, a implantação do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, que propiciará uma avaliação criteriosa e minuciosa das condições físicas de todos os prédios, gerando a verificação das situações mais críticas a serem resolvidas.

Ações Estratégicas

As ações estratégicas desenvolvidas em 2012 pela Seção de Planejamento foram as seguintes:

- implantação do *software* TraceGP: Como marco inicial na prática e na cultura de gerenciamento de projetos, conforme preconizado pelo Project Institute Management (PMI), com vistas ao gerenciamento das ações mais relevantes da SEMPRO, havendo criado, em conjunto com a Trace Sistemas, o fluxo para formalização do Termo de Abertura dos projetos, bem como *templates* (modelos) de projetos, para tornar a etapa de planejamento dos projetos mais ágil, e a organização de cursos de treinamento para gerentes de projeto e recursos. Também em relação ao TraceGP, a Seção de Planejamento auxiliou e acompanhou a criação do fluxo de gerenciamento de demandas de manutenção;

- criação do Banco de Dados da SEMPRO: na área de gestão documental, o Banco de Dados da SEMPRO constitui-se no primeiro elemento a elevar o nível de precisão e facilidade de busca das informações a respeito dos imóveis ocupados pelo Tribunal. Inicialmente, com consulta restrita à Secretaria de Manutenção e Projetos, o Banco de Dados reúne informações sobre os imóveis e suas benfeitorias, como área do terreno, área construída, data de ocupação, imagens de satélite do imóvel e fotos das fachadas;

- manutenção dos sistemas de orçamento e medição de obras: em apoio às Coordenadorias vinculadas à SEMPRO, foram desenvolvidas automações para planilhas de orçamento e medição em anos anteriores. Em 2012, além da manutenção e correções das automações já desenvolvidas, foi acrescentada automação para criar cronogramas de obras.

Ações de Apoio Técnico

A Seção de Planejamento desenvolveu atividades rotineiras, que buscam complementar as atividades das Coordenadorias e demais Seções vinculadas à SEMPRO, destacando-se:

- elaboração de Planejamento de Licitação, Projetos Básicos e Termos de Referência: Documentos elaborados para encaminhar à Administração os projetos e especificações de arquitetura e engenharia, e eventualmente a especificação de produtos ou serviços comuns, com vistas à contratação ou aquisição do objeto especificado. Em 2012, foram realizados planejamentos de licitação e projetos básicos para: instalação da 2ª Vara do Trabalho de Esteio, instalação da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, serviços para adequação de acessibilidade nas Varas do Trabalho de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria, reforma geral do Foro de Novo Hamburgo, instalação de sistema de climatização em Tramandaí, serviços de climatização em imóveis de Porto Alegre e Região Metropolitana, mudança de endereço da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, e instalação de grades e cerca elétrica em Capão da Canoa, Torres e Tramandaí.

- análise de minutas de edital: De regra, todas as aquisições encaminhadas pela SEMPRO que necessitem de realização de um procedimento licitatório são encaminhadas para a Seção de Planejamento para uma análise técnica da minuta do Edital. Tal análise visa a adequar e corrigir quaisquer aspectos técnicos relevantes para a realização do certame e, quando for o caso, para a celebração de contrato. No ano de 2012, foram analisadas as minutas de Edital para as seguintes contratações: instalação da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, instalação da 2ª Vara do Trabalho de Esteio, instalação da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, serviços para adequação de acessibilidade nas Varas do Trabalho de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria, e mudança de endereço da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

- análise de propostas: As propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia passam por análise técnica, a fim de verificar pontos específicos do Edital, como o atendimento de atestados de capacidade técnica, a assinatura de profissional legalmente habilitado no orçamento, entre outras. Foram analisadas as propostas referentes às seguintes licitações: instalação da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, instalação da 3ª Vara do Trabalho de Erechim, instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande, criação de vestiários no prédio 2 das Varas de Porto Alegre, instalação da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, instalação da 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, instalação da 2ª Vara do Trabalho de Esteio, construção do prédio próprio do Foro da Justiça do Trabalho de Erechim, contratação de projetos para os novos Foros da Justiça do Trabalho de Novo Hamburgo, Lajeado e São Leopoldo, serviços para adequação de acessibilidade nas Varas de Farroupilha e Vacaria, e mudança de endereço de Frederico Westphalen.

Ações diversas

A Seção de Planejamento ainda realiza a aquisição de Normas da ABNT, de *softwares* de arquitetura e engenharia e renovação de assinatura de revistas e serviços de cotação eletrônica para construção civil.

COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

As ações da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – COPEX englobam o desenvolvimento e acompanhamento das obras de engenharia, desde adaptações e reformas de espaços existentes, sejam eles próprios, locados ou cedidos, até a construção de novas sedes para abrigar unidades judiciárias de todo o Tribunal, tanto na Capital e região metropolitana como no interior. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras – 2011-2015 e do Plano Permanente de Modernização das Instalações.

A cargo da área está a elaboração de projetos de arquitetura e outras intervenções civis, a elaboração de orçamentos técnicos discriminados e estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas a edificações e às atividades técnicas de coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Os contratos de engenharia geridos e fiscalizados pela área compreendem a elaboração de projetos executivos e complementares, e, principalmente, a execução das obras de diversos portes.

A COPEX é composta por três seções: Seção de Fiscalização de Obras e Serviços; Seção de Orçamentos de Obras e Serviços e Seção de Projetos de Edificações.

Ações Gerais

Como principais ações gerais voltadas à construção e ao uso das edificações, destacam-se:

- estudo de ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade;

- elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de escritórios de projetos para a construção dos novos foros de Uruguaiana, Estrela, São Leopoldo e Lajeado;
- conclusão e entrega da nova sede da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões;
- ao longo de 2012, foram instaladas na 4ª Região mais 7 (sete) Varas do Trabalho. As unidades estão entre as 17 criadas pela Lei nº 12.475, de setembro de 2011. A COPEX desenvolveu a elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresas construtoras para executar reformas, adaptações e outras obras para a instalação da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (especializada em acidentes de trabalho), 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, 2ª Vara do Trabalho de Esteio, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Leopoldo e 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande;
- participação no projeto de auditoria e apoio administrativo em várias unidades do interior do Estado;
- especificação e fiscalização da realização dos estandes da Expoiner e Feira do Livro (arquitetura e instalações civis);
- atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT e encaminhamento às respectivas seções para providências;
- elaboração, integrada às outras seções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas;
- implantação do sistema Trace GP – Sistema de Governança em Gestão de Projetos, respondendo a antiga demanda da unidade por um programa específico informatizado de registro e controle dos pedidos de serviços;
- foram autuados pela área 103 (cento e três) processos administrativos eletrônicos ao longo do ano, em diversos assuntos, destacando-se: “Serviço”, “Fiscalização de contratos”, “Liquidação”, “Orçamento”, “Compra de material” e “Sanção”, dentre outras matérias administrativas;
- inclusão e ateste do recebimento de materiais e serviços de notas fiscais e documentos em compras originadas de procedimentos licitatórios ou por dispensa (compra direta), para fins de liquidação e pagamento, com elaboração de planilhas periódicas de medição de serviços.

Seção de Fiscalização de Obras e Serviços

A Seção de Fiscalização de Obras e Serviços atuou na fiscalização de contratos essenciais para a execução do Plano de Obras do Tribunal e de seu Planejamento Estratégico.

Dentre as principais atuações da Fiscalização, destacam-se a conclusão da nova sede da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões; as instalações da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, da 2ª Vara do Trabalho de Esteio, da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande e da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Leopoldo; novas instalações da 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Passo Fundo; reformas gerais nos prédios 1 e 2 do Foro Trabalhista de Porto Alegre e a conclusão das obras do Prédio Anexo, tendo sido recebido e aprovado pelo Corpo de Bombeiros o Auditório da Sala de Reuniões do Pleno e o Prédio Administrativo.

A fiscalização exercida pela Seção redundou na apropriação de milhões de reais em serviços e alguns milhares de metros quadrados de área construída.

Lista das principais demandas fiscalizadas, por modalidade de licitação:

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	Objeto
0014/12-2	Adequação dos Foros de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria - Acessibilidade universal
0013/12-2	Reforma de prédio: novas instalações das Varas do Trabalho de Frederico Westphalen
0011/12-2	Adequação dos Foros de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria - Acessibilidade universal
0009/12-2	Reforma de Imóvel locado para a instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande
0007/12-2	Elaboração de projetos básico, executivo e complementares - Construção do Foro de Novo Hamburgo
0006/12-2	Reforma de imóvel locado para a instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande
0004/12-2	Cercamento e pavimentação de calçada do terreno da futura Vara do Trabalho de Alegrete

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	Objeto
0006/11-2	Reformas na Vara do Trabalho de Carazinho
0005/11-2	Reforma de prédio - Foro de Bagé - Adequação para acessibilidade universal
0004/11-2	Reforma de prédio: prédios 1 e 2 - Foro de Porto Alegre
0003/11-2	Reforma de prédio: abertura para a Rua Baronesa do Gravataí - Prédio III do Foro de Porto Alegre
0002/11-2	Execução de cobertura e de sala multiuso – Vara do Trabalho de Lajeado
0001/11-2	Fechamento dos vãos de aparelhos condicionadores de ar de parede no Prédio-Sede

CONVITE	
Nº Processo	Objeto
0017/12-1	Adequação de imóvel - 4ª Vara de São Leopoldo
0016/12-1	Adaptação de imóvel - Foro de Esteio
0015/12-1	Adaptação de imóvel locado e reforma de imóvel próprio - instalação da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa (repetição)
0014/12-1	Adaptação de imóvel - instalação 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
0012/12-1	Adaptação de prédio: Instalação da 3ª Vara do Trabalho de Erechim
0011/12-1	Reforma da Seção de Limpeza
0009/12-1	Demolição de silos de concreto em terreno – Futuras instalações da Vara do Trabalho de Estrela (repetição)
0007/12-1	Adequação de espaço para instalação de posto de atendimento bancário – Foro de Taquara
0006/12-1	Aquisição e instalação de carpete para a Corregedoria (repetição)
0005/12-1	Manutenção predial – Vara do Trabalho de Camaquã
0004/12-1	Adequação de PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio – Foro de Cachoeirinha (repetição)
0002/12-1	Reforma para adequações ao sistema de acessibilidade do Foro de Gramado
0001/12-1	Readequação de imóvel – Foro de Passo Fundo
0010/11-1	Reforma de prédio – ampliação da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
0008/11-1	Reforma para instalação da 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (repetição)
0005/11-1	Adequação de espaço para instalação da 4ª Vara do Trabalho no Foro de Canoas

CONCORRÊNCIA	
Nº Processo	Objeto
0001/12-3	Construção de prédio – Vara do Trabalho de Palmeira das Missões
0006/09-3	Construção de Prédio Anexo Administrativo – obras complementares

Participações na avaliação, medição e recebimento de projetos contratados e fiscalizados originalmente pela Seção de Projetos de Edificações:

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	Objeto
0003/12-2	Projetos básico, executivo e complementares – Foros de Lajeado e São Leopoldo
0002/12-2	Projetos básico, executivo e complementares para o Foro de Estrela
0001/12-2	Projeto executivo e complementares – Construção do Foro de Uruguaiana
0007/11-2	Projetos básico, executivo e complementares – Construção dos Foros de Santo Ângelo e Viamão

Seção de Orçamentos de Obras e Serviços

A Seção de Orçamentos de Obras e Serviços elaborou mais de 50 peças técnicas de orçamento discriminado, totalizando mais de 16 milhões de reais em quantificações e definições de custo, atendendo não só a necessidade de agregar peças técnicas aos editais de licitação, mas também a análise de preços de propostas de aditivos dos contratos em execução.

Lista das demandas orçadas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Bagé	Aditivo - Limpeza de Basalto – Reformas Gerais
	Aditivos – serviços
	Aditivo – Reforma – COMIP
	Reforma/adequação da acessibilidade
Cachoeira do Sul	Aditivo da Reforma na Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul – COMIP
Cachoeirinha	Reparos no Foro
	PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio
	Aditivo do PPCI – Cachoeirinha
	Reforma de pequenos serviços
Canoas	Reforma e ampliação do Foro
Capão Canoa	Instalação de grades e portões no prédio construído por investidor
Carazinho	Aditivo do forro do subsolo
Caxias do Sul	Implantação 6ª Vara do Trabalho
	Programa de Acessibilidade – análise e alteração do orçamento
Erechim	Análise e alteração do orçamento contratado
	Reforma para implantação da 3ª Vara do Trabalho
	Aditivo – Reforma/Adaptação da nova Vara do Trabalho
Esteio	Adaptação de prédio para instalação da 1ª e 2ª Varas do Trabalho
	Aditivo – Instalação Foro em imóvel locado
Estrela	Demolições no terreno para a futura sede
	Fiscalização dos serviços de demolição do terreno da futura sede
	Análise do orçamento contratado e projeto estrutural
	Elaboração do orçamento do Foro de Estrela

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Frederico Westphalen	Retomada da obra
Farroupilha	Programa de Acessibilidade – Análise e alteração no orçamento
Lajeado	Aditivos diversos dos serviços de instalação da 2ª Vara do Trabalho
Novo Hamburgo	Reforma – Intervenções visando sanar infiltrações
Palmeira das Missões	Aditivo – obra civil para a subestação
	Retomada da obra – Conclusão
	Aditivos dos serviços de retomada da obra
Passo Fundo	Adequação de prédio locado para instalação das Varas do Trabalho
	Aditivo – Adaptação de prédio locado para instalação das Varas do Trabalho
Porto Alegre	Foro Trabalhista – 29ª Vara do Trabalho – Reforma da sala de audiência e gabinete da Juíza Titular
	Foro Trabalhista – Ampliação da 30ª Vara do Trabalho
	Foro Trabalhista – Aditivo – Reforma dos prédios I e II do Foro de POA
	Foro Trabalhista – Vestiário da Seção de Limpeza
	Foro Trabalhista – Prédio II - Aditivo – Reforma para instalação de Vestiários
	Memorial da Justiça do Trabalho – Reforma divisórias do Memorial
	Prédio Anexo – Aditivo – Fixação <i>Bus-Way</i> – obras civis
	Prédio Anexo – Aditivos diversos – obras civis prédio anexo
	Prédio-Sede – Aquisição e instalação de carpete para a Corregedoria
	Prédio-Sede – Troca do piso da sala da Seção Especializada em Execução
	Prédio-Sede – Aditivo Fechamento de vãos de ar cond. com esquadria
	Prédio-Sede – Aditivo de Pintura
	Prédio-Sede – Corregedoria – Análise de preços para aditivo contratual
Rio Grande	Adequação de prédio locado para instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho
	Cercamento do terreno próprio
	Aditivo – Reforma – COMIP
São Leopoldo	Implantação da 4ª Vara do Trabalho
Santa Vitória do Palmar	Cercamento de Terreno
Santa Rosa	Reforma e adaptação para implantação de novas Varas do Trabalho
São Gabriel	Aditivos – serviços da entrega definitiva
Taquara	Adequação para Instalação de PAB e outros reparos
	Aditivo – Reforma Foro de Taquara
Torres	Instalação de grades e portões
	Vistoria para ocupação do imóvel
Tramandaí	Instalação de grades e portões no Posto
Uruguaiana	Análise do orçamento contratado e projetos
Vacaria	Programa de Acessibilidade – Análise e alteração no orçamento

Seção de Projetos de Edificações

A Seção de Projetos de Edificações executou atividades técnicas de projeto e desenvolvimentos acessórios para essa atividade, para mais de 30 (trinta) localidades. Em especial, foram realizadas adequações de acessibilidade, adequações de prevenção contra incêndio, tramitações legais de projetos, avaliações de imóveis e alterações de *layout*.

Lista de demandas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDAS
Bagé	Aprovação do projeto legal na prefeitura
	Reforma do prédio, visando ao atendimento da NBR9050
Bento Gonçalves	Troca do piso vinílico e adequação da rampa de acesso principal para PNE
Cachoeira do Sul	Reforma geral, oriunda do projeto auditoria. Avaliação da possibilidade de instalação de elevador para uso interno, instalação de Gabinete de Juiz Substituto, <i>layout</i> para melhorar circulações, solução para portas das garagens e substituição de piso vinílico
Cachoeirinha	Reformas gerais (forro na sala multiúso, grade nos fundos do prédio, avaliação rachaduras da escada, pisos do saguão, iluminação externa, bicicletário)
	Adequação de mobiliário
	Contratação de adequação de PPCI, e, após, contratação da execução do PPCI
Camaquã	Fechamento da área da sala multiúso
Canoas	Análise de terreno passível de doação pela Prefeitura para a construção do novo foro
	Elaboração do projeto de ampliação para a 5ª Vara do Trabalho e contratação da obra
	Reformas gerais (inversão de portas, piso externo, refletor, cofre para armas, infiltrações)
	Reposicionamento do gabinete de Juiz Substituto da 4ª Vara do Trabalho
Capão da Canoa	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
	Contratação de gradil e cerca elétrica
	Exaustor na sala de audiências
Caxias do Sul	Adequação da 4ª Vara do Trabalho para instalação de uma sala para assistentes e um depósito
	Elaboração de anteprojeto para a instalação da 6ª Vara do Trabalho na área de estacionamento coberto
	Estudo de Viabilidade para prédio novo, em terreno ao lado
	Sondagem do terreno dos fundos para ampliação do prédio (construção de anexo para a 6ª Vara do Trabalho)
Erechim	Fiscalização de projeto para adequação do atual imóvel para a instalação da 3ª Vara do Trabalho
Estância Velha	Elaboração de anteprojeto para contratação de reforma geral e construção da sala multiuso
Esteio	Adequação de imóvel locado para a instalação das duas Varas do Trabalho
	Elaboração de anteprojeto para contratação de execução de pilotis com 2 pavimentos (instalação de mais 1 Vara do Trabalho)

LOCALIDADE	DEMANDAS
	Estudo de Viabilidade
	Avaliação de dois imóveis para locação
Estrela	Contratação da demolição das construções existentes no terreno do futuro foro da localidade
	Fiscalização de projeto – Anteprojeto, projetos executivos e complementares
	Planialtimétrico
	Sondagem do novo terreno
Frederico Westphalen	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
Foro de Porto Alegre	6ª Vara do Trabalho – <i>Layout</i> do Gabinete do Juiz Substituto e da Secretaria;
	Adequação do <i>layout</i> da CDF para adequar ao relatório da fisioterapeuta da Coordenadoria de Saúde
	Prédio 2 – Adequação de espaço para vestiário das funcionárias da empresa terceirizada
	Projeto de <i>layout</i> para o Protocolo Varas – estações de trabalho, bem como o reposicionamento de impressoras visando a otimizar espaço
	12ª Vara do Trabalho – <i>Layout</i> para adequação de arquivos de processos
	23ª Vara do Trabalho – <i>Layout</i> da secretaria
	24ª Vara do Trabalho – Avaliação da necessidade de <i>layout</i> , devido à inclusão de mais 1 servidor
	29ª Vara do Trabalho – Divisória na sala de audiências, alteração na posição da porta, <i>layout</i> para 2 novos servidores
	30ª Vara do Trabalho – Ampliação da Vara, em área anteriormente ocupada pelo Banco do Brasil
	CMO – Desenho de novo balcão de atendimento seguindo ergonomia
	Espaço para 10 a 15 terceirizados
	Vestiário para ciclistas
	SMO – Projeto de mobiliário específico para consultórios
	Concurso de ideias em parceria com o IAB para projetos para o novo Foro de Porto Alegre
	19ª Vara do Trabalho – <i>Layout</i> da secretaria e gabinetes
Gramado	Contratação dos serviços de adequação de acessibilidade
	Definição do posicionamento dos bicicletários
Gravataí	Contratação da obra para instalação das 2 Varas do Trabalho conforme projetos existentes
	<i>Layout</i> para a 1ª e 2ª Varas do Trabalho e CDF
Ijuí	Aumento da sala de audiência
	Estudo para implantação de uma sala de perícias
Lajeado	Adequação de espaço na Secretaria para instalação da 2ª Sala de Audiências
Nova Prata	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
	Contratação de gradil e cerca elétrica

LOCALIDADE	DEMANDAS
	Avaliação de terrenos para investidor construir prédio
Novo Hamburgo	Contratação de projetos de arquitetura, projetos executivos e complementares
	Contratação de laudo (sobre as patologias do prédio atual)
	Contratação da execução (solução) dos problemas, incluindo previsão de reforma do telhado, conforme determinado pelo laudo contratado
	Sondagem do novo terreno
Pelotas	Execução de reforço na base do muro pré-moldado, calçadas, telhado, infiltrações, rachaduras e outras demandas
	Mudança da posição de balcão da 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Pelotas
Porto Alegre – Prédio Anexo	Fiscalização da Fase II do Prédio Anexo
	<i>Layout</i> com 3 ou 4 conjuntos de sofás para o <i>Foyer</i> do Auditório do Pleno
	Plataforma inclinada para PNE no Pleno
	Projeto sala recepção de autoridades e reservado para juízes, com espaço para jardins
Porto Alegre – Prédio-Sede	10º Pavimento – Reforma da sala do pleno para 14 lugares, nova sala de sessões especializada em execução, secretaria especializada em execução
	Acórdãos – Troca de lugares servidores X processos, térreo X subsolo
	Asseplan (Gestão Estratégica) – <i>Layout</i> de mobiliário
	Assessoria Jurídica – <i>Layout</i> de mobiliário
	Corregedoria – Desenho de móvel no gabinete da Corregedoria
	Corregedoria – Troca de carpete
	Ouvidoria – Logotipo para porta de acesso
	Gabinete 203 – Reorganização mesas e divisórias
	Gabinete 803 – Reorganização mesas
	Gabinete 201 – Avaliação da necessidade de <i>layout</i>
	Gabinete 505 – Mudança de posição do gabinete
	Gabinete 509 – <i>Layout</i> de mobiliário para copa (<i>cooktop</i>)
	Gabinete 804 – <i>Layout</i> para recebimento de mobiliário no padrão novo
	Informática – Desenho de "adesivo" para TAA da informática
	<i>Gabinete 301</i> – <i>Layout</i> do gabinete
	Precatórios – Adequação de estantes em área do <i>hall</i>
	Precatórios – <i>Layout</i> para colocação de estantes no 11º pavimento
	SECONTI – <i>Layout</i> de mobiliário
	Secretaria Processual – Reformulação do <i>layout</i> para acomodar mais uma estação de trabalho
	Ampliação da SEEX, utilizando a sala de reuniões da 2ª SDI
	Postes de Luz para a área voltada para a Rua Marcílio Dias
	Estudo de uma sala para meirinhos no andar da sala de sessões do Prédio-Sede
	Rio Grande

LOCALIDADE	DEMANDAS
Santa Maria	Contratação de PPCI e SPDA para adequações do foro
	Separação da Secretaria da Coordenadoria de Distribuição de Feitos e Central de Mandados, pintura interna e melhor identificação do prédio
Santa Rosa	Adequação do imóvel em processo de locação para a instalação da 2ª Vara do Trabalho
	Avaliação de imóvel para locação e possibilidade de reforma do atual imóvel para mais uma Vara do Trabalho
	Elaboração de especificação para contratação de anteprojeto e complementares para construção de prédio novo
São Jerônimo	Elaboração de anteprojeto para contratação de reforma geral e ampliação
São Leopoldo	Acesso coberto (incluído na contratação do projeto do novo prédio e reforma do atual)
	Adequação do imóvel atual para a 4ª Vara do Trabalho e adequação do imóvel locado para a Coordenadoria de Distribuição de Feitos e Arquivo
	Ampliação do gabinete da 2ª Vara do Trabalho
	Avaliação de dois imóveis para locação
Taquara	Encaminhamento de orçamentos para a troca de piso do estacionamento
Torres	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
	Contratação para instalação de gradil e cerca elétrica
Tramandaí	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
	Contratação de gradil e cerca elétrica
Três Passos	Avaliação de 3 (três) terrenos passíveis de serem doados pela Prefeitura
Triunfo	Elaboração de especificação para contratação de anteprojeto e complementares para construção de prédio novo
Uruguaiana	Fiscalização de projeto – Anteprojeto, projetos executivos e complementares
Viamão	Adequação de <i>layout</i> , desfazimento e troca de mobiliário e outras alterações/reforma até a conclusão do novo prédio

Várias localidades:

- Compra de bicicletários para diversas cidades do interior do Estado;
- Caxias do Sul, Estrela e Novo Hamburgo: Contratação de sondagem;
- Alegrete, Arroio Grande, Esteio, Novo Hamburgo, Rio Grande e Triunfo: Planialtimétrico dos terrenos;
- Farroupilha/Caxias/Vacaria: Busca de orçamento para projeto de acessibilidade para as localidades;
- Farroupilha/Caxias/Vacaria: Fiscalização dos projetos de acessibilidade contratados;
- Lajeado e São Leopoldo: Fiscalização de projeto – Anteprojeto, projetos executivos e complementares;
- Santo Ângelo e Viamão: Fiscalização de projeto – Anteprojeto, projetos executivos e complementares;
- Novo Hamburgo e Alegrete: Desenho de placa para o terreno.

Diversos:

- Expointer: Projeto estande Expointer;
- Escritório de projetos: Contratação de escritório de arquitetura para elaboração de projetos de arquitetura, acessibilidade e compatibilização;

- Feira do Livro: Projeto estande Feira do Livro;
- Seção de Transportes: Separação da cozinha/vestiário com divisória;
- Memorial: Aprovação de projeto, em 1ª fase, do prédio do Memorial da Justiça do Trabalho na Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- Memorial: Elaboração de *layout* para a unidade;
- Memorial: Estudo para reorganizar divisórias;
- Prédio-Sede e anexo: Fiscalização do *layout* do prédio-sede e do anexo;
- Prédio-Sede: Contratação de escritório para projeto de *layout* para toda a área judiciária.

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – COMIP englobam a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, a coordenação e fiscalização dos contratos de manutenção das instalações mecânicas e de climatização, a implementação do Plano de Modernização das Instalações Prediais Permanente, o projeto, o orçamento, e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas dos prédios de todo Tribunal (capital e interior), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial, às instalações eletrológicas e mecânicas. A COMIP é composta por cinco Seções: Seção de Manutenção; Seção de Instalações Eletrológicas; Seção de Instalações Mecânicas; Seção de Marcenaria e Carpintaria, e Seção de Metalurgia.

Ações gerais por localidade

LOCALIDADE	AÇÃO
Diversas	Revisão do estudo com vistas à otimização das demandas de energia das unidades do TRT
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para serviços de climatização (instalações e remanejamentos) para a grande Porto Alegre
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos e lógicos para todo o Estado
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para elaboração de projetos de climatização para todo o Estado
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para manutenção predial programada preventiva e corretiva em todo o Estado
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para manutenção em cabeamento estruturado programada preventiva e corretiva em todo o Estado
	Implantação do sistema de gerenciamento de demandas para a SEMPRO, seguindo ação da SETIC com o aplicativo <i>TraceGP</i>
	Ações de realinhamento da execução dos contratos que estavam sob a gerência da SEAPA antes da criação da SEMPRO, incluindo reuniões com as empresas e mudanças de diretrizes na fiscalização, quais sejam: manutenção civil com a empresa DSD, manutenção elétrica e lógica com a empresa Exceler, manutenção de climatização com as empresas Reclimar, Tecnoclima e Coldar
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para compra de máquina esquadrejadeira e coladeira para a Seção de Marcenaria e Carpintaria
	Execução de infraestrutura para implantação de entrada de fibra óptica em várias unidades do Estado
	Instalação de pontos lógicos para visibilizar a instalação dos <i>access points</i> de rede sem fio no Estado
Participação no projeto de auditoria e apoio administrativo em várias unidades do interior do Estado	

LOCALIDADE	AÇÃO
	Especificação e fiscalização da parte elétrica, lógica e de climatização dos estandes da Expointer e Feira do Livro
Prédio-Sede	Auxílio à SETIC na fiscalização da execução do novo anel de fibra óptica entre os prédios do TRT (Sede e Anexo)
	Avaliação das cargas elétricas dos PABs do Banco do Brasil e da Caixa, indicando aos bancos as correções necessárias
	Projeto, orçamento e fiscalização das adaptações na sala da segurança /sala de monitoramento para atender o prédio anexo
	Organização de todos os <i>racks</i> dos <i>shafts</i> do prédio
	Especificação e fiscalização da instalação e reposicionamento de <i>splits</i> em diversos setores
	Fiscalização da instalação de pontos eletrológicos em diversos setores
Prédio Anexo Administrativo e Auditório do TRT	Fiscalização da execução da climatização
	Fiscalização de todas as ações das instalações elétricas, lógicas, telecom e automação
	Fiscalização da instalação dos elevadores do Prédio Administrativo
	Análises dos aditivos contratuais da obra de construção do Prédio Administrativo, no que tange às instalações elétricas, lógicas, telecom, automação, e de climatização
	Acompanhamento e treinamento da operação do novo Auditório: climatização, sonorização, iluminação, gravação e telão
	Aquisição de 200m <i>patch cords</i> 110 IDC U/UTP cat6 para a área de telecomunicações da SETIC
	Aquisição de kit de montagem para os aparelhos <i>splits</i> do Auditório
Foro Trabalhista de Porto Alegre	Especificação, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização para instalação de escritórios no 2º, 3º e 4º andares do Prédio II
	Organização de todos os <i>racks</i> dos <i>shafts</i> do Foro
	Reformas gerais de manutenção do Foro, tais como: reforma do Restaurante e Central de Mandados, eliminando problemas de infiltração, piso e tubulações hidráulicas; impermeabilização e melhorias no terraço; manutenção na entrada do Foro
	Fiscalização da substituição dos elevadores do Prédio I
	Limpeza dos dutos de climatização do auditório da Escola Judicial
Arquivo Geral da Rua João Telles	Avaliação para ajuste tarifário da conta de energia elétrica
	Compra de aparelhos condicionadores de ar portáteis
Depósito centralizado da Rua Provenzano	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização para a alocação de servidores
Bagé	Reformas gerais no Foro
Bento Gonçalves	Reformas gerais no Foro
Camaquã	Reformas gerais no Foro
Canoas	Projeto, orçamento, especificações e execução de telhado sobre os reservatórios
	Orçamento e especificações para reforma no Foro, referentes à climatização e rede eletrológica
Caxias do Sul	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações no prédio para a instalação da 6ª Vara do Trabalho
Erechim	Revisão dos projetos elétricos, lógicos, telecomunicações, e de climatização, e do orçamento do novo prédio do Foro
	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações do prédio para a instalação da 3ª Vara do Trabalho
	Instalação de <i>splits</i> nas salas de audiência

LOCALIDADE	AÇÃO
Esteio	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações na nova sede do Foro, permitindo a instalação da 2ª Vara do Trabalho
Estrela	Avaliação técnica dos projetos elétricos, telecom e instalações mecânicas do novo prédio
Frederico Westphalen	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações da nova sede do Foro
Gramado	Instalação de <i>split</i> na CDF
Lajeado	Instalação de fibra óptica
	Fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização na instalação da sala multiuso e instalação da 2ª Vara do Trabalho
Novo Hamburgo	Fiscalização da instalação de novos pontos eletrológicos e reforma estrutural na rede eletrológica
Palmeira das Missões	Fiscalização da execução da instalação de subestação para o novo prédio
	Fiscalização da execução das instalações eletrológicas e de climatização das obras de construção do novo prédio
Passo Fundo	Fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização em prédio locado para instalação da 3ª e 4ª Varas
Pelotas	Avaliação e execução de manutenção no sistema de climatização do Foro
Rio Grande	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações de prédio locado para a instalação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho
	Reformas gerais no prédio antigo
Santa Maria	Avaliação das instalações elétricas
	Avaliação e execução de manutenção no sistema de climatização do Foro
Sant'Ana do Livramento	Fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização do novo prédio
Santa Rosa	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações de prédio locado para a instalação da 2ª Vara do Trabalho e adaptações no prédio antigo
São Gabriel	Avaliação e execução de manutenção no sistema de climatização do Foro
São Leopoldo	Projeto, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações do prédio antigo e em prédio novo locado, possibilitando a instalação da 4ª Vara do Trabalho
	Reformas gerais no prédio antigo
Taquari	Projeto, orçamento e fiscalização da execução da substituição da rede eletrológica.
	Instalação de condicionador de ar tipo <i>split</i> na sala de audiências e climatização do saguão
Torres	Projeto, especificações técnicas, orçamento e fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização na nova sede do Foro
Tramandaí	Elaboração de edital, incluindo projeto, especificações técnicas e orçamento, para contratação do sistema de climatização para a nova sede do Foro
Uruguaiana	Avaliação técnica dos projetos elétricos, telecom e instalações mecânicas do novo prédio
Vacaria	Fiscalização da execução da substituição da rede eletrológica

PRINCIPAIS AÇÕES GERAIS POR SEÇÃO E RELACIONADAS A AÇÕES DE ARTÍFICES, NO PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2012

Seção de Manutenção

A Seção de Manutenção executou uma série de atividades visando ao efetivo atendimento das demandas encaminhadas à Seção: supervisão da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios do Tribunal, bem como dos consertos das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes; atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT e encaminhamento às respectivas Seções para providências; elaboração, integrada às outras Seções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas; implantação do sistema Trace GP – Sistema de Executivo de Governança e Gestão de Projetos, em andamento, a partir do encaminhamento da COMIP-SEMPRO, que veio responder a uma antiga demanda da Seção por um programa específico informatizado de registro e controle dos pedidos de serviços e que permitisse a interoperabilidade dos servidores usuários e envolvidos nos processos de resolução das demandas; supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, bem como a compra de materiais, que resultaram em 89 (oitenta e nove) processos; gestão e fiscalização dos contratos realizados com as empresas terceirizadas; inclusão de notas fiscais e documentos em processos licitados e/ou processos contratados por compra direta, para fins de liquidação e pagamento; administração do suprimento de fundos, relativos às compras de materiais e serviços diversos do TRT, totalizando R\$ 7.192,67 (sete mil e cento e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos) em materiais e R\$ 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais) em serviços, cujo pagamento é realizado com a utilização do cartão corporativo.

Seção de Instalações Eletrológicas

A Seção de Instalações Eletrológicas executou 3.874 atividades oriundas de solicitações de serviço, perfazendo uma média de 41 (quarenta e uma) execuções ao dia.

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Extensão – confecção	49
Disjuntor: instalação e/ou substituição em barramento	64
Disjuntor: substituição em caixa	2
Interruptores: instalação e/ou substituição	8
Organização de cabos	231
Rede elétrica: instalação ou substituição	286
Rede elétrica: reparos	420
Tomadas: instalação e/ou substituição	124
Lâmpada fluorescente tubular: substituição	1144
Lâmpadas diversas: substituição	246
Luminária p/ fluorescentes tubulares: instalação	6
Luminária p/ fluorescentes tubulares: reparos	381
Luminária p/ fluorescentes tubulares: substituição	2
Luminárias diversas: instalação	6

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Luminárias diversas: reparos	24
Luminárias diversas: substituição	152
Retirada de luminária	9
Sensor de presença ou fotoelétrico: Substituição/instalação	7
Canaleta de piso	49
Eletrocalha ou perfilado metálico	8
Eletroduto flexível	84
Tubulação: instalação	60
Tubulação: retirada	41
Pontos Lógicos: instalação	38
Pontos Lógicos: remanejamento	46
Pontos Lógicos: reparos	80
Ramais telefônicos: instalação	30
Ramais telefônicos: remanejamento e/ou extensão	64
Ramais telefônicos: reparos	161
Substituição de blocos BLI por engate rápido	5
Acompanhamento de eventos (sonorização)	15
Outros	32
TOTAL	3.874

Seção de Instalações Mecânicas

A Seção de Instalações Mecânicas executou 4.078 atividades oriundas de solicitações de serviço, perfazendo uma média de 43 execuções ao dia.

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
<i>Split</i> – Manut. Corret. sem Linhas de Líquido	74
<i>Split</i> – Manut. Corret. com Linhas de Líquido	53
<i>Split</i> – Manut. Preventiva	3.904
Cond Ar Parede – reparos e manutenção	47
TOTAL	4.078

Seção de Metalurgia

A Seção de Metalurgia executou 1.058 atividades oriundas de ordens de serviço, perfazendo uma média de 11 execuções diárias. Os serviços de pintura, perfazendo um total de 2.249m² pintados, não estão incluídos nesse montante.

A seguir, é apresentado o quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Revestimentos (293,5m ²)	48
Serviços hidráulicos	353
Recuperação de alvenaria (17m ²)	9
Vidros (115m ²)	29
Instalação e Conserto de Forro (206m ²)	137
Esquadrias de alumínio: portas, portão e gradil	32
Telhados, algerosas, calhas e capeamento (38m)	12
Metalurgia	335
Deslocamento	8
Serviços gerais	95
TOTAL	1.058

Salientam-se ainda:

- elaboração, juntamente com a COMIP – Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais, de projeto básico para contratação de empresas terceirizadas visando a regionalizar o atendimento das demandas de manutenção predial, bem como a supervisão dessas empresas;
- supervisão de serviços prestados por empresas terceirizadas;
- execução de diversas atividades de pintura nos gabinetes e nas varas trabalhistas, bem como em diferentes espaços do prédio-sede do TRT e dos prédios das Varas (saguões/andares), no prédio da Rua João Telles – em Porto Alegre, e nos prédios das Varas do Trabalho de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Guaíba, Lajeado, Viamão, resultando em 2.249 m² pintados;
- lavagem das caixas d'água de todas as unidades judiciárias da região metropolitana;
- conserto de rachaduras e impermeabilização nos reservatórios superiores d'água do prédio-sede;
- instalação de vidros em divisórias no Anexo do prédio do TRT, totalizando 160m².

Seção de Marcenaria e Carpintaria

A Seção de Marcenaria e Carpintaria executou 1.576 atividades oriundas de solicitações de serviço, perfazendo uma média de 16 (dezesseis) execuções diárias, conforme quadro abaixo.

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Atril – confecção	10
Biombos – instalação e remoção	1
Cabideiro – confecção, colocação e remoção	30
Diversos	258
Divisórias – instalação (m ²)	365
Divisórias – remoção (m ²)	113
Dobradiça – trocas, instalação	131
Quadro – confecção e colocação	107
Fechaduras – conserto, instalação	117
Fechaduras de móveis – instalação, remoção	3
Montantes – confecção e colocação	30
Móveis – confecção	19
Móveis – conserto	105
Móveis – montagem e desmontagem	109

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Mural – confecção e colocação	33
Portas – conserto, instalação	82
Prancheta móvel de teclado – confecção e colocação	1
Prateleiras – confecção e colocação	33
Prateleiras – recolocação	6
Serviço de apoio a outros setores	18
Supedâneo – confecções	5
TOTAL	1.576

Destacam-se:

- a troca do *layout* da 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;
- a colocação de isolantes acústicos em diversos gabinetes do TRT;
- a instalação de divisórias e portas no Prédio Anexo do TRT, em um total de 250m de divisórias;
- a execução de serviços variados nas Varas de Santa Maria, Caxias do Sul, Canoas, Estância Velha e Sapucaia do Sul, notadamente a revisão/remoção/instalação de divisórias, portas e fechaduras;
- a confecção de 19 (dezenove) móveis sob medida para atender necessidades específicas de unidades administrativas e judiciárias da Capital.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENADORIA DE PAGAMENTO

A Secretaria de Orçamento e Finanças elaborou as folhas de pagamento mensais, suplementares, de férias e de gratificação de natal. Das atividades exercidas, cabe destacar as mencionadas a seguir:

- elaboração de controles e planilhas eletrônicas;
- acompanhamento da legislação sobre pagamento de pessoal;
- preparo de informações em processos administrativos;
- emissão de Certidões;
- prestação de informações à Advocacia-Geral da União, Juízes Federais e Estaduais, Procuradoria da Fazenda Nacional, etc.;
- controle e encaminhamento de débitos existentes na folha de pagamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- manutenção da parte de cálculo da folha, como criação, exclusão e associação de rubricas, bem como desenvolvimento e atualização das tabelas de dados e outros indicadores;
- transmissão dos arquivos para crédito da folha de pagamento na rede bancária;
- controle e elaboração da DIRF, Informe de Rendimentos do IRRF, RAIS, SEFIP e PASEP;
- utilização de programas de busca de informações no banco de dados (*Access* e *Discoverer*);
- automatização dos procedimentos mensais de concessão de progressões/promoções, adicional de qualificação por ações de treinamento através da manipulação direta do banco de dados da Folha de Pagamento via utilização do *microsoft access*; automatização dos procedimentos, feitos em dezembro, de indenização das dispensas de FC/CJ ocorridas durante o ano e do computo da média das substituições dos juízes no cálculo da parcela final da gratificação natalina através do uso do *microsoft access*;
- inclusão no banco de dados do Sistema de Compras dos pagamentos dos honorários periciais via utilização do *microsoft access*, a partir de planilha eletrônica elaborada pelo Serviço de Precatórios;
- emissão e envio, via Malote Digital, dos contracheques dos servidores cedidos a outros Tribunais;
- criação e manutenção da página na Intranet, com as informações referentes aos pagamentos realizados e a serem realizados;
- criação e manutenção dos dados no menu "Transparência" do portal do Tribunal na Internet;

- encaminhamento, a partir da competência novembro de 2010, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Detalhamento da folha de pagamento de pessoal – Anexo VIII da Resolução nº 102, de 15.12.2009;
- validação e envio de arquivos de dados no formato XML ao Ministério da Previdência Social para Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União para o exercício de 2012 (com dados referentes a julho/2011);
- administração dos contratos regulados pela Portaria TRT nº 108, de 24.01.2005, com renovação de vários contratos com vencimento em 2012;
- análise dos lançamentos e pagamentos efetuados pela folha de pagamento mediante o uso de técnicas de auditoria, visando a detectar possíveis incorreções no sistema, fortalecendo a segurança das operações.
- verificação, mediante controles diversos, da adequacidade e legalidade das operações efetivadas no sistema de folha de pagamento e respectivos efeitos.

Principais alterações e pagamentos extraordinários efetuados no exercício de 2012:

Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - reajuste aos inativos no percentual de 6,08% (seis inteiros e oito centésimos por cento), a partir de 1º-01-2012, dos benefícios mantidos pela Previdência Social, previsto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 02, de 06-01-2012, publicada no DOU de 09-01-2012 e retificada no DOU de 30-01-2012; - Majoração do benefício de Auxílio-Alimentação de R\$ 630,00 para 710,00, a partir de 20-12-2011, conforme Processo Administrativo TRT 4ª nº 37191-1996-000-04-00-4; - Alteração do benefício de Assistência Pré-Escolar de R\$ 400,00 para R\$ 561,00. Ato CSJT.GP.SG Nº 2, de 09.01.2012, DOU de 10-01-2012.
Maio	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento da 3ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE, na seguinte proporção: magistrados ativos 50,396825% sobre o saldo existente ou 25,4% sobre o total inicial; magistrados inativos e pensionistas: 63,450292% sobre o saldo existente, atualizado até maio de 2012, ou 43,4% sobre o total inicial; - pagamento parcial aos servidores ativos, inativos e pensionistas dos juros administrativos decorrentes do pagamento em atraso das parcelas de URV. Os pagamentos continuaram ocorrendo no período de junho a novembro/2012; - Pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012), na seguinte proporção: classistas ativos 52% sobre o total inicial; classistas inativos e pensionistas: liberação da parcela de 2010 e da parcela de 2011, para todos, e, ainda, 21,168552% sobre o saldo existente, ou 35,9% sobre o total inicial.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento do reflexo da diferença do recálculo da PAE de magistrados na Substituição, na seguinte proporção: magistrados ativos, 75% sobre o saldo existente; - 2º lote do pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012); - Pagamento do 2º lote da 3ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE de magistrados; - 3º lote do pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012).
Julho	<ul style="list-style-type: none"> - pagamento parcial aos sucessores de servidores dos juros administrativos decorrentes do pagamento em atraso das parcelas de URV. Os pagamentos continuaram ocorrendo no período de agosto a novembro/2012; - Pagamento do 3º lote da 3ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE de magistrados. (Pagamento da 2ª Distribuição Orçamentária de 2012, de 2% do montante das quatro parcelas dos passivos da PAE e URV, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 9, de 19-07-2012); - 3º lote do pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012) (Pagamento da 2ª Distribuição Orçamentária de 2012, de 2% do montante das quatro parcelas dos passivos da PAE e URV, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 9, de 19-07-2012); - Pagamento do reflexo da diferença do recálculo da PAE de magistrados na Substituição. (Pagamento da 2ª Distribuição Orçamentária de 2012, de 2% do montante das quatro parcelas dos passivos da PAE e URV, conforme Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 9, de 19-07-2012).
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento do 4º lote da 3ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE de magistrados; - 4º lote do pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012).

Setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento do 5º lote da 3ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE de magistrados; - 5º lote do pagamento da 2ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE Classistas (2010 e 2012); - ("Pré PJ"). Para pagamento de passivos de servidores, classistas e magistrados, inativos e pensionistas relacionados no Ofício nº 99/2012 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 10-09-2012, que possuíam data de deferimento anterior à dos Servidores PJ (22-02-2010); - ("PJ"). Para pagamento de passivos de servidores inativos e pensionistas PJ relacionados no Ofício nº 99/2012 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 10-09-2012.
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> - ("Aboninho"). Para pagamento do passivo denominado Abono da Lei nº 10.698/03 aos servidores inativos e pensionistas, conforme autorização do Ofício nº 99/2012 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 10-09-2012; - ("Pós PJ"). Para pagamento de passivos de servidores, classistas e magistrados, inativos e pensionistas relacionados no Ofício nº 99/2012 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 10-09-2012, com data de deferimento após 22-02-2010; - Abono da Lei nº 10.698/03 aos pensionistas que receberam transferência de instituidores.
Novembro	- Diferenças retroativas do subsídio da Unimed, do período de janeiro a outubro de 2012.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento de vantagens e de diferenças decorrentes de concessões que deram entrada na SECOF após o fechamento da folha normal de dezembro de 2012; - Diferenças de auxílio-alimentação aos magistrados, correspondentes aos seguintes períodos: dezembro de 2010: quitação do saldo de 21%, novembro de 2010: integral; outubro de 2010: pagamento de 66% do valor devido, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; - Passivos individuais de servidores ativos, inativos e pensionistas, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; - Diferenças de Auxílio-Alimentação aos Magistrados. Quitação do saldo de 34% remanescente do mês de outubro de 2010, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; - URV sobre as diferenças de PAE aos magistrados ativos, inativos e pensionistas, que se encontram em folha de pagamento, na proporção de 45% do valor apurado, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; - URV sobre as diferenças de PAE aos classistas ativos, inativos e pensionistas, que se encontram em folha de pagamento, na proporção de 25% do valor apurado para ativos e de 53% para inativos e pensionistas, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012.

Número de Servidores e Magistrados		
Ativos	Servidores	3418
	Magistrados	257
Inativos	Servidores	1.001
	Magistrados	115
Pensionistas	Juízes Classistas	118
	Pensionistas Civis	449
Total		5.358

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2012, dentre as atividades relacionadas a orçamento e finanças do Tribunal, cabe destacar:

- elaboração da Proposta Orçamentária Prévia 2013 de pessoal, encargos sociais e benefícios, com projeção da folha normal de pessoal e incrementos não previstos na folha base, bem como levantamento atualizado dos passivos devidos pelo Tribunal. Inclusão da Proposta Orçamentária 2013 no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;
- elaboração da Proposta para abertura de créditos suplementares no decorrer do exercício para atender a despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios. Inclusão do Pedido de Suplementação Orçamentária 2012 no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;
- projeções e acompanhamento dos saldos orçamentários e financeiros do Orçamento de 2012, referentes a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, com demonstrativos de previsão da despesa e cálculos de acréscimos à despesa, tais como: projeções de aposentadorias, pensões civis e preenchimento de novos cargos e funções autorizado pelas leis: 11.436/06; 12.475/2011 e 12.421/2011 e outras diversas variáveis;
- alteração de QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa), em nível de Modalidades de Aplicação e Elemento de Despesas nos grupos de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios, precatórios, RPV, e assistência jurídica a pessoas carentes;
- execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de pessoal, sendo feita no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal a apropriação da despesa, documentos de descontos, encargos e emissão de ordens bancárias, viabilizada através da emissão de documentos de movimentação financeira com o acompanhamento e controle da execução;
- atualização de dados no SIAFI e pagamento de valores referentes a Precatórios da Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor;
- pagamento de honorários periciais – registro e pagamento no SIAFI do Programa Assistência Jurídica a pessoas carentes e consequente disponibilização dessas informações em meio eletrônico;
- emissão de Ordens Bancárias de Pagamento de fornecedores e respectivas retenções;
- emissão de Ordens Bancárias de Folha de Pagamento de magistrados, servidores e pensionistas;
- pagamento de Diárias a servidores, magistrados e eventuais, e disponibilização em meio eletrônico dessas informações.
- transmissão de informações à Previdência Social, através do aplicativo SEFIP, dos trabalhadores vinculados ao RGPS que prestam serviço ao Tribunal;
- análise da documentação referida no artigo 11, §1º, da Resolução 98/2009 do CNJ, para fins da liberação a que se refere;
- restituição aos contribuintes de valores arrecadados por meio de GRU, no caso de pagamentos a maior ou indevidamente;
- regularização, junto à Receita Federal do Brasil, de pendências relativas a recolhimentos de tributos (REDARF e Certidão Negativa de Débitos);
- elaboração de Relatórios Gerenciais para acompanhamento da execução do Orçamento, tais como 1. Variação Mensal da Despesa Orçamentária; 2. Controle do Saldo Orçamentário; 3. Projeções da Folha de Pagamento; e 4. Comparativo do Sub-repasse das Categorias de Pessoal e Outros Custeios com a Despesa Executada;
- declarações para empresas do imposto referente à Lei nº 9.430/96;
- elaboração da Declaração de Imposto e Contribuições Retidas em meio magnético, discriminando mensalmente o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento, nos termos das especificações aprovadas pela Secretaria da Receita Federal;
- elaboração, publicação no Diário Oficial da União (DOU) e disponibilização em meio eletrônico do Relatório de Gestão Fiscal nos três quadrimestres do ano. Lançamento e disponibilização do RGF – Relatório de Gestão Fiscal no SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (englobando os órgãos do Poder Judiciário);
- lançamento de dados e acompanhamento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal – SIGPLAN das informações relativas ao desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade deste TRT;
- conciliação e composição de contas contábeis de adiantamentos e provisão de férias e gratificação de natal;
- elaboração do Cronograma Anual de Desembolso mensal;

- lançamento no SIAFI e encaminhamento dos Pedidos de Programação Financeira – PPF de pessoal e benefícios;
- atendimento às Mensagens da ASPO/CSJT, contendo informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

A Secretaria de Apoio Administrativo – SEAPA promoveu e coordenou a manutenção de infraestrutura e serviço de apoio necessário às diversas atividades desenvolvidas no prédio-sede do TRT, tais como manutenção predial, segurança, transportes, serviços gráficos, portaria, reprografia, zeladoria, limpeza, manutenção de viaturas, telefonia e transporte de processos, documentos e cargas.

Até o mês de julho de 2012, atendeu às demandas elétricas, hidráulicas, de metalurgia e marcenaria, pinturas e reformas nos Foros da Capital, região metropolitana e interior do Estado do RS, por meio da Seção de Artífices, extinta pela Portaria nº 4.989, de 01.08.2012, quando essas atividades passaram a ser vinculadas à Secretaria de Manutenção e Projetos.

Na Capital e interior do Estado, a SEAPA atuou como gestora dos contratos nos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda, coordenou a gestão de contratos com empresas terceirizadas, as quais executam serviços de copeiragem, ascensorista, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Síntese das atividades realizadas pelas Seções e pelos Setores da Secretaria:

Seção de Artífices

Síntese das atividades realizadas de janeiro a julho de 2012:

- coordenação, supervisão e execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios deste Tribunal, bem como consertos das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes;
- execução de serviços, pela Unidade Móvel de Atendimento – U.M.A., em 57 (cinquenta e sete) unidades no interior do Estado, incluindo a região metropolitana, conforme relação a seguir:

Alegrete	Esteio	Palmeira das Missões	São Leopoldo
Alvorada	Estrela	Panambi	São Lourenço do Sul
Arroio Grande	Farroupilha	Passo Fundo	São Sebastião do Caí
Bento Gonçalves	Gramado	Pelotas	Sapiranga
Cachoeira do Sul	Gravataí	Rio Grande	Sapucaia do Sul
Cachoeirinha	Guaíba	Rosário do Sul	Uruguaiana
Camaquã	Ijuí	Santa Cruz do Sul	Taquara
Canoas	Itaqui	Santa Maria	Taquari
Capão da Canoa	Lagoa Vermelha	Santa Rosa	Torres
Carazinho	Lajeado	Santa Vitória do Palmar	Tramandaí
Caxias do Sul	Marau	Santiago	Três Passos
Cruz Alta	Montenegro	São Gabriel	Triunfo
Encantado	Nova Prata	São Jerônimo	Vacaria
Erechim	Novo Hamburgo		Viamão
Estância Velha	Osório		

- instalação, revisão e conserto das redes elétrica, lógica, telefônica e de abastecimento de água;

- execução de serviços de manutenção e reforma em alvenaria, pintura e hidráulica, manutenção de condicionadores de ar, incluídos serviços de grande porte, por intervenção de empresas terceirizadas contratadas;
- supervisão dos serviços especializados de manutenção de condicionadores de ar, redes elétricas e lógicas, sistema de combate a incêndio, subestações de alta e baixa tensão, centrais telefônicas e manutenção de elevadores, limpezas de caixa d'água, etc.;
- supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, bem como a compra de materiais, que resultaram no montante de 141 (cento e quarenta e um) processos;
- gestão e fiscalização dos contratos realizados com as empresas terceirizadas;
- inclusão de notas fiscais e documentos em processos licitados/ou processos contratados por compra direta, para fins de liquidação e pagamento;
- montagem, conserto e desmontagem de estantes metálicas;
- execução de 32 (trinta e dois) projetos de móveis pelo Setor de Marcenaria e Carpintaria;
- serviços diversos em divisórias, totalizando 780m² de divisórias;
- confecção de equipamentos de adequação ergonômica (atris, supedâneos e suportes para vídeo) somando o montante de 167 (cento e sessenta e sete) atendimentos;
- recolhimento de 206kg de metal, com efetivação de permuta por papel, por parte da Seção de Zeladoria.

TREINAMENTOS DESENVOLVIDOS PELA SEÇÃO DE ARTÍFICES DE JANEIRO A JULHO DE 2012				
Cursos/Treinamentos	Seção de Artífices – Secretaria	Setor de Edificações e Metalurgia	Setor de Marcenaria	Setor de Eletricidade e Telecomunicações
Cabeamento estruturado em rede elétrica FCP Master Fukokawa – Fontoura <i>Education</i>				2 servidores
Conferência: Assédio Moral no Trabalho: Diferenças entre o Verdadeiro e Falso – PJE	1 servidor			
Contratos Administrativos e Licitações		1 servidor		
Elaboração de Termos de Referência e Projeto Básico	chefia 1 servidor	2 servidor		1 servidor
IIIª Semana Interinstitucional de Meio Ambiente – Economia Verde	chefia			

Setor de Eletricidade e Comunicações

O Setor de Eletricidade e Comunicações executou 15.121 atividades oriundas de ordens de serviço no período de janeiro a julho do ano de 2012, perfazendo uma média de 109 execuções por dia (139 dias úteis).

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	ORDENS DE SERVIÇO
Extensão – confecção	92
Disjuntor: instalação e/ou substituição em barramento	41
Disjuntor: substituição em caixa	65
Interruptores: instalação e/ou substituição	80
Organização de cabos	102
Quadro de distribuição: manutenção	6
Rede elétrica: instalação ou substituição	1739

ATIVIDADES	ORDENS DE SERVIÇO
Rede elétrica: reparos	1135
Tomadas: instalação e/ou substituição	236
Medição de qualidade de energia	2
Lâmpada fluorescente tubular: substituição	2137
Lâmpadas diversas: substituição	555
Luminária para fluorescentes tubulares: instalação	34
Luminária para fluorescentes tubulares: reparos	886
Luminária para fluorescentes tubulares: substituição	5
Luminárias diversas: instalação	37
Luminárias diversas: reparos	42
Luminárias diversas: substituição	279
Retirada de luminária	29
Substituição/instalação de sensor de presença ou fotoelétrico	171
Canaleta de piso	56
Eletrocalha ou perfilado metálico	34
Eletroduto flexível	201
Tubulação: instalação	123
Tubulação: retirada	302
Pontos Lógicos: instalação	19
Pontos Lógicos: remanejamento	97
Pontos Lógicos: reparos	169
Ramais telefônicos: instalação	93
Ramais telefônicos: remanejamento e/ou extensão	215
Ramais telefônicos: reparos	325
Substituição de blocos BLI por engate rápido	4
Elaboração de plantas e esquemas unifilares <i>as built</i>	5
Acompanhamento de eventos (sonorização)	20
Aparelhos telefônicos – instalação	15
Centrais telefônicas – programação	6
Diversos – Telefonia	19
Telefone e fax – consertos	19
Diversos – Elétrica	46
<i>Split</i> – Manutenção Corret. sem Linhas de Líquido	82
<i>Split</i> – Manutenção Corret. com Linhas de Líquido	70
<i>Split</i> – Manutenção Preventiva	5.466
Condicionadores de Ar de Parede – reparos e manutenção	62
Total de Ordens de Serviço	15.121

Destacam-se, ainda, as seguintes atividades:

- elaboração de projetos básicos para a contratação de empresas terceirizadas, envolvendo a manutenção de splits nas cidades ainda não cobertas por contratos, ou cujos contratos mostraram-se de difícil gestão e fiscalização;
- acompanhamento, fiscalização e supervisão dos serviços especializados de manutenção prestados por empresas terceirizadas, nas áreas de climatização, telefonia, eletricidade e redes de informática;
- operação da sonorização de diversos eventos organizados pela Assessoria de Comunicação Social, Espaço Cultural, Escola Judicial, Memorial e Direção do Foro, tais como inaugurações de Varas do Trabalho

no interior do Estado, abertura de exposições de obras no saguão do prédio-sede e Espaço B, eventos no Auditório Cirne Lima, no Plenário do Tribunal e no Foro de Porto Alegre.

Setor de Edificações e Metalurgia

O Setor de Edificações e Metalurgia executou 2.055 atividades oriundas de ordens de serviço, perfazendo uma média de 15 execuções diárias. Os serviços de pintura, perfazendo um total de 3.045m² pintados, não estão incluídos nesse montante.

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Revestimentos (300,5m ²)	50
Serviços hidráulicos	729
Recuperação de alvenaria (64m ²)	18
Vidros (22m ²)	12
Instalação e Conserto de Forro (116,5m ²)	95
Esquadrias de alumínio; portas, portão e gradil	27
Telhados, algerosas, calhas e capeamento (65m)	23
Metalurgia	594
Serviços diversos (lubrificações, regulagens, etc.)	507
Total	2055

Setor de Marcenaria e Carpintaria

O então denominado Setor de Marcenaria e Carpintaria executou 3.068 atividades oriundas de ordens de serviço, perfazendo uma média de 22 execuções diárias, conforme quadro abaixo:

Quadro de atendimento de serviços:

ATIVIDADES	ORDENS DE SERVIÇO
Atril – confecção	93
Biombos – instalação e remoção	19
Caixa Estufa para papel A4	1
Cabideiro – confecção, colocação e remoção	134
Diversos	699
Divisórias – instalação (m ²)	323
Divisórias – remoção (m ²)	269
Divisórias em louro freijó – confecção e instalação (m ²)	111
Divisórias em louro freijó – remoção (m ²)	77
Dobradiça – trocas, instalação	94
Quadro – confecção e colocação	190

ATIVIDADES	ORDENS DE SERVIÇO
Fechaduras – conserto, instalação	275
Fechaduras de móveis – instalação, remoção	14
Mola de porta gemício	3
Móveis – confecção	32
Móveis – conserto	108
Móveis – montagem e desmontagem	149
Mural – confecção e colocação	58
Pinos prateleira – colocação e remoção	10
Portas – conserto, instalação	200
Prancheta móvel de teclado – confecção e colocação	1
Prateleiras – confecção e colocação	55
Prateleiras – recolocação	40
Serviço de apoio a outros setores	39
Supedâneo – confecções	43
Suporte vídeo – mão francesa	31
Total de Ordens de Serviço	3068

Destacam-se, também, as seguintes atividades:

- troca do *layout* da Corregedoria;
- reforma do Pleno do TRT;
- colocação de isolantes acústicos em diversos gabinetes do TRT;
- execução de serviços variados nas Varas de Arroio Grande, Caxias do Sul, Santa Maria, São Leopoldo e Posto da Justiça do Trabalho de Itaqui, notadamente a revisão de divisórias, portas e fechaduras;
- confecção de 32 móveis sob medida para atender necessidades específicas de unidades administrativas e judiciárias da Capital.

Seção de Gestão de Contratos

Síntese das atividades realizadas:

- controle dos vencimentos dos contratos de serviços terceirizados vinculados às diversas Seções subordinadas à SEAPA;
- encaminhamento de prorrogações dos contratos de serviços terceirizados;
- análise das minutas de contratos e pregões eletrônicos referentes a contratações de serviços terceirizados;
- elaboração de projetos básicos para contratações de serviços terceirizados;
- elaboração de relatórios, ofícios e demais documentos atinentes à SEAPA;
- autuação de processos eletrônicos e elaboração de minutas de despachos;
- atualização do guia telefônico na Intranet, encaminhamento para impressão gráfica e distribuição às diversas unidades da Capital e do interior do Estado;
- divulgação no *site* do Tribunal, na internet, da relação dos veículos da frota do Tribunal;
- distribuição do calendário do Tribunal para as unidades administrativas e judiciárias da Capital e interior do Estado;

- gestão do contrato nº 54/11, mantido com a empresa Claro, para o serviço de telefonia móvel para voz e dados em aparelhos *smartphones*.

Seção de Limpeza e Conservação

Síntese das atividades realizadas:

- supervisão e fiscalização dos serviços terceirizados de limpeza dos prédios do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do interior do Estado;
- fiscalização para a separação do lixo orgânico e reciclado;
- acompanhamento dos serviços de limpeza dos prédios das Varas e do Prédio-Sede;
- supervisão e controle de desinsetização e combate a pragas;
- atuação das chefias como prepostos do Tribunal nas audiências de reclamações trabalhistas movidas por funcionários de empresas terceirizadas de limpeza;
- controle e acompanhamento da manutenção dos jardins;
- pedido e atendimento de disponibilização de material de higiene e limpeza através do almoxarifado aos usuários;
- supervisão de limpeza pós-obras no interior de Estado;
- controle estatístico da prestação de serviços de limpeza por meio da ficha de avaliação mensal disponível na Intranet;
- acompanhamento e agendamento das solicitações de lavagem de piso, por meio de formulário específico disponível na Intranet.

Seção de Oficinas Gráficas

Síntese das atividades realizadas:

- impressão de documentos e formulários em geral, bem como reprodução de convites diversos, informativos, cartazes, cartões timbrados com envelopes, *folders*, etc;
- confecção de carimbos e serviços de encadernação;
- confecção do guia telefônico interno.

Quadro comparativo das atividades realizadas em 2011 e 2012:

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Confecção de carimbos	2.402	4.490
Encadernações	1.450	2.421
Impressos em geral	2.262.000	2.106.000

Seção de Portaria

Síntese das atividades realizadas:

- recepção, transporte e entrega de correspondências e processos entre os prédios da Capital.

Movimentação de correspondências:

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Correspondências registradas (via correio)	8.035	6.788

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Correspondências simples (via correio)	21.622	18.053
Processos (via malote)	35.926	19.931
Correspondências (via malote)	24.366	41.403
Processos Capital (Varas)	-	4.005
Processos MP	-	794
Correspondências Capital (Varas)	-	4.397
Correspondências MP	-	312
TOTAL	89.949	95.683
MÉDIA MENSAL	7.495,75	7.973,00

Seção de Recepção de Gabinetes

No ano de 2012, a Seção de Recepção de Gabinetes contou com a lotação de 13 servidores. Quatro deles desempenharam suas funções no atendimento telefônico, 7 (sete) no atendimento aos Desembargadores nos dias de Sessões e 2 (dois) exerceram atividades de coordenação.

A Seção passou a coordenar as atividades de reprografia e digitalização de documentos, exercidas por 3 (três) servidores, anteriormente desempenhadas pela Seção de Reprografia, extinta em 2012.

Foi responsável pela coordenação das atividades exercidas por 30 (trinta) funcionários terceirizados da Empresa JOB, contratada pelo TRT, divididos da seguinte maneira: 02 encarregados e 23 carregadores de processos e documentos prestando serviços no TRT; 1 (um) encarregado e 4 (quatro) carregadores de processos e documentos prestando serviços nas Varas do Trabalho da Capital; 1 (um) carregador de processos e documentos no Arquivo-Geral e 1 (um) carregador de processos e documentos na Seção de Digitalização.

A principal atividade da Seção foi o atendimento às solicitações de transporte e entrega de processos e documentos, oriundas dos gabinetes de Desembargadores, gabinetes de Juízes Convocados, Turmas, Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Vice-Corregedoria, Ouvidoria, Secretaria do Tribunal Pleno, 1ª e 2ª SDI, SDC, todas as Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, Diretoria-Geral, todas as Seções da Coordenadoria de Material e Logística, Assessoria de Recurso de Revista, Secretaria-Geral Judiciária, Secretaria Processual, Coordenadoria de Recursos, Assessoria de Juízes, Coordenadoria de Precatórios, Secretaria de Controle Interno, todas as Seções da Coordenadoria de Cadastramento Processual (Protocolo), Coordenadoria de Acórdãos e Certidões, Seção de Portaria, Secretaria de Manutenção e Projetos, Seção de Expedição (disponibilização diária de um terceirizado para movimentação de documentos e processos para a Procuradoria do Trabalho), Seção de Digitalização (envio e retorno diário de processos, tendo um funcionário terceirizado fixo para movimentação interna diária na digitalização), Procuradoria do Trabalho (duas vezes na semana, dois envios e um retorno de processos), malotes do Correio (2 vezes ao dia), Secretaria de Apoio Administrativo, Arquivo-Geral (um funcionário terceirizado fixo para movimentação interna diária), Biblioteca, Escola Judicial, Varas (atendimento a todas as unidades que solicitam o apoio terceirizado) e apoio aos meirinhos nos dias de Sessões (duas vezes na semana).

A movimentação de processos foi intensa, com aproximadamente 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) processos: em torno de 92.500 (noventa e dois mil e quinhentos) relativos à publicação e o restante movimentados entre as unidades citadas, computando média diária de movimentação de 12.000 (doze mil) processos.

Seção de Reprografia

Síntese das atividades realizadas:

- execução de cópias e digitalizações de documentos, conforme quadro demonstrativo abaixo.

SETOR/GABINETE	CÓPIAS	DIGITALIZAÇÕES
1ª TURMA	94	-
2ª TURMA	136	-
3ª TURMA	164	-
9º TURMA	212	-
10ª TURMA	669	-
11ª TURMA	247	-
ARTIFICIES	97	44
CORREGEDORIA	2.388	-
DIRETORIA GERAL	1.378	-
DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	5.506	-
ESCOLA JUDICIAL	70.537	-
GAB. 202	2.004	-
GAB. 203	1.755	-
GAB. 302	2	-
GAB. 701	7.238	401
GAB. 708	559	-
GAB. 709	388	-
GAB. 710	8	-
GAB. 803	203	-
GAB. 804	221	-
GAB. 809	27	-
GAB. JUÍZES CONVOCADOS	801	-
GRÁFICA	58.736	-
PORTARIA	4.575	-
PRECATORIOS	1.250	-
PROCESSUAL	478	-
RECEPÇÃO DE GABINETES	5.534	67
SEAPA	229	-
SEÇÃO DE LIMPEZA	11.913	7
SECOF	2.906	-
SECOM	1.680	-
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	3.141	-
SEGJUD	214	-
SEGURANÇA	1.808	12.784
SERVIÇO PROCESSUAL	106	-
SJ .JUDICIÁRIA	66	-
SJ AUT. E CLASS	400	-
SJ. ACÓRDÃOS	1.120	-
SRH	5.619	-

SETOR/GABINETE	CÓPIAS	DIGITALIZAÇÕES
TELEFONIA	2.403	26.126
TRANSPORTES	302	-
VARAS	17.158	-
VICE- PRESIDÊNCIA	516	-
ZELADORIA	92	180
TOTAL	235.216	39.609

Seção de Telefonia

A atividade principal da Seção de Telefonia é o atendimento e a transferência de ligações telefônicas na Capital – Prédio-Sede e no Foro Trabalhista de Porto Alegre.

Ligações telefônicas atendidas pela Seção de Telefonia (via telefonista) em 2012:

TIPOS DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	QUANTIDADE
Ligações de Entrada*	113.854
Ligações de Saída*	14.723
Total de ligações	128.577
Média mensal	10.715

Fonte: Tarifador Sumus for web

Total Geral de ligações via central telefônica Mx-One – 2012:

TIPOS DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	QUANTIDADE
Ligações de Entrada*	687.491
Ligações de Saída*	388.311
Total PABX	1.075.802
Média mensal	89.650

Fonte: Tarifador Sumus for web

Síntese das atividades da Seção:

- elaboração e encaminhamento de relatórios com as ligações telefônicas, interurbanas e celulares locais, às unidades judiciárias e administrativas da Capital e do interior do Estado para identificação de ligações particulares (ressarcimento) e ateste daquelas realizadas por motivo de serviço;
- ressarcimento do custo de ligações particulares da Capital totalizando R\$ 12.561,43, com média mensal de R\$ 1.046,79.

Valores tarifados (Capital):

	2012	MÉDIA MENSAL
Valor total cobrado *	103.979,57	8.664,96
Valores ressarcidos	12.561,43	1.046,79
Percentual relativo em 2012	12,08%	12,08%

* Refere-se somente aos valores de ligações interurbanas (DDD) e para telefones móveis (celulares). Não são computadas as ligações para telefones fixos locais e interurbanas realizadas entre as unidades judiciárias trabalhistas do TRT4ª

Os valores referem-se aos meses de novembro/11 a outubro/12 (12 meses). Dados tarifador sumus servidor for web.

- ressarcimento do custo de ligações particulares do interior totalizando R\$ 9.563,28, com média mensal de R\$ 796,94:

VALORES TARIFADOS (INTERIOR)	2012	MÉDIA MENSAL
Valor total cobrados *	R\$ 139.143,65	R\$ 11.595,30
Valores ressarcidos	R\$ 9.563,28	R\$ 796,94
Percentual relativo em 2012	6,87%	6,87%

Observação: Os valores referem-se aos meses de outubro/11 a setembro/12 (12 meses). A tarifação do interior é realizada a partir dos dados fornecidos pela operadora Brasil Telecom.

- elaboração de termos de referência para a contratação (licitação) de serviços e equipamentos de telefonia, conforme segue:

1. serviço de telefonia fixa comutada (STFC), modalidade local, com fornecimento de entroncamento digital/DDR (discagem direta ramal) para 11 Foros Trabalhistas do Interior – setembro/12 (Pregão nº 45/12);

2. solicitação e/ou contratação de linhas telefônicas para as novas Varas do Trabalho inauguradas em 2012 (aditamento Contrato 113/08 e 94/11);

3. solicitação de prorrogação do Contrato 88/2010 (DDG – Ouvidoria), por mais 24 meses.

4. gestão e/ou fiscalização do cumprimento dos contratos relativos aos serviços de telefonia, incluindo conferência e ateste de faturas e inclusão dos documentos nos respectivos processos administrativos eletrônicos (ADMe); e contato com as operadoras de telefonia e empresa de manutenção da central telefônica, para solicitar reparos, correções de faturamento, emissão de 2ª via de faturas, reuniões, etc.

Seção de Zeladoria

Síntese das atividades realizadas:

- gestão e fiscalização dos contratos com empresas terceirizadas, referentes à manutenção dos elevadores do Prédio-Sede, com acionamento de técnicos para a resolução de panes, transporte de materiais (carregadores) e serviço de copeiragem;

- guarda do claviculário e encaminhamento para confecção de chaves;

- controle e acompanhamento do consumo de água, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo, incluindo inspeções periódicas para detectar vazamentos;

- acompanhamento do consumo de energia elétrica, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo;

- confecção e fornecimento de *coffee break* para eventos de pequeno porte;

- preparação de café e fornecimento de água para as sessões realizadas no Tribunal (foram consumidos 113kg de café, 70kg de açúcar, 40 caixas de filtros de papel, 3 pacotes de caixas de fósforo, 132 caixas de chá, 15kg de detergente em pó, 6.500 copos de plástico);

* Refere-se somente aos valores das ligações interurbanas (DDD) e para telefones móveis (celulares). Não são computadas as ligações locais para telefones fixos e interurbanas realizadas entre as unidades judiciárias trabalhistas do TRT4ª

- fornecimento de água mineral (222 fardos de água sem gás – cada um com 6 garrafas de 1,5L - e 219 fardos com gás – cada um com 6 garrafas de 2L), em reuniões, em eventos de treinamento e em sessões de julgamento;
- reposição de peças de saboneteiras existentes no prédio-sede;
- verificação da necessidade de substituição de lâmpadas em escadarias e áreas de circulação no prédio-sede;
- fiscalização da equipe do prédio-sede responsável pelo transporte de materiais através de mão-de-obra terceirizada – atualmente a cargo da empresa Clinsul, a partir de 25.06.2012, para atendimento de atividades como o descarte de lixo, transporte de móveis, mudanças internas, transporte de equipamentos para outras unidades, reposição de água nos bebedouros, etc.;
- fiscalização do contrato de fornecimento de gás;
- fiscalização dos serviços realizados em cortinas;
- fiscalização do contrato de entrega de cartuchos de toner vazios à empresa Lexmark, a qual fornece uma unidade carregada para cada 25 unidades vazias (em 2012 foram disponibilizadas 100 carcaças).
- acompanhamento e fiscalização do fornecimento de sucata de papel para a empresa Embrapel para permuta (recolhidos 2002kg de papel branco, 10.340kg de papel misto, 45kg de alumínio, 26kg de ferro, 41kg de plástico e 77kg de baterias);
- fiscalização de contrato de copeiragem, inclusive fornecimento de chá, água e café para eventos realizados no âmbito do TRT (incluindo o café para cursos no auditório Ruy Cirne Lima – prédio Varas), bem como o atendimento direto à Secretaria da Presidência, Secretaria da Corregedoria e da Escola Judicial;
- afixação de cartazes em murais e elevadores, com a confecção/adequação dos anúncios enviados pelos servidores;
- disponibilização e controle de utensílios para confraternizações realizadas no espaço multiúso;
- disponibilização de chaves diariamente aos servidores e às empresas terceirizadas, bem como o acompanhamento destes até o local de abertura da porta.

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Total arrecadado de papel reciclável	22.129Kg	12.342
Consumo de água – prédio-sede	13.590m ³	11.184m ³
Eventos na sala multiúso	187	155
Encaminhamento confecção de chaves	420	275
Acionamento de técnico para os elevadores	134	90

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Síntese das atividades realizadas:

- planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços;
- coordenação das unidades subordinadas: Setor de Operações, Setor de Inteligência e Tecnologia, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro de Porto Alegre e Seção de Transportes;
- planejamento e execução da segurança em eventos externos, tais como: Feira do Livro; inauguração das novas Unidades; encontro de gestores e da Magistratura em Bento Gonçalves; Ato Público pelo Trabalho Seguro na Indústria da Construção Civil, realizado na Arena do Grêmio;
- controle interno e manutenção dos sistemas de segurança ligados ao Ministério da Justiça (INFOSEG) e à Secretaria da Segurança Pública do Estado (consultas integradas);
- atendimentos ao Provimento nº 233, de 14.09.2009, da Corregedoria Regional;
- gestão do contrato de vigilância armada.

Setor de Inteligência e Tecnologia

Síntese das atividades realizadas:

- monitoramento de alarmes de intrusão: 7 unidades administrativas e 62 unidades judiciárias, monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- monitoramento por CFTV: prédio-sede, Plenário do Tribunal, estande da Feira do Livro, estande da Expointer;
- monitoramento por CFTV remoto (unidades administrativas): arquivo e memorial, depósito centralizado, depósito da Seção de Cadastramento de Bens e Seção de Almoxarifado;
- monitoramento por CFTV remoto (unidades judiciárias do interior): Foros de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria;
- solicitação de conserto de cercas eletrificadas: Foros de Estância Velha e de Camaquã;
- instalação e configuração dos sistemas de CFTV nos prédios: Foros de Bento Gonçalves, Canoas e Caxias do Sul e Plenário do Tribunal;
- instalação e substituição de sistemas de alarme de intrusão nas seguintes unidades: Foros de Esteio, Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Rio Grande (3ª e 4ª), Santa Rosa e São Leopoldo.

Qualificação dos servidores do Setor:

- Seminário de Equipamentos de CFTV Brazil Roadshow 2012;
- Geovision; Seminário Internacional de Inteligência e Contraineligência promovido por Intelabs Tecnologia Eletrônica;
- Programa de Ambientação Integrar-te, "Informações sobre Segurança no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região" – 4 (quatro) turmas.

Dados Estatísticos:

ATIVIDADE	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Total de ordens de serviço abertas	213	
Cercas eletrificadas consertadas e instaladas	2	
Monitoramento de alarmes de intrusão	69	unidades administrativas e judiciárias (24h/dia)
Monitoramento de CFTV	12	unidades monitoradas
Monitoramento de CFTV por acesso remoto	2	unidades judiciárias
Portais detectores de metais consertados	3	
Sistemas de CFTV instalados	4	
Sistemas de alarme de intrusão instalados por mão de obra própria	5	
Sistemas de alarme de intrusão modernizados – substituídos por mão de obra própria	2	
Consertos sistemas alarme de intrusão	20	
Sistemas de alarme de intrusão e de CFTV projetados (parceria SEMPRO)	5	

Setor de Segurança Especializada

Síntese das atividades realizadas:

- promoção de curso de reciclagem;

- compra de *kits* de primeiros socorros para o TRT (prédio-sede) e para as Varas do interior do Estado;
- compra de eletrodos e manutenção dos 2 (dois) desfibriladores externos automáticos – DEA do prédio-sede;
- atendimentos e/ou orientações a servidores, da Capital e interior do Estado, terceirizados e usuários da justiça;
- suporte com pessoal e equipamentos nos grandes eventos promovidos pelo TRT, tais como “Encontro de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Gramado/RS)” e “Encontro Anual de Gestores (PUC/RS)”

Prevenção e combate a incêndio:

- acompanhamento do processo de contratação de empresa para recarga dos extintores do TRT e das Varas do Trabalho da Capital e da Região Metropolitana;
- instrução aos Agentes de Segurança Judiciária sobre os procedimentos em caso de disparo do alarme de incêndio no prédio-sede;
- avaliação do sistema de alarme de incêndio no prédio-sede;
- avaliação semanal das bombas de hidrante e *sprinklers*;
- avaliação mensal (pesagem e verificação dos manômetros) dos extintores do TRT;
- inventário dos extintores nas Varas do interior do Estado;
- manutenção e reposição de materiais do sistema de combate a incêndio nas Varas de Porto Alegre.

Contrato de vigilância terceirizada:

- fiscalização do serviço de vigilância nas unidades do TRT em todo o Estado;
- reorganização das planilhas e arquivos referentes ao controle dos vigilantes da empresa de vigilância terceirizada;
- melhoramento do sistema de fiscalização do cumprimento do contrato de serviço terceirizado de vigilância armada no TRT (nº 124/08);
- elaboração de Projeto Básico para o processo licitatório de contratação de empresa terceirizada de vigilância armada no TRT;
- participações, como prepostos, em audiências de ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa SELTEC Vigilância Especializada Ltda., em que o TRT é reclamado, de forma subsidiária.

Qualificação do Setor:

- curso GFIP-SEFIP na Administração Pública com laboratório prático;
- curso Aspectos Práticos do ADM Eletrônico para fiscais de contrato;
- 14º Encontro Anual de Gestores;
- curso de atualização em atividades de segurança.

Setor de Operações

Síntese das atividades realizadas:

- segurança preventiva e ostensiva nas salas de Sessões, Presidência, Corregedoria e demais postos do prédio-sede;
- recepção, proteção e acompanhamento de autoridades;
- execução de plantões nos feriados e finais de semana;
- controle e proteção dos estacionamentos;
- operação dos sistemas detectores de metais;
- atendimento aos botões de pânico;
- atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- registro de ocorrências (furto, perda de objeto, etc.);
- coibição do ingresso ou da permanência de pessoas portando qualquer espécie de armamento nas unidades judiciárias e administrativas;
- controle de acesso de pessoas ao prédio-sede do TRT;

- organização dos serviços realizados pela vigilância terceirizada.

Setor de Segurança das Varas de Porto Alegre

Síntese das atividades realizadas:

- realização de audiências em geral na sala de segurança envolvendo apenas, podendo também, a cargo da autoridade, ser realizada nas salas de audiências das Varas;
- atendimentos a chamados nas secretarias das Varas, nas salas de audiências e nas dependências em geral, para ocorrências como agressões, desentendimentos, desacatos, barulho e socorro de saúde. Os chamados são realizados por telefone, via alarme de pânico ou pessoalmente;
- videomonitoramento, para acompanhamento da circulação de pessoas nas dependências do Foro por meio de 58 câmeras de vídeo, sendo 56 fixas e 2 móveis. As imagens são gravadas no sistema e ficam disponíveis para recuperação por aproximadamente 10 dias, conforme volume de gravação;
- acompanhamento rotineiro do sistema de combate a incêndio, caixas de hidrantes e mangueiras, chuveiros *sprinklers* e extintores, fazendo os encaminhamentos necessários para manutenção;
- controle de acesso de veículos de Juízes Titulares, Diretores de Secretaria e Chefes de Setores. Utilizam vagas fixas os Juízes Substitutos, Oficiais de Justiça, Viaturas Oficiais do Tribunal e de outros órgãos públicos e idosos;
- controle de achados e perdidos: diariamente, são recebidos objetos e documentos que foram perdidos nas dependências do Foro. É realizada a guarda e devolução dos objetos procurados.

Portais detectores de metais e raios-X:

Contando com dois aparelhos detectores de metais e um equipamento de raios-X nos acessos principais do prédio, a equipe de segurança reteve os objetos elencados a seguir:

Retenção de Objetos 2012:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Arma de fogo	9	18	20	20	33	28	23	28	23	17	24	11	254
Arma branca	3	4	5	3	10	7	36	39	30	63	44	34	278
Bastão, algemas, gás, choque, estrela e soqueira	2	1	0	2	3	2	0	3	4	8	2	3	30
Ferramentas	1	1	2	0	3	2	4	13	8	15	3	9	61
Total	15	24	27	25	49	39	63	83	65	103	73	57	623

Fluxo de pessoas:

Utilizando os contadores de passagem dos portais detectores de metais, foram contabilizados os acessos realizados a partir de suas instalações, em meados de abril, chegando-se aos seguintes totais:

MÊS	ABR*	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACESSOS	51.741	106.600	98.519	107.832	105.616	80.656	109.757	94.571	67.974	727.326

* Foram registrados 727.326 acessos nos portais deste Foro durante o período de registro (15 de abril a 19 de dezembro), com média mensal (meses cheios) de 84.448.

Qualificação dos servidores do Setor:

- Curso de reciclagem anual obrigatório, totalizando 30 horas para todos os Agentes de Segurança.

* Dias 15 a 30

Seção de Transportes

Síntese das atividades realizadas:

- controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético;
- controle da utilização do sistema de gestão de meios de pagamento de pedágio;
- controle do seguro contra terceiros para toda a frota;
- controle da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, na Capital e no interior do Estado, bem como transporte de móveis e equipamentos;
- realização de despesas e prestação de contas do suprimento de fundos;
- fiscalização do serviço de lavagem e limpeza geral dos veículos da frota;
- licenciamento da frota junto ao DETRAN;
- controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram.

Qualificação dos servidores:

- programa de reciclagem anual para atividades de segurança.

Alterações nos veículos:

Ao longo do ano, houve o desfazimento de 3 (três) viaturas e a aquisição de 4 (quatro) novas.

Total de Atendimentos:

Total de Atendimentos:	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Atendimentos a Desembargadores	2.963	2.891
Atendimentos a servidores	5.346	5.721
Total	8309	8.612*

** 8.113 atendimentos referentes à área metropolitana e 499 ao interior do Estado.*

Quadro comparativo de consumo de combustíveis e de quilometragem total percorrida:

Quantidade de veículos		Tipo de combustível	Consumo total no ano (em litros)		Quilometragem total percorrida		Média de consumo (km/litro)	
2011	2012		2011	2012	2011	2012	2011	2012
		gasolina	30.165	35.439	299.754	360.011	9,93	10,16
		álcool	882	25	6.618	300	7,5	12,04
		diesel	11.029	15.458	102.927	92.103	9,33	5,96
41	40	Total	42.075	50.922	409.299	452.414	8,92	8,88

Seção de Manutenção de Viaturas

Síntese das atividades realizadas:

- manutenção geral dos veículos, com ações preventivas e corretivas dos veículos da frota do Tribunal;
- regulagem dos motores;
- testes de diagnósticos de falhas;
- substituição de óleo de motores e de caixas de câmbio;
- manuseio de pneus;

- manuseio de baterias;
- revisão dos itens básicos (níveis de óleo lubrificante e de líquido de freio);
- arrefecimento, tensão das correias, tensão de bateria, calibragem de pneus e parte elétrica.

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Quantidade média de veículos atendidos	34	40
Total de atendimentos efetuados nos veículos	-	320
Valor total do custo de peças e serviços*	55.144,75	38.728,33
Média mensal do custo de manutenção da frota*	4.595,39	3.227,36
Média mensal do custo de manutenção p/veículo*	135,16	80,68

	ANO DE 2011	ANO DE 2012
Valor de peças ou serviços (por empenho)*	39.250,07	26.362,40
Valor de peças ou serviços (por suprimento de fundos)*	15.894,68	12.365,93

* *Valores em reais*

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

De início, cumpre registrar que, no ano de 2012, ocorreram algumas alterações na estrutura da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP. Por meio da Portaria nº 3.959, de 21.06.2012, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 02.07.2012, foi criada a Seção de Conferência Interna.

Ainda, por meio da referida Portaria, a Seção de Legislação deixou de ser vinculada à Coordenadoria de Informações Funcionais.

Atualmente, a Secretaria de Gestão de Pessoas tem a seguinte estrutura:

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Seção de Conferência Interna

Seção de Legislação de Pessoal

Coordenadoria de Informações Funcionais

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

Seção de Apoio Administrativo

Seção de Aposentadorias e Pensões

Seção de Assuntos da Magistratura

Seção de Benefícios

Seção de Frequência e Férias

Seção de Publicações e Registros

Seção de Vantagens

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Seção de Acompanhamento Funcional

Seção de Assuntos Disciplinares
 Seção de Avaliação de Desempenho
 Seção de Capacitação
 Seção de Educação a Distância
 Seção de Funções Comissionadas
 Seção de Ingresso e Remoção

Seção de Conferência Interna

Síntese das atividades realizadas:

- acompanhamento e atualização da planilha de controle orçamentário da verba de capacitação;
- elaboração de controles diversos sobre o sistema de Recursos Humanos, tais como planilhas e relatórios;
- auxílio na elaboração de relatórios como o de gestão do TCU, SIPREV;
- análise dos processos de trabalho da SEGESP.

Seção de Legislação de Pessoal

A Seção de Legislação de Pessoal desempenhou papel de suporte legal e jurisprudencial relacionados à área de pessoas, com ênfase para as matérias constantes na Lei nº 8.112/90.

Dentre as atividades realizadas, merecem destaque a elaboração de pareceres em processos administrativos, a prestação de informações em consultas formuladas pelas demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, por servidores, bem como por outros setores ou órgãos da Justiça do Trabalho, ou por Conselhos Superiores da Justiça.

No decorrer do ano de 2012, foram elaborados os seguintes tipos de trabalho com manifestação formal da Seção de Legislação de Pessoal:

TIPO/QUANTIDADE					
Consulta	Informação	Revisão de Informação	Normatização	Parecer	Outros
53	20	40	4	34	1

Alguns dos principais assuntos abordados no período foram: licenças, afastamentos, remoção, acumulação de cargos públicos, ajuda de custo, deveres e proibições do servidor público, redistribuição, estágio de estudantes, tempo de serviço/contribuição, VPNI, aposentadoria, jornada de trabalho, avaliação de desempenho, adicional de qualificação, assistência pré-escolar, frequência e férias, diárias, ressarcimento de despesas com deslocamento, adicional de penosidade, adicional noturno, auxílio-natalidade, abono de permanência, nepotismo e benefícios.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

TEMPO DE SERVIÇO	
Averbação de Tempo de Serviço	366
Conversão de tempo especial (deferimento/indeferimento)	43

TEMPO DE SERVIÇO	
Concessão/revisão de adicional por tempo de serviço	102
Certidões de Tempo de Serviço (ex-servidores)	55
Reconhecimento e revisão (LPA)	7
Desentranhamento de Certidões	13
TOTAL	586

LICENÇAS	
Licença para tratar de Interesses Particulares	9
Licença para tratar de Interesses Particulares (vinculada a Mandato Sindical)	1
Licença para o Desempenho de Mandato Classista	01
Licença para Acompanhamento de Cônjuge	06
Indeferimento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	03
Alteração de lotação de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Cancelamento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Recadastramento de servidores em Licença para Acompanhamento de Cônjuge	18
Concessão de Licença-prêmio por Assiduidade	12
Indeferimento de Licença-prêmio por Assiduidade	02
Concessão de Licença para Atividade Política	05
TOTAL	61

AFASTAMENTOS/REQUISIÇÕES/LOTAÇÕES PROVISÓRIAS	
Afastamento para estudos ou missão no exterior	00
Afastamento para frequentar programas de formação	01
Afastamento para trabalhar em outros TRTs (cedência/renovação)	12
Afastamento para trabalhar em outros órgãos (cedência/renovação)	02
Requisitados de outros TRTs pelo Tribunal (requisição/renovação)	00
Requisitados de outros Órgãos pelo Tribunal (requisição/renovação)	03
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com lotação provisória no Tribunal	01
TOTAL	19

DIVERSOS	
Pedido de reconsideração/recurso	04
Informações prestadas à AGU	03
TOTAL	07

Seção de Apoio Administrativo

ATIVIDADES	
Espécie	Quantidade
Carteiras funcionais expedidas	262

ATIVIDADES	
Espécie	Quantidade
Registros de andamentos de expedientes no NovaJus4	174
Registros no livro de protocolos externos	3426
Registros no sistema informatizado da SEGESP de protocolos internos	5623

Outras atividades desenvolvidas pela Seção:

- atendimento ao público e às ligações telefônicas para a Secretaria de Gestão de Pessoas;
- recebimento/encaminhamento de documentos e correspondências da SEGESP;
- controle do relatório de ligações telefônicas, da comunicação de ausências dos servidores da Secretaria, das numerações de portarias e ofícios expedidos;
- controle do estoque de material de expediente;
- gerenciamento do correio eletrônico e da caixa do ADM Eletrônico da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- monitoramento da instalação de equipamentos para eventos e cursos de capacitação promovidos pela Secretaria;
- participação na organização do 15º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do RS, ocorrido na cidade de Bento Gonçalves;
- acompanhamento e apoio da mudança de endereço da SEGESP, da troca de equipamentos e do mobiliário da Secretaria;
- operacionalização da premiação anual de servidores por tempo de serviço e da sistemática de agendamento de atuações do Serviço de Apoio Temporário (SAT);
- consolidação dos relatórios gerenciais e levantamentos estatísticos da SEGESP.

Seção de Aposentadorias e Pensões

APOSENTADORIAS	
TIPOS	NÚMEROS
Invalidez	05
Proporcional ao Tempo de Contribuição	02
Tempo de Contribuição	50
Cancelamento de Aposentadoria	28
Indeferimento de Aposentadoria	01
Indeferimento de Revisão	07
Revisão	45*
Reversão	01

* Sendo 36 revisões da EC nº 70/2012

PENSÕES	
TIPOS	NÚMEROS
Concessão	30
Reversão de cotas	08
Cancelamento	16
Indeferimento	04
Montepio Civil da União (concessão)	01

AUXÍLIO-FUNERAL, DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO (A), UNIÃO ESTÁVEL, ISENÇÕES, ABONO, DILIGÊNCIAS, RECADASTRAMENTOS E OUTROS	
TIPOS	NÚMEROS
Abono de Permanência	79
Antecipação do Abono de Permanência	06
Auxílio-funeral	26
Auxílio-natalidade	01
Cancelamento da isenção da Contribuição Previdenciária	06
Cancelamento da isenção do IRRF	06
Cancelamento de designação de companheiro (a)	02
Concessões de licença-prêmio em pecúnia	18
Contagens de tempo de contribuição	191
Designação de companheiro (a)	11
Designação de filho (a) inválido (a), irmão, mãe e neto	03
Desistência de designação de companheiro (a)	01
Desistência de pedido de isenção do IRRF	01
Diligências do TCU	45
Diligências da SECONTI	04
Indeferimento da isenção da Contribuição Previdenciária	01
Indeferimento da isenção do IRRF	11
Indeferimento do Abono de Permanência	03
Indeferimento licença-prêmio em pecúnia	02
Indeferimento de designação de companheiro (a)	01
Indeferimento de designação de filho (a) inválido (a)	01
Indenização de funeral	04
Informações prestadas à AGU	14
Isenção da Contribuição Previdenciária	41
Isenção do desconto do IRRF	41
Manutenção da isenção do IRRF após reavaliação	04
Pedidos de reconsideração	03
Recursos Administrativos	04
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	1.198 (inativos) + 426 (pensionistas)
União estável	06
Outras informações	10

Seção de Assuntos da Magistratura

ASSUNTO	EXPEDIENTES
Averbação de tempo de serviço	20
Ajuda de custo (1)	51
Licenças (afastamento, casamento, paternidade, luto, para frequência a curso)	195
Férias	244
Nomeação/promoção/remoção/permuta de Juizes do Trabalho Titulares e Substitutos (2)	71
Diárias de Desembargadores, Juizes Titulares e Substitutos (3)	344
Boletim de Substituição (4)	12
Quadro de Antiguidade de Juizes Titulares e Substitutos (5)	23
Certidões diversas para magistrados e ex-representantes classistas	47

(1) A ajuda de custo compreende a análise e instrução do processo e a elaboração da portaria correspondente;

(2) A nomeação/promoção/remoção/permuta de Juiz compreende, conforme o caso, a instrução do processo, a elaboração de portaria e do termo de posse e o lançamento ou atualização cadastral no Sistema de Recursos Humanos e no sistema SISAC/TCU;

(3) As portarias de concessão de diárias elaboradas pela Seção aos Juizes Titulares e Substitutos são aquelas referentes à participação na condição de instrutores ou à participação em cursos ou eventos fora do Estado;

(4) Elaborado pela Seção apenas o boletim de substituição dos Juizes convocados para atuar no Tribunal e os designados para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação;

(5) Anualmente, é instruído um expediente com os quadros de antiguidade dos Desembargadores, Juizes Titulares e Substitutos e submetido à apreciação do Órgão Especial na sessão do mês de março, e a cada alteração no Quadro de Juizes Titulares e Substitutos é elaborado novo quadro de antiguidade, com posterior disponibilização desses na internet.

Outras atividades desenvolvidas pela Seção:

- inclusão/exclusão de dependentes de Desembargadores e Juizes de 1ª Instância, ativos, para fins de imposto de renda e serviço médico-odontológico;
- reconhecimento de união estável;
- elaboração de termos de posse de Desembargadores e Juizes Substitutos;
- controle das vagas existentes de Desembargadores e Juizes de 1ª Instância;
- lançamento no sistema informatizado da SEGESP, dos cursos realizados pelos Desembargadores e Juizes de 1ª Instância, cujos diplomas foram encaminhados à Seção, para arquivo em seus assentamentos funcionais;
- lançamento no sistema informatizado da SEGESP, dos tempos de serviço averbados pelos Desembargadores e Juizes de 1ª Instância;
- atendimento às diligências propostas pelo TCU, CNJ, CSJT, TST e outros Tribunais, como, por exemplo, número de vagas existentes, cargos ocupados, questionamentos sobre férias, diárias, dentre outros;
- controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União;
- registro das admissões no sistema TCU-SISAC.

Seção de Benefícios

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		
Nº de servidores e de magistrados beneficiados	Nº de dependentes beneficiados	Custo anual
579	731	R\$ 3.685.772.30

AUXÍLIO-NATALIDADE	
Nº de concessões no ano	Custo anual
99	R\$ 60.334.00

AUXÍLIO-TRANSPORTE	
Nº de servidores beneficiados	Custo anual
306	R\$ 736.567.42

DEPENDENTES PARA FINS DE IRRF E SERVIÇO MÉDICO-ODONTOLÓGICO	
Finalidade	Número
IRRF	3123
SMO	3644

UNIMED				
Titulares		Dependentes		Total
Semiprivativo	Privativo	Semiprivativo	Privativo	
4050	478	6259	521	11308

PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL*	PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES*	CUSTO ANUAL TOTAL*
R\$ 10.387.983.60	R\$ 29.253.885.11	R\$ 39.641.868.71

*valores com impostos incluídos

Seção de Frequência e Férias

FÉRIAS DE SERVIDORES	
Cálculo do saldo de férias em virtude de exoneração de cargo em comissão	81
Cálculo do saldo de férias em virtude de pedido de vacância	66
Cálculo do saldo de férias não fruídas por ocasião da aposentadoria	57
Lançamentos no Sistema de Pessoal das alterações de férias	842
TOTAL	1.046

LICENCAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES PROCESSADAS	
Afastamentos para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei	31
Casamento	43
Afastamentos por motivo de doação de sangue	59
Afastamentos por motivo de falecimento de pessoa da família	93
Certidões	17
Concessões de dispensa de ponto	131
Concessões de horário especial de estudante	2
Registros à disposição da Justiça Eleitoral – Lei nº 8.868/94	378
Registros de fruição dos dias trabalhados nas eleições	297
Licenças paternidade	57
Plantão – Atuação em regime de plantão	2
Férias – Período averbado e não indenizado no cargo anterior	24
Plantão – Folia compensatória por atuar no regime de plantão	2
TOTAL	1.136

FREQUÊNCIA	
Boletins de frequência conferidos	462
Confecção de crachás	509
Fotos digitalizadas para ficha cadastral do sistema de RH	218
Frequência de servidores requisitados/licença para acompanhar cônjuge com lotação neste Tribunal e removidos para este TRT	283
Frequência servidores cedidos, licença para acompanhar cônjuge com lotação fora do Tribunal e removidos para outro TRT	202
Investigações e registros de faltas injustificadas	15
TOTAL	1.689

Ressalta-se, ainda, que a Seção de Frequência e Férias também realizou o controle da situação eleitoral de servidores e magistrados por meio do encaminhamento à Justiça Eleitoral de listagem nominal de magistrados e servidores, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2006 entre o Tribunal e o TRE/RS.

Seção de Publicações e Registros

ATIVIDADES	
Espécie	Quantidade
Abertura de pastas funcionais de servidores nomeados em 2012	196
Certidões coletivas solicitadas por escritório de advocacia encarregado de ações do Sintraiufe	15
Certidões solicitadas por servidores para fins diversos	500
Elaboração de Boletins de Serviço. disponibilizados na intranet do TRT	195
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DEJT	241
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DOU	44
Cadastramento dos Processos Administrativos de alteração de nome e de registro de União Estável dos servidores ativos	76

Outras atividades desenvolvidas pela Seção:

- manutenção das pastas funcionais dos servidores ativos;
- manutenção e atualização dos dados cadastrais de todos os servidores ativos do TRT no sistema informatizado da SEGESP, incluindo alteração de conta bancária, de endereço residencial, de lotação, de exercício de função comissionada, etc.;
- expedição de certidões individuais e coletivas referentes ao processo de certificação digital do TRT, para fins de comprovação junto à Caixa Econômica Federal;
- realização de levantamentos estatísticos solicitados pelo CNJ, relativos ao quadro de pessoal (Anexo V, relatórios mensais).

Seção de Vantagens

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Nº de Servidores atendidos	775
Nº de Portarias expedidas	567
Nº de Processos Administrativos	229

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Nº de ressarcimentos Magistrados/Servidores	935
Nº de Processos Administrativos	119

ADICIONAIS	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Nº Servidores com Adicional de Periculosidade	6
Nº Servidores com Adicional de Insalubridade	54
Nº Servidores com Adicional Noturno	4

ADICIONAIS	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Nº Servidores com Adicional de Penosidade	0
Nº Servidores com Adicional de Horas Extras	0

CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Nº de Servidores	0

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Seção de Acompanhamento Funcional

ACOMPANHAMENTOS INDIVIDUAIS	
Nº de acompanhamentos iniciados	29
Nº de acompanhamentos em andamento	10
Nº de acompanhamentos encerrados	19
Total de contatos (pessoal, telefone e e-mail)	201
Total de registros	137

ACOMPANHAMENTOS AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
Nº de acompanhamentos iniciados	14
Nº de acompanhamentos retomados para revisão	14
Nº de acompanhamentos em andamento	28
Nº de acompanhamentos encerrados	6
Total de contatos (pessoal, telefone e e-mail)	120
Total de registros	65

Ações paralelas:

PROJETO INTEGRAR-TE	
Organização (Logística) do Integrar-te	03 programas de ambientação (ago, out e dez)
Participação na programação (Boas-vindas)	07 participações

PARCERIA COM COORDENAÇÃO DE SAÚDE	
Total de contatos	20 (pessoais e telefone)

INTEGRAÇÃO SEGESP	
Nº de reuniões com seções	17
Nº de relatórios	17
Nº de reuniões para finalização trabalho	6

PPA – PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	
Nº de reuniões com grupo SEGESP	4

Seção de Assuntos Disciplinares

A Seção de Assuntos Disciplinares – SEADIS, vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, possui atribuições relacionadas ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, constantes na Lei nº 8.112/90.

Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque a elaboração de informações relacionadas à sua área de competência, notadamente quanto à instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como o acompanhamento da atuação das respectivas comissões, prestando-lhes apoio técnico.

PROCESSOS AUTUADOS EM 2012	
ESPÉCIE	QUANTIDADE
Processos administrativos (PA)	14
Processos Administrativos Disciplinares (PADSERV)	4
Sindicância investigativa	0
Sindicâncias acusatórias	5

Seção de Avaliação de Desempenho

AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO					
PERÍODO	AVALIAÇÕES			PROGRESSÕES /PROMOÇÕES	FINAL DE CARREIRA
	Nº Avaliações	Encaminhadas à SAF	Recursos		
Janeiro	72		2	70	2
Fevereiro	308	3	3	74	234
Março	197	1	1	121	76
Abril	888	2		173	715
Maio	173	-	1	160	13
Junho	185	1		184	1
Julho	190	3	2	104	86
Agosto	88	2		78	10
Setembro	69	-	1	62	7
Outubro	434	1	-	82	352
Novembro	60	1		55	5
Dezembro	78	1		77	1
Total	2742	15	10	1.240	1.502

ESTÁGIO PROBATÓRIO								
PERÍODO	AVALIAÇÕES			1ª Nota	Progressão 2ª Nota	3ª Nota	Progressão 4ª Nota	5ª Nota
	Nº Avaliações	Encaminhado à SAF	Recursos					
Janeiro	90		1	14		27	22	27
Fevereiro	68	1		26		22	5	15
Março	81	1		1		34	30	16
Abril	106			23		53	15	15
Maio	79			17		43	17	2
Junho	96			28		49	14	5
Julho	128			30	14	22	20	42
Agosto	67			8	26	6	22	5
Setembro	114			15	2	33	34	30
Outubro	114			7	23	17	52	15
Novembro	101			7	17	17	43	17
Dezembro	131		1	25	28	15	49	14
Total	1155	2	2	201	110	318	323	203

Dentre as atividades realizadas pela Seção, destacam-se as abaixo relacionadas:

- gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional;
- conferência dos documentos elaborados pela Seção;
- exame e instrução de processos administrativos relativos a estágio probatório, progressão funcional, promoção funcional e servidores em final de carreira;
- verificação das situações de insuficiência de desempenho individual e seus reflexos no desempenho organizacional;
- encaminhamento dos casos de notas inferiores a 70 pontos para acompanhamento funcional;
- lançamento e atualização da evolução funcional de todos os servidores;
- informação aos servidores das pendências relativas ao processo avaliativo;
- organização, acompanhamento e operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, procedendo à progressão dos servidores aprovados juntamente com a declaração de estabilidade e o encaminhamento para exoneração dos reprovados;
- operacionalização do processo de avaliação de desempenho para promoção/progressão dos servidores estáveis;
- organização e acompanhamento do processo de avaliação de desempenho dos servidores à disposição de outros órgãos e os removidos no âmbito do TRT da 4ª Região;
- recepção e andamento dos recursos interpostos às avaliações de desempenho;
- participação no Projeto Capacitação de Gestores Curso "Comunicação, Gestão de Conflitos e da Diversidade";
- participação no Programa de Ambientação – Integrar-te.

Seção de Capacitação

Servidores que participaram de ações de capacitação, por área (não considerando mais de uma participação por servidor):

	GERAL		MODALIDADE PRESENCIAL	
	Número	Percentual em relação ao total de servidores da área	Número	Percentual em relação ao total de servidores da área
1º Grau	1433	71,58%	1204	60,14%
2º Grau	379	49,87%	314	41,31%
Administrativa	443	83,58%	430	81,13%
Total de treinados / percentual geral	2255	68,50%	1948	59,17%

Total de participantes em ações de Capacitação presenciais (considerando mais de uma participação por servidor):

MODALIDADE PRESENCIAL	
Número de participantes	3722

Número de horas de capacitação:

MODALIDADE PRESENCIAL	
NÚMERO TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO	HORAS / SERVIDOR
48310	14,67

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR AÇÕES DE TREINAMENTO	
Cursos averbados com proposta de deferimento	1.610
Cursos averbados com proposta de indeferimento	250
Frações de adicional de qualificação concedidas	1.626
Recursos interpostos	4

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR PÓS-GRADUAÇÃO	
Concessões	226
Recursos interpostos	4

Seção de Educação a Distância

Total de participantes em ações de capacitação à distância (considerando mais de uma participação por servidor):

Número de participantes	3.333
-------------------------	-------

Número de horas de capacitação à distância:

Número total de horas de treinamento	65.370
Horas/servidor	19,85

Seção de Funções Comissionadas

No quadro abaixo, estão relacionadas as movimentações ocorridas no Quadro de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas no ano de 2012:

CJ/FC	QUANTITATIVO EXISTENTE	EXONERAÇÕES E DISPENSAS PROCESSADAS	NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES PROCESSADAS	PORTARIAS
Cargos em comissão	316	88	100	188
Funções comissionadas	1855	869	989	1.858

OUTRAS PORTARIAS EXPEDIDAS

Colocar à disposição	42
Tornar sem efeito e designação de substituto	391
Remoções	520
Vinculações	155
Concessão/cancelamento GAS-Gratificação Atividade Segurança	9
Expedição Tabela Funções/Cargos Comissão	3

PROCESSOS/ESTATÍSTICAS/RELATÓRIOS

Indicação para desempenho de atribuições de Executantes de Mandados <i>ad hoc</i>	1
Transformações de funções comissionadas, cargos em comissão, extinção e criação de unidades	17
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU	22
Relatórios de composição de funções comissionadas/cargos em comissão para outras unidades	25

QUINTOS

Concessão de Quintos Residuais	17
Pedidos de atrasados	2
Certidões de quintos incorporados	2
Averbação de quintos incorporados em outros órgãos	0

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Funções Comissionadas no ano de 2012:

- inclusão na Tabela de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão do total de 8 (oito) cargos em comissão criados pela Lei nº 12.421/2011 e destinados à instalação de Varas do Trabalho;
- conferência e envio das informações à Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento aos substitutos designados, para fins de inclusão em folha de pagamento, totalizando em torno de 2.120 registros;
- implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012. A partir da publicação ocorrida em 09.08.2012, para todos os servidores indicados para o exercício de função comissionada/cargos em comissão, são expedidas certidões negativas das Justiças: Federal, Eleitoral, Estadual, do Trabalho, Militar, do TCU e do CNJ. Estima-se que tenham sido expedidas em torno de 4.000 certidões, desde a publicação da Resolução;
- em atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução CNJ nº 156/2012, que trata do recadastramento dos atuais ocupantes dos cargos em comissão ou função comissionada, a Seção de Funções Comissionadas ficou responsável pela gerência e conferência das certidões negativas expedidas em relação a 2.086 servidores. O trabalho de expedição das 8 certidões para cada servidor foi elaborado em parceria com as demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas. Estima-se que tenham sido expedidas 16.688 certidões;
- conferência e recebimento dos documentos necessários à designação/nomeação dos servidores indicados para exercerem cargos em comissão ou funções comissionadas, tais como Termo de Opção, Declaração para Provimento em Cargo em Comissão ou Função Comissionada e escolaridade exigida (quando for o caso);
- informação/instrução sobre a situação dos servidores envolvidos nas indicações para cargos e funções comissionadas, bem como para as funções de substitutos e, ainda, em todas as situações que envolvam os controles das funções e cargos comissionados (em torno de 1.000 informações no ano de 2012).

Seção de Ingresso e Remoção

PROCESSOS	
Cartão de Identificação – elaboração e envio à FCC	196
Colocar à disposição	11
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU, ASSEPLAN, SECOF, DG	63
Exoneração de cargo efetivo	6
Informação ao Ministério Público Federal	5
Informação sobre lotação para Corregedoria	74
Informações à AGU	5
Lei de Diretrizes Orçamentárias – levantamento	2
Nomeações	208
Posse e exercício de servidores	196
Lotação de servidores	215
Quadro de Pessoal da 4ª Região – levantamento mensal	12
Redistribuição	9
Relatórios diversos (lotações, consultas)	132
Remoção	356
Tornar sem efeito	33
Trânsito	28
Vacâncias	67

REMOÇÕES	
Remoções	368
Remoções por permuta na 4ª Região	11
Remoção por motivo de saúde	5
Remoções de outros Tribunais – acompanhamento de cônjuge	1
Remoções por permuta nacional	16

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (NÚMERO DE PROCESSOS)	
Concurso Interno de Remoção	11

ESTÁGIOS	
Contratações	118
Apoio ao processo de contratação de novo Agente de Integração	0
Avaliações de desempenho/acompanhamento	210
Certidões para estagiários	34
Controle de Frequência/estágios envolvidos	1.266
Desligamentos	119
Folhas de pagamento/estagiários envolvidos	12/66
Folhas Suplementares/estagiários envolvidos	11/62

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Ingresso e Remoção em 2012:

- acompanhamento do processo seletivo para servidores: 2 (dois) concursos em andamento em 2012;
- administração do processo de estágios para estudantes: realização de 1 (um) processo seletivo e administração do programa, que teve média mensal de 105 estudantes;
- administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores: 196 novos servidores e 67 desligamentos (vacâncias e exonerações);
- administração, controle e atualização do quadro efetivo de pessoal;
- levantamento das vagas existentes nas Unidades e controle e processamento da movimentação de pessoal;
- controle do não desligamento do Tribunal dos servidores participantes dos cursos de especialização promovidos pela Escola Judicial, pelo prazo previsto no art. 8º da Portaria nº 2.517/2008;
- controle da lotação dos servidores que percebem a Gratificação Especial de Localidade;
- registro dos atos de admissão e desligamento de servidores no SISAC;
- resposta às mensagens eletrônicas encaminhadas pela Ouvidoria e pelo "Fale Conosco" disponível no *site* do Tribunal na Internet;
- divulgação, na página do TRT na internet, dos dados referentes aos Concursos Públicos e aos Concursos Internos de Remoção.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2012, a Secretaria de Comunicação Social, criada pela Portaria nº 3.409, de 1º de junho de 2012, realizou as seguintes atividades:

- Notícias no *site* institucional: foram publicadas 1.028 notícias no *site* do TRT da 4ª Região. As matérias trataram de acontecimentos institucionais, das decisões de primeiro e segundo grau, e de outros assuntos. Em 2012 ocorreu a mudança do *layout* do *site*, realizada em outubro, por meio de parceria entre a Setic e a Secom. As notícias ganharam uma área de destaque na página principal, que permite a inclusão de fotos e manchetes e subtítulos das três matérias mais importantes do dia.

- Cobertura de eventos: A equipe da Secretaria de Comunicação Social – Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no *site* e na intranet.

- Cobertura da agenda da Administração: Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no *site* e na intranet sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.

- Assessoria de Imprensa: Esta atividade foi realizada pela Secretaria de Comunicação Social até junho de 2012. A partir de então, a função passou a ser exercida pelo Assessor de Comunicação Social, Ari Teixeira. A assessoria de imprensa envolve a produção e envio de *releases* à imprensa, com o objetivo de divulgar a atuação da Justiça do Trabalho gaúcha na mídia, bem como sugestões de pauta, agendamento de entrevistas, visitas de magistrados aos veículos externos, atendimento ágil a jornalistas, dentre outras tarefas.

- Redes Sociais: Em 2012, a Secom deu continuidade às páginas do TRT4 no Facebook e no Twitter, alimentando-as com as notícias e informações veiculadas no *site*. As redes sociais contribuem para ampliar a visibilidade das notícias do Tribunal, além de permitir a interatividade com os cidadãos. O canal do TRT4 no Youtube também disponibilizou as matérias e entrevistas do Programa Justiça do Trabalho.

- TRT4 Notícias: A Secom produziu oito edições do TRT4 Notícias, um boletim *online*, de oito páginas, reunindo as principais notícias da Justiça do Trabalho do RS. O informativo teve periodicidade mensal (com exceção da edição Janeiro/Fevereiro) até abril, tendo sido transformado em bimestral a partir da edição Maio/Junho. O informativo pode ser acessado pelo *site* do Tribunal, em versões PDF e Flip (folheável).

- Endomarketing/Comunicação Interna: Em 2012, a empresa Santo de Casa Endomarketing trabalhou na consultoria contratada pelo Tribunal para melhoria da comunicação interna da Instituição. Com o acompanhamento da Secom, a empresa realizou pesquisas quantitativas e qualitativas junto ao público interno, grupos de estudos, diagnóstico e capacitação dos servidores da Comunicação. O resultado da consultoria será concretizado em 2013, com o lançamento de um novo portal da Intranet, com proposta mais interativa, além de murais eletrônicos nas unidades, campanhas institucionais e a elaboração de um Plano de Comunicação Interna e de uma Política de Comunicação Interna.

- Intranet: A Secom administrou a área de notícias da Intranet, publicando nesse meio as notícias do *site* e outras de interesse interno da Instituição, tendo alcançado aproximadamente 1.100 matérias publicadas.

- Notícias da Casa: *Newsletter* semanal, enviada às sextas-feiras, por e-mail a todos os magistrados e servidores, com todas as notícias publicadas na Intranet ao longo da semana. Sua função é levar as informações aos servidores e magistrados que não têm o hábito de acessar a Intranet ou o *site* do Tribunal.

- Programa Justiça do Trabalho: Antes de ter sua produção suspensa, em setembro de 2012, para a construção do estúdio próprio de televisão do Tribunal, o Programa Justiça do Trabalho vinha sendo veiculado pela TVE (para todo o Estado), TV Justiça (todo o Brasil), UniTV, Tv Feevale e no *site* do TRT. O programa consiste em um dos principais meios de aproximação da Instituição à comunidade. As atividades de produção, reportagem e apresentação do programa eram terceirizadas junto a uma produtora, com coordenação da Secretaria de Comunicação Social. O programa apresentou reportagens sobre casos

julgados pela Justiça do Trabalho gaúcha, matérias didáticas sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho e os direitos dos trabalhadores, além de seções com respostas a dúvidas de telespectadores. No terceiro bloco, era exibida uma entrevista com um Juiz ou Desembargador sobre assuntos de interesse da sociedade sobre o Direito do Trabalho. A produção do Programa Justiça do Trabalho deve ser retomada em 2013, já no estúdio próprio do TRT.

- *Clipping*: A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos *sites* do TRT, TST, CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e acompanhada pela equipe da Secom.

- Criação e produção de peças gráficas: A Secom criou e produziu todas as peças gráficas do TRT, como cartazes, *banners*, folders, cartões, convites, material de apoio a eventos, placas, cartões via e-mail em datas comemorativas, dentre outros.

- Coluna de artigos (Jornal O Sul): Coluna semanal, publicada aos domingos, com artigos de magistrados do TRT4, aprovados previamente pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. A Secretaria de Comunicação Social manteve contato permanente com os magistrados para obter os artigos.

- Coluna de Jurisprudência (Jornal do Comércio): Coluna semanal, publicada às terças-feiras, no Jornal da Lei, do Jornal do Comércio, com duas ou três matérias sobre decisões do TRT. O jornal pesquisou as matérias no próprio *site* do Tribunal.

- Coluna Por Dentro da Lei (Zero Hora): Coluna semanal publicada aos domingos, no Caderno de Empregos da ZH, com resposta a dúvidas enviadas pelos leitores. As respostas aos questionamentos dos leitores foram redigidas pela Secretaria-Geral da Presidência e aprovadas pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. A Secom enviou as respostas por e-mail e administrou o contato com o jornal.

- Coluna Justiça do Trabalho (Correio do Povo): Coluna semanal publicada aos sábados, no Caderno de Empregos do Correio do Povo, com três notícias institucionais do TRT.

- Feira do Livro e Cartilhas: A Justiça do Trabalho gaúcha participou, de 26 de outubro a 11 de novembro de 2012, da Feira do Livro de Porto Alegre. Em um estande na Praça da Alfândega, magistrados e servidores atenderam aos visitantes, esclarecendo dúvidas sobre processos, direitos trabalhistas e o funcionamento da Justiça do Trabalho. A ação teve a parceria da Amatra IV e da Femargs. Além de coordenar a participação do TRT na Feira, a Secom foi responsável pela produção e impressão das cartilhas (Cartilha do Trabalhador e Cartilha do Empregado e do Empregador Doméstico, que precisaram ser atualizadas), dos folderes institucionais, dos marcadores de livros e de outros materiais de divulgação.

- Expointer: Entre 26 de agosto e 2 de setembro de 2012, o TRT participou pela primeira vez da Expointer. Assim como costuma ocorrer na Feira do Livro de Porto Alegre, o Tribunal manteve um estande na Expointer, no Pavilhão Internacional, para esclarecer dúvidas dos visitantes e distribuir material informativo. A SECOM foi responsável pela administração do material distribuído (cartilhas e folderes). A grande novidade foi o lançamento da Cartilha do Empregado e do Empregador Rural, elaborada pelo Juiz do Trabalho Marcelo Bergmann Hentschke (conteúdo jurídico) e pela Secretaria de Comunicação Social (edição, diagramação e impressão). As ilustrações da cartilha são do servidor Marcelo Lopes de Lopes, da 9ª VT de Porto Alegre.

- Atualização dos perfis dos Desembargadores no *site*: A Secom produziu arquivos PDF com as fotos e os currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado pelo site, e o conteúdo é atualizado periodicamente.

- Monitores nos elevadores e saguões: A Secom e a Setic executaram, em 2012, o projeto de instalação de monitores nos elevadores e saguões do Prédio-Sede do TRT4 e do Foro Trabalhista de Porto Alegre. A Secom atualizou o conteúdo diariamente, o qual foi composto pelas manchetes do *site* do TRT4, notícias gerais, pela agenda de eventos, por vídeos, peças de campanhas, dentre outros. A mesma programação foi transmitida nos monitores dos saguões dos Foros e das Varas do Interior do Estado, que são denominados "aeropauta". Entretanto, para não prejudicar a real finalidade dos monitores, qual seja,

informar a pauta de audiências, um ciclo da programação (cerca de 2 minutos) é transmitido a cada 30 minutos.

- Arquivo fotográfico: A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.

- Avisos internos: Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas.

COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2012, a Coordenadoria de Saúde no ano de 2012 prestou os seguintes serviços e realizou as seguintes atividades:

Consultas médicas	10.472
Laudos de licenças para tratamento de saúde	3.379
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	450
Laudos de licença à gestante	53
Laudos de licença por acidente em serviço	8
Laudos de perícia médica	121
Laudos de licença de magistrados	131
Laudos de assunção	233
Atendimento ambulatorial	2.714
Eletrocardiograma	120
Atendimentos fisioterapêuticos	19
Avaliações ergonômicas individuais	156
Sessões de Cinesioterapia Laboral	27
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raio X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.387

Outras atividades:

- Programa de Controle de Saúde dos Trabalhadores Expostos a Riscos Ambientais;
- visitas ao interior com o Projeto Assessoria e Apoio Administrativos, totalizando 5 (cinco) cidades: Esteio, Cachoeirinha, Taquara, Novo Hamburgo e Sapiranga;
- orientações aos servidores com relação à ergonomia dos postos de trabalho, posturas, exercícios e alongamentos;
- ações em saúde ocupacional: avaliação das condições ambientais e dos servidores quanto à aptidão ao trabalho; controle dos casos de LER/DORT; ergonomia;
- escola de reeducação postural: ministrados 5 (cinco) cursos nas cidades de Bagé, Uruguaiana, Rio Grande, Santa Maria e Gramado, com a participação de 94 servidores. Realizadas 19 palestras em Porto Alegre e Grande Porto Alegre, seguidas de posicionamento dos servidores nos postos de trabalho;
- programa de cadastramento de doação de sangue: 11 atendimentos;
- parceria com a SEGESP no acompanhamento funcional, individualmente e com alguns setores, bem como colaboração no cadastramento dos servidores inativos;

- *Workshop* Saúde Bucal da Gestante e do Bebê, promovido pela Seção de Assistência Odontológica, com 9 (nove) participantes em duas edições;
- Projeto Malote da Saúde Bucal, que consiste no empréstimo de livros infantis às unidades judiciárias. O malote circulou por 17 Varas Trabalhistas;
- atuação no Projeto Integrar-te, promovido pela SEGESP, realizando palestras com informações sobre a Coordenadoria de Saúde – CSAUDE e ergonomia.

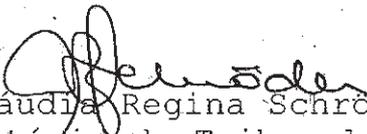


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO:

RELATÓRIO ANUAL

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, tomou conhecimento e, por unanimidade de votos, aprovou o relatório de atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2012, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores João Ghislani Filho, Juraci Galvão Júnior, Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Ana Luiza Heineck Kruse, Cleusa Regina Halfen, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, João Pedro Silvestrin, Luiz Alberto de Vargas, Beatriz Renck, Vania Maria Cunha Mattos, Denise Pacheco e Tânia Maciel de Souza, sob a presidência da Exma. Desembargadora Maria Helena Mallmann, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Ivan Sérgio Camargo dos Santos. Porto Alegre, 29 de abril de 2013.-----


Cláudia Regina Schröder
Secretária do Tribunal Pleno,
do Órgão Especial e da SDC